

UNICASA

Móveis

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48 – NIRE 43.300.044.513

Rodovia RS 470, Km 212, 930, CEP 95700-000, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul

26.434.546 Ações Ordinárias

Valor Total da Oferta: R\$370.083.644,00

Código ISIN: "BRUCASACNOR1"

Código de Negociação das Ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros: "UCAS3"

No contexto desta Oferta, conforme definida abaixo, o Preço por Ação é de R\$14,00.

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia"), os acionistas vendedores, conforme identificados na página 40 deste Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo" e "Acionistas Vendedores", respectivamente), em conjunto com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador") e com o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o Itaú BBA, os "Coordenadores da Oferta") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária de 9.136.364 ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária") e distribuição secundária de 17.298.182 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (em conjunto "Ações" e "Oferta Secundária", respectivamente, sendo que a Oferta Primária e a Oferta Secundária conjuntamente são definidas com "Oferta").

A Oferta compreenderá a distribuição de Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinada instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Contratado") e de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação junto a Investidores Não-Institucionais, conforme definidos neste Prospecto ("Instituições Consorciadas"), em conjunto com os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado, "Instituições Participantes da Oferta"). Foram também realizados, simultaneamente, esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("Regra 144A" e "SEC", respectivamente), em operações isentas de registro e previstas na U.S. Securities Act of 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterada ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act; (ii) para investidores nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, que sejam pessoas consideradas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S do Securities Act, no âmbito do Securities Act pela SEC ("Investidores Institucionais Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil de acordo com os mecanismos de investimento regulados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), pela CVM. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados em conformidade com o Placement Facilitation Agreement ("Contrato de Colocação Internacional"), celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o BTG Pactual US Capital LLC, o Itaú BBA USA Securities, Inc. e o Santander Investment Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"). Não foi e nem será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.965.181 ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares, outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Contrato de Colocação") e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive ("Início das Negociações"), de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações tenha sido tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta, no momento em que foi fixado o Preço por Ação (conforme abaixo definido).

Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderia ter sido, mas não foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em até 20% (vinte por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até 5.286.909 ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

O preço de emissão por Ação ("Preço por Ação") foi fixado com base no resultado do processo de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto aos Investidores Institucionais (conforme definidos neste Prospecto), em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 e de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), refletindo a demanda e o valor pelo qual os Investidores Institucionais (conforme definidos neste Prospecto) apresentaram suas ordens de investimento no contexto da Oferta. Os Investidores Não-Institucionais (conforme definidos neste Prospecto) não participaram do Procedimento de Bookbuilding, e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

	Preço (R\$)	Comissões (R\$)	Recursos Líquidos (R\$) ⁽²⁾
Por Ação Ordinária.....	14,00	0,51	13,49
Oferta Primária.....	127.909.096,00	0,00	127.909.096,00 ⁽³⁾
Oferta Secundária.....	242.174.548,00	13.360.019,55 ⁽¹⁾	228.814.528,45
Total.....	370.083.644,00	13.360.019,55	356.723.624,45

⁽¹⁾ Os Acionistas Vendedores serão responsáveis pelo pagamento das comissões referentes à Oferta Primária.

⁽²⁾ Sem dedução das despesas da Oferta. Os valores apresentados são estimados estando sujeito a variações.

⁽³⁾ Sem considerar as Ações Suplementares. Não considera o pagamento de dividendos, que será realizado parcialmente com os recursos da Oferta Primária. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos" na página 79 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de abril de 2012, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ("DOERS") e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 2012, e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") em 12 de abril de 2012, sob o nº 3614414. A determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta Primária e o efetivo aumento de capital da Companhia, assim como o Preço por Ação, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de abril de 2012, cuja ata será registrada na JUCERGS e publicada no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul na data de publicação do Anúncio de Início e no DOERS no dia útil subsequente. No âmbito da Oferta, a emissão de novas Ações pela Companhia foi feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e tal emissão foi realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

Tendo em vista que os Acionistas Vendedores são pessoas físicas, não há necessidade de aprovações societárias pelos Acionistas Vendedores para a realização da Oferta Secundária.

Registro na CVM em 26 de abril de 2012, sob os números CVM/SRE/REM/2012/004 (Oferta Primária) e CVM/SRE/SEC/2012/004 (Oferta Secundária).

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Antes de investir nas Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da Companhia, de seus negócios e suas atividades, de sua condição financeira e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações. Este Prospecto foi preparado com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo que o Coordenador Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia que integrem este Prospecto Definitivo, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 74 a 78 deste Prospecto, e as seções 4 e 5 do Formulário de Referência da Companhia que contém certos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição e/ou aquisição das Ações.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas no âmbito da Oferta."



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".

COORDENADORES DA OFERTA

Global Coordinators



Coordenador Líder



Agente Estabilizador



COORDENADOR CONTRATADO



A data deste Prospecto Definitivo é 25 de abril de 2012.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

ÍNDICE.....	I
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA	1
DEFINIÇÕES	2
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS	7
SUMÁRIO DA COMPANHIA	9
Visão Geral.....	9
<i>Reposicionamento de Nossas Marcas.....</i>	<i>11</i>
<i>Same Store Sales.....</i>	<i>13</i>
<i>Abertura de Novas Lojas.....</i>	<i>13</i>
Indicadores Financeiros e Operacionais	14
Pontos Fortes	15
<i>Liderança no mercado mobiliário do país, com portfólio de marcas complementares, reconhecidas e desejadas, com penetração nas Classes A, B, C e D.....</i>	<i>15</i>
<i>Ampla rede de revendedores com distribuição no Brasil e no exterior.....</i>	<i>15</i>
<i>Desenvolvimento de produtos com design inovador em parque fabril de alta tecnologia e eficiência.....</i>	<i>16</i>
<i>Agilidade para se antecipar às oportunidades de crescimento do setor.....</i>	<i>16</i>
<i>Crescimento consistente com rentabilidade e geração de caixa.....</i>	<i>16</i>
<i>Política de recursos humanos focada em resultados e no cliente.....</i>	<i>16</i>
<i>Administração com profunda experiência no setor e gestão profissionalizada.....</i>	<i>17</i>
Estratégia.....	17
<i>Expandir a base de revendedores de nossas marcas no Brasil e aumentar as vendas nas revendas já existentes.....</i>	<i>17</i>
<i>Capturar as oportunidades de crescimento.....</i>	<i>17</i>
<i>Capturar maiores ganhos de escala e eficiência operacional mediante o aumento das nossas vendas.....</i>	<i>18</i>
<i>Ampliação constante da oferta de produtos inovadores.....</i>	<i>18</i>
<i>Incrementar nossas vendas no segmento corporativo.....</i>	<i>18</i>
Histórico.....	18
Eventos Recentes	20
<i>Aumento de Capital</i>	<i>20</i>
<i>Distribuição de Dividendos.....</i>	<i>20</i>
Informações corporativas	21
Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia	21
<i>Caso falhemos na manutenção do valor de nossas marcas, nossas vendas poderão ser negativamente afetadas.....</i>	<i>22</i>
<i>Uma de nossas principais estratégias de crescimento consiste na atração de novos revendedores, porém podemos não obter sucesso no seu desenvolvimento.....</i>	<i>22</i>
<i>Nossos revendedores podem não manter suas médias atuais de vendas, o que poderá afetar adversamente nossos volume e margem de vendas atuais, bem como nossos resultados.....</i>	<i>22</i>
<i>Nossos revendedores podem não obter êxito na renovação dos seus contratos de aluguel. Além disso, podemos não obter êxito na renovação de nossos contratos de revenda com tais revendedores.....</i>	<i>22</i>
<i>Nossas fábricas estão concentradas em um único parque industrial, do qual somos integralmente dependentes.....</i>	<i>23</i>
SUMÁRIO DA OFERTA.....	24
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	37
Composição Atual do Nosso Capital Social.....	37
Principais Acionistas e Membros da Administração.....	38

Acionistas Vendedores.....	39
Descrição da Oferta.....	41
Preço por Ação.....	42
Quantidade, Valor e Recursos Líquidos.....	42
Custos de Distribuição.....	43
Reserva de Capital.....	44
Aprovações Societárias.....	44
Público-Alvo da Oferta.....	44
Cronograma da Oferta.....	45
Procedimentos da Oferta.....	46
Oferta de Varejo.....	46
Oferta Institucional.....	50
Violações de Normas de Conduta.....	51
Prazo da Oferta.....	51
Inadequação de Investimento nas Ações.....	51
Contrato de Colocação e <i>Placement Facilitation Agreement</i>	51
Garantia Firme de Liquidação.....	52
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>).....	53
Estabilização de Preço das Ações.....	53
Empréstimos de Ações para Estabilização.....	54
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações.....	54
Negociação das Ações na BM&FBOVESPA.....	54
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação.....	55
Suspensão e Cancelamento da Oferta.....	55
Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta.....	55
<i>Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder</i>	55
<i>Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA</i>	56
<i>Relacionamento entre a Companhia e o Santander</i>	57
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E O COORDENADOR CONTRATADO.....	58
<i>Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos</i>	58
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta.....	58
<i>Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder</i>	58
<i>Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA</i>	59
<i>Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander</i>	60
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O COORDENADOR CONTRATADO.....	60
<i>Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP Investimentos</i>	60
Instituição Financeira Escrituradora das Ações.....	61
Informações Complementares da Oferta.....	61
Instituições Participantes da Oferta.....	62
<i>Coordenador Líder</i>	62
<i>Coordenador</i>	62
<i>Coordenador</i>	62
<i>Coordenador Contratado</i>	62
<i>Instituições Consorciadas</i>	62
Apresentação dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado.....	63
<i>Banco BTG Pactual S.A.</i>	63

<i>Banco Itaú BBA S.A.</i>	64
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	66
<i>XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.</i>	68
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	70
INFORMAÇÕES CADASTRAIS	71
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES	72
FATORES DE RISCO	74
Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações	74
<i>Não há, atualmente, mercado para nossas ações ordinárias e um mercado de negociação ativo e líquido poderá não se desenvolver. A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade de os investidores venderem ações ordinárias ao preço e no momento desejado.</i>	74
<i>O investimento de nosso acionista poderá sofrer diluição adicional no futuro em razão da implantação de um plano de opção de ações.</i>	75
<i>A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.</i>	75
<i>A venda substancial de nossas ações ordinárias após a Oferta poderá ter um efeito negativo substancial sobre o preço de mercado dessas ações.</i>	75
<i>Os interesses de nossos Acionistas Controladores poderão ser diferentes dos interesses de nossos outros acionistas.</i>	76
<i>Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações no Brasil com esforços de colocação no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos de litígio relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.</i>	76
<i>Podemos precisar de recursos adicionais e emitir ações ordinárias ao invés de incorrer em endividamento, o que poderá resultar em uma diluição das participações dos investidores em nossas ações ordinárias.</i>	77
<i>Os detentores de nossas ações ordinárias poderão não receber nenhum dividendo ou juros sobre o capital próprio.</i>	77
<i>Investidores que comprarem nossas Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.</i>	77
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	79
Oferta Secundária	79
CAPITALIZAÇÃO	80
DILUIÇÃO	81
Histórico do Preço de Emissão das Ações	82
Plano de Opção de Compra de Ações	82
ANEXOS	83
ANEXO A – Estatuto Social da Companhia	87
ANEXO B – Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de abril de 2012, que aprovou a realização da oferta	119
ANEXO C – Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de abril de 2012, que aprovou o aumento de Capital da Companhia e o Preço por Ação	127

Índice

ANEXO D – Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	133
ANEXO E – Formulário de Referência da Companhia	149
ANEXO F – Demonstrações Financeiras Auditadas relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	483

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA

As informações referentes às seções relacionadas (i) aos nossos Fatores de Risco e de nosso Mercado de Atuação; (ii) à nossa situação financeira; e (iii) a outras informações relativas a nós, tais como Histórico, Atividades, Estrutura Organizacional, Capital Social, Administração, Pessoal, Contingências Judiciais e Administrativas, podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e protocolizado na CVM em 4 de abril de 2012, o qual se encontra anexo a este Prospecto, a partir da página 149 e está disponível nos seguintes *websites*:

- (i) www.unicasamoveis.com.br/ri (neste *website*, clicar em “Download do Prospecto”).
- (ii) <http://www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento> – (neste *website*, acessar “Mercado de Capitais” no menu à esquerda, clicar em “2012” no menu à direita e a seguir em “Prospecto Definitivo” logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unicasa Indústria de Móveis S.A.”).
- (iii) www.itaubba.com.br (neste *website*, clicar em “Prospectos”, e depois “Oferta de Ações da Unicasa Indústria de Móveis S.A. – Prospecto Definitivo”).
- (iv) <http://www.santandercorretora.com.br> (neste *website*, no lado direito da página, abaixo do item “Ofertas Públicas”, clicar no logo da “Unicasa Indústria de Móveis” e, a seguir, clicar em “Prospecto Definitivo”).
- (v) <http://www.xpi.com.br/conteudo/oferta-publica.aspx> (neste *website*, acessar “Unicasa Indústria de Móveis S.A.” e, em seguida, acessar “Saiba Mais”).
- (vi) www.cvm.gov.br (neste *website*, acessar “Cias Abertas e Estrangeiras”, clicar em “Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição Definitivos”, depois digitar “Unicasa” e acessar o link referente à “Unicasa Indústria de Móveis S.A.”, posteriormente em “Prospecto Definitivo”, acessar “Download”).
- (vii) www.bmfbovespa.com.br (neste *website*, acessar “Ofertas Públicas – Unicasa Indústria de Móveis S.A.” e posteriormente acessar “Prospecto Definitivo”).

Nos itens (i) a (vii) acima, o investidor terá acesso a este Prospecto que contém o Formulário de Referência anexo.

Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, a partir da página 74 deste Prospecto e os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, a partir da página 149 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados aos mesmos atribuídos nesta seção, salvo referência diversa neste Prospecto.

Acionistas Controladores	Alexandre Grendene Bartelle, Frank Zietolie, Juvenil Antonio Zietolie, Kelly Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa C. Schenatto.
Acionistas Vendedores	Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Kelly Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa C. Schenatto.
Agente Estabilizador	Banco Itaú BBA S.A.
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital LLC, Itaú BBA USA Securities, Inc. e Santander Investment Securities Inc., considerados conjuntamente.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unicasa Indústria de Móveis S.A., informando o resultado final da Oferta, a ser publicado nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unicasa Indústria de Móveis S.A., informando o início do período de distribuição das Ações, a ser publicado em 26 de abril de 2012, no jornal “Valor Econômico” e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Retificação	Divulgação imediata de eventual revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	Aviso informando acerca dos termos e condições da Oferta, publicado em 4 de abril de 2012 e republicado em 12 de abril de 2012, no jornal “Valor Econômico” e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, em conformidade com artigo 53 da Instrução CVM 400.
Auditores Independentes	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Classe A	Segmento da população com renda mensal acima de R\$6.745,00, segundo critério do IBGE.
Classe B	Segmento da população com renda mensal entre R\$5.174,00 e R\$6.745,00, segundo critério do IBGE.

Definições

Classe C	Segmento da população com renda mensal entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00, segundo critério do IBGE.
Classe D	Segmento da população com renda mensal entre R\$725,00 e R\$1.200,00, segundo critério do IBGE.
Classe E	Segmento da população com renda mensal inferior a R\$751,00, segundo critério do IBGE.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Companhia	Unicasa Indústria de Móveis S.A.
Conselheiro Independente	<p>Conforme o Regulamento do Novo Mercado, o Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição).</p> <p>São ainda considerados “Conselheiros Independentes” aqueles eleitos mediante as faculdades previstas no artigo 141 parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, os quais contemplam quorum e formas para eleição de membros do conselho de administração pelos acionistas minoritários.</p>
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.

Definições

Contrato de Colocação Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , contrato celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional que regula o esforço de colocação das Ações no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas por Investidores Institucionais Estrangeiros, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registros previstas no <i>Securities Act</i> .
Contrato de Estabilização	Contrato celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, o Coordenador Líder e a Corretora, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização do preço das Ações no mercado brasileiro.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, celebrado entre nós, os Acionistas Controladores e a BM&FBOVESPA.
Coordenadores da Oferta	Banco BTG Pactual S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., considerados conjuntamente.
Coordenador Contratado ou XP Investimentos	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Corretora	Itaú Corretora de Valores S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
DOERS	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.
EBITDA	<p>Corresponde ao lucro líquido, adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização. A margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, US GAAP ou IFRS, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador nosso de desempenho operacional ou nossa liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.</p> <p>O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, desembolsos de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do desempenho operacional e liquidez.</p>

Definições

Estatuto Social	Nosso Estatuto Social.
Fatores de Risco	Para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações, ver a seção “Fatores de Risco”, constante das páginas 74 a 77 deste Prospecto, bem como as Seções 4 e 5 do Formulário de Referência, a partir da página 149 deste Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto.
<i>Final Offering Memorandum</i>	O <i>Final Offering Memorandum</i> utilizado para os esforços de colocação das Ações no exterior.
Formulário de Referência	Nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página 149, elaborado conforme exigido pela Instrução CVM 480 e arquivado na CVM em 25 de abril de 2012.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou Normas Internacionais de Relatório Financeiro.
Instituição Financeira Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de dezembro de 2000, e alterações posteriores.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JUCERGS	Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e alterações posteriores.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
NIRE	Número de Identificação do Registro de Empresas.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado.
Pontos de Venda Multimarcas	Lojas multimarcas e pontos de venda em magazines.

Definições

Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e as normas, instruções e regulamentos da CVM.
Preliminary Offering Memorandum	O <i>Preliminary Offering Memorandum</i> utilizado para os esforços de colocação das Ações no exterior.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, incluindo seus anexos.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, incluindo seus anexos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados conjuntamente.
Real, real ou R\$	Moeda corrente no Brasil.
Regra 144A	<i>Rule 144A</i> do <i>Securities Act</i> , editada pela SEC.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, e seu acionista controlador, instituído pela BM&FBOVESPA.
Regulation S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> .
Reposicionamento	Reposicionamento descrito na Seção “Sumário da Companhia – Visão Geral – Reposicionamento de nossas marcas”, na página 11 deste Prospecto.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SEC	<i>U.S. Securities and Exchange Commission</i> .
Securities Act	<i>Securities Act of 1933</i> dos Estados Unidos, e alterações posteriores.
US GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.
Neste Prospecto, utilizamos os termos “Unicasa”, “Companhia”, “nós” e “nossos” para nos referir à Unicasa Indústria de Móveis S.A., exceto quando o contexto requerer de outra forma.	

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

As declarações contidas neste Prospecto relativas aos nossos negócios, planos, previsões e expectativas sobre eventos futuros, estratégias, projeções e tendências financeiras que afetam as nossas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente descritas nas seções “Sumário da Companhia” e “Fatores de Risco” a partir das páginas 9 e 74 respectivamente deste Prospecto, bem como as seções “Comentários dos Diretores”, “Visão Geral do Setor” e “Nossos Negócios” do Formulário de Referência a partir da página 149 deste Prospecto, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não constituem garantias de resultados futuros.

Nossas estimativas e declarações são, em sua maioria, baseadas em nossas atuais expectativas, previsões e projeções referentes a eventos futuros e tendências financeiras que afetam, ou possam afetar, nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais e perspectivas futuras.

Adicionalmente aos fatores discutidos em outras seções deste Prospecto, muitos outros fatores relevantes podem vir a fazer com que os nossos resultados efetivos sejam substancialmente diferentes dos resultados previstos em nossas estimativas, inclusive os seguintes:

- nossa capacidade de implementar com sucesso nossas estratégias, planos de negócios e planos de crescimento;
- a capacidade de nossos revendedores de manter as operações das suas respectivas lojas nos locais onde atualmente operam;
- a capacidade de nossos revendedores de identificar locais apropriados e negociar contratos de locação aceitáveis para novas lojas e manter os termos e condições dos alugueis de locais já operados em termos aceitáveis;
- aumento nos preços das *commodities*, insumos para os nossos produtos ou outros custos operacionais do nosso setor;
- nossa capacidade de vencer projetos de concorrência para projetos corporativos com foco no segmento hoteleiro e imobiliário comercial;
- nossa capacidade de cumprir com qualquer investimento futuro necessário;
- nossa capacidade de manter despesas operacionais em níveis adequados;
- nossa capacidade de responder a novos requisitos tecnológicos nas áreas em que atuamos;
- nossa habilidade de obter financiamentos em valores suficientes e com condições adequadas;
- nossa capacidade de cumprir com as leis e regulamentos ambientais;
- falta de obtenção ou perda de licenças ambientais e demais licenças necessárias;
- alterações na regulamentação governamental que nos afete e as interpretações de referida regulamentação, especialmente com relação a questões ambientais;
- condições gerais, comerciais e políticas no Brasil e no mundo;
- os efeitos de interrupções de nossas atividades, catástrofes ou pandemias no nosso setor de atuação;
- operações militares, atos de terrorismo, guerras e embargos;

Considerações sobre estimativas e declarações futuras

- regulamentação de segurança no trabalho e litígios envolvendo nossos funcionários;
- custo e disponibilidade de coberturas adequadas de seguro;
- inflação, deflação, flutuações cambiais, redução no nível de renda ou salários e oscilações nas taxas de juros, bem como o impacto desses fatores nos mercados nos quais atuamos;
- a redução do grau de investimento do Brasil; e
- outros fatores identificados ou discutidos na Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 74 a 77 deste Prospecto, na Seção 4.1 “Fatores de Risco” e na Seção 5.1 “Riscos de Mercado” do nosso Formulário de Referência, a partir da página 149 deste Prospecto.

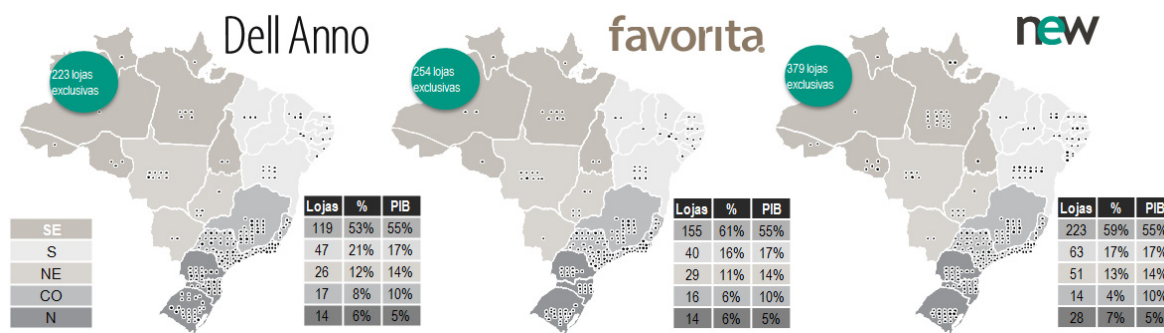
Os termos “acredita”, “antecipa”, “espera”, “estima”, “irá”, “planeja”, “pode”, “poderá”, “pretende”, “prevê”, “projeta”, entre outras palavras com significado semelhante, têm por objetivo identificar estimativas e projeções. Estimativas e projeções futuras envolvem incertezas, riscos e premissas, pois incluem informações relativas aos nossos resultados operacionais futuros possíveis ou presumidos, estratégia de negócios, planos de financiamento, posição competitiva no mercado, ambiente setorial, oportunidades de crescimento potenciais, efeitos de regulamentação futura e efeitos da competição. As estimativas e projeções se referem apenas à data em que foram feitas e nós não nos comprometemos a atualizar publicamente ou a revisar quaisquer dessas estimativas e declarações futuras após a distribuição deste Prospecto, tendo em vista novas informações, eventos futuros ou outros fatores. Devido aos riscos e incertezas descritos acima, os eventos estimados e futuros discutidos neste Prospecto podem não ocorrer e não são garantia de acontecimento futuro. Diante de tais limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro, contidas neste Prospecto.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

“ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA; LEIA-OS ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES DESTES SUMÁRIOS SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA”

Visão Geral

Somos líderes em receita bruta no setor de móveis planejados no Brasil, segundo a edição “Melhores & Maiores” de julho de 2011 da Revista Exame. Comercializamos móveis planejados em todos os estados do Brasil, por meio de quatro marcas reconhecidas e complementares: Dell Anno, Favorita, New e Telasul, atingindo as Classes A, B, C e D. Possuímos uma ampla rede de distribuição que contava, em 31 de dezembro de 2011, com 886 revendas exclusivas com 209.435 m², 3.199 vagas de estacionamento nas lojas e 8.254 funcionários, distribuídas em 315 cidades em todos os Estados brasileiros, além de 1.776 Pontos de Venda Multimarcas no Brasil, e 17 pontos de venda no exterior, entre revendas exclusivas e lojas multimarcas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, vendemos 1,70 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$294,68 milhões, um EBITDA de R\$80,44 milhões e um lucro líquido de R\$57,79 milhões. No período de 2009 a 2011, nossa receita líquida de vendas, nosso EBITDA, e nosso lucro líquido apresentaram taxas compostas de crescimento anual (“CAGR”) de 14,5%, 28,4% e 24,8%, respectivamente.



Acreditamos que a combinação de nosso portfólio de marcas altamente reconhecidas e com penetração nas Classes A, B, C e D, nossa ampla rede de distribuição e nossa unidade fabril com escala de produção e tecnologia de ponta, permitiram-nos atingir um crescimento rentável, atingindo um retorno sobre o capital investido de 31,2% no ano de 2011, bem como nos posicionar estrategicamente no segmento de móveis, cujo potencial de consumo em 2011 foi estimado em R\$41,7 bilhões, segundo a IPC Marketing.

Com mais de 27 anos de atuação no mercado, possuímos uma ampla linha de soluções customizadas de móveis planejados para ambientes residenciais e comerciais, que incluem cozinhas, dormitórios, *closets*, *home theaters*, lavanderias e banheiros, entre outros, além de soluções completas nos segmentos de escritório e infantil. Adicionalmente a esses segmentos, criamos em janeiro de 2010 a divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, com o objetivo de atender a demanda das incorporadoras e das empresas do segmento hoteleiro e da construção civil, que acreditamos irá se beneficiar do contínuo crescimento do mercado imobiliário no Brasil e dos novos investimentos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Sumário da companhia

Nossas marcas recebem grandes investimentos em campanhas de *marketing* associadas a *top models*, celebridades, arquitetos e estilistas, buscando alta projeção nos segmentos de decoração, arquitetura e moda, conforme o público que visam atingir. Com posicionamentos complementares, nossas marcas são percebidas pelos consumidores e pelo mercado de decoração como de alto valor qualitativo nos seus segmentos. Nossas marcas são:

- **Dell Anno:** focada na linha *premium* e voltada para as Classes A e B, oferece produtos de maior valor agregado, com *design* contemporâneo e conceitos minimalistas, apresentando como diferencial a identificação com o universo da moda;
- **Favorita:** posicionada como marca intermediária no que se refere a preço e público-alvo, é destinada às Classes B e C. Nossas ações de *marketing* buscam associar essa marca a soluções versáteis e completas, de modo a gerar uma excelente percepção de qualidade e preço;

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos 477 revendas exclusivas das marcas Dell Anno e Favorita com 142.948 m² e 5.558 funcionários, distribuídas em 231 cidades em todos os estados do Brasil. As revendas exclusivas da marca Dell Anno têm, em média, 383 m² por loja, enquanto as revendas exclusivas da marca Favorita têm, em média, 226 m² por loja.

- **New:** destinada principalmente à Classe C, é a nossa marca voltada para o aproveitamento inteligente de espaços com praticidade, estilo e preços competitivos. Concebida em janeiro de 2009 para explorar a expansão do consumo no país, a New revelou-se um caso de sucesso da Companhia, contando, em 31 de dezembro de 2011, com uma rede de distribuição de 379 revendas exclusivas e 222 Pontos de Venda Multimarcas. As revendas exclusivas da marca New contavam, em 31 de dezembro de 2011, com 66.487 m² e 2.696 funcionários e estavam presentes em 234 cidades em todos os Estados do Brasil. As revendas exclusivas têm, em média, 175 m² por loja.
- **Telasul:** é a nossa “marca de entrada”, focada principalmente na Classe D, com atuação tanto no setor de móveis padronizados, destinados aos Pontos de Venda Multimarcas (principalmente redes de varejo), quanto no setor de móveis planejados, atingindo uma ampla base de consumidores. Em 31 de dezembro de 2011, a Telasul contava com 30 revendas exclusivas e 1.530 Pontos de Venda Multimarcas.

A concepção de nossos produtos é feita por uma equipe própria de arquitetos, *designers* e engenheiros, divididos em núcleos de criação e pesquisa, individuais e independentes para cada marca. Esses profissionais são responsáveis por interpretar as tendências do mercado nacional e internacional de *design*, moda e arquitetura e aproveitá-las em nossas coleções anuais.

Nosso parque fabril conta com alta tecnologia e com um modelo de produção versátil, que nos permite fabricar produtos somente após a realização de pedidos e, mesmo assim, entregá-los com agilidade (prazo máximo de 10 dias por pedido), proporcionando a manutenção de baixos níveis de estoque de produtos acabados.

As lojas que comercializam nossos produtos recebem, por meio de um sistema integrado de vendas, a atualização de todas as novidades existentes em nosso portfólio de produtos. Adicionalmente, cada revenda exclusiva é planejada seguindo um padrão de identidade visual específico, definido e gerenciado pelos nossos núcleos de arquitetura. Esta padronização inclui estudo de fachada, projeto arquitetônico, sinalização visual e disposição dos ambientes, de modo a potencializar a experiência de compra do consumidor. As nossas lojas estão estrategicamente localizadas em pontos de alta visibilidade. Além disso, para cada nova loja, avaliamos os critérios de viabilidade econômica e demográfica, bem como o perfil do lojista que nos representará.

Sumário da companhia

Atendimento ao cliente e pós-venda são parte importante do nosso modelo de negócio. Por esse motivo, e com o objetivo de preparar nossos revendedores e empregados, fornecemos à rede de lojas de todas as nossas marcas, por meio da Universidade Corporativa Unicasa, uma estrutura de suporte em treinamento, que compreende desde a orientação sobre produto e desenvolvimento de projetos até a montagem dos módulos de móveis, pós venda, gestão de pessoas e administração do próprio negócio, tendo capacitado mais de 6.300 empregados e revendedores desde 2007. Adicionalmente, implantamos em 2007 o Programa de *Trainee* Unicasa, que se consolidou como um vitorioso modelo de ensino corporativo, sendo matéria frequente em publicações nacionais importantes, tais como as revistas Exame, Você S.A., IstoÉ Dinheiro e os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.

Reposicionamento de Nossas Marcas

As marcas Dell Anno e Favorita foram criadas nos anos de 1985 e 2003, respectivamente. No ano de 2007 iniciamos um processo de Reposicionamento da marca Dell Anno, com objetivo de elevar a percepção de valor da marca e de nossos produtos, permitindo, assim, a prática de preços mais elevados. Este processo de Reposicionamento contínuo e evolutivo foi estendido para a marca Favorita em 2009. Os principais aspectos do Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita estão descritos a seguir.

Alteração das logomarcas

- Dell Anno: alteração da logomarca no ano de 2007.
- Favorita: alteração da logomarca no ano de 2009.

Mudança das estratégias de comunicação e marketing

- Dell Anno: a partir de 2009 passamos a vincular a imagem da marca ao universo da moda, por meio da utilização de *top models* em suas campanhas publicitárias.
- Favorita: a partir de 2009 passamos a vincular a imagem da marca ao universo da televisão, utilizando as atrizes protagonistas de novelas em suas campanhas publicitárias.

Revisão das linhas de produtos

Em 2007, toda a linha de produtos da marca Dell Anno foi revista para a inclusão de novos produtos exclusivos, melhores materiais, maior variedade de acessórios e acabamentos. A partir de 2007, passamos a lançar, a cada ano, novas linhas de produtos. Em 2011, em decorrência de parceria com estilista renomado, foram lançadas linhas de produtos com acabamentos exclusivos.

Revisão das marcas utilizadas nos pontos de venda e dos empreendedores adequados ao perfil de cada marca

Um dos aspectos mais relevantes de nosso trabalho diz respeito ao reposicionamento de lojas e lojistas. Para tanto, foram avaliados os seguintes critérios:

- **Ponto:** Manutenção da marca Dell Anno, caso a localização e o tamanho da loja sejam adequados à marca, sempre considerando o desempenho histórico da loja. Caso não sejam adequados à marca, avaliamos o potencial de adequação às marcas Favorita ou New. Entre 2009 e 2011, aproximadamente 40 lojas mudaram suas marcas de Dell Anno ou Favorita para a marca New.
- **Empreendedor:** De modo geral, buscamos empreendedores jovens, com experiência em gestão, capitalizados e que tenham dedicação exclusiva ao negócio. O perfil do lojista deve atender aos pré requisitos de cada marca. O lojista que trabalha com a marca Dell Anno, por exemplo, deve ser capaz de desenvolver relacionamento com arquitetos locais e realizar eventos e coquetéis que promovam a loja e a marca, bem como se relacionar com a comunidade.

Sumário da companhia

- **Instalações:** Desde 2007, todas as lojas que trabalham com as marcas Dell Anno e Favorita passaram por reformas de fachada, e de *showroom*, de modo a se adequarem ao novo padrão visual e dos produtos das marcas.

Com base na avaliação dos critérios acima tomamos as seguintes ações ao longo dos últimos anos:

Ponto adequado – empreendedor adequado

- Reforma das lojas e instalações para atender ao novo padrão de clientela.

Ponto inadequado – empreendedor adequado

- Caso o ponto e o perfil do empreendedor sejam adequados à outra de nossas marcas, realizamos a mudança para a marca mais adequada.
- Caso o ponto não seja adequado à outra marca, fechamos a loja e buscamos outro ponto.

Ponto adequado – empreendedor inadequado

- Caso o empreendedor seja adequado à outra de nossas marcas, localizamos novo ponto para abertura de nova loja da outra marca.
- Caso o empreendedor não seja adequado à outra marca, encerramos o relacionamento com o mesmo, buscando manter o ponto de venda sob a administração de outro empreendedor.

Ponto inadequado – empreendedor inadequado

- Nesse caso, fechamos a loja e encerramos o relacionamento com o empreendedor.

O processo de Reposicionamento pode trazer os seguintes principais efeitos ao nosso desempenho, como ocorrido nos anos de 2009 a 2011, em função das recentes mudanças: (i) redução no faturamento de algumas marcas, devido a obras e reformas nas lojas ou a períodos de transição entre empreendedores; (ii) aumento no contas a receber e empréstimos concedidos, uma vez que muitas vezes financiamos as reformas das lojas, a transferência de pontos entre diferentes empreendedores e a aquisição, pelos lojistas, de novos pontos de venda considerados mais adequados à estratégia de nossas marcas; e (iii) redução da base comparativa de desempenho de mesmas lojas (*Same Store Sales*).

Entre os anos de 2009 e 2011, 230 lojas Dell Anno e Favorita passaram pelo processo de Reposicionamento, seja mudando de ponto, trocando de empreendedor, fechando ou mudando a bandeira para New. Nesse mesmo período, reduzimos em 47 o saldo de lojas das duas marcas e abrimos cerca de 250 lojas New, das quais aproximadamente 40 tiveram origem em mudanças de bandeira de Dell Anno ou Favorita. Estas mudanças foram, em parte, financiadas por nós, seja por meio do empréstimo de recursos aos revendedores exclusivos, seja por meio do alongamento de prazos de duplicatas relacionadas a vendas de mercadorias.

A marca New não passou por Reposicionamento, dado que a abertura das lojas, que se iniciou em 2009, contou com todos os aspectos de *marketing*, produto, preço e posicionamento das lojas já definidos. Ainda, a marca Telasul não passou por Reposicionamento.

Sumário da companhia

Same Store Sales

Para analisarmos o crescimento de nossas vendas para a nossa base de lojas no critério de mesmas lojas, utilizamos as vendas das lojas que estavam em operação no início de 2009 e durante os dois anos seguintes, para as quais existia o controle de vendas por loja durante tal período.

Desta forma, a análise do crescimento das vendas de nossa base de lojas no critério de mesmas lojas não se refere a todas as nossas lojas, mas apenas a um grupo de lojas que se adequa a um conjunto de critérios adotados pela nossa administração, de acordo com uma aproximação do conceito de vendas de mesmas lojas desde o exercício de 2009. A tabela abaixo demonstra o percentual de evolução de vendas de mesmas lojas e a representatividade da base de lojas, considerada sobre a receita bruta das respectivas marcas, nos períodos ali indicados.

Favorita e Dell Anno Same Store Sales	2010		2011	
	2009	2010	2010	2011
Variação	–	13,5%	–	6,5%
Representatividade na Receita Bruta Total das Marcas.....	24,6%	25,4%	30,9%	35,2%

New Same Store Sales	2010		2011	
	2009	2010	2010	2011
Variação	–	26,4%	–	34,8%
Representatividade na Receita Bruta Total da Marca.....	3,0%	1,0%	34,4%	30,3%

Abertura de Novas Lojas

De acordo com estudo realizado pela Parente Varejo e Pesquisa em fevereiro de 2012, consultoria independente especializada, o nosso potencial de abertura de novas lojas é equivalente a 457 lojas para a marca New e 109 lojas para as marcas Dell Anno e Favorita. O estudo foi realizado com base em dados estatísticos do IBGE, dentre outros, tomando como base (i) as 634 cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes; (ii) a distribuição da população por faixa de renda em cada cidade; (iii), o tamanho do mercado de móveis e acessórios estimado para cada cidade, cruzando o posicionamento, o faturamento e o *marketshare* das nossas lojas das marcas Dell Anno, Favorita e New em cada cidade.

Sumário da companhia

Indicadores Financeiros e Operacionais

O quadro a seguir ilustra a evolução de nossos resultados nos três últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Crescimento médio anual composto ⁽⁵⁾
	2011	2010	2009	
	(em R\$ mil)			
Receita bruta de vendas	402.355	392.223	313.394	13,3%
Receita líquida de vendas	294.677	288.345	224.958	14,5%
Número de módulos de móveis vendidos (em unidades).....	1.705.306	1.798.364	1.527.363	5,7%
EBITDA ⁽¹⁾	80.444	72.919	48.808	28,4%
Margem EBITDA ⁽²⁾	27,3%	25,3%	21,7%	12,1%
Lucro líquido	57.792	53.086	37.122	24,8%
Margem líquida ⁽³⁾	19,6%	18,4%	16,5%	9,0%
Número de vendas exclusivas	886	841	745	9,1%
Número de Pontos de Venda Multimarcas	1.776	334	313	138,2%
Retorno sobre o capital investido – ROIC ⁽⁴⁾	31,2%	36,0%	28,2%	5,2%
Endividamento – curto prazo	1.115	557	7.386	(61,1)%
Endividamento – longo prazo	5.688	3.904	5.018	6,5%

⁽¹⁾ O EBITDA é definido por nós como lucro líquido, adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização.

O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de nosso desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. Entendemos que o EBITDA é frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão de nosso desempenho operacional, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

⁽²⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

⁽³⁾ Lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas.

⁽⁴⁾ *Return on Invested Capital*: retorno sobre o capital investido, calculado através do EBIT (lucro antes do resultado líquido entre as receitas e despesas financeiras, do IRPJ e da CSLL), deduzido das despesas de IRPJ e CSLL e dividido pelo resultado médio entre o saldo do período atual e o período anterior da soma dos ativos fixos e capital empregado da Companhia. O ROIC não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez.

⁽⁵⁾ O crescimento médio anual composto – CAGR do período compreendido entre 2009 a 2011.

Sumário da companhia

O quadro a seguir apresenta a nossa receita bruta total segregada por marca e da nossa divisão de negócios Unicasa Corporate, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2011		2010		2009	
	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos
Receita Bruta Total	402.355	1.705.306	392.223	1.798.364	313.394	1.527.363
Mercado Interno	395.361	1.614.895	386.464	1.737.873	309.297	1.491.485
Dell Anno e Favorita	244.567	812.691	263.553	946.361	244.766	970.161
New	110.710	537.320	76.334	409.743	22.121	130.780
New Exclusivo	91.959	445.942	60.149	320.027	15.908	91.019
New Multimarca	18.751	91.377	16.184	89.716	6.212	39.762
Telasul	30.010	221.021	40.284	346.619	38.213	360.534
Unicasa Corporate	6.043	25.947	2.559	12.307	632	3.404
Outras Receitas	4.031	17.917	3.734	22.842	3.565	26.606
Mercado Externo	6.994	90.411	5.759	60.491	4.097	35.878

Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Liderança no mercado mobiliário do país, com portfólio de marcas complementares, reconhecidas e desejadas, com penetração nas Classes A, B, C e D.

Somos líderes em receita bruta no mercado brasileiro de móveis planejados. Nossas marcas Dell Anno, Favorita, New e Telasul, possuem grande reconhecimento no mercado nacional e alcançam, de forma complementar, os segmentos de consumo representados pelas Classes A, B, C e D, sem competição entre si. Com perfis distintos, nossas marcas recebem grandes investimentos em campanhas de *marketing*, inclusive campanhas associadas a *top models*, celebridades, arquitetos e estilistas, buscando alta projeção nos segmentos de decoração, arquitetura e moda, conforme o público que visam atingir. Além disso, em 2010 e 2011 expusemos nossas marcas e produtos em feiras e mostras do segmento mobiliário do país, tais como Movelsul, Movelpar, Casa Brasil e Casa Cor. Ainda, atuamos como patrocinadores no Salão Internacional do Móvel de Milão de 2011, realizado na Itália. Acreditamos que as nossas marcas são a base para nosso crescimento e para a alta rentabilidade do nosso negócio.

Ampla rede de revendedores com distribuição no Brasil e no exterior.

Desenvolvemos ao longo dos anos uma sólida rede de revendedores autorizados, estrategicamente localizados e padronizados, adequados à proposta de cada uma de nossas marcas. Presente em todos os Estados do território nacional, nossa rede de distribuição contava, em 31 de dezembro de 2011, com 886 vendas exclusivas e 1.776 Pontos de Venda Multimarcas no Brasil, além de 17 vendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas no exterior, localizados nos seguintes países: Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana. A capilaridade de nossa rede de revendedores atinge os mais diversos públicos e mercados, o que nos permite adquirir conhecimento de cada mercado e suas particularidades, além de potencializar a força e alcance de nossas marcas.

Desenvolvimento de produtos com design inovador em parque fabril de alta tecnologia e eficiência.

Nossa equipe de pesquisa e desenvolvimento (P&D) acompanha constantemente as tendências de mercado, avaliando referências estéticas, funcionais, de moda e comportamentais, com o objetivo de lançar periodicamente novas coleções com *design* inovador. No período compreendido entre 2007 e 2010, figuramos entre as 50 empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o *ranking* “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã/RS (www.amanha.com.br). A alta tecnologia empregada em nosso parque fabril favorece a agilidade no lançamento de novos produtos e proporciona excelência de acabamento em grande escala. Ainda, nossos modernos equipamentos fabris permitem que trabalhemos com uma linha de produtos com diferentes opções de padrões de acabamento, sem perder ganhos de escala. Isto nos confere um diferencial competitivo, uma vez que nos possibilita desenvolver linhas de produtos mais abrangentes, em termos de padrões de acabamento, com menores custos.

Agilidade para se antecipar às oportunidades de crescimento do setor.

Nosso setor de atuação tem sido favorecido pelas expansões do consumo, do crédito e da renda no país, bem como pelo crescimento do mercado imobiliário. Acreditamos que estamos bem posicionados para capturar as oportunidades existentes no mercado, uma vez que, em sintonia com os movimentos recentes da economia, adequamos nossa estrutura para reagir com velocidade às oportunidades iminentes. Por exemplo, em 2009, com o início da rápida expansão do consumo da Classe C, lançamos a marca New, com foco nesses consumidores. Da mesma forma, em 2010, com a rápida expansão do mercado imobiliário, residencial, comercial, hoteleiro e da construção civil, além do anúncio da realização Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil, criamos uma divisão corporativa preparada para atender de forma personalizada as parcerias neste segmento, a Unicasa Corporate.

Crescimento consistente com rentabilidade e geração de caixa.

Temos apresentado índices de crescimento consistentes. Nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2011, nossa receita bruta de vendas foi de R\$313,39 milhões e R\$402,35 milhões, respectivamente, o que representou um crescimento médio anual composto de 13,3%. Devido ao nosso modelo eficiente de produção e distribuição, acreditamos que somos capazes de expandir nossas operações com rentabilidade crescente. Entre 2009 e 2011, aumentamos nossa margem EBITDA de 21,7% para 27,3%. Além disso, possuímos pouco capital investido, níveis reduzidos de estoque de produtos acabados (produzimos sob encomenda), prazos de vendas curtos e baixo investimento em ativo imobilizado, o que nos permite crescer com forte geração de caixa. Ainda, nosso parque fabril nos permite um aumento da capacidade produtiva da ordem de 40% sem a necessidade de investimentos adicionais relevantes, o que resulta em baixa necessidade de capital no curto e médio prazo e não compromete o nosso plano de negócios para os próximos três anos. Este modelo de negócios, que possibilita o nosso crescimento com forte geração de caixa, se traduz em elevadas taxas de retorno sobre o capital investido (ROIC), as quais foram equivalentes a 31,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 36,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e 28,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Política de recursos humanos focada em resultados e no cliente.

Nosso negócio exige um modelo de venda assistida, que se inicia com a elaboração do projeto no momento da venda, seguida da montagem e pós-venda. Temos consciência da importância de revendedores motivados e comprometidos com o conceito de cada uma de nossas marcas e com bom atendimento ao consumidor e aos profissionais especificadores (arquitetos, decoradores e *designers*). Diante disso, implantamos, em 2007, nossa Universidade Corporativa, iniciativa pioneira responsável por capacitar nossos empregados e nossos revendedores e suas equipes, garantido suporte e disseminação de melhores práticas em todas as etapas do processo comercial. Essa iniciativa nos proporciona ganhos de performance, decorrentes dos melhores resultados obtidos pelos nossos empregados e nossos revendedores, bem como nos garante a preservação da imagem e a valorização de nossas marcas.

Administração com profunda experiência no setor e gestão profissionalizada.

Alguns de nossos sócios fundadores, os quais fazem parte de nosso Conselho de Administração e/ou de nossa Diretoria, possuem mais de 20 anos de experiência no setor moveleiro. Além disso, nosso time de gestores é focado em resultados, em melhorias constantes nas práticas de administração e no retorno para os nossos acionistas. Nossa equipe de administradores e gestores tem sido fundamental para os consistentes resultados e para o crescimento obtidos pela Companhia nos últimos anos, incluindo agilidade para desenvolvimento de novos negócios. Adicionalmente, como forma de intensificar a motivação e comprometimento de nossos administradores na obtenção de melhores resultados e na criação de valor para nossos acionistas, pretendemos aprovar um plano de outorga de opções de compra de ações após a realização da Oferta.

Estratégia

Nossos planos de expansão e crescimento contemplam as principais estratégias abaixo. Entendemos que a nossa geração de caixa é suficiente para fazer frente aos nossos planos de expansão e crescimento. O nosso planejamento para a consecução de tais planos sempre envolveu a hipótese de utilização do caixa gerado por nossas próprias atividades para fomentar nossa expansão orgânica.

Para mais informações, vide seção “Fatores de Risco” – “*Os recursos obtidos com a Oferta Primária não serão empregados na realização dos nossos planos de expansão e crescimento, uma vez que serão destinados ao pagamento de dividendos aos nossos atuais acionistas (anteriores à Oferta), o que poderá atrasar ou impedir o crescimento e expansão de nossos negócios*” na página 78 deste Prospecto.

Nossos planos de expansão e crescimento contemplam as principais estratégias abaixo:

Expandir a base de revendedores de nossas marcas no Brasil e aumentar as vendas nas revendas já existentes.

Pretendemos expandir nossa base de revendas exclusivas, visando o crescimento contínuo de receita, rentabilidade e visibilidade. Pretendemos expandir principalmente o número de revendas exclusivas das marcas New e Telasul, que focam nos segmentos da população das Classes C e D. Objetivamos, com isso, capturar parte do consumo em móveis da parcela de, aproximadamente, 49,3 milhões de brasileiros, que migraram das Classes D e E para as Classes A, B e C entre os anos de 2003 e 2011. Para isso, continuaremos adotando as estratégias de prospecção e abertura de lojas que nos permitiram abrir mais de 370 revendas exclusivas da marca New em menos de três anos, e replicaremos esse modelo para a marca Telasul.

Capturar as oportunidades de crescimento.

Pretendemos intensificar nossos esforços para capturar as oportunidades de crescimento, investindo na qualificação de nossos revendedores, a fim de consolidar o posicionamento das nossas marcas, incentivando-os a implementar melhorias, a investir no treinamento de equipes e na gestão do negócio e, quando necessário, a buscar localizações mais estratégicas para as lojas. Nesse sentido, criamos a Universidade Corporativa Unicasa, uma estrutura de suporte em treinamento aos nossos revendedores e empregados, bem como podemos, estrategicamente, disponibilizar recursos para nossos revendedores, o que, em regra, é mais fácil, conveniente e menos burocrático para os mesmos, em comparação com a obtenção de recursos com instituições financeiras. Adicionalmente, visando capturar novas oportunidades de crescimento, podemos investir em lojas próprias por meio da aquisição de lojas existentes ou da abertura de novas lojas.

Capturar maiores ganhos de escala e eficiência operacional mediante o aumento das nossas vendas.

Nosso crescimento e a consolidação da nossa posição de liderança no setor de móveis planejados passam pelo aumento da eficiência de nossas operações. Por meio do crescimento contínuo de nossas vendas e do investimento constante em tecnologia, como o investimento em 2011 de R\$25,40 milhões em máquinas e equipamentos, especialmente em equipamento robotizado de origem alemã que nos permitirá eliminar estoques intermediários, com operacionalização total programada para junho de 2012, pretendemos obter ganhos de escala e eficiência operacional adicionais. Isso nos propiciará diluição de custos fixos, maior poder de negociação com fornecedores, melhoria da produtividade e otimização da nossa capacidade fabril.

Ampliação constante da oferta de produtos inovadores.

Conquistamos, anualmente, de 2007 a 2010, colocação entre as 50 empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o ranking “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã/RS (www.amanha.com.br). Acreditamos que a inovação contínua é um elemento importante para a imagem das nossas marcas, nossa competitividade e nosso crescimento. Adicionalmente, somos reconhecidos por nosso foco em pesquisa e desenvolvimento e continuaremos a gerir nosso *mix* de produtos de forma a antecipar tendências e surpreender o consumidor. Acreditamos haver diversas oportunidades para continuarmos expandindo a oferta de novos produtos em outras categorias do setor de móveis planejados. Recentemente, lançamos as linhas infantil e de escritório (*kids* e *office*), como forma de implementar nossa estratégia de diversificação de produtos.

Incrementar nossas vendas no segmento corporativo.

Com nossa capilaridade aliada à estrutura logística, capacidade e flexibilidade de produção, acreditamos estar posicionados de forma privilegiada para aproveitar oportunidades que esperamos serem significativas, em decorrência de expansão do segmento corporativo, baseada no expressivo crescimento do mercado imobiliário no Brasil e nos novos investimentos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Pretendemos continuar expandindo nossas parcerias com incorporadoras e empresas do ramo hoteleiro e da construção civil, o que acreditamos que permitirá a alavancagem de nossas vendas neste segmento.

Histórico

Fomos fundados em setembro de 1985 sob a denominação Premier Móveis Ltda., a qual foi alterada, no mesmo ano, para Dell Anno Móveis Ltda., com sede em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, pelas empresas Grendene S.A., Telasul S.A. e Pozza S.A. – Indústria e Comércio. Inicialmente, fabricávamos apenas móveis para cozinhas.

Durante a década de 90, buscamos a expansão de nossas atividades por meio de investimentos em novas linhas de produtos e da diversificação dos canais de distribuição, compostos por revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas.

Entre 1987 e 2003, passamos por diversos processos de reestruturação societária, por meio dos quais ocorreram alterações das participações dos sócios em nosso capital social. Em decorrência desses processos, os nossos acionistas Pozza S.A – Indústria e Comércio. e Grendene S.A. transferiram a totalidade de suas ações ao Sr. Alexandre Grendene Bartelle e ao Sr. Pedro Grendene Bartelle. Ademais, os acionistas Pedro Grendene Bartelle e Telasul S.A., transferiram suas participações societárias à Família Zietolie e ao Sr. Alexandre Grendene Bartelle, que passou a deter, indiretamente, 79,66% de nosso capital.

Sumário da companhia

No ano de 2003, criamos a marca Favorita que, inicialmente, tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em Pontos de Venda Multimarcas. Ainda neste ano, nossa razão social foi alterada para Única Indústria de Móveis Ltda., passando o nome Dell Anno a ser nossa principal marca, que tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em revendas exclusivas.

Em 2004 houve a transformação do nosso tipo jurídico para sociedade anônima, sendo a nossa razão social alterada para Única Indústria de Móveis S.A.

Em continuidade ao projeto de expansão dos negócios, em 2007, por meio de contrato de licenciamento de uso de marca celebrado com a Telasul S.A., adquirimos o direito, não exclusivo, de utilização da marca Telasul com um perfil de produto para atender as grandes redes varejistas e focada no segmento de consumo da Classe D. No mesmo ano, criamos também o modelo de Universidade Corporativa para dar suporte ao treinamento de nossos revendedores e empregados, bem como iniciamos a implantação do nosso Programa de *Trainee*.

A partir de 2007 e 2009, respectivamente, as nossas marcas Dell Anno e Favorita passaram por um processo de reposicionamento, visando elevar a percepção das marcas e dos respectivos produtos. Esse reposicionamento resultou na criação, no ano de 2009, da marca New, voltada para atender o crescimento do consumo da Classe C no Brasil, completando nosso portfólio de marcas.

Em 2009, nossa razão social foi alterada para Unicasa Indústria de Móveis S.A. Em 2010, criamos a Unicasa Corporate, divisão de negócios com foco em parcerias na construção civil e no ramo hoteleiro, com o intuito de capitalizar a expansão desse mercado e as oportunidades decorrentes dos investimentos no país para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Ainda no ano de 2010, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle, transferiu para o Sr. Frank Zietolie a quantidade de 329.994 ações ordinárias, representativas de 6,0% do nosso capital social total. Neste mesmo período, o Sr. Juvenil Antônio Zietolie transferiu à Frank Zietolie a quantidade de 37.803 ações ordinárias, representativas de 0,69% do nosso capital social total. Em decorrência das referidas transferências, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle passou a deter 73,66% do nosso capital social, enquanto que os Srs. Juvenil Antônio Zietolie e Frank Zietolie passaram a deter, respectivamente, 10,74% e 10,00% do nosso capital social.

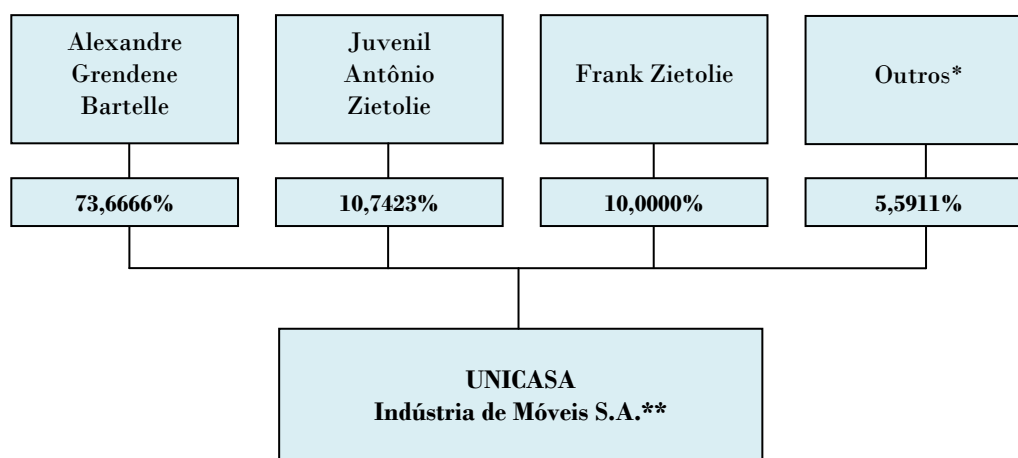
O ano de 2011 foi marcado pela parceria entre nós e o estilista Reinaldo Lourenço e pela presença internacional da marca Dell Anno no Salão do Móvel de Milão, patrocinando uma mostra de arquitetura e *design*. Ainda em 2011, investimos em tecnologias de produção *just in time* e diferenciação de nossos produtos: foram lançados os acabamentos chanfrados em 45° e as marcas Dell Anno e Favorita foram complementadas com as linhas para escritório e infantil (*office* e *kids*). Encerramos o ano de 2011 com 2.662 revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas no Brasil e 17 revendas exclusivas e lojas multimarcas no exterior, exportando nossos produtos para 13 países (Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana).

O início do ano de 2012 foi marcado pela consolidação da vinculação da imagem da nossa marca Dell Anno a estilo e moda, por meio do patrocínio concedido à São Paulo Fashion Week.

Ainda, consolidamos a estratégia de comunicação da nossa marca New com a Classe C, por meio do patrocínio do Big Brother Brasil 2012 e de inserções programadas para todo o ano no programa Caldeirão do Huck, dentre outras.

Sumário da companhia

A nossa estrutura acionária na data deste Prospecto é a seguinte:



* Kelly Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa Celso Schenato, com participação de 2,7805%, 1,4772% e 1,3334%, respectivamente.

** A Companhia não possui subsidiárias.

Eventos Recentes

Aumento de Capital

Em 27 de fevereiro de 2012, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de nosso capital social no valor de R\$30.100.364,96 (trinta milhões, cem mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de nossa reserva de lucro, passando o capital social dos atuais R\$29.699.460,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e sessenta reais) para R\$59.799.824,96 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte quatro reais e noventa e seis centavos).

Distribuição de Dividendos

A nossa administração propôs à Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a distribuição do saldo da reserva de retenção de lucros, no valor de R\$111.608.329,74, bem como do valor de lucros não distribuídos de 2011, no valor de R\$48.492.035,22, a título de dividendos adicionais, perfazendo um total a pagar de R\$160.100.364,96. Conforme Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datada de 24 de fevereiro de 2012, rerratificada em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no valor de R\$130.000.000,00 e deliberaram por aumentar o nosso capital social, mediante a capitalização do valor de R\$30.100.364,96. Os dividendos deverão ser pagos até o final de 2012. Farão jus ao recebimento dos dividendos, na proporção das participações no nosso capital social, apenas os acionistas detentores de nossas ações ordinárias nominativas em 24 de fevereiro de 2012, sendo que as ações de nossa emissão imediatamente após a realização da nossa oferta pública inicial de ações serão negociadas “*ex dividendos*”.

Desdobramento de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012, foi deliberado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10,3547337 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para cada 01 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal existente, ficando o capital social da Companhia no valor de R\$59.799.824,96 dividido em 56.950.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas em razão do desdobramento fazem jus a todos os benefícios, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital distribuídos, declarados ou que vierem a ser distribuídos ou declarados por nós, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas antes do desdobramento.

Informações corporativas

Nossa sede social está localizada na RSC 470, Km 212, 930, São Vendelino, CEP 95700-000, na cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O nosso telefone geral é (54) 3455-4444. O telefone e email de nosso Departamento de Relações com Investidores são: (54) 3455-4425 e dri@unicasamoveis.com.br, o nosso *website* é www.unicasamoveis.com.br. As informações presentes em nosso *website* não são incorporadas por referência e tampouco constituem parte integrante do presente Prospecto.

Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas no Formulário de Referência – sobretudo os fatores de risco descritos no item “4” e no item “5”, a partir da página 149 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir da página 483 e os fatores de risco descritos abaixo.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá “um efeito adverso para nós” ou nos “afetará adversamente” significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Caso falhemos na manutenção do valor de nossas marcas, nossas vendas poderão ser negativamente afetadas.

Nosso sucesso depende, em grande parte, do valor das marcas que utilizamos para comercialização dos nossos produtos. As marcas “Dell Anno”, “Favorita” “New” e “Telasul” e suas imagens perante o mercado são essenciais para nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar nossas marcas dependerá significativamente do êxito de nossos esforços de *marketing* e de nossa capacidade de manter nossas marcas reconhecidas dentre consumidores e mercado como de alto valor qualitativo. Nossas marcas podem ser afetadas adversamente, caso falhemos em atingir estes objetivos, ou caso nossa imagem venha a ser atingida por uma publicidade negativa. Caso, por exemplo, nossos revendedores não atinjam nosso padrão de qualidade, a reputação de nossas marcas poderá ser prejudicada. Adicionalmente, caso sejam introduzidos novos segmentos de produtos e os mesmos não sejam bem sucedidos, poderá haver uma alteração na percepção de valor de nossas marcas e impactar negativamente nossas vendas, aumentar custos e/ou despesas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais. Quaisquer desses eventos podem resultar na queda do nosso volume de vendas e em um impacto negativo em nossos resultados.

Uma de nossas principais estratégias de crescimento consiste na atração de novos revendedores, porém podemos não obter sucesso no seu desenvolvimento.

Uma de nossas principais estratégias de crescimento está baseada na atração de novos revendedores, sendo que identificamos maior potencial de expansão de lojas e pontos de venda para as nossas marcas “New” e “Telasul”. Nossa capacidade de atrair novos revendedores depende de inúmeros fatores que não controlamos, tais como (i) a expansão de nossos concorrentes; (ii) a dificuldade de encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, bem como a concorrência por tais pontos; (iii) a disponibilidade de mão de obra qualificada; e (iv) questões econômicas e de mercado que possam afetar a demanda por nossos produtos.

Se não tivermos sucesso na atração de novos revendedores, nosso plano de expansão pode ser adversamente impactado.

Nossos revendedores podem não manter suas médias atuais de vendas, o que poderá afetar adversamente nossos volume e margem de vendas atuais, bem como nossos resultados.

Nosso volume e margem médios de vendas para as lojas de nossos revendedores poderão diferir significativamente de nossas médias atuais devido a inúmeros fatores, tais como: (i) produtos concorrentes; (ii) falta de demanda por nossos produtos; (iii) qualidade de serviços oferecidos aos nossos clientes; e (iv) dificuldade dos nossos revendedores de encontrar locais adequados para abertura de lojas e (v) alterações de mercado.

Conseqüentemente, caso nossas médias atuais de volume e margem de venda sejam afetadas adversamente por alguns desses fatores, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Nossos revendedores podem não obter êxito na renovação dos seus contratos de aluguel. Além disso, podemos não obter êxito na renovação de nossos contratos de revenda com tais revendedores.

O sucesso na comercialização das nossas marcas depende, em grande parte, da localização das lojas de nossos revendedores, principalmente os exclusivos. A maioria das lojas de nossos revendedores exclusivos, os quais são responsáveis pela maior parcela de nossas vendas e, conseqüentemente, de nossa receita, está estrategicamente localizada em pontos que nossos administradores entendem ser de alta visibilidade. Caso (i) não consigamos renovar os contratos de revenda, que atualmente tem duração de um ano, com tais revendedores; ou (ii) tais revendedores não consigam renovar seus contratos de aluguel em termos razoáveis; ou (iii) tais revendedores sejam obrigados a alterar a localização de suas lojas para locais que não tenham a mesma visibilidade que possuem atualmente, as vendas de nossos produtos podem cair e, portanto, impactar negativamente nossos resultados.

Nossas fábricas estão concentradas em um único parque industrial, do qual somos integralmente dependentes.

A fabricação de todos os nossos produtos é feita em unidades fabris concentradas em um único parque industrial, localizado na cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul. Qualquer interrupção significativa na operação de nosso parque industrial devido a qualquer desastre natural, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, interdição e lacração dos imóveis consequentes de ausência de licenças municipais e de corpo de bombeiros, ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de produção, o que pode causar queda ou mesmo interrupção nas vendas, afetando nossos resultados operacionais. Adicionalmente, todo o nosso centro administrativo está localizado no mesmo prédio dentro do nosso parque industrial. Qualquer ocorrência nessa localidade que afete nosso parque industrial e, eventualmente, nosso centro administrativo, tal como desastres naturais ou acidentes, poderá afetar adversamente nossas operações e, consequentemente, nossos resultados.

Adicionalmente, por estarmos concentrados em um único parque fabril, greves e paralisações da totalidade ou de grande parte de nossos funcionários poderão afetar nossa produção.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo o Prospecto, incluindo as informações contidas nas seções “Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco”, nas páginas 21 e 74, respectivamente, nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a partir da página 483, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Companhia	Unicasa Indústria de Móveis S.A.
Acionistas Vendedores	Alexandre Grendene Bartelle; Juvenil Antonio Zietolie; Kelly Zietolie; Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa C. Schenatto.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Coordenador Contratado ou XP Investimentos	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Itaú BBA e o Santander, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador	O Itaú BBA é o agente autorizado para realização de operações de estabilização de preço das Ações no mercado brasileiro.
Instituições Consorciadas	Instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, conforme termo definido abaixo, que tenham aderido ao Contrato de Colocação por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Contrato de Colocação, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação junto a Investidores Não-Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta, conjuntamente com o Coordenador Contratado e as Instituições Consorciadas.
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital LLC, Itau BBA USA Securities, Inc. e Santander Investment Securities Inc.
Ações	As ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Primária e as Ações Suplementares, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, consideradas em conjunto.

Sumário da oferta

Oferta

Oferta pública primária e secundária de distribuição de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA contratadas para participar da Oferta de Varejo.

Foram também realizados, simultaneamente, esforços de colocação das Ações: (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro e previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) para Investidores Institucionais Estrangeiros, e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil de acordo com os mecanismos de investimento regulados pela legislação brasileira aplicável, especialmente pelo BACEN, CMN e a CVM. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional. Não foi e nem será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.

A referência à Oferta também será referência à Oferta Primária e à Oferta Secundária.

Oferta Primária

A oferta pública de distribuição primária das Ações inicialmente ofertadas. Na emissão das Ações inicialmente ofertadas houve exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição de Ações objeto da Oferta Primária, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei Sociedades por Ações.

Oferta Secundária

A oferta pública de distribuição secundária das Ações inicialmente ofertadas.

Ações Adicionais

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderia ter sido, mas não foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até 5.286.909 ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Sumário da oferta

Ações Suplementares

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.965.181 ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“Opção de Ações Suplementares”). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações Suplementares tenha sido tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os Coordenadores da Oferta, no momento em que foi fixado o Preço por Ação.

Público-Alvo

A Oferta será direcionada, na Oferta de Varejo, aos Investidores Não-Institucionais e, na Oferta Institucional, aos Investidores Institucionais. Para mais informações, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Público-Alvo” na página 44 deste Prospecto.

Investidores Institucionais

Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00 (trezentos mil reais), além de fundos de investimento, de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados a aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM e determinados Investidores Institucionais Estrangeiros.

Investidores Não-Institucionais

Investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), por Investidor Não-Institucional.

Sumário da oferta

Investidores Institucionais Estrangeiros

Investidores nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, que sejam pessoas consideradas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S, no âmbito do *Securities Act* editado pela SEC.

Pessoas Vinculadas

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, são consideradas pessoas vinculadas à Oferta quaisquer pessoas que sejam: (i) administradores ou controladores da Companhia; (ii) administradores e/ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta e/ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau dos Acionistas Vendedores ou de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.

Os Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas deveriam, necessariamente, indicar no respectivo Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada. Como foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações em número superior ao número de Ações inicialmente ofertadas acrescido de 1/3 (sem considerar as Ações Suplementares), foi vedada a colocação, pelos Coordenadores da Oferta e/ou pelo Coordenador Contratado, de Ações aos Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, automaticamente canceladas, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva das Pessoas Vinculadas.

Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, 10% (dez por cento), e, no máximo, 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Suplementares, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não-Institucionais na Oferta de Varejo. Os Investidores Não-Institucionais realizaram o Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, destinados à subscrição e/ou aquisição das Ações no âmbito da Oferta, observado os valores mínimo e máximo do Pedido de Reserva.

Sumário da oferta

Oferta Institucional	Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo ou máximo de investimento, e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos para participar da Oferta Institucional.
Pedido de Reserva	Solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico preenchido durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, por Investidor Não-Institucional que desejou participar da Oferta de Varejo.
Período de Reserva	Foi concedido aos Investidores Não-Institucionais o prazo de 09 dias úteis, iniciado em 12 de abril de 2012, inclusive, e encerrado em 24 de abril de 2012, inclusive, para a realização dos Pedidos de Reserva.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Aos Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas foi concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis, iniciado em 12 de abril de 2012, inclusive, e encerrado em 13 de abril de 2012, inclusive, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva, data esta que antecedeu em 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , sendo que neste caso os Pedidos de Reserva realizados por Pessoas Vinculadas não estarão sujeitos a eventual cancelamento por excesso de demanda.
Preço por Ação	<p>O Preço por Ação é de R\$14,00. O Preço por Ações foi fixado após a apuração do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> <p>O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens firmes de subscrição e/ou aquisição das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Processo de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais no Brasil e pelos Agentes de Colocação Internacional no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 23, parágrafo

1º, e o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400.

Poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares). Como foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações em número superior ao número de Ações inicialmente ofertadas acrescido de 1/3 (sem considerar as Ações Suplementares), foi vedada a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam pessoas vinculadas, automaticamente canceladas. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM e não são consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente o processo de formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.

Para mais informações acerca dos riscos relativos à participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, veja o Fator de Risco “*A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário*” na Seção “Fatores de Risco”, na página 75 deste Prospecto.

Valor Total da Oferta

R\$370.083.644,00 (com base no Preço por Ação e sem considerar as Ações Suplementares), sendo R\$127.909.096,00 decorrentes da Oferta Primária e, R\$242.174.548,00 decorrentes da Oferta Secundária.

Plano de Distribuição

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaboraram plano de distribuição das Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levou em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta asseguraram: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares do prospecto para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas pudessem ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Regime de Distribuição Garantia Firme de Liquidação

Após a celebração do Contrato Colocação entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, e após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto, as Ações, sem considerar as Ações Suplementares, serão distribuídas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta de forma individual e não solidária, em conformidade com os termos da Instrução CVM 400.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de liquidação financeira das Ações sem considerar as Ações Suplementares que, uma vez subscritas/adquiridas por investidores, não forem integralizadas/liquidadas pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação, publicado o Anúncio de Início, disponibilizado este Prospecto Definitivo e concedidos os registros da Oferta pela CVM.

Caso as Ações subscritas e/ou adquiridas (exceto as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá e/ou adquirirá e integralizará/liquidará, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Colocação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações da Oferta objeto da garantia firme de liquidação prestada, nos termos do Contrato de Colocação e pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações efetivamente subscritas e/ou adquiridas por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado (sem considerar as Ações Suplementares). Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a exercer a garantia firme de liquidação nos termos acima e tenham interesse em alienar tais Ações até a publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Ações será o preço de mercado limitado ao Preço por Ação, ficando ressaltado que as atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Período de Colocação

Prazo de até três dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação de Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta tem início na data de publicação do Anúncio de Início, e será encerrado na data da publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.

Data de Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Suplementares, será realizada no prazo de até três dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

Data de Liquidação das Ações Suplementares

A liquidação física e financeira das Ações Suplementares, se houver, deverá ser realizada até o terceiro dia útil seguinte à data do exercício da Opção de Ações Suplementares, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferem a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) cada ação confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais da Companhia; (ii) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, as ações darão direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; (iv) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (v) direito de preferência na subscrição e/ou aquisição de novas ações, conforme conferido pela Lei das Sociedades por Ações; (vi) direito de alienar as ações ordinárias no caso de alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador (*tag along*), nos termos do Estatuto Social da Companhia; (vii) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública a ser realizada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e acionista controlador, bem como do poder de decisão destes, nos termos do Estatuto Social da Companhia; e (viii) receber dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações que vierem a ser declarados por nós, a partir da Data de Liquidação, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social.

Para mais informações, ver seção “Informações Relativas à Oferta – Direitos, Vantagens e Restrições das Ações” na página 54 deste Prospecto.

Direito de Venda Conjunta (Tag-Along)

A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle obrigue-se a efetivar oferta pública de aquisição abrangendo a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador (*tag along*), nos termos do Estatuto Social da Companhia.

Restrições à Negociação de Ações (Lock-up)

Em 30 de março de 2012, a Companhia e os Acionistas Controladores celebraram o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, aderindo ao segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários, o qual entrará em vigor no primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início. As Ações da Companhia serão listadas e negociadas no segmento especial de negociação do Novo Mercado da BM&FBOVESPA a partir do primeiro dia útil imediatamente seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, sob o código “UCAS3”. As principais regras relativas ao Novo Mercado estão descritas de forma resumida neste Prospecto, que está à disposição dos investidores nos endereços ou dependências indicados na página 72 deste Prospecto.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Controladores, os Acionistas Vendedores, bem como cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia celebraram os acordos de restrição à venda de ações de emissão da Companhia (“Instrumentos de Lock-up”), por meio dos quais concordaram, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda ou compra, dar em garantia ou de outra forma alienar ou adquirir, direta ou indiretamente, pelo período de seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros.

Além disso, de acordo com as regras do Novo Mercado, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não poderão vender ou ofertar à venda ações ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros seis meses após o início das negociações das ações no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações de emissão da Companhia de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Adicionalmente, a vedação não se aplicará nas hipóteses descritas no art. 48, inciso II da Instrução CVM 400, assim como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*.

Para mais informações, ver o item “Restrições à Negociação de Ações – (*Lock-up*)”, na seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 53 deste Prospecto.

Conselho Fiscal

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, seu Conselho Fiscal, de caráter não permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Resolução de Conflitos por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, os membros do seu Conselho de Administração, os membros de sua Diretoria e os membros do seu Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Capital Social

Nosso capital social, na data deste Prospecto, é de R\$59.799.824,96, dividido em 56.950.000 ações ordinárias. Após a Oferta, nosso capital social será de R\$187.708.920,96, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, com base no Preço por Ação e sem considerar as Ações Suplementares. Para informações adicionais sobre nosso capital social, veja a seção “Informações Relativas à Oferta” na página 37 deste Prospecto.

Free Float

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, estima-se que 40% das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação.

Contrato de Empréstimo

Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Unicasa Indústria de Móveis S.A., celebrado entre: (i) o Itaú BBA, como (“Tomador”); (ii) Itaú Corretora de Valores S.A., como (“Corretora”); e (iii) Alexandre Grendene Bartelle e Frank Zietolie, como doadores (“Doadores”) e a BM&FBOVESPA como interveniente-anuente, o qual rege os procedimentos para empréstimo das Ações para atender a eventual excesso de demanda, foi aprovado pela CVM antes da publicação do Anúncio de Início.

Sumário da oferta

Estabilização de Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A., poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 dias contados do Início das Negociações, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005, antes da publicação do Anúncio de Início.

Mercados de Negociação

A Companhia solicitou o registro para negociação de suas ações ordinárias no segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e, tão logo deferido o registro, as ações ordinárias de sua emissão passarão a ser listadas no Novo Mercado sob o código “UCAS3”, a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início. Não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta, das Ações junto à SEC, nem a qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.

Destinação dos Recursos

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, correspondentes a R\$124,3 milhões, com base no Preço por Ação e sem considerar as Ações Suplementares, para o pagamento de dividendos aos seus atuais acionistas (anteriores à Oferta). Para informações adicionais, veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 79 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento em Ações, sendo um investimento em renda variável, representa um investimento de risco e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados à volatilidade do mercado de capitais, à liquidez das Ações e à oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever e/ou adquirir as Ações. Os investidores devem ler atentamente o Prospecto, principalmente a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 74 a 77 deste Prospecto, que contém a descrição de certos riscos que a Companhia atualmente acredita serem capazes de afetá-la de maneira adversa.

Sumário da oferta

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Ações, vide seção “Fatores de Risco” nas páginas 74 a 77 deste Prospecto, e as seções 4 e 5 do Formulário de Referência da Companhia, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de abril de 2012, cuja ata foi publicada no DOERS e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul em 19 de abril de 2012, e registrada na JUCERGS em 12 de abril de 2012, sob o nº 3614414.

A determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta Primária e o efetivo aumento do capital da Companhia, assim como o Preço por Ação, foram deliberados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de abril de 2012, cuja ata será registrada na JUCERGS e publicada no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul na data de publicação do Anúncio de Início e no DOERS no dia útil subsequente.

Tendo em vista que os Acionistas Vendedores são pessoas físicas, não há necessidade de aprovações societárias pelos Acionistas Vendedores para a realização da Oferta Secundária. No âmbito da Oferta, a emissão de novas Ações pela Companhia foi feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e tal emissão foi realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

Cronograma da Oferta

Vide seção “Informações Relativas à Oferta – Cronograma da Oferta” na página 45 deste Prospecto.

Controle Acionário

Na data deste Prospecto, os Acionistas Controladores detem a totalidade do capital social da Companhia e, após a Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, deterão 60% do capital social da Companhia e, portanto, continuarão sendo os acionistas controladores da Companhia.

Informações Adicionais

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, vide a seção “Informações Relativas à Oferta” nas páginas 37 a 67 deste Prospecto. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção “Informações Relativas à Oferta” nas páginas 37 a 67 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição Atual do Nosso Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$59.799.824,96, representado por 56.950.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, considerando o desdobramento de ações realizado em 30 de março de 2012.

Na data deste Prospecto, a composição do capital social da Companhia é a seguinte:

Espécie e Classe	Quantidade
Ações Ordinárias	56.950.000
Total	56.950.000

Após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, a composição do capital social da Companhia será a seguinte, sem considerar o exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Espécie e Classe	Quantidade
Ações Ordinárias	66.086.364
Total	66.086.364

Após a conclusão da Oferta, a composição do capital social da Companhia será a seguinte, considerando o exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Espécie e Classe	Quantidade
Ações Ordinárias	66.086.364
Total	66.086.364

Informações relativas à oferta

Principais Acionistas e Membros da Administração

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas pelos acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, Acionistas Vendedores e Administradores da Companhia e outros: (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, sem considerar o exercício integral da Opção de Ações Suplementares.

Acionista ⁽¹⁾	Número de Ações e Percentual			
	Antes da Oferta		Depois da Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Alexandre Grendene Bartelle ⁽²⁾⁽³⁾	41.953.182	73,67	29.210.183	44,20
Juvenil Antonio Zietolie ⁽²⁾⁽³⁾	6.117.742	10,74	3.020.704	4,57
Kelly Zietolie ⁽²⁾⁽³⁾	1.583.497	2,78	781.869	1,18
Emilia Angela Saretta Zietolie ⁽²⁾	841.263	1,48	415.383	0,63
Nely Rosa C. Schenatto ⁽²⁾	759.316	1,33	528.679	0,80
Frank Zietolie ⁽³⁾	5.695.000	10,00	5.695.000	8,62
Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho ⁽³⁾	0	0,00	0	0,00
Thiago Proença Baisch ⁽³⁾	0	0,00	0	0,00
Renato Ochman ⁽³⁾	0	0,00	0	0,00
João Carlos Sfreddo ⁽³⁾	0	0,00	0	0,00
Ações em circulação	0	0,00	26.434.546	40,00
Total	56.950.000	100,0	66.086.364	100,0

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia titulares de mais de 5% de seu capital social, inclusive sua composição societária, ver item 15.2 na página 149 do Formulário de Referência e a seção “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores”, na página 39 deste Prospecto.

⁽²⁾ Acionista Vendedor.

⁽³⁾ Administrador da Companhia.

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas pelos acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, Acionistas Vendedores e Administradores da Companhia e outros: (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, considerando o exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Acionista ⁽¹⁾	Número de Ações e Percentual			
	Antes da Oferta		Depois da Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Alexandre Grendene Bartelle ⁽²⁾⁽³⁾	41.953.182	73,67	26.289.166	39,78
Juvenil Antonio Zietolie ⁽²⁾⁽³⁾	6.117.742	10,74	2.310.784	3,50
Kelly Zietolie ⁽²⁾⁽³⁾	1.583.497	2,78	598.116	0,91
Emilia Angela Saretta Zietolie ⁽²⁾	841.263	1,48	317.761	0,48
Nely Rosa C. Schenatto ⁽²⁾	759.316	1,33	475.811	0,72
Frank Zietolie ⁽³⁾	5.695.000	10,00	5.695.000	8,62
Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho ⁽³⁾	0	0,00	0	0,00
Thiago Proença Baisch ⁽³⁾	0	0,00	0	0,00
Renato Ochman ⁽³⁾	0	0,00	0	0,00
João Carlos Sfreddo ⁽³⁾	0	0,00	0	0,00
Ações em circulação	0	0,00	30.399.727	46,00
Total	56.950.000	100,0	66.086.364	100,0

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia titulares de mais de 5% de seu capital social, inclusive sua composição societária, ver item 15.2 na página 149 do Formulário de Referência e a seção “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores”, na página 39 deste Prospecto.

⁽²⁾ Acionista Vendedor.

⁽³⁾ Administrador da Companhia.

Informações relativas à oferta

Acionistas Vendedores

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores, a serem alienadas na Oferta, sem considerar o exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Nome	Quantidade	Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Alexandre Grendene Bartelle , brasileiro, industrial, solteiro, portador da carteira de identidade nº 500.635.228-9, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.675.970-87, residente e domiciliado na Cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Rui Barbosa, 142, apto. 1.201, Centro, CEP 95.180-000.	12.742.999	168.560.097,57
Juvenil Antonio Zietolie , brasileiro, industrial, empresário, casado, portador da carteira de identidade nº 902.082.295-4, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 029.127.670-91, residente e domiciliado na Cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua República, 31, apto. 401, Cidade Alta, CEP 95.700-000.	3.097.038	40.966.582,38
Kelly Zietolie , brasileira, empresária, casada, portadora da carteira de identidade nº 801.543.637-4, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 594.926.860-15, residente e domiciliada na Cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua República, 31, apto. 301, Cidade Alta, CEP 95.700-000.	801.628	10.603.660,68
Emilia Ângela Saretta Zietolie , brasileira, do lar, casada, portadora da carteira de identidade nº 400.889.660-9, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 807.206.090-20, residente e domiciliada na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua República, 31, apto. 401, Cidade Alta, CEP 95.700-000.	425.880	5.633.397,09
Nely Rosa Celso Schenatto , brasileira, do lar, viúva, portadora da carteira de identidade nº 900.727.605-9, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 667.288.190-53, residente e domiciliada na Cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Olavo Bilac, 195/400, Cidade Alta, CEP 95.700-000.	230.637	3.050.790,74

⁽¹⁾ Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta. Os valores apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.

Informações relativas à oferta

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores, a serem alienadas na Oferta, considerando o exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Nome	Quantidade	Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Alexandre Grendene Bartelle , brasileiro, industrial, solteiro, portador da carteira de identidade nº 500.635.228-9, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.675.970-87, residente e domiciliado na Cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Rui Barbosa, 142, apto. 1.201, Centro, CEP 95.180-000.	15.664.016	207.978.063,53
Juvenil Antonio Zietolie , brasileiro, industrial, empresário, casado, portador da carteira de identidade nº 902.082.295-4, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 029.127.670-91, residente e domiciliado na Cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua República, 31, apto. 401, Cidade Alta, CEP 95.700-000.	3.806.958	50.546.663,15
Kelly Zietolie , brasileira, empresária, casada, portadora da carteira de identidade nº 801.543.637-4, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 594.926.860-15, residente e domiciliada na Cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua República, 31, apto. 301, Cidade Alta, CEP 95.700-000.	985.381	13.083.338,50
Emilia Ângela Saretta Zietolie , brasileira, do lar, casada, portadora da carteira de identidade nº 400.889.660-9, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 807.206.090-20, residente e domiciliada na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua República, 31, apto. 401, Cidade Alta, CEP 95.700-000.	523.502	6.950.773,26
Nely Rosa Celso Schenatto , brasileira, do lar, viúva, portadora da carteira de identidade nº 900.727.605-9, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 667.288.190-53, residente e domiciliada na Cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Olavo Bilac, 195/400, Cidade Alta, CEP 95.700-000.	283.505	3.764.221,54

⁽¹⁾ Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta. Os valores apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.

Descrição da Oferta

A Oferta compreende a distribuição pública primária de, inicialmente, 9.136.364 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia, e secundária de, inicialmente, 17.298.182 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação para as Ações inicialmente ofertadas, com a participação do Coordenador Contratado e das Instituições Consorciadas.

Foram também realizados, simultaneamente, esforços de colocação das Ações nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e para investidores nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, que sejam pessoas consideradas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S, no âmbito do *Securities Act* editado pela SEC, e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros, sejam registrados na CVM e invistam no Brasil de acordo com os mecanismos de investimento regulados pela legislação brasileira aplicável, especialmente pelo BACEN, pelo CMN e pela CVM. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional. Não foi e nem será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.965.181 ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados do Início das Negociações, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações Suplementares tenha sido tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta, no momento em que foi fixado o Preço por Ação.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderia ter sido, mas não foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em até 20% (vinte por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até 5.286.909 ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, o Preço por Ação é de R\$14,00.

O Preço por Ação foi fixado após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 e de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual refletiu o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens firmes de subscrição e/ou aquisição das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não-Institucionais que efetuaram Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares). Como foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações em número superior ao número de Ações inicialmente ofertadas acrescido de um 1/3, foi vedada a colocação, pelos Coordenadores da Oferta e/ou pelo Coordenador Contratado, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM e não são consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente o processo de formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações de emissão da Companhia no mercado secundário.**

Para mais informações acerca dos riscos relativos à participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, veja o Fator de Risco “A participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter um impacto adverso na liquidez das Ações e na definição do Preço por Ação” na Seção “Fatores de Risco”, na página 75 deste Prospecto.

Quantidade, Valor e Recursos Líquidos

Os quadros seguintes indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total dos recursos oriundos da Oferta, das comissões pagas e dos recursos líquidos recebidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, no âmbito da Oferta Primária e da Oferta Secundária, respectivamente, em cada uma das hipóteses abaixo descritas.

Informações relativas à oferta

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares:

Oferta	Quantidade	Valor (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽¹⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾
Por Ação	01	14,00	0,51	13,49
Oferta Primária.....	9.136.364	127.909.096,00	0,00	127.909.096,00 ⁽³⁾
Oferta Secundária	17.298.182	242.174.548,00	13.360.019,55 ⁽⁴⁾	228.814.528,45
Total	26.434.546	370.083.644,00	13.360.019,55	356.723.624,45

⁽¹⁾ Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta. Os valores apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.

⁽³⁾ Não considera o pagamento de dividendos, que será realizado parcialmente com recursos da Oferta Primária. Para mais informações, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 79 deste Prospecto.

⁽⁴⁾ Os Acionistas Vendedores serão responsáveis pelo pagamento das comissões referentes à Oferta Primária.

Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações Suplementares:

Oferta	Quantidade	Valor (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽¹⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾
Por Ação	01	14,00	0,51	13,49
Oferta Primária.....	9.136.364	127.909.096,00	0,00	127.909.096,00 ⁽³⁾
Oferta Secundária	21.263.363	297.687.082,00	15.364.022,03 ⁽⁴⁾	282.323.059,97
Total	30.399.727	425.596.178,00	15.364.022,03	410.232.155,97

⁽¹⁾ Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta. Os valores apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.

⁽³⁾ Não considera o pagamento de dividendos, que será realizado parcialmente com recursos da Oferta Primária. Para mais informações, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 79 deste Prospecto.

⁽⁴⁾ Os Acionistas Vendedores serão responsáveis pelo pagamento das comissões referentes à Oferta Primária.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, consultores legais, taxas de registro e publicidade, estimadas em R\$3.561.890,02, serão pagas pela Companhia. As comissões devidas aos Coordenadores da Oferta, estimadas em R\$13.360.019,55, serão integralmente pagas pelos Acionistas Vendedores, bem como impostos, despesas de *roadshow* e outras despesas, estimadas em R\$2.087.768,77.

Informações relativas à oferta

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, sem considerar as Ações Suplementares:

Custos	Custo Total (R\$) ⁽¹⁾	% em Relação ao Valor Total da Oferta	Custo por Ação (R\$) ⁽¹⁾	% em Relação ao Preço por Ação
Comissões.....	13.360.019,55	3,61%	0,51	3,61%
Comissão de Coordenação.....	2.005.853,35	0,54%	0,08	0,54%
Comissão de Colocação.....	6.017.560,05	1,63%	0,23	1,63%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação.....	2.005.853,35	0,54%	0,08	0,54%
Comissão de Incentivo.....	3.330.752,80	0,90%	0,13	0,90%
Impostos⁽²⁾.....	1.426.941,77	0,39%	0,05	0,39%
Despesas⁽³⁾.....	5.649.658,80	1,53%	0,21	1,53%
Registro da Oferta pela CVM.....	165.740,00	0,04%	0,01	0,04%
Registro da Oferta pela ANBIMA.....	12.870,03	0,00%	0,00	0,00%
Emolumentos da BM&FBOVESPA.....	51.000,00	0,01%	0,00	0,01%
Advogados e Consultores.....	2.312.824,00	0,62%	0,09	0,62%
Auditores.....	270.000,00	0,07%	0,01	0,07%
Publicidade da Oferta.....	749.456,00	0,20%	0,03	0,20%
Outros ⁽⁴⁾	660.827,00	0,18%	0,02	0,18%
Total de Comissões e Despesas.....	19.009.678,34	5,14%	0,72	5,14%

(1) Com base no valor de R\$14,00, correspondente ao Preço por Ação.

(2) Impostos, taxas, contribuições ou outras retenções.

(3) Despesas estimadas.

(4) Custos com apresentações de *road show*.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores da Oferta, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Colocação sem prévia manifestação da CVM.

Reserva de Capital

A totalidade dos recursos da Oferta Primária será destinada à conta de capital social da Companhia.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de abril de 2012, cuja ata foi publicada no DOERS e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul em 19 de abril de 2012 e registrada na JUCERGS em 12 de abril de 2012, sob o nº3614414. A determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta Primária e o efetivo aumento do capital da Companhia, assim como o Preço por Ação foram deliberados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de abril de 2012, cuja ata será registrada na JUCERGS e publicada no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul na data de publicação do Anúncio de Início e no DOERS no dia útil subsequente. No âmbito da Oferta, a emissão de novas Ações pela Companhia foi feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e tal emissão foi realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

Tendo em vista que os Acionistas Vendedores são pessoas físicas, não há necessidade de aprovações societárias pelos Acionistas Vendedores para a realização da Oferta Secundária.

Público-Alvo da Oferta

A Oferta será direcionada, na Oferta de Varejo, aos Investidores Não-Institucionais e, na Oferta Institucional, aos Investidores Institucionais.

Informações relativas à oferta

Cronograma da Oferta

Segue abaixo um cronograma indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos eventos	Eventos	Data prevista ⁽¹⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	05 de março de 2012
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem os logos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar nas páginas da rede mundial de computadores da CVM, da Companhia e dos Coordenadores da Oferta Início do <i>Roadshow</i> Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	04 de abril de 2012
3.	Republicação do Aviso ao Mercado (com os logos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva (inclusive do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas)	12 de abril de 2012
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	13 de abril de 2012
5.	Encerramento do Período de Reserva	24 de abril de 2012
6.	Encerramento do <i>Roadshow</i> Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Reunião do Conselho de Administração da Companhia para fixação do Preço por Ação e aumento de capital Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relativos à Oferta Início do prazo para o exercício da Opção de Ações Suplementares	25 de abril de 2012
7.	Concessão do registro da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	26 de abril de 2012
8.	Início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA	27 de abril de 2012
9.	Data de Liquidação	02 de maio de 2012
10.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	25 de maio de 2012
11.	Data Máxima de Liquidação das Ações Suplementares	30 de maio de 2012
12.	Data Máxima de Publicação do Anúncio de Encerramento	26 de outubro de 2012

⁽¹⁾ Todas as datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Foi admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado publicado em 04 de abril de 2012 e republicado em 12 de abril de 2012, para subscrição ou aquisição, conforme o caso, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor ou adquirente, conforme o caso, após o início do período de subscrição.

A Oferta deverá ter início após o encerramento do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a assinatura do Contrato de Colocação, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto Definitivo.

Procedimentos da Oferta

Após o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e do Período de Reserva, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a assinatura do Contrato de Colocação, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme descritas abaixo, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não-Institucionais que realizaram o Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, destinados à subscrição e/ou aquisição de Ações no âmbito da Oferta, observados os valores mínimo e máximo do Pedido de Reserva. Aos Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas foi concedido o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva, sendo que, neste caso, os Pedidos de Reserva realizados por Pessoas Vinculadas não estarão sujeitos a eventual cancelamento por excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Suplementares, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não-Institucionais na Oferta de Varejo.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva foram efetuados pelos Investidores Não-Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (a), (b), (c), (e), (i), (j), (k) e (l) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) os Investidores Não-Institucionais interessados realizaram reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto no presente item (a) e nos itens (b), (c), (e), (i), (j), (k) e (l) abaixo, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva. O Investidor Não-Institucional que seja Pessoa Vinculada deveria ter indicado, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (b) como foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Suplementares, não foi permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto com relação aos Pedidos de Reserva realizados por Pessoas Vinculadas durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

Informações relativas à oferta

- (c) cada Investidor Não-Institucional pôde estipular, no respectivo Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação como condição de eficácia do seu Pedido de Reserva, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional tenha estipulado um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor Não-Institucional, o Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e/ou adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não-Institucionais serão informados a cada Investidor Não-Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;
- (e) cada Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado em conformidade com o item (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada na qual tal reserva foi realizada irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não-Institucional e tal Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;
- (f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não-Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item (i) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (a), (b), (c) e (e) acima e (j), (k) e (l) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;
- (g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não-Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não-Institucionais destinadas a Investidores Institucionais;
- (h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não-Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) até o limite de R\$3.000,00 (três mil reais), inclusive, por Investidor Não-Institucional, a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não-Institucionais entre todos os Investidores Não-Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no sub-item (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não-Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não-Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se, em ambos os casos, as frações de Ações;

Informações relativas à oferta

- (i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não-Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada, por escrito, a divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes deste Prospecto Definitivo. Nesta hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada, conforme dados abaixo) em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, que será então cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não-Institucional não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo nele estipulado, será presumido que tal Investidor Não-Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;
- (j) na hipótese de: (a) não haver a conclusão da Oferta; (b) rescisão do Contrato de Colocação; (c) cancelamento da Oferta; (d) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (e) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará o fato, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores Não-Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva;
- (k) na hipótese de haver descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer uma das Instituições Consorciadas, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, de qualquer das obrigações previstas no termo de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas relativas a período de silêncio, emissão de relatórios de pesquisa e divulgação de material de publicidade que não tenha sido previamente aprovado pela CVM, tal Instituição Consorciada deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido, devendo ser restituídos integralmente aos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes. A Instituição Consorciada arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, inclusive com os custos decorrentes de publicações e honorários advocatícios e poderá deixar de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores da Oferta, por um período de até seis meses, contados da data de comunicação da violação. A Instituição Consorciada a que se refere este item (k) deverá informar imediatamente aos Investidores Não-Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva sobre o referido cancelamento;

Informações relativas à oferta

- (l) em caso de suspensão ou modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não-Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul e do jornal “Valor Econômico”, veículos também utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Retificação”). Caso o Investidor Não-Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente ao Investidor Não-Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. O Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente, à data em que foi comunicada, por escrito, a suspensão ou a modificação da Oferta. Nesta hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não-Institucional não informe, por escrito, à Instituição Consorciada sobre sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de cinco dias úteis da publicação do Anúncio de Retificação, será presumido que tal Investidor Não-Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;
- (m) em qualquer hipótese de: (i) revogação da Oferta; (ii) cancelamento da Oferta; (iii) desistência do Pedido de Reserva; (iv) cancelamento do Pedido de Reserva; ou (v) suspensão ou modificação da Oferta, devem ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis da data de divulgação da revogação, do cancelamento, do recebimento da comunicação da desistência, da suspensão ou da modificação, conforme o caso, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes;
- (n) os Investidores Não-Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito neste item; e
- (o) as Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não-Institucionais titulares de conta-corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não-Institucional. Os Coordenadores da Oferta recomendaram aos Investidores Não-Institucionais interessados na realização de Pedidos de Reserva que: (i) lessem cuidadosamente o Prospecto Preliminar e os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes dos Prospectos; (ii) verificassem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiria a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (iii) entrassem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo ou máximo de investimento, e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição e/ou aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e/ou aquisição das Ações. Os Investidores Institucionais Estrangeiros deverão realizar a subscrição e/ou aquisição das Ações por meio dos mecanismos previstos na legislação brasileira aplicável.

Poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares). Como foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações em número superior ao número de Ações inicialmente ofertadas acrescido de 1/3 (sem considerar as Ações Suplementares), foi vedada a colocação, pelos Coordenadores da Oferta e/ou pelo Coordenador Contratado, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente o processo de formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.**

Violações de Normas de Conduta

Caso haja descumprimento, ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo termo de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada: (i) deixará de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva ou boletins de subscrição e contratos de compra e venda, conforme o caso, que tenha recebido e informar imediatamente os Investidores que com ela tenham realizado Pedido de Reserva ou ordens para a coleta de investimentos, conforme o caso, sobre o referido cancelamento; (ii) deverá arcar com os custos referentes a publicações e honorários advocatícios relacionados à violação e sua exclusão da Oferta; e (iii) poderá ser suspensa, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição participante da oferta em ofertas de distribuição pública coordenadas pelos Coordenadores da Oferta.

Prazo da Oferta

O prazo para a distribuição das Ações terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao Prazo de Distribuição, o que ocorrer primeiro, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400.

Os Coordenadores da Oferta e o Coordenador Contratado deverão efetuar a colocação das Ações dentro do Período de Colocação. A liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ser realizada na Data de Liquidação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação na Data de Liquidação das Ações Suplementares.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Inadequação de Investimento nas Ações

O investimento em Ações, sendo um investimento em renda variável, representa um investimento de risco e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados à volatilidade do mercado de capitais, à liquidez das Ações e à oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a Investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de Investidor que esteja proibida por lei de subscrever e/ou de adquirir as Ações. Os Investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, constantes das páginas 74 a 77 deste Prospecto, para ciência de certos riscos que devem ser levados em consideração com relação ao investimento nas Ações.

Contrato de Colocação e *Placement Facilitation Agreement*

A Companhia e os Acionistas Vendedores celebraram com os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA (como interveniente anuente) o Contrato de Colocação. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não-solidária para as Ações inicialmente ofertadas, a totalidade das Ações inicialmente ofertadas.

Informações relativas à oferta

Nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, na mesma data da celebração do Contrato de Colocação, serão realizados esforços de colocação das Ações, exclusivamente no exterior, por intermédio dos Agentes de Colocação Internacional. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas, pagas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, junto aos Coordenadores da Oferta.

O Contrato de Colocação e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem que: (i) a Companhia e os Acionistas Vendedores indenizarão os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional por quaisquer perdas, prejuízos, custos, despesas, responsabilidades ou reclamações que estes venham a incorrer, excetuadas as informações prestadas pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional para inclusão nos referidos documentos.

O Contrato de Colocação e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem, ainda, que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como: (i) a entrega de pareceres legais pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; e (ii) a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e por membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia. De acordo com o Contrato de Colocação e o *Placement Facilitation Agreement*, a Companhia e os Acionistas Vendedores se obrigam a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. As Ações serão ofertadas pelas Instituições Participantes da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional pelo Preço por Ação.

Uma cópia do Contrato de Colocação está disponível para consulta ou cópia no endereço dos Coordenadores da Oferta indicados nesta seção, em “Informações Complementares da Oferta”.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de liquidação financeira das Ações, sem considerar as Ações Suplementares, que, uma vez subscritas e/ou adquiridas por investidores, não forem liquidadas pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que foi concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação, publicado o Anúncio de Início, disponibilizado este Prospecto Definitivo e concedidos os registros da Oferta pela CVM.

Caso as Ações subscritas e/ou adquiridas (exceto as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá e/ou adquirirá e integralizará/liquidará, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Colocação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações da Oferta objeto da garantia firme de liquidação prestada pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações efetivamente subscritas e/ou adquiridas por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado (sem considerar as Ações Suplementares). Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a exercer a garantia firme de liquidação nos termos acima e tenham interesse em alienar tais Ações até a publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Ações será o preço de mercado limitado ao Preço por Ação, ficando ressaltado que as atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Informações relativas à oferta

Segue tabela contendo a quantidade de Ações inicialmente ofertadas objeto da garantia firme de liquidação individual e não solidária prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações	Percentual do Valor Total (em %)
Coordenador Líder	11.565.114	43,75
Itaú BBA.....	11.565.114	43,75
Santander	3.304.318	12,50
Total	26.434.546	100,0

Restrições à Negociação das Ações (Lock-up)

A Companhia, os Acionistas Controladores, os Acionistas Vendedores, bem como cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia celebraram os Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais concordaram, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda ou compra, dar em garantia ou de outra forma alienar ou adquirir, direta ou indiretamente, pelo período de seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros.

De acordo com as regras do Novo Mercado, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não poderão vender ou ofertar à venda ações ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros seis meses após o início das negociações das ações no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% (quarenta por cento) das ações de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações de emissão da Companhia de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Adicionalmente, a vedação não se aplicará nas hipóteses descritas no art. 48, inciso II da Instrução CVM 400, assim como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*.

Estabilização de Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A.(“Itaú Corretora”), poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 dias contados do Início das Negociações, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005, antes da publicação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador, ou da Itaú Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização.

O Contrato de Estabilização está disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços indicados abaixo.

Empréstimos de Ações para Estabilização

3.965.181 ações ordinárias, equivalentes a 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas serão emprestadas por Alexandre Grendene Bartelle e Frank Zietolie à Itaú Corretora de Valores S.A., no contexto das atividades de estabilização do preço das Ações.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferem a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, dentre os quais se destacam os seguintes: (i) cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia; (ii) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, as ações darão direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; (iv) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (v) direito de preferência na subscrição e/ou aquisição de novas ações, conforme conferido pela Lei das Sociedades por Ações; (vi) direito de alienar as ações ordinárias no caso de alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador (*tag along*), nos termos do Estatuto Social da Companhia; (vii) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública a ser realizada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e acionista controlador, bem como do poder de decisão destes, nos termos do Estatuto Social da Companhia; e (viii) receber dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações que vierem a ser declarados por nós, a partir da Data de Liquidação, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social.

Para mais informações sobre nossas Ações vide seção “Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e as Nossas Ações”, na página 74 deste Prospecto.

Negociação das Ações na BM&FBOVESPA

Em 30 de março de 2012, a Companhia e os Acionistas Controladores celebraram o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, aderindo ao segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários, o qual entrará em vigor no primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início. As Ações da Companhia serão listadas e negociadas no segmento especial de negociação do Novo Mercado da BM&FBOVESPA a partir do primeiro dia útil imediatamente seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, sob o código “UCAS3”. As principais regras relativas ao Novo Mercado estão descritas de forma resumida no Prospecto Definitivo, que está à disposição dos investidores nos endereços ou dependências indicados abaixo.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta podem requerer que a CVM os autorize a modificar ou revogar a Oferta caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, que resulte em um aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à Oferta. Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os Investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25, da Instrução CVM 400 e caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada no Anúncio de Retificação.

Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta somente aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles Investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os Investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os Investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficaz a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos Investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM poderá (a) suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja sendo processada em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) seja considerada ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após a obtenção do registro da Oferta; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes e os boletins de subscrição, contratos de compra e venda e pedidos de reserva eventualmente firmados serão automaticamente cancelados.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos Investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultada, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os Investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único, do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até cinco dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária.

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Coordenador Líder e as sociedades do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial com a Companhia. Nesse contexto, o Coordenador Líder presta serviços bancários de gestão de conta corrente da Companhia, aberta em agosto de 2005, por meio da qual se realizaram operações de câmbio nos últimos anos, tendo sido efetuadas as últimas operações no decorrer do ano de 2010, as quais renderam ao Coordenador Líder a remuneração de, aproximadamente, R\$6.000,00, sendo que, atualmente, existe apenas um saldo residual nesta conta.

Informações relativas à oferta

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Banco BTG Pactual S.A. (Cayman Branch) e/ou suas Afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). Banco BTG Pactual S.A. (Cayman Branch) e/ou suas Afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Coordenador Líder e/ou sociedade de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da nossa Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Itaú BBA e as sociedades do seu grupo econômico não possuem relacionamento comercial com a Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico contrataram, ou poderão vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Itaú BBA e/ou sociedade de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Informações relativas à oferta

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, e pelos eventuais ganhos decorrentes das atividades de estabilização das ações de emissão da Companhia, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Itaú BBA ou a sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da nossa Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial com o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo o Acordo Comercial celebrado em maio de 2010, com vencimento em janeiro de 2014, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois as contratações são realizadas diretamente entre as nossas vendas exclusivas e/ou os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Parcela significativa das nossas vendas é financiada por meio deste acordo. Pela promoção e fomento da contração de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e os revendedores exclusivos.

Além disso, a Companhia também possui um empréstimo na modalidade BNDES Revitaliza Exportação com o Santander, no valor de US\$2.246.812,34, equivalente a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), contratado em 22 de novembro de 2011, com vencimento em 15 de junho de 2013 e taxa de 9% a.a., destinado à produção direcionada à exportação de determinados produtos da Companhia. Ressaltamos que o valor do crédito em Dólares equivale, meramente para fins de referência, ao montante da dívida em Reais, considerando a taxa de câmbio em 23 de outubro de 2011.

Além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, na data deste Prospecto, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento com o Santander. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

O Santander e/ou sociedade de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Informações relativas à oferta

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia, à referida instituição intermediária ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da nossa Oferta.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E O COORDENADOR CONTRATADO

Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere às relações decorrentes da presente Oferta, a XP Investimentos e as sociedades do seu grupo econômico não possuem relacionamento comercial com a Companhia.

A XP Investimentos e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão, no futuro, ser contratados pela Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico, para assessorar a Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades da Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico, pelos quais a XP Investimentos pretende ser remunerada.

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia a XP Investimentos ou a sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária da nossa Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Coordenador Líder e as sociedades do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial com o Sr. Alexandre Grendene Bartelle. Nesse contexto, o Coordenador Líder presta serviços bancários de assessoria a investimentos do Sr. Alexandre Grendene Bartelle por meio de serviços de wealth management, corretagem e aplicações financeiras em fundos de investimento e certificados de depósitos bancários, os quais renderam ao Coordenador Líder aproximadamente R\$1,0 milhão a título de taxas de corretagem, custódia e administração. O Coordenador Líder e as sociedades do seu grupo econômico não possuem relacionamento com os demais Acionistas Vendedores.

Informações relativas à oferta

O Sr. Alexandre Grendene Bartelle e os demais Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Banco BTG Pactual S.A. (Cayman Branch) e/ou suas Afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). Banco BTG Pactual S.A. (Cayman Branch) e/ou suas Afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Coordenador Líder e/ou sociedade de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta. Sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão de controladas dos Acionistas Vendedores, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades. Todavia, a participação acionária das sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, 5% do capital social das controladas dos Acionistas Vendedores.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores, ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Itaú BBA e as sociedades do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial com a Sra. Emilia Ângela Saretta Zietolie, que é correntista e detentora de aplicações financeiras. O Itaú BBA e as sociedades do seu grupo econômico, não possuem relacionamento com os demais Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou sociedade de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Informações relativas à oferta

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, à referida instituição intermediária ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação, exceção feita aos eventuais ganhos decorrentes das atividades de estabilização nos termos do Contrato de Estabilização.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem relacionamento comercial relevante com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Santander e/ou sociedade de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, à referida instituição intermediária ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse ao relacionamento do Santander com os Acionistas Vendedores.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O COORDENADOR CONTRATADO

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP Investimentos

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle é pai da Srta. Laura Grendene Bartelle, sócia da XP Investimentos.

Adicionalmente, a XP Investimentos e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão, no futuro, ser contratados pelos Acionistas Vendedores, para assessorar os Acionistas Vendedores, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades dos Acionistas Vendedores, pelos quais a XP Investimentos pretende ser remunerada.

Informações relativas à oferta

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, à referida instituição intermediária ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária da Oferta

Instituição Financeira Escriutadora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração e custódia das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Informações Complementares da Oferta

O investimento em ações, por ser um investimento em renda variável, representa um investimento de risco e, assim, Investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de Investidor. Para mais informações, vide a seção “Fatores de Risco”, constante das páginas 74 a 77 deste Prospecto, bem como os itens “4” e “5” do nosso Formulário de Referência.

Os Coordenadores da Oferta recomendam aos Investidores, antes de tomarem qualquer decisão de investimento relativa às Ações ou à Oferta, a leitura cuidadosa deste Prospecto. A leitura do Prospecto possibilita aos Investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta e dos riscos a ela inerentes.

A Companhia e os Acionistas Vendedores solicitaram, em conjunto com o Coordenador Líder, o registro da Oferta junto à CVM em 05 de março de 2012, estando a presente Oferta sujeita à prévia aprovação da CVM.

Para a obtenção de mais informações sobre a Oferta, os Investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (i) Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ; ou (ii) Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º andar, CEP 01333-010, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br); ou contatar quaisquer das Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores” na página 72 deste Prospecto.

Informações relativas à oferta

Instituições Participantes da Oferta

Coordenador Líder

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar
04538-133, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001
At.: Fabio Nazari
Site: www.btgpactual.com

Coordenador

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar (parte)
04538-132, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107
At.: Renata Dominguez
Site: www.itaubba.com.br

Coordenador

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235, 24º andar
04543-011, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3012-7162
Fax: (11) 3553-7099
At.: Glenn Mallett
Site: www.santander.com.br

Coordenador Contratado

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 2º andar
01452-002, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3526-1300
Fax: (11) 3526-1351
At.: Sr. Alexandre Pfrimer Falcão
Site: www.xpi.com.br

Instituições Consorciadas

Informações sobre as instituições credenciadas junto à BM&FBOVESPA para participar da Oferta poderão ser obtidas na página da BM&FBOVESPA em seu *website* (www.bmfbovespa.com.br).

Informações relativas à oferta

“O investimento nas Ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a diversos riscos, inclusive àqueles relacionados à volatilidade do mercado de capitais, à liquidez das Ações e à oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que seja proibida por lei de adquirir Ações. Adicionalmente, esta Oferta é inadequada para investidores de curto prazo e/ou avessos aos riscos de baixa liquidez.”

Apresentação dos Coordenadores da Oferta e do Coordenador Contratado

Banco BTG Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance*. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2011 pelo número de operações, participando de um total de mais de 100 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional *Dealogic*. Além disso, ficou em 1º lugar em 2010 em número de ofertas e 2º em volume de ofertas, ambos de acordo com a ANBIMA. Em 2009, como assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia, e depois como coordenador líder do *Follow-on* subsequente à fusão, recebeu o prêmio de *Follow-on* do Ano na América Latina pela *LatinFinance*. O BTG Pactual também recebeu o prêmio de IPO do Ano em 2009 na América Latina por sua atuação na oferta de Visanet.

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 e 2011 como o “*Brazil’s Equity House of the Year*”. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “*World’s Best Equity House*” (*Euromoney*, em 2003, 2004 e 2007), além de “*Equity House of the Year*” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de “*Best Equity House Latin America*” (*Euromoney* de 2002 a 2005 e 2007 a 2008). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “*#1 Equity Research Team Latin America*” de 2003 a 2007 (*Institutional Investor*). No entanto, sua *expertise* é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no *ranking* da *Institutional Investor* de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista *Institutional Investor*.

Informações relativas à oferta

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e os IPOs de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e *lead settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros, mostrando assim sua forte capacidade de distribuição internacional.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha. Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação tanto em 2010 como em 2011, ficando em primeiro lugar no *ranking* de fusões e aquisições nos dois anos, de acordo com a Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010 e 31 de dezembro de 2011. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como, por exemplo, fusão da TAM com a LAN, *joint-venture* entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer; em 2011, também participou de importantes transações, tais como aquisição do controle da Usiminas pela Ternium, assessor dos controladores da Schincariol na venda do controle para a Kirin, fusão da Vanguarda com a Brasil Ecodiesel e venda da WTorre Properties para a BR Properties. Em 2012, o BTG Pactual tem assessorado seus clientes em importantes transações, tais como *Joint Venture* da CIBE com a divisão de concessão do grupo Atlantia e parceria da MPX com a E.ON.

Banco Itaú BBA S.A.

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2010, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R\$210,0 bilhões, patrimônio líquido de R\$12,7 bilhões e lucro líquido de R\$2,8 bilhões.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na área internacional.

Informações relativas à oferta

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (“DRs”), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa.

Em 2011, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$15,5 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2011 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 82,6%. No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2011, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$15,8 bilhões. De acordo com o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2011 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 28,9%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da *Thomson Finance*, com base no número de operações realizadas em 2011, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 38 transações.

Informações relativas à oferta

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como *Global Finance*, *Latin Finance* e *Euromoney*. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista *Global Finance*, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Banco Santander (Brasil) S.A.

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A. (“Santander Espanha”), instituição com sede na Espanha fundada em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de €1,3 trilhão em ativos, administra quase €1,4 trilhão em fundos, possui mais de 100 milhões de clientes e 15 mil agências. O Grupo Santander acredita ser o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Adicionalmente, acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

No ano de 2011, o Grupo Santander registrou lucro líquido de aproximadamente €4,7 bilhões, na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 51% dos resultados do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 6.046 agências e cerca de 40 milhões de clientes.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

Em dezembro de 2011, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 24,7 milhões de clientes, 3.775 agências e mais de 18.419 caixas eletrônicos, além de um total de ativos em torno de R\$400 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$78 bilhões. O Santander, no Brasil, possui uma participação de aproximadamente 28% dos resultados do Grupo Santander no Mundo, além de representar 55% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

Informações relativas à oferta

O Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*global transaction banking*), mercados de crédito (*credit markets*), finanças corporativas (*corporate finance*), ações (*equities*), taxas (*rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de equities, o Santander atua na estruturação de operações em boa parte da América Latina, contando com equipe de *equity research, sales* e *equity capital markets*.

A área de research do Santander é considerada pela publicação *Institutional Investor* como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latinoamericanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores *target* em operações brasileiras.

Em *sales & trading*, o Grupo Santander possui uma das maiores equipes dedicadas a ativos latinoamericanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da *Institutional Investor*. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como *bookrunner* de ofertas destacadas no Brasil nos últimos anos. Em 2011, o Santander atuou como coordenador líder da oferta pública inicial de Autometal S.A e EDP – Energias do Brasil S.A., como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* de BR Properties S.A., Kroton Educacional S.A., Tecnisa S.A. e Direcional S.A., na oferta pública inicial de ações de IMC – Internacional Meal Company Holdings S.A., e como assessor financeiro contratado pela TIM Participações S.A. em sua migração do segmento de listagem denominado “Nível 2” para o segmento de listagem denominado “Novo Mercado” da BM&FBovespa.

Em 2010, o Santander alcançou pelo segundo ano consecutivo a liderança no ranking de emissões de ações na América Latina de acordo com a Bloomberg, tendo atuado como coordenador líder da oferta pública inicial de ações de Renova Energia S.A. e como *bookrunner* da oferta pública inicial de BR Properties S.A. e das ofertas de *follow-on* de Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, Inpar S.A. e JBS S.A.

Em 2009, o Santander alcançou a liderança no ranking de emissões de ações na América Latina de acordo com Thomson Reuters e Bloomberg tanto em número de transações como em volume ofertado. Neste ano, o Santander atuou como coordenador líder das ofertas públicas iniciais de ações do Banco Santander (Brasil) S.A. e da Direcional Engenharia S.A. e como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de ações de Cetip S.A. e da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet e nas ofertas de *follow-on* da Rossi Residencial S.A., Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., Cyrela Brazil Realty S.A., MRV Engenharia e Participações S.A., BRMalls Participações S.A., Anhanguera Educacional Participações S.A., Marfrig Alimentos S.A., e BRF – Brasil Foods S.A.

Em 2009, as ofertas de Visanet e Brasil Foods foram premiadas pela *Latin Finance* como “*Best Primary Equity Issue*” e “*Best Follow-On Issue*”, respectivamente. Ainda em 2009, a Oferta do Santander foi premiada como “*Latin America Equity Issue of the Year*” pela *International Financing Review* (IFR).

Em 2008, atuou em operações com valor total superior a US\$12 bilhões. Conforme dados da Bloomberg, em particular, atuou como *bookrunner* na oferta primária da Companhia Vale do Rio Doce em 2008, uma das maiores ofertas de ações da história do Brasil.

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Fundada em 2001, a XP Investimentos proporciona o acesso dos seus clientes a uma gama de produtos e serviços financeiros em um único provedor, por meio das suas principais divisões de negócio: Corretora de Valores, Gestão de Recursos de Terceiros, Corretagem de Seguros, Finanças Corporativas e Educação Financeira.

No ano de 2007, a XP Investimentos criou a XP Educação, que fornece os cursos de investimentos para seus alunos e potenciais clientes, fez a aquisição da AmericaInvest, corretora situada no RJ, e lançou a área institucional da corretora e a XP Corretora.

Em 2008, a XP conquistou o primeiro lugar no Ranking Assessor na BM&FBOVESPA, e foi a primeira corretora a lançar um fundo de capital protegido. Ademais, a XP se consolidou como a instituição financeira que mais cresceu no mercado brasileiro.

Em 2009, a XP Educação, por meio de seus cursos de educação financeira, atingiu a marca de 100.000 alunos.

Em 2010, a XP Investimentos recebeu um aporte de capital do fundo de private equity Actis no valor de R\$100 milhões, destinados à viabilização do crescimento acelerado da corretora como um todo. A Actis não tem, nem terá, envolvimento algum com a gestão da empresa.

Em 2011, a XP Finanças foi criada, braço da XP Investimentos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do mercado de renda fixa no Brasil.

Como resultado de sua estratégia, atualmente, a XP Investimentos é reconhecida pela presença no varejo, sendo líder nesse segmento (mais de 100.000 clientes), bem como líder no ranking geral das corretoras independentes do País em 2010, segundo a BM&FBOVESPA. Capacitou mais de 200.000 alunos e vem se destacando pelo acesso facilitado do investidor ao mercado, por meio de seus 250 escritórios afiliados e mais de 2.500 assessores de investimentos, posicionando-se em 1º lugar no ranking de assessores da BM&FBOVESPA.

A XP Investimentos está entre as 25 companhias vencedoras do prêmio “As Empresas Mais Inovadoras do Brasil em 2009”, promovido pela revista Época Negócios, em parceria com o Fórum de Inovação da FGV-Eaesp, sendo a única corretora premiada, e integra, ainda, o ranking das 25 melhores empresas para se trabalhar no estado do Rio de Janeiro, segundo pesquisa realizada em 2009 e 2010 pelo Great Place to Work Institute (GTW), em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ).

Renda Variável

A XP Investimentos também participa ativamente de ofertas públicas como coordenador e coordenador contratado, tendo participado no ano de 2011 das ofertas da Autometal S.A., do BC Fundo de Fundos de Investimento Imobiliário, do Fundo de Investimento Imobiliário BM CENESP, do XP GAIA LOTE I Fundo de Investimento Imobiliário e do AESAPAR Fundo de Investimento Imobiliário.

Hoje, já conta também com programa de Formador de Mercado, com mais de 13 (treze) clientes, entre eles: General Shopping, Trisul, Banco Pine, Ecodiesel, e Fundo de Investimento Imobiliário Brazilian Capital Real Estate Fund I.

Renda Fixa

Dentro de sua plataforma de negócios, a XP Investimentos também possui posição de destaque no mercado de Renda Fixa, distribuindo produtos como: Títulos Públicos, CDB, Debêntures, LCI, CRI e LCA, tanto no mercado primário, quanto no secundário. Contribuindo para proporcionar aos seus clientes o acesso a uma gama de produtos e serviços financeiros em um único provedor.

Entre as Ofertas nas quais a XP Investimentos participou, também podem ser citadas ofertas com esforços restritos de distribuição de CRI, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, bem como diversas ofertas públicas de distribuição de CRI, nos termos da Instrução CVM nº 400, e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cadeias Produtivas de Minas Gerais em 2011.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem operações vinculadas à Oferta. Para mais informações relativas ao relacionamento entre nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta, ver a seção “Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta” e “Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta”, na página 55 e na página 58 deste Prospecto, respectivamente.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Identificação	Unicasa Indústria de Móveis S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.441.460/0001-48, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERGS sob o NIRE 43.300.044.513.
Sede	Nossa sede está localizada na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, Rodovia Estadual RSC-470, km, 212, 930, Bairro São Vendelino, CEP 95700-000.
Diretoria de Relações com Investidores	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Cidade Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Estadual RSC-470, km, 212,930. O responsável por esta diretoria é o Sr. Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho. O telefone/fax do Departamento de Relações com Investidores é (54) 3455-4425/ (54) 3455-4492 e o e-mail dri@unicasamoveis.com.br .
Auditores Independentes da Companhia	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
Banco Escriurador e Custodiante das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.
Listagem	A Companhia está listada no segmento especial de negociação do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, conforme contrato celebrado em 30 de março de 2012. As Ações de emissão da Companhia serão negociadas sob o código (<i>ticker</i>) “UCAS3”.
Jornais nos quais realizamos publicação de informações	Nossas informações são publicadas no DOERS e no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul. As informações referentes à Oferta serão publicadas no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul e no Jornal Valor Econômico
Website	Nosso <i>website</i> é www.unicasamoveis.com.br . As informações constantes de nosso <i>website</i> <u>não</u> são incorporadas ao presente Prospecto por referência.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia	Coordenador Líder
Unicasa Indústria de Móveis S.A. <i>Diretor de Relações com Investidores</i> At.: Sr. Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho Rodovia RSC 470, km 212, 930, Bairro São Vendelino Bento Gonçalves, RS, CEP 95700-000 Tel.: (54) 3455-4425 Fax: (54) 3455-4492 E-mail: dri@unicasamoveis.com.br Internet: www.unicasamoveis.com.br	Banco BTG Pactual S.A. At.: Sr. Fabio Nazari Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar São Paulo, SP, CEP 04538-133 Tel.: (11) 3383-2000 Fax: (11) 3383-2001 E-mail: fabio.nazari@btgpactual.com Internet: www.btgpactual.com
Coordenador	Coordenador
Banco Itaú BBA S.A. At.: Sra. Renata Dominguez Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar São Paulo, SP, CEP 22440-031 Tel.: (11) 3708-8000 Fax: (11) 3708-8107 E-mail: renata.dominguez@itaubba.com Internet: www.itaubba.com.br	Banco Santander (Brasil) S.A. At.: Glenn Mallett Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235, 24º andar São Paulo, SP, CEP 04543-011, Tel.: (11) 3012-7162 Fax: (11) 3553-7099 E-mail: gmallett@santander.com.br Internet: www.santander.com.br
Coordenador Contratado	
XP Investimentos Corretora de Cambio, títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Sr. Alexandre Pfrimer Falcão Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 2º andar São Paulo, SP, CEP 01452-002 Tel.: (11) 3526-1300 Fax: (11) 3526-1351 Internet: www.xpi.com.br	
Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores	Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta
Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados At.: Sr. Alexandre Barreto Rua Funchal nº 418, 11º andar São Paulo, SP, CEP 04551-060 Tel.: (11) 3089-6500 Fax: (11) 3089-6565 Internet: www.scbf.com.br	Tauil & Chequer Advogados Associado a Mayer Brown LLP At.: Sr. Carlos Motta Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 5º e 6º andares São Paulo, SP, CEP 04543-011 Tel.: (11) 2504-4200 Fax: (11) 2504-4211 Internet: www.tauilchequer.com.br

Identificação de administradores, coordenadores, consultores e auditores

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Clifford Chance US LLP At.: Sra. Isabel Costa Carvalho Rua Funchal n° 418, 15° andar São Paulo, SP, CEP 04551-060 Tel.: (11) 3019-6000 Fax: (11) 3019-6001 Internet: www.cliffordchance.com/	White & Case LLP At.: Sr. John Vetterli Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 4° andar São Paulo, SP, CEP 01452-000 Tel.: (11) 3147-5600 Fax: (11) 3147-5611 Internet: www.whitecase.com

Auditores Independentes da Companhia

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

At.: Sr. Luis Carlos de Souza
Avenida Mostardeiro, n° 322. 10° andar
Porto Alegre, RS, CEP 90430-000
Tel.: (51) 3204-5500
Fax: (51) 3204-5699
Internet: www.ey.com.br

As declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto nas páginas 133, 135 e 145.

FATORES DE RISCO

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas no Formulário de Referência – sobretudo os fatores de risco descritos no item “4” e no item “5”, a partir da página 149 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, a partir da página 483 e os fatores de risco descritos abaixo.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá “um efeito adverso para nós” ou nos “afetará adversamente” significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações

Não há, atualmente, mercado para nossas ações ordinárias e um mercado de negociação ativo e líquido poderá não se desenvolver. A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade de os investidores venderem ações ordinárias ao preço e no momento desejado.

Não existe, atualmente, mercado para nossas ações ordinárias, não sendo possível garantir que um mercado de negociação público ativo e líquido para elas será desenvolvido e sustentado e, caso isso aconteça, que ele será suficientemente líquido. Mercados de negociação ativos e líquidos geralmente resultam em menor volatilidade de preços e execução mais eficiente de ordens de compra e venda dos investidores.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como nossas ações ordinárias, com frequência envolve um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissoras em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. O mercado de valores mobiliários do Brasil é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos da América. Em 31 de dezembro de 2011, a BM&FBOVESPA tinha uma capitalização de mercado de aproximadamente R\$2,3 trilhões e média de volume diário negociado de R\$6,5 bilhões. As dez principais ações em termos de volume negociado representaram aproximadamente 47,23% de todas as ações negociadas na BM&FBOVESPA em 2011 até o dia 31 de dezembro de 2011. Essas características do mercado poderão limitar substancialmente a capacidade de os detentores de nossas ações ordinárias venderem-nas pelo preço e no momento que preferirem e isso pode ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de nossas ações ordinárias.

Além disso, o preço das ações vendidas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após a oferta pública inicial. O preço de mercado de nossas ações ordinárias pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais estão fora de nosso controle. Antes da Oferta, não havia mercado público para nossas ações ordinárias. Se um mercado de negociação ativo não se desenvolver ou não for mantido, a liquidez e o preço de negociação de nossas ações ordinárias podem ser seriamente prejudicados.

Fatores de risco

O investimento de nosso acionista poderá sofrer diluição adicional no futuro em razão da implantação de um plano de opção de ações.

Posteriormente à realização da Oferta, poderá ser implantado um plano de outorga de opção de compra de ações. Referido plano será implantado, no mínimo, 6 (seis) meses após o encerramento da Oferta e as condições específicas para a outorga e exercício das opções pelos beneficiários serão estabelecidas em contratos de opção de compra de ações celebrados entre nós e cada um dos beneficiários. Qualquer outorga e exercício das opções pelos beneficiários poderá ocasionar diluição adicional para nossos acionistas no futuro.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. O investimento em nossas Ações não é recomendado para investidores de curto prazo e/ou avessos aos riscos de baixa liquidez em seus investimentos. As empresas pertencentes ao grupo econômico dos *Joint Bookrunners* poderão vender Ações como instrumentos de *hedge* utilizando derivativos para a conta e por conta de seus clientes. Essas transações podem influenciar a demanda por nossas Ações e o Preço por Ação. Portanto, o preço das ações ordinárias durante a Oferta poderá ser diferente do preço de mercado após a Oferta.

A venda substancial de nossas ações ordinárias após a Oferta poderá ter um efeito negativo substancial sobre o preço de mercado dessas ações.

Nós, nossos Acionistas Controladores e nossos conselheiros e diretores concordamos, salvo certas exceções, em não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, conceder opção de compra, fazer qualquer venda a descoberto ou, de outra forma, alienar ou conceder quaisquer direitos ou protocolizar ou fazer com que seja protocolizado um registro, por um período de 180 dias subsequentes à data em que o preço da Oferta for estabelecido, relativo às ações ordinárias que possuímos em nosso capital social, opções ou bônus de subscrição para a compra de quaisquer de nossas ações ordinárias ou quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou que representam o direito de receber nossas ações ordinárias.

Após esse período de 180 dias, de acordo com as regras do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, nossos Acionistas Controladores (conforme definido pela BM&FBOVESPA) e nossos conselheiros e diretores estarão, por mais seis meses, impedidos de vender e/ou ofertar mais de 40% do capital social (ou derivativos atrelados a nosso capital social) detido por eles imediatamente após a Oferta.

Após a expiração desses períodos de *lock-up*, todas as nossas ações ordinárias serão elegíveis para venda no mercado de ações no Brasil. A venda de um número significativo das nossas ações ordinárias, ou a percepção do mercado de uma intenção de fazê-lo poderá afetar adversamente de forma relevante o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Fatores de risco

Os interesses de nossos Acionistas Controladores poderão ser diferentes dos interesses de nossos outros acionistas.

Imediatamente após a conclusão desta oferta, nossos Acionistas Controladores direto, deterão ações representando a maioria de nosso capital social com direito a voto, tendo direito a:

- eleger a maior parte de nossos Conselheiros e, portanto, nomear nossos Diretores, estabelecer nossas políticas administrativas e exercer controle total sobre nós; e
- determinar o resultado de substancialmente todas as ações que exijam a aprovação dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reestruturações societárias, aquisições e alienações de ativos e dividendos.

Os interesses dos Acionistas Controladores poderão ser diferentes dos interesses dos demais acionistas. Consequentemente, poderemos ter de tomar medidas que nossa administração e outros acionistas não consideram benéficas, o que poderá nos afetar adversamente de forma relevante.

Enquanto os Acionistas Controladores continuarem detendo a maioria de nossas ações, eles terão poderes para decidir a maior parte dos assuntos relacionados a nós, e essas decisões poderão não coincidir com os interesses de outros acionistas.

Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações no Brasil com esforços de colocação no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos de litígio relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A presente Oferta compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, e junto a investidores nos demais países (exceto Estados Unidos e Brasil), para *non-US Persons* com base no Regulamento S, editado ao amparo do *Securities Act*, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325. Referidos esforços de colocação serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, e nos expõem a normas relacionadas à proteção destes investidores estrangeiros por conta de incorreções ou omissões relevantes tanto no *Preliminary Offering Memorandum*, datado da data do Prospecto Preliminar, quanto no *Final Offering Memorandum* datado da data deste Prospecto Definitivo, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a estas questões. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em decorrência destas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta desta cláusula de indenização.

Adicionalmente, o *Placement Facilitation Agreement* apresenta declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Por conta de incorreções ou omissões relevantes indicadas acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos.

Fatores de risco

Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. Nossa eventual condenação em um processo no exterior em relação a incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* ou no *Final Offering Memorandum*, poderá envolver valores relevantes e nos causar um impacto significativo e adverso.

Podemos precisar de recursos adicionais e emitir ações ordinárias ao invés de incorrer em endividamento, o que poderá resultar em uma diluição das participações dos investidores em nossas ações ordinárias.

Podemos precisar levantar capital adicional e optar por realizar uma colocação pública ou privada de títulos de dívida, ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em nossas ações ordinárias. Nosso Estatuto Social permite que nosso Conselho de Administração vote pela emissão de ações ordinárias adicionais até que o capital social atinja o valor de R\$500.000.000,00 sem necessidade de aprovação específica em assembleia de acionistas. Além disso, nossos Acionistas Controladores poderão votar pela emissão de ações ordinárias adicionais acima desse limite. Os aumentos no capital para obtenção de recursos adicionais poderá, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, excluir o exercício de direito de preferência dos acionistas, diluindo, assim, o percentual de suas participações em nossas ações ordinárias. Para mais informações, vide seção “Diluição” na página 81 deste Prospecto.

Os detentores de nossas ações ordinárias poderão não receber nenhum dividendo ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com nosso Estatuto Social, deverão ser pagos aos acionistas, a título de dividendos, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Poderemos pagar juros sobre o capital próprio até o limite estabelecido por lei. Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício fiscal poderão ser atribuídos ao nosso dividendo mínimo obrigatório no exercício em que foram distribuídos. Esse lucro líquido ajustado poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou de outra forma retido conforme permitido nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, e poderá não estar disponível para distribuição aos acionistas. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício fiscal específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável em vista de sua situação financeira. Caso esses eventos ocorram, os detentores de nossas ações ordinárias talvez não recebam dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Investidores que comprarem nossas Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O preço de emissão das Ações objeto da Oferta deverá exceder o valor patrimonial contábil de nossas ações. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiriram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram na Oferta. Vide seção “Diluição” na página 81 deste Prospecto.

Fatores de risco

Os recursos obtidos com a Oferta Primária não serão empregados na realização dos nossos planos de expansão e crescimento, uma vez, que serão destinados ao pagamento de dividendos aos nossos atuais acionistas (anteriores à Oferta), o que poderá atrasar ou impedir o crescimento e expansão de nossos negócios.

Os recursos obtidos com a Oferta Primária serão destinados ao pagamento de dividendos aos nossos atuais acionistas (anteriores à Oferta). Sendo assim, nosso plano de expansão e crescimento não se beneficiará dos recursos advindos da Oferta Primária. Caso não consigamos gerar caixa suficiente por meio de nossas operações ou obter recursos de outras fontes para fins de implementação de nosso plano de expansão e crescimento, o crescimento e expansão de nossos negócios poderão ser adversamente afetados. Para mais informações sobre a destinação de recursos da Oferta, vide seção “Destinação dos Recursos” na página 79 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto, estimamos que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão da ordem de R\$124,3 milhões, após dedução das despesas devidas por nós no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares. Os Acionistas Vendedores serão responsáveis pelo pagamento das comissões referentes à Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto.

Pretendíamos utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para (i) pagamento de dividendos no montante de R\$130,0 milhões e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$7,9 milhões aos nossos atuais acionistas (anteriores à Oferta), no valor total de R\$137,9 milhões, e (ii) propósitos corporativos em geral. Considerando que os recursos líquidos captados por nós foram inferiores à nossa estimativa, daremos prioridade ao pagamento de dividendos aos nossos atuais acionistas (anteriores à Oferta), conforme mencionado no Prospecto Preliminar, e não haverá pagamento de juros sobre capital próprio com os recursos da Oferta e não ocorrerão as demais aplicações dos recursos da Oferta Primária, informadas no Prospecto Preliminar.

Destinação	Percentual dos Recursos líquidos obtidos na Oferta ⁽¹⁾
Pagamento de dividendos aos nossos atuais acionistas (anteriores à Oferta) ..	100,00%
Pagamento de juros sobre capital próprio aos nossos atuais acionistas (anteriores à Oferta)	0,00%
Propósitos corporativos.....	0,00%
Total	100%

⁽¹⁾ Considerando apenas oferta base ao Preço por Ação.

A alocação dos recursos é influenciada pelos comportamentos dos mercados em que atuamos e, ainda, aos demais fatores descritos na seção “Considerações Sobre Estimativas e Declarações Futuras”. Os comportamentos futuros destes mercados não podem ser determinados com precisão neste momento e, desta forma, os valores estimados da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária podem ser alterados, uma vez que dependem das oportunidades que podemos perceber e pelas condições aceitáveis de retornos dos projetos. Caso isso não ocorra, os recursos serão alocados em aplicações de baixo risco ofertadas por instituições financeiras de primeira linha ou aplicações em títulos públicos. Se forem necessários recursos adicionais, poderemos efetuar a emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linhas de financiamento junto a instituições financeiras.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos por nós auferidos em decorrência da Oferta Primária em nossa situação patrimonial, vide Seção “Capitalização”, na página 80 deste Prospecto.

Oferta Secundária

Os recursos da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes do exercício da Opção de Ações Suplementar, se houver) serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores. Não receberemos quaisquer recursos provenientes da alienação das Ações da Oferta Secundária pelos Acionistas Vendedores.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta nossos montantes de empréstimos e financiamentos, nosso patrimônio líquido e a capitalização total em 31 de dezembro de 2011, em base histórica (i) ajustada para refletir a distribuição de dividendos no valor de R\$130,0 milhões, aprovada em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datada de 24 de fevereiro de 2012, rratificada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) conforme ajustado pela Oferta para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária de aproximadamente R\$124,3 milhões após a dedução das despesas devidas por nós no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto, provenientes da emissão das Ações pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares. Para mais informações sobre nosso aumento de capital e a distribuição de dividendos, ver a seção “Sumário da Companhia – Eventos Recentes”, na página 20 deste Prospecto.

A tabela abaixo inclui informações extraídas das nossas informações financeiras de 31 de dezembro de 2011. A tabela abaixo deve ser lida em conjunto com os itens “3” e “10” do Formulário de Referência da Companhia, bem como em conjunto com nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir da página 483.

	Em 31 de dezembro de 2011		
	Efetivo	Ajustado ⁽¹⁾	Ajustado pela Oferta ⁽²⁾
	(em milhões de R\$)		
Empréstimos e financiamentos – circulante.....	1,1	1,1	1,1
Empréstimos e financiamentos – não circulante	5,7	5,7	5,7
Total de empréstimos e financiamentos	6,8	6,8	6,8
Patrimônio líquido.....	195,7	65,7	190,0
Capitalização total⁽³⁾.....	202,5	72,5	196,8

⁽¹⁾ Ajustado para refletir a distribuição de dividendos no valor de R\$130,0 milhões.

⁽²⁾ Ajustado pela Oferta para refletir o recebimento dos recursos líquidos da Oferta Primária, com base no Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto.

⁽³⁾ A capitalização total corresponde à soma do total dos empréstimos e financiamentos e do patrimônio líquido.

DILUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2011, o valor do nosso patrimônio líquido era de R\$195,7 milhões. O valor patrimonial por ação representa o valor contábil do nosso patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 dividido pelo número total de ações de nossa emissão, era de R\$35,59 por ação. Considerando a distribuição de dividendos no valor de R\$130,0 milhões, aprovada em Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária de 24 de fevereiro de 2012, rerratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de fevereiro de 2012 e o desdobramento de ações ocorrido em 30 de março de 2012, o valor do nosso patrimônio líquido ajustado pela distribuição de dividendos seria de R\$65,7 milhões e o valor patrimonial por ação seria de R\$1,15 por ação. Para mais informações sobre nosso aumento de capital, e a distribuição de dividendos e o desdobramento de ações, ver a seção “Sumário da Companhia – Eventos Recentes”, na página 20 deste Prospecto.

Considerando (i) a distribuição de dividendos no valor de R\$130,0 milhões, aprovada em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datada de 24 de fevereiro de 2012, rerratificada em 27 de fevereiro de 2012 e o desdobramento de ações ocorrido em 30 de março de 2012; (ii) a subscrição das ações ordinárias a serem emitidas por nós no âmbito da Oferta Primária, ao Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares; e (iii) a dedução das despesas devidas por nós no âmbito da Oferta; o valor do nosso patrimônio líquido atribuível aos nossos acionistas em 31 de dezembro de 2011 seria de, aproximadamente R\$190,0 milhões, representando R\$2,88 por ação.

Considerando o Preço por Ação, a realização da Oferta representaria um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação correspondente a R\$1,73 por ação para os atuais acionistas, e uma diluição imediata no valor patrimonial contábil de R\$11,12 por ação para os novos investidores de ações no contexto da Oferta. Esta diluição representa a diferença entre o preço atribuído a cada ação pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição:

Preço por ação ⁽¹⁾	R\$14,00
Valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011	R\$35,59
Valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011, ajustado para refletir (i) a distribuição de dividendos; e (ii) o desdobramento de ações em 30 de março de 2012 ⁽²⁾	R\$1,15
Valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2011, ajustado para refletir (i) a distribuição de dividendos; (ii) o desdobramento de ações em 30 de março de 2012; e (iii) a Oferta	R\$2,88
Aumento no valor patrimonial por ação atribuído aos atuais acionistas	R\$1,73
Diluição por ação para novos investidores	R\$11,12
Percentual de diluição para os novos investidores ⁽³⁾	79,4%

⁽¹⁾ Preço por Ação indicado na capa deste Prospecto.

⁽²⁾ Ajustado para refletir a distribuição de dividendos no valor de R\$130,0 milhões e o desdobramento de ações de 5.499.900 ações ordinárias para 56.950.000 ações ordinárias, em 30 de março de 2012.

⁽³⁾ Calculado pela divisão da diluição por ação ordinária para cada novo investidor pelo Preço por Ação.

Diluição

O Preço por Ação não guarda relação com o valor patrimonial de nossas Ações e foi fixado com base no Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações adicionais sobre a fixação do Preço por Ação, vide seção “Informações Sobre a Oferta” na página 42 deste Prospecto.

No âmbito da Oferta, nossos atuais acionistas sofrerão uma diluição acionária imediata, decorrente da emissão de Ações (sem considerar as Ações Suplementares), passando de 100% de participação no nosso capital total para 60% de participação. Para informações adicionais sobre a Oferta, ver a seção “Informações Relativas à Oferta” a partir da página 37 deste Prospecto.

Histórico do Preço de Emissão das Ações

A tabela abaixo apresenta as informações sobre as subscrições e/ou aquisições do nosso capital social, realizadas nos últimos cinco anos pelos preços abaixo indicados.

Data	Subscritor/Adquirente	Quantidade de Ações Subscritas/Adquiridas	Valor (R\$)	Valor por Ação Ordinária (R\$)
01/12/10	Frank Zietolie	367.797	0,0*	0,0*
	Alexandre Grendene			
05/01/12	Bartelle	13	520,00	40,00

* As ações foram recebidas por meio de doação realizada pelos Srs. Alexandre Grendene Bartelle e Juvenil Zietolie.

Em 1º de dezembro de 2010, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle transferiu, a título de doação, para o Sr. Frank Zietolie a quantidade de 329.994 ações ordinárias, representativas de 6,0% do nosso capital social total naquela data. Nesta mesma data, o Sr. Juvenil Antônio Zietolie transferiu, a título de doação, à Frank Zietolie a quantidade de 37.803 ações ordinárias, representativas de 0,69% do nosso capital social total naquela data. Referidas transferências foram realizadas por liberalidade das partes envolvidas, em razão do histórico de relacionamento das famílias Zietolie e Grendene Bartelle no desenvolvimento dos nossos negócios.

Em 5 de janeiro de 2012, o Sr. Pedro Grendene Bartelle, retirando-se da Companhia, alienou a totalidade das ações de sua titularidade (equivalente a 13 ações ordinárias) para o Sr. Alexandre Grendene Bartelle, representativas de 0,0002% do nosso capital social naquela data. O motivo de referida alienação foi a saída do Sr. Pedro da Companhia por conta de sua participação não relevante no nosso capital social.

Plano de Opção de Compra de Ações

Adicionalmente, planejamos submeter à aprovação da Assembleia Geral, em, no mínimo, seis meses após a realização da Oferta, um plano de outorga de opção de compra de ações até o limite de 5% (cinco por cento) de nosso capital social. Em caso de aprovação deste plano, poderá haver a emissão de ações com desconto em relação ao valor de mercado ou patrimônio líquido.

ANEXOS

- **ANEXO A - Estatuto Social da Companhia**
- **ANEXO B - Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de abril de 2012, que aprovou a realização da oferta**
- **ANEXO C - Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de abril de 2012, que aprovou o aumento de Capital da Companhia e o Preço por Ação**
- **ANEXO D - Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400**
- **ANEXO E - Formulário de Referência da Companhia**
- **ANEXO F - Demonstrações Financeiras Auditadas relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ANEXO A - Estatuto Social da Companhia**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S/A

NIRE: 43.300.044.513

CNPJ/MF N.º: 90.441.460/0001-48

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo 1º Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”), a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, estarão sujeitos às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo 2º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º A Companhia tem sede e domicílio legal na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, junto a Rodovia Estadual RSC-470, Km. 212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95700-000.

Parágrafo Único Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia pode abrir, mudar, fechar ou alterar os endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as formalidades legais.

Artigo 3º A Companhia tem por objeto social:

- (i) A indústria, comércio, prestação de serviços, importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário em geral, planejado e modulado de madeira, ferro, aço, alumínio e outros materiais, contemplando soluções residenciais, comerciais, hotelaria, infantil e escritório, acessórios funcionais e decorativos inclusive partes, peças e componentes, artefatos de arame, estruturas metálicas, esquadrias, louças e metais, revestimentos em pedra, vidro, couro e tecido, sistemas de iluminação, mecanismos de acionamento de portas e gavetas, divisórias de ambientes, produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos, eletro portáteis, utensílios domésticos em geral, artigos de decoração e roupas de cama, mesa, banho e cozinha, confecções e artigos do vestuário, tecidos, colchões, travesseiros, almofadas, incluindo mercadorias no ramo de mobiliário solto, tais como: sofás, cadeiras e tapetes podendo também, explorar a comercialização de matérias primas e insumos utilizados pela indústria;
- (ii) Realizar a edição de periódicos e revistas, executar a promoção de eventos relacionados com o objeto social, podendo ainda, explorar a atividade de representação comercial por conta e ordem de terceiros e promover a importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, veículos e ferramentas para emprego na atividade industrial;
- (iii) Prestar serviços “on line” de informação em banco de dados de computador ou assessoria, consultoria e informação ao consumidor sobre produtos, preços através da websites em conexão com comércio realizado pela internet;
- (iv) Perceber receita decorrente de aluguéis e prestação de serviços relacionados com as atividades do objeto social; e
- (v) Participar do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista, inclusive mediante a aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.

Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$59.799.824,96 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos), dividido em 5.499.900 (cinco milhões, quatrocentas e noventa e nove mil e novecentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo 2º Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de depósito em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo 4º A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo 5º Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 6º As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 6º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento

ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no Artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações e disposições regulamentares aplicáveis.

Artigo 7º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo 1º A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição.

Parágrafo 2º A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO III **ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS**

Artigo 9º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e, presididas pelo Presidente do Conselho de

Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, na ausência deste último, por outro acionista da Companhia indicado por maioria de votos entre os presentes.

Parágrafo 2º As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia, podendo ser realizadas fora da sede social por motivo de força maior ou outra modalidade prevista em lei ou instrução normativa dos órgãos competentes.

Artigo 10 Para tomar parte nas Assembleias Gerais da Companhia, o acionista deverá apresentar os seguintes documentos:

- (i) documento hábil de identidade;
- (ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;
- (iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e
- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º O edital de convocação das Assembleias Gerais poderá solicitar, para fins de melhor organização das Assembleias Gerais, o depósito na sede da Companhia dos documentos arrolados no *caput* com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo 2º Independentemente do depósito dos documentos arrolados no *caput* deste Artigo com a antecedência prevista no Parágrafo 1º, qualquer acionista da Companhia que comparecer às Assembleias Gerais terá o direito de dela participar e

votar, desde que comprove sua qualidade de acionista mediante apresentação dos documentos referidos no *caput* deste Artigo.

Artigo 11 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas na legislação aplicável, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Único - As atas de Assembleia deverão ser: (i) lavradas no livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 12 Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar a respeito de:

- (i) alteração, modificação e reforma do presente Estatuto Social;
- (ii) transformação, fusão, cisão e incorporação da Companhia, bem como incorporação de ações de emissão da Companhia, sua dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de suas contas;
- (iii) aprovação das contas, das demonstrações financeiras anuais e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- (iv) eleição, reeleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como a determinação do número de cargos do Conselho de Administração, observadas as normas deste Estatuto Social;
- (v) fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual;
- (vi) pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia junto à CVM, bem como a saída do Novo Mercado;
- (vii) escolha da empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação da Companhia em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo X deste

Estatuto, dentre as empresas que forem indicadas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV **ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 13 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 3º Em caso de término do mandato, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos ou sua recondução nos respectivos cargos.

CAPÍTULO V **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 14 O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral determinará, pelo voto da maioria absoluta dos presentes, não se computando os votos em branco, previamente à eleição de seus membros, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 7 (sete) membros.

Parágrafo 2º Os membros do Conselho de Administração da Companhia devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, exceto se expressamente autorizado pela Assembleia Geral da Companhia, aquele que: (i) ocupar cargo, seja como administrador, consultor, empregado, assessor ou colaborador em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em que a Companhia atua; e (ii) tiver interesse conflitante com a Companhia, sendo que se o conflito surgir após a eleição de referido membro, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral da Companhia para deliberar a respeito da destituição ou permanência de tal membro no Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 3º Os membros do Conselho de Administração devem exercer suas atribuições de forma a atingir os interesses da Companhia, sendo lhes vedado, nos termos do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, intervir em qualquer ato ou operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como nas deliberações que a esse respeito tomarem os demais administradores, sendo que nestes casos o conselheiro cujo interesse conflitar com o da Companhia deverá notificar seu impedimento, consignando em ata a natureza e extensão de seu interesse.

Parágrafo 4º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 5º O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, os quais devem ser expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 6º Quando a aplicação do percentual definido no Parágrafo 5º acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 7º Serão também considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no Artigo 141, Parágrafos 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Parágrafo 4º Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Artigo 20 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. Tal participação será considerada como presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º Da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, inclusive participantes por meio de teleconferência ou videoconferência, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º O Conselho de Administração poderá convidar, em suas reuniões, outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 21 As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante maioria de votos dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do Artigo 19, Parágrafo 2º deste Estatuto Social. Em caso de empate, a matéria deverá

ser decidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que terá o voto de qualidade.

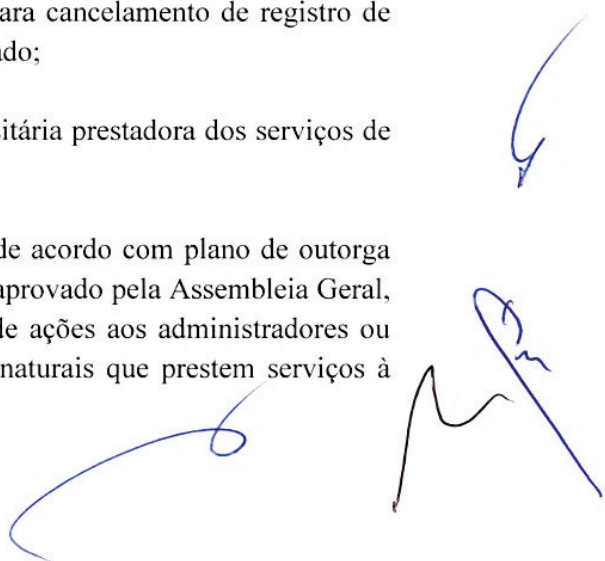
Artigo 22 Compete ao Conselho de Administração:

- a) Eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;
- b) Aprovar o Regimento Interno da Companhia, se for o caso;
- c) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer sociedade controlada pela Companhia (“Controlada”);
- d) Aprovar um Plano de Negócios para a Companhia e suas controladas e quaisquer investimentos ou despesas de capital que não estejam incluídas em tal Plano, se for o caso;
- e) Declarar dividendos intermediários, intercalares e juros sobre o capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, com base nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observados os limites legais;
- f) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e membros dos comitês da Companhia, se existentes, conforme disposto no presente estatuto social;
- g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- h) Convocar a Assembleia Geral, nos termos do artigo 9º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;



- i) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas apresentadas pela Diretoria e Demonstrações Financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- j) Deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- k) Autorizar a aquisição pela Companhia de ações sua de emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior alienação;
- l) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;
- m) Deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, até o limite do capital autorizado, previsto no art. 7º deste estatuto social;
- n) Nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia;
- o) Autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), considerado o período de 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio, pela Companhia ou qualquer Controlada;
- p) Autorizar a alienação ou oneração de bens do Ativo Permanente da Companhia ou qualquer Controlada, em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- q) Autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;

- r) Autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- s) Fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Controlada e Coligada, seus administradores, seus acionistas controladores e, ainda, entre a Companhia e Sociedade(s) Controladas e Coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com quaisquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam, individual ou conjuntamente, no período de um ano, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) sobre o Patrimônio Líquido da Companhia;
- t) Pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;
- u) Deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer Controlada;
- v) Avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;
- w) Definir a lista triíplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de ofertas públicas para cancelamento de registro de Companhia Aberta ou saída do Novo Mercado;
- x) Aprovar a contratação da Instituição Depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- y) Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à

Companhia ou a sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;

- z) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social; e
- aa) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo único - Os valores mencionados nas letras “o”, “p”, “q” e “r” acima serão corrigidos anualmente a partir da data da aprovação do presente Estatuto pela Assembleia, pelo índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo.

Artigo 23 O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a criação de Comitês técnicos ou destinados a aconselhar os administradores.

Parágrafo 1º Uma vez criados nos termos do Artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações, os Comitês desempenharão somente funções técnicas e/ou consultivas e não terão qualquer poder decisório sobre as atividades da Companhia. Os Comitês terão competência consultiva, conforme definido em regimento próprio.

Parágrafo 2º Os Comitês poderão contar com a presença de membros convidados, sem direito a voto, os quais poderão apresentar informações, sugestões ou esclarecimentos a respeito das matérias a serem discutidas nos respectivos Comitês.

Parágrafo 3º Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

CAPÍTULO VI

DIRETORIA

Artigo 24 A administração corrente da Companhia cabe à diretoria, tendo os diretores plenos poderes para gerir os seus negócios, de acordo com suas atribuições e sujeitos às disposições estabelecidas na lei, neste estatuto social e no regimento interno da Companhia, se houver.

Artigo 25 A diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, acionistas ou não, e residentes no Brasil. A diretoria será composta por 01 (um) diretor presidente, 01 (um) diretor vice-presidente, 01 (um) diretor financeiro, 01 (um) diretor comercial e 01 (um) diretor de relações com investidores, e os demais possuem a designação a eles atribuída pelo conselho de administração. Fica autorizada a cumulação de funções por um mesmo diretor.

Parágrafo 1º Compete privativamente ao diretor presidente (e, na ausência deste, ao diretor vice-presidente):

(i) Presidir as reuniões da diretoria; (ii) coordenar as atividades dos demais diretores; e (iii) zelar pela execução das deliberações da assembleia geral, do conselho de administração e da diretoria.

Parágrafo 2º Compete privativamente ao diretor vice-presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:

Substituir o diretor presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga.

Parágrafo 3º Compete privativamente ao diretor financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição:

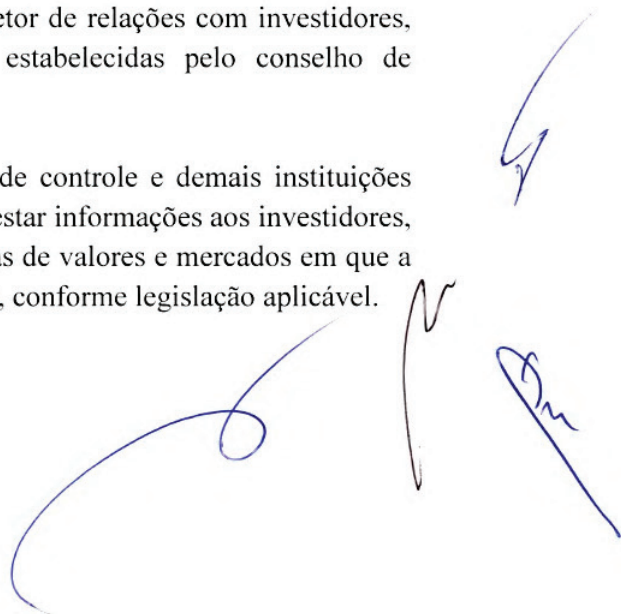
(i) Planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas e coligadas, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia e de suas controladas e coligadas; (v) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia; e (vi) elaborar e acompanhar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes.

Parágrafo 4º Compete privativamente ao diretor comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:

(i) Gerir as atividades de marketing da Companhia; (ii) orientar e estruturar ofertas comerciais da Companhia; (iii) definir e supervisionar as políticas de comercialização e de serviços da Companhia; (iv) avaliar e propor planos de desenvolvimento para novos projetos pela Companhia; (v) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de comercialização da Companhia; (vi) avaliar e discutir pesquisas e análises sobre a Companhia, seus ativos e a indústria; (vii) estreitar o relacionamento da Companhia com os varejistas de cada um de seus empreendimentos e novos lojistas; (viii) estudar os resultados obtidos bem como os possíveis cenários para melhora contínua de produtividade da Companhia; e (ix) avaliar e acompanhar pesquisas de produtividade e novos negócios.

Parágrafo 5º Compete privativamente ao diretor de relações com investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição:

Representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às bolsas de valores e mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável.

Parágrafo 6º Os diretores sem designação específica terão as atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando da sua eleição, observado o disposto neste estatuto social.

Artigo 26 O mandato dos diretores é de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Adicionalmente ao disposto no artigo 13, parágrafo 1º, os diretores são investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio ou através de sua presença e assinatura no livro registro da ata de reunião do conselho de administração que tenham sido eleitos, assim como do termo de anuência dos administradores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo único. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberar o conselho de administração.

Artigo 27 No caso de ausência ou impedimento temporário do diretor presidente, suas funções devem ser exercidas pelo diretor vice-presidente. No caso de ausência ou impedimento temporário do diretor vice-presidente ou de qualquer outro diretor, suas funções devem ser exercidas pelo diretor presidente.

Parágrafo único. No caso de vacância de qualquer cargo de diretor, um novo membro deve ser eleito pela próxima reunião do conselho de administração, que deve ocorrer, no máximo, 90 (noventa) dias após tal vacância. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Artigo 28 Salvo conforme disposto no artigo 27, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida individualmente pelo diretor presidente ou pelo diretor vice-presidente (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, (b) por um diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou (c) por dois procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo diretor presidente ou pelo diretor vice-presidente, ou por 02 (dois) diretores em conjunto, ou por um diretor em conjunto com um procurador e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 2 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula *ad judicium et extra*, que a diretoria venha a autorizar em cada caso).

Artigo 29 Sem prejuízo do disposto no artigo 28, a Companhia pode ser representada por 01 (um) diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos e especiais, inclusive para outorga de procuração, nos termos do artigo 28 acima, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:

- a. Em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao instituto nacional de seguridade social (INSS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil, incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, Secex, Decex, Banco do Brasil S/A, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ibama e demais órgãos ambientais, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Infraero, Bolsas de Valores e de Mercadorias, (BM&FBOVESPA), Sudene/Adene, Sudam/Adam, Bancos Estatais e de Desenvolvimento, instituições financeiras de crédito e de investimentos;
- b. Na cobrança e recebimento de créditos a favor da Companhia;
- c. Na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; e
- d. Na representação da Companhia nas assembleias gerais de suas controladas.

Artigo 30 Cabe à diretoria deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da assembleia geral ou de competência do conselho de administração. A diretoria deverá reunir-se, no mínimo, 1 (uma) vez a cada três meses ou sempre que convocada por qualquer dos diretores. As atas das reuniões devem ser lavradas no livro de atas de reuniões da diretoria. A presença da maioria dos diretores constitui quorum para a instalação das reuniões. Cada diretor tem direito a 01 (um) voto nas reuniões. As deliberações da diretoria serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos diretores presentes. Caso haja empate, caberá ao diretor presidente, ou, na ausência deste, ao diretor vice-presidente, o voto de qualidade.

Parágrafo 1º As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus

votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria, deverão igualmente constar no livro de atas de Reuniões da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º Compete a diretoria celebrar e realizar negócios, contratos, contrair obrigações e os atos previstos nas letras “o”, “p”, “q” e “r” do artigo 22 deste estatuto social, desde que até o limite de valores ali estabelecidos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 22 acima.

Artigo 31 São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por conselheiros, diretores, procuradores ou funcionários, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluídos a prestação de fiança, aval, endosso ou quaisquer garantias não relacionadas ao objeto social, ou contrários ao disposto neste estatuto social.

CAPÍTULO VII

CONSELHO FISCAL

Artigo 32 A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, e terá 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei, facultando à assembleia aprovar o regimento interno do órgão. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

Parágrafo 1º A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à (i) prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis; e (ii) assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, permanecendo sujeitos aos deveres e responsabilidades de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei das Sociedades por Ações. Na primeira reunião do conselho fiscal será eleito o presidente e o secretário do órgão.

Parágrafo 2º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, respeitados os limites legais.

Parágrafo 3º No caso de ausência temporária ou renúncia de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

Parágrafo 4º Ocorrendo vaga de titular e seu suplente, no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar uma Assembleia Geral, com base na prerrogativa do Artigo 163, V da Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

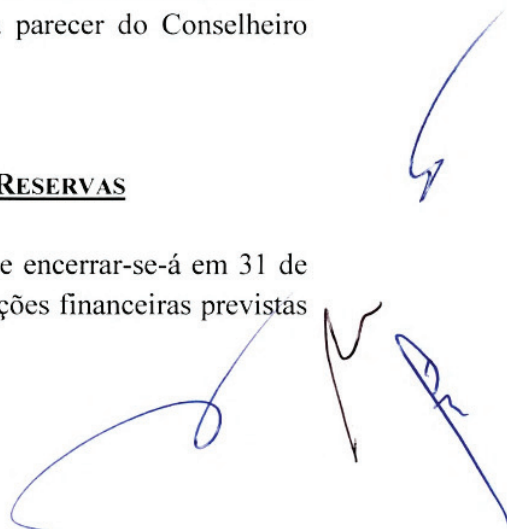
Parágrafo 5º As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 6º Da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros Fiscais presentes à reunião, inclusive participantes por meio de teleconferência ou videoconferência, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia. Os votos ou pareceres manifestados pelos Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 5º *in fine* deste Artigo 31, deverão igualmente ser anexados ao Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto ou parecer do Conselheiro Fiscal, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

CAPÍTULO VIII

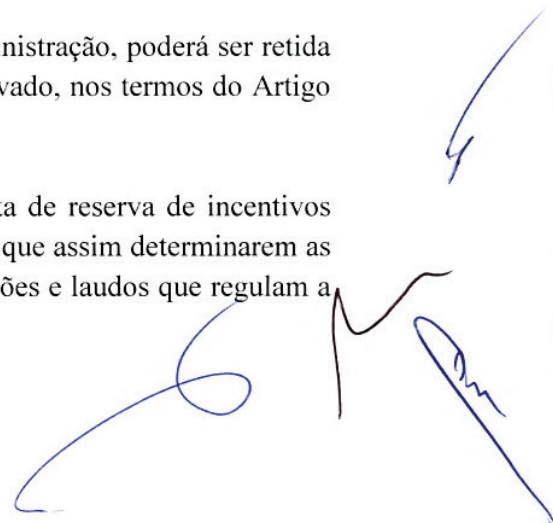
EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DIVIDENDOS E RESERVAS

Artigo 33 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.



Artigo 34 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;
- d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e,
- f) será alocada à reserva de lucros, na sub-conta de reserva de incentivos fiscais, as subvenções de investimentos, no montante que assim determinarem as leis, decretos, convênios, contratos, portarias, resoluções e laudos que regulam a concessão de benefícios à Companhia.



g) Os lucros não destinados as reservas e contingências acima descritas deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do Artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 35 A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 36 Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

Artigo 37 A Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes da comunidade de que participe ou a seus empregados, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, justificadamente, nos termos do artigo 154, §4º da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO IX

RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Artigo 38 Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei, do Regulamento do Novo Mercado e do presente Estatuto Social.

Artigo 39 A Companhia, nos casos em que não tomar o pólo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, por meio de terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.

Parágrafo 1º A garantia prevista no *caput* deste Artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.

Parágrafo 2º Se o membro do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, baseada em violação de lei ou do estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

Parágrafo 3º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

CAPÍTULO X

ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 40 A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Controlador” - significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” - significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” – significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” – significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Administradores” – significa, quando no singular, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente.

“Adquirente” - significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

“Alienação de Controle da Companhia” – significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

“Poder de Controle” - significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Valor Econômico” - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo 2º O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, enquanto o Adquirente ou aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 4º Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 41 A oferta pública de aquisição disposta no Artigo 40 será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 42 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar uma oferta pública nos termos do presente Estatuto; e
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída, entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao

saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;

Artigo 43 Na oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º O laudo de avaliação referido no *caput* deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do §1º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no § 6º desse mesmo Artigo.

Parágrafo 2º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Artigo 44 Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 43 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis

Parágrafo Único A notícia da realização da oferta pública mencionada no Artigo 44 acima, deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a saída ou aprovado referida reorganização.

Artigo 45 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 44 acima.

Parágrafo 1º A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 46 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os §§ 1º e 2º do Artigo 43 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo

descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 47 É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

CAPÍTULO XI

LIQUIDAÇÃO

Artigo 48 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XII

JUÍZO ARBITRAL

Artigo 49 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles,

relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XIII **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 50 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 52 As disposições contidas (A) nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, (B) no Artigo 12 (vi) e no Artigo 12 (vii), (C) no Parágrafo 1º do Artigo 13, (D) nos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 14, (E) nos itens (x) e (y) do Artigo 22, (F) no Parágrafo 1º, item (i) do Artigo 32; (G) no Capítulo X; e (H) no Capítulo XII deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição, referente à primeira oferta pública de ações de emissão da Companhia.

Bento Gonçalves, 27 de fevereiro de 2012.





-
- ANEXO B - Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de abril de 2012, que aprovou a realização da oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DUCCIOS

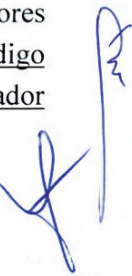
UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48

NIRE 43.300.044.513

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 04
REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2012**

1. **DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO:** Realizada aos 4 dias do mês de abril de 2012, às 08:00 horas, na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Estadual RSC-470, Km 212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95700-000.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia. Compareceram os seguintes membros do Conselho de Administração: Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Frank Zietolie, João Carlos Sfreddo e Renato Ochman.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Alexandre Grendene Bartelle e secretariados pelo Sr. Juvenil Antonio Zietolie.
4. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da: (i) autorização para a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária"), e distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores ("Oferta Secundária" e "Acionistas Vendedores", respectivamente, sendo que a Oferta Primária e a Secundária conjuntamente são definidas como "Oferta"), todas nominativas escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Oferta Públicas de Distribuição e Aquisições de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), sob coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador



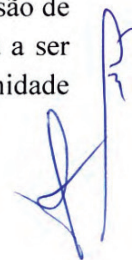
até 20% (vinte por cento) do total das Ações
14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400; (v)
pr todas as providências e praticar todos os atos

com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44, ambos da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação de acordo com o inciso I, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das ações originárias a serem subscritas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição e/ou aquisição de ações ordinárias no contexto da Oferta. O preço de emissão será aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

5.4 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (excluídas as Ações Adicionais, conforme definidas abaixo) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Suplementares”), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares, outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“Opção de Ações Suplementares”). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação (conforme definido no item 3 abaixo) e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início das negociações das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, (“Início das Negociações”) de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações Suplementares tenha sido tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta, no momento em que for fixado o Preço por Ação.

5.5 Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (“Ações Adicionais”).

5.6 Em razão das deliberações tomadas acima, a Diretoria da Companhia fica autorizada a, desde já, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização de aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a serem ofertadas por meio da Oferta a ser realizada no Brasil e registrada junto à CVM. A Oferta será registrada na CVM em conformidade



com as disposições da Instrução CVM 400. Para tanto, os Diretores da Companhia ficam investidos de plenos poderes para tomar e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em especial, de poderes de representação da Companhia junto à CVM, ao Banco Central do Brasil, à BM&FBOVESPA e à ANBIMA, podendo praticar quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização das mesmas, incluindo, sem limitação, (i) Prospecto da Oferta, (ii) *Offering Memoranda*, (iii) Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação das Ações de Emissão da Companhia, (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, (v) *Placement Facilitation Agreement*, e (vi) *Lock Up Agreement*.

5.7 Consignar que a Oferta será realizada em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, por meio de 2 (duas) ofertas distintas: (i) a oferta destinada aos investidores não-institucionais; e (ii) a oferta destinada aos investidores institucionais, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

5.8 Aprovar que a integralização das ações ordinárias no âmbito da Oferta, seja efetuada mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional.

5.9 Aprovar que o aumento do capital social será feito com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 7º, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia.

5.10 Consignar que as novas ações emitidas nos termos das deliberações acima farão jus ao recebimento de dividendos integrais e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias e, conforme o caso, de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social da Companhia e do Regulamento do Novo Mercado.

5.11 Aprovar a eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta, conforme regulamentação aplicável.

5.12 Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e deliberações e praticar todos os demais atos necessários e úteis à implementação das deliberações tomadas nos itens anteriores.

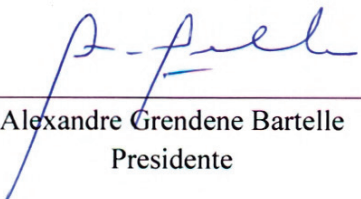
5.13 Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria com vistas à realização da Oferta.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Alexandre Grendene Bartelle – Presidente; e Juvenil Antonio Zietolie – Secretário. Conselheiros Presentes: Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Frank Zietolie, João Carlos Sfreddo e Renato Ochman.

Bento Gonçalves, 04 de abril de 2012

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Mesa:

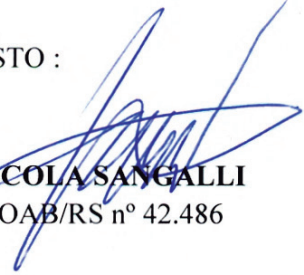


Alexandre Grendene Bartelle
Presidente



Juvenil Antonio Zietolie
Secretário

VISTO :


Bel. JULIANO NICOLA SANGALLI
Advogado inscr. OAB/RS nº 42.486

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 12/04/2012 SOB Nº: 3614414	
Protocolo: 12/105722-4, DE 04/04/2012	
Empresa: 43 3 0004451 3	
UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS	
S/A	
 JOSÉ TADEU JACOBY SECRETÁRIO-GERAL	

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ANEXO C - Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de abril de 2012, que aprovou o aumento de Capital da Companhia e o Preço por Ação**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

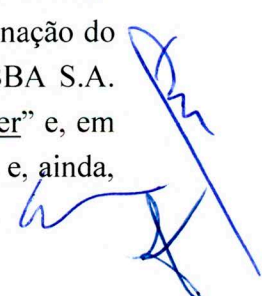
UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48

NIRE 43.300.044.513

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 06
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2012**

1. **DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO:** Realizada aos 25 dias do mês de abril de 2012, às 16:30 horas, na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Estadual RSC-470, Km 212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95700-000.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia. Compareceram os seguintes membros do Conselho de Administração: Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Frank Zietolie, João Carlos Sfreddo e Renato Ochman.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Alexandre Grendene Bartelle e secretariados pelo Sr. Renato Ochman.
4. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito de: (i) a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, de emissão da Companhia em conjunto com uma distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de determinados acionistas vendedores ("Acionistas Vendedores"), todas nominativas escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), objeto de aprovação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 04 de abril de 2012, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), sob coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Agente Estabilizador") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o Itaú BBA, os "Coordenadores da Oferta"), e, ainda,



com esforços de colocação das Ações no exterior, por meio de mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e pela CVM, (a) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC”), em operações isentas de registro e previstas no *U.S. Securities Act de 1933*, conforme alterado (“Securities Act”) e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas consideradas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S, no âmbito do *Securities Act* pela SEC (“Oferta”); (ii) o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, nos termos do seu Estatuto Social, mediante emissão de ações ordinárias no âmbito da Oferta prevista no item (i) acima, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e nos termos do parágrafo 2º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia; (iii) a aprovação do Prospecto Definitivo e do *Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta; (iv) a celebração dos documentos relacionados com a Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao (a) Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Unicasa Indústria de Móveis S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente, a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA” e “Contrato de Distribuição”, respectivamente); (b) *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, BTG Pactual US Capital Corp., o Itau BBA USA Securities, Inc. e o Santander Investment Securities Inc. (“Placement Facilitation Agreement”); (c) Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Contrato de Estabilização”); (d) *Lock-up Agreement*; e (e) Contrato de Prestação de Serviços, a ser celebrado entre a Companhia e a BM&FBOVESPA (“Contrato de Prestação de Serviços”); e (v) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta.

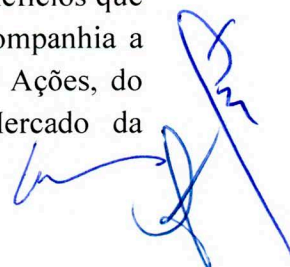


5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião, após a discussão e apreciação da matéria objeto da ordem do dia, foram feitos os apontamentos e tomadas as decisões mencionadas abaixo por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições dos conselheiros presentes:

5.1 Aprovar o preço de R\$14,00 (catorze reais) por ação ordinária (“Preço por Ação”), fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”) conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a investidores institucionais, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação de acordo com o inciso I, §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das ações originárias a serem subscritas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição e/ou aquisição de ações ordinárias no contexto da Oferta.

5.2 Aprovar, em decorrência da deliberação tomada nos itens acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, que passará de R\$59.799.824,96 (Cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) para R\$187.708.920,96 (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e oito mil, novecentos e vinte reais e noventa e seis centavos), com um aumento, portanto, no montante de R\$127.909.096,00 (cento e vinte e sete milhões, novecentos e nove mil e noventa e seis reais), mediante a emissão de 9.136.364 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e trezentos e sessenta e quatro) de novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$14,00 (catorze reais) por ação, com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do parágrafo 2º do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

5.3 Aprovar as novas ações emitidas nos termos das deliberações acima farão jus ao recebimento de dividendos integrais e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias e, conforme o caso, de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social da Companhia e do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).



5.4 Aprovar o Prospecto Definitivo e o *Offering Memorandum* final a serem utilizados na Oferta.

5.5 Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados com a Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao (a) Contrato de Distribuição, (b) *Placement Facilitation Agreement*, (c) Contrato de Estabilização, (d) *Lock-up Agreement* e (e) Contrato de Prestação de Serviços, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos .

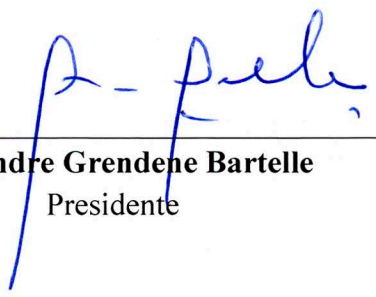
5.6 Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os demais atos e assinar todos os demais documentos necessários à realização da Oferta, na forma contemplada no Prospecto Definitivo, no Contrato de Distribuição, no *Placement Facilitation Agreement*, no Contrato de Estabilização e nos demais documentos da Oferta.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: Alexandre Grendene Bartelle – Presidente; e Renato Ochman – Secretário. Conselheiros Presentes: Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Frank Zietolie, João Carlos Sfreddo e Renato Ochman.

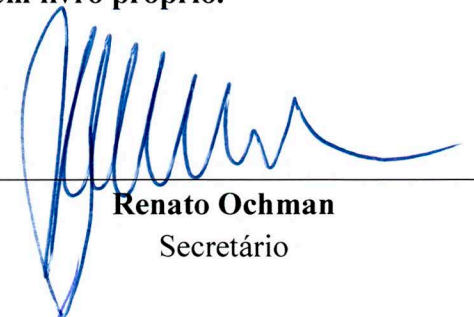
Bento Gonçalves, 25 de abril de 2.012

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Mesa:



Alexandre Grendene Bartelle
Presidente



Renato Ochman
Secretário

VISTO :



Bel. Juliano Nicola Sangalli
Advogado inscrito na OAB/RS nº 42.486

-
- **ANEXO D - Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia Estadual RSC-470, km 212, nº 930, Bairro São Vendelino, CEP 95700-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.441.460/0001-48, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (“JUCERGS”) sob o NIRE 43.300.044.513, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia”), no âmbito do processo de registro de (i) distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia, e (ii) distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade de Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Kelly Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa C. Schenatto (“Acionistas Vendedores”) (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

Considerando que:

- (i) a Companhia e os Acionistas Vendedores constituíram, juntamente com o Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em 2 de fevereiro de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”);
- (iv) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado; e
- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os

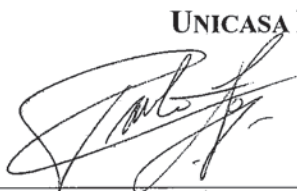
seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

a Companhia declara que:

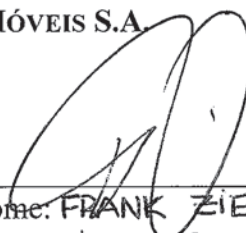
- (i) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterà, nas suas respectivas data de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Bento Gonçalves, 4 de abril de 2012.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.



Nome: PAULO EDUARDO JUNQUEIRA DE ARANTES FILHO
Cargo: DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



Nome: FRANK ZIETOLIE
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 500.635.228-9 (SSP/RS), inscrito no CPF/MF sob o nº 098.675.970-87, residente e domiciliado na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Rui Barbosa, nº 142, apto. 1201, Bairro Centro, CEP 95180-000 (“Acionista Vendedor”), no âmbito do processo de registro de (i) distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), e (ii) distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, Juvenil Antonio Zietolie, Kelly Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa C. Schenatto (em conjunto “Acionistas Vendedores”) (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

Considerando que:

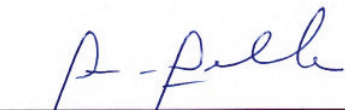
- (i) a Companhia e os Acionistas Vendedores constituíram, juntamente com o Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em 2 de fevereiro de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”);
- (iv) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado; e
- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais,

com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Acionista Vendedor declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas data de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Bento Gonçalves, 4 de abril de 2012.



ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE
RG nº 500.635.228-9 (SSP/RS)

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

KELLY ZIETOLIE, brasileira, casada, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 801.543.637-4 (SSP/RS), inscrita no CPF/MF sob o nº 594.926.860-15, residente e domiciliada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua República, 31, apto. 301, Cidade Alta, CEP 95.700-000 0 (“Acionista Vendedor”), no âmbito do processo de registro de (i) distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), e (ii) distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa C. Schenatto (em conjunto “Acionistas Vendedores”) (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

Considerando que:

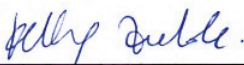
- (i) a Companhia e os Acionistas Vendedores constituíram, juntamente com o Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em 2 de fevereiro de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”);
- (iv) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado; e
- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais,

com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Acionista Vendedor declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas data de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Bento Gonçalves, 4 de abril de 2012.



KELLY ZIETOLIE

RG nº 801.543.637-4 (SSP/RS)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

NELY ROSA C. SCHENATTO, brasileira, viúva, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 900.727.605-9 (SSP/RS), inscrita no CPF/MF sob o nº 667.288.190-53, residente e domiciliada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Olavo Bilac, 195/400, Cidade Alta, CEP 95.700-000 (“Acionista Vendedor”), no âmbito do processo de registro de (i) distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), e (ii) distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Kelly Zietolie e Emilia Ângela Saretta Zietolie (em conjunto “Acionistas Vendedores”) (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

Considerando que:

- (i) a Companhia e os Acionistas Vendedores constituíram, juntamente com o Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em 2 de fevereiro de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”);
- (iv) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado; e
- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais,

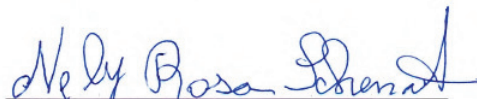


com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Acionista Vendedor declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas data de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Bento Gonçalves, 4 de abril de 2012.



NELY ROSA C. SCHENATTO
RG nº 900.727.605-9 (SSP/RS)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

EMILIA ÂNGELA SARETTA ZIETOLIE, brasileira, casada, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 400.889.660-9 (SSP/RS), inscrita no CPF/MF sob o nº 807.206.090-20, residente e domiciliada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua República, 31, apto. 401, Cidade Alta, CEP 95.700-000 (“Acionista Vendedor”), no âmbito do processo de registro de (i) distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), e (ii) distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antonio Zietolie, Kelly Zietolie e Nely Rosa C. Schenatto (em conjunto “Acionistas Vendedores”) (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

Considerando que:

- (i) a Companhia e os Acionistas Vendedores constituíram, juntamente com o Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em 2 de fevereiro de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”);
- (iv) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado; e
- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais,



com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Acionista Vendedor declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas data de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Bento Gonçalves, 4 de abril de 2012.



EMILIA ÂNGELA SARETTA ZIETOLIE

RG nº 400.889.660-9 (SSP/RS)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

JUVENIL ANTONIO ZIETOLIE, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 902.082.295-4 (SSP/RS), inscrito no CPF/MF sob o nº 029.127.670-91, residente e domiciliado na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, Rua da República, nº 31, apto. 401, Bairro Cidade Alta, CEP 95700-000 (“Acionista Vendedor”), no âmbito do processo de registro de (i) distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), e (ii) distribuição pública secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, Alexandre Grendene Bartelle, Kelly Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa C. Schenatto (em conjunto “Acionistas Vendedores”) (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

Considerando que:

- (i) a Companhia e os Acionistas Vendedores constituíram, juntamente com o Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em 2 de fevereiro de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”);
- (iv) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado; e
- (vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais,

com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Acionista Vendedor declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas data de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Bento Gonçalves, 4 de abril de 2012.



JUVENIL ANTONIO ZIETOLIE
RG nº 902.082.295-4 (SSP/RS)



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº400**

O **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 8º a 10º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada em conformidade com seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia") e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Acionistas Vendedores" e "Prospecto Preliminar", respectivamente), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames ("Ações" e "Oferta", respectivamente), vem pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

- i. a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- ii. para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 29 de abril de 2011, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia Oferta ("Prospecto Definitivo");
- iii. por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA Nº 12 com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo;
- iv. foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- v. além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores; e



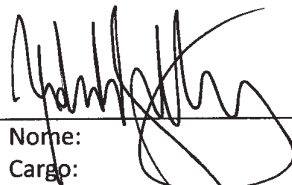
- vi. a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise, do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Coordenador Líder declara que:

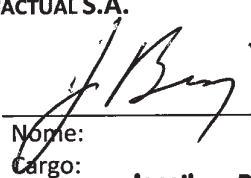
- i. tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integra o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- ii. o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, de suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- iii. o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, 03 de abril de 2012.

BANCO BTG PACTUAL S.A.


Nome:
Cargo:

Roberto Balls Sallouti
Diretor Executivo


Nome:
Cargo:

Jonathan David Bisga
Diretor Executivo



-
- ANEXO E - Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	155
---	-----

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	156
2.3 - Outras informações relevantes	160

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	161
3.2 - Medições não contábeis.....	162
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	167
3.4 - Política de destinação dos resultados	164
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	166
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	167
3.7 - Nível de endividamento	168
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	169
3.9 - Outras informações relevantes	170

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	171
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	180
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	181
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.....	183
4.5 - Processos sigilosos relevantes	184
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.....	185
4.7 - Outras contingências relevantes	186
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	187

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	188
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	190
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	192
5.4 - Outras informações relevantes	193

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM.....	194
6.3 - Breve histórico	195
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	197
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial.....	198
6.7 - Outras informações relevantes	199

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas.....	200
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais.....	206
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais.....	207
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	238
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades.....	239
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	243
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades.....	244
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	245
7.9 - Outras informações relevantes	246

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico.....	251
8.2 - Organograma do Grupo Econômico.....	252
8.3 - Operações de reestruturação.....	253
8.4 - Outras informações relevantes	254

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros.....	255
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	256
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	257
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	333
9.2 - Outras informações relevantes	338

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	339
10.2 - Resultado operacional e financeiro	370
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	374
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	375
10.5 - Políticas contábeis críticas	376
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	377
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	378
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	379
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	380
10.10 - Plano de negócios	381
10.11 - Outros fatores com influência relevante	383

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	384
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	385

12. Assembléia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	386
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	390
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	393
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	394
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	395
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	496
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	400
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	401
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	402
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	403
12.12 - Outras informações relevantes	404

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	406
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	409
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	412
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	414
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	415
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	416

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	417
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	418
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	419
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	420
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	421
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	422
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	423
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	424
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	425
13.16 - Outras informações relevantes	426

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	427
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	429
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	430
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	433

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	434
15.3 - Distribuição de capital	436
15.4 - Organograma dos acionistas	437
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	438
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	440
15.7 - Outras informações relevantes	441

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	442
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	443
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	448

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	449
17.2 - Aumentos do capital social	450
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	451
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	452
17.5 - Outras informações relevantes	453

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	454
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	455
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	456
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	457
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	458
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	459
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	460
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor ..	461
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	462
18.10 - Outras informações relevantes	463

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	464
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	465
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	466
19.4 - Outras informações relevantes	467

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	468
20.2 - Outras informações relevantes	469

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	470
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	472
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	474
21.4 - Outras informações relevantes	475

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	476
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	477
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	478
22.4 - Outras informações relevantes	479

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sr. Frank Zietolie

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sr. Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Período de prestação de serviço	01/01/2009 a 31/12/2009		
Descrição do serviço contratado	Auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$70.387,00 , sendo integralmente referente aos serviços de auditoria prestados à Companhia.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2009 a 31/12/2009	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moínhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?

SIM

Código CVM

471-5

Tipo auditor

Nacional

Nome/Razão social

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

CPF/CNPJ

61.366.936/0001-25

Período de prestação de serviço

01/01/2010 a 31/12/2010

Descrição do serviço contratado

Auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$74.150,00, sendo integralmente referente aos serviços de auditoria prestados à Companhia.

Justificativa da substituição

Não houve substituição.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2010 a 31/12/2010	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moínhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor? SIM

Código CVM 471-5

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

CPF/CNPJ 61.366.936/0001-25

Período de prestação de serviço 01/01/2011 a 31/12/2011

Descrição do serviço contratado Auditoria independente e revisão limitada das demonstrações financeiras da Companhia.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço A remuneração total paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$129.586,00 sendo integralmente referente aos serviços de auditoria prestados à Companhia.

Justificativa da substituição Não houve substituição.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2011 a 31/12/2011	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moínhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

Possui auditor?

SIM

Código CVM

471-5

Tipo auditor

Nacional

Nome/Razão social

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

CPF/CNPJ

61.366.936/0001-25

Período de prestação de serviço

01/01/2012

Descrição do serviço contratado

Auditoria independente, revisão limitada das demonstrações financeiras da Companhia e emissão de carta conforto no âmbito de nossa oferta pública inicial de ações.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço

A remuneração total a ser paga aos auditores independentes no exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$407.355,00, sendo R\$137.355,00 referente aos serviços de auditoria prestados à Companhia e R\$270.000,00 referente à emissão de carta conforto em nossa oferta pública inicial de ações.

Justificativa da substituição

Não houve substituição.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Carlos de Souza	01/01/2012	612.539.289-91	Avenida Mostardeiro, 322, 10º andar, Moínhos de Vento, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 32045500, Fax (51) 32045699, e-mail: luis.c.souza@br.ey.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	195.739.716,96	159.602.653,18	123.864.504,14
Ativo Total	258.201.000,00	209.824.357,09	169.462.603,04
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	294.676.792,42	288.344.872,49	224.957.972,98
Resultado Bruto	125.884.861,82	115.710.971,81	84.027.814,61
Resultado Líquido	57.792.035,22	53.086.986,04	37.122.470,35
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	5.499.900	5.499.900	5.499.900
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	35,590000	29,020000	22,520000
Resultado Líquido por Ação	10,510000	9,650000	6,750000

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é definido por nós como lucro líquido, adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização.

A margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas.

O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de nosso desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

	<i>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</i>		
	2011	2010	2009
EBITDA (em R\$ mil)	80.444	72.919	48.808
Margem EBITDA ⁽¹⁾	27,3%	25,3%	21,7%

⁽¹⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Segue abaixo o cálculo do EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

Demonstração do EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R\$ Mil)	2011	2010	2009
(+) Lucro líquido do exercício	57.792	53.086	37.122
(+) Despesas financeiras	2.645	1.375	1.715
(-) Receitas financeiras	(10.643)	(9.765)	(10.096)
(+) Imposto de renda e contribuição social	23.584	22.499	14.981
(+) Depreciações e amortizações	7.066	5.724	5.086
(=) EBITDA	80.444	72.919	48.808
(=) Receita líquida de vendas	294.677	288.345	224.958
(=) Margem EBITDA⁽¹⁾	27,3%	25,3%	21,7%

(1) EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(c) explicar o motivo pelo qual tal medição é a mais apropriada para correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho operacional e liquidez pela nossa administração, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. O EBITDA funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. A nossa administração acredita que o EBITDA é uma medida apropriada para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. Adicionalmente, o EBITDA é frequentemente utilizado por analista de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão de nosso desempenho operacional, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não há eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) regras sobre retenção de lucros

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Além disso, nos 3 últimos exercícios sociais, nosso Estatuto Social estabelecia que do resultado do exercício deveriam ser deduzidas:

- (i) a participação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido após a dedução da provisão para imposto de renda, aos administradores no exercício da função, conforme permite o disposto no art. 190 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) a reserva legal, prevista no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) as reservas estatutárias e para contingências, se houvessem, constituídas na forma prevista nos arts. 194 e 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) a retenção de lucros, se houvesse, aprovada por assembleia com obediência aos requisitos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) a reserva de lucros a realizar e as reservas de capital (arts. 197 e 200 da Lei das Sociedades por Ações); e
- (vi) o dividendo mínimo obrigatório, o qual era fixado por nosso Estatuto Social em 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Companhia poderia imputar juros sobre o capital próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório, na forma e nos limites da lei. Os lucros remanescentes deveriam ter a destinação que aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria.

Apresentamos abaixo as informações que refletem as regras sobre retenção de nossos lucros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011:

- O lucro remanescente, apurado no exercício de 2009, após a constituição da reserva legal e distribuições de lucros aos acionistas, como dividendos, foi transferido para conta de reservas de lucros no valor de R\$29.666.346,83, para futura utilização, incluído como retenção de lucros, conforme Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 30 de abril de 2010.
- O lucro remanescente, apurado no exercício de 2010, após a constituição da reserva legal e distribuição de lucros aos acionistas, como dividendos, foi transferido para conta de reservas de lucros no valor de R\$45.026.526,10, para futura utilização, incluído como retenção de lucros, conforme Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 29 de abril de 2011.
- Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da reserva de retenção de lucros totalizava R\$123.963.301,18. Em 2011 os acionistas deliberaram pelo pagamento de dividendos no valor de R\$12.354.971,44, reduzindo o saldo da reserva para R\$111.608.329,74. A nossa administração propôs à Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a distribuição do saldo

3.4 - Política de destinação dos resultados

remanescente desta reserva, no valor de R\$111.608.329,74, bem como do valor de lucros não distribuídos de 2011, no valor de R\$48.492.035,22, a título de dividendos adicionais, perfazendo um total a pagar de R\$160.100.364,96.

- Conforme Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datadas de 24 de fevereiro de 2012, rerratificadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no valor de R\$130.000.000,00 e deliberaram por aumentar o nosso capital social no valor de R\$30.100.364,96, mediante a capitalização de reserva de lucros, com base em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os dividendos declarados nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 24 de fevereiro de 2012 deverão ser pagos aos acionistas até o final do exercício de 2012. Farão jus ao recebimento dos referidos dividendos, na proporção das participações no nosso capital social, apenas os acionistas detentores de nossas ações ordinárias nominativas em 24 de fevereiro de 2012, sendo que imediatamente após a declaração dos dividendos (após 24 de fevereiro de 2012), as ações de nossa emissão, inclusive aquelas emitidas no âmbito da nossa oferta pública inicial de ações, serão negociadas “*ex dividendos*”.

b) Regras sobre distribuição de dividendos:

Nos últimos três exercícios sociais, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social era de 5% (cinco por cento) do nosso lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo facultado imputar juros sobre o capital próprio à conta de dividendo mínimo obrigatório na forma e nos limites da lei.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 exercícios sociais, a distribuição dos nossos dividendos foi realizada anualmente, por deliberação da Assembleia Geral, com base na proposta da nossa Diretoria. Ainda, nosso Estatuto Social permite a declaração de dividendos intermediários, baseado em balanços semestrais ou de períodos inferiores, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações a este respeito. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Nos últimos 3 exercícios sociais, não existiam restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável a nós, assim como não existiam restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	57.792.035,22	51.826.526,10	35.266.346,83
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	97,600000	11,200000	13,500000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	29,500000	33,300000	30,000000
Dividendo distribuído total	56.397.035,22	5.780.000,00	4.760.000,00
Lucro líquido retido	0,00	45.026.526,10	29.666.346,83
Data da aprovação da retenção		29/04/2011	30/04/2010

	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Lucro líquido retido				
Juros Sobre Capital Próprio				
Ordinária	7.905.000,00	31/12/2011	5.780.000,00	27/12/2010
Ordinária				31/12/2009
Outros				03/11/2009
Ordinária	48.492.035,22	31/12/2012		

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Lucros Retidos	R\$93.862.936,22	R\$10.548.837,00	R\$3.032.002,00

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	62.462.970,20	Índice de Endividamento	31,90000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantia Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirografárias	53.300.693,58	9.162.276,62	0,00	0,00	62.462.970,20
Total	53.300.693,58	9.162.276,62	0,00	0,00	62.462.970,20
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Conforme informado no quadro 3.4 deste Formulário de Referência, nos últimos 3 exercícios sociais, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social era de 5% (cinco por cento) do nosso lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Esse percentual foi alterado para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2012. De acordo com o nosso Estatuto Social vigente a partir dessa data, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;
- d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;
- f) será alocada à reserva de lucros, na sub-conta de reserva de incentivos fiscais, as subvenções de investimentos, no montante que assim determinarem as leis, decretos, convênios, contratos, portarias, resoluções e laudos que regulam a concessão de benefícios a nós; e
- g) os lucros não destinados as reservas e contingências acima descritas deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do Artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.

A Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Investir em ações envolve alto grau de risco. Antes de decidir investir nas Ações, os investidores em potencial devem considerar e analisar detalhadamente todas as informações, os riscos e incertezas descritos abaixo e na seção 5 deste Formulário de Referência.

Nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados por quaisquer dos riscos descritos nessa Seção. O preço de mercado das Ações poderá cair em razão da ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo ou de outros fatores não previstos por nós, e o investidor pode perder parte ou todo o investimento realizado nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar negativamente. Riscos adicionais atualmente desconhecidos por nós ou que atualmente julgamos irrelevantes também podem afetar nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa e o preço de mercado das Ações.

Nesta seção, quando afirmamos que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou terá um efeito adverso ou negativo sobre nós, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa e o preço de mercado das Ações.

Riscos relacionados:

a) AO EMISSOR.

Caso falhemos na manutenção do valor de nossas marcas, nossas vendas poderão ser negativamente afetadas.

Nosso sucesso depende, em grande parte, do valor das marcas que utilizamos para comercialização dos nossos produtos. As marcas “Dell Anno”, “Favorita” “New” e “Telasul” e suas imagens perante o mercado são essenciais para nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar nossas marcas dependerá significativamente do êxito de nossos esforços de marketing e de nossa capacidade de manter nossas marcas reconhecidas dentre consumidores e mercado como de alto valor qualitativo. Nossas marcas podem ser afetadas adversamente caso falhemos em atingir estes objetivos ou caso nossa imagem venha a ser atingida por uma publicidade negativa. Caso, por exemplo, nossos revendedores não atinjam nosso padrão de qualidade, a reputação de nossas marcas poderá ser prejudicada. Adicionalmente, caso sejam introduzidos novos segmentos de produtos e os mesmos não sejam bem sucedidos, poderá haver uma alteração na percepção de valor de nossas marcas e impactar negativamente nossas vendas, aumentar custos e/ou despesas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais. Quaisquer desses eventos podem resultar na queda do nosso volume de vendas e em um impacto negativo em nossos resultados.

Uma de nossas principais estratégias de crescimento consiste na atração de novos revendedores, sendo que podemos não obter sucesso no seu desenvolvimento.

Uma de nossas principais estratégias de crescimento está baseada na atração de novos revendedores, principalmente para as nossas marcas “New” e “Telasul”. Nossa capacidade de atrair novos revendedores depende de inúmeros fatores que não controlamos, tais como (i) a expansão de nossos concorrentes; (ii) a dificuldade de encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, bem como a concorrência por tais pontos; (iii) a disponibilidade de mão de obra qualificada; e (iv) questões econômicas e de mercado que possam afetar a demanda por nossos produtos.

Se não tivermos sucesso na atração de novos revendedores, nosso plano de expansão pode ser adversamente impactado.

Nossos revendedores podem não manter suas médias atuais de vendas, o que poderá afetar adversamente nossos volume e margem de vendas atuais, bem como nossos resultados.

Nosso volume e margem médios de vendas para as lojas de nossos revendedores poderão diferir significativamente de nossas médias atuais devido a inúmeros fatores, tais como: (i) produtos concorrentes; (ii) falta de demanda por nossos produtos; (iii) qualidade de serviços oferecidos aos nossos clientes; e (iv) dificuldade dos nossos revendedores de encontrar locais adequados para abertura de lojas e (v) alterações de mercado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Consequentemente, caso nossas médias atuais de volume e margem de venda sejam impactadas negativamente por alguns desses fatores, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Nossos revendedores podem não obter êxito na renovação dos seus contratos de aluguel em seus atuais pontos. Além disso, podemos não obter êxito na renovação de nossos contratos de revenda com tais revendedores.

O sucesso na comercialização das nossas marcas depende, em grande parte, da localização das lojas de nossos revendedores, principalmente os exclusivos. A maioria das lojas de nossos revendedores exclusivos, os quais são responsáveis pela maior parcela de nossas vendas e, consequentemente, de nossa receita, está estrategicamente localizada em pontos que nossos administradores entendem ser de alta visibilidade. Caso (i) não consigamos renovar os respectivos contratos de revenda, que atualmente tem duração de um ano, com tais revendedores; ou (ii) tais revendedores não consigam renovar seus contratos de aluguel em termos razoáveis; ou (iii) tais revendedores sejam obrigados a alterar a localização de suas lojas para locais que não tenham a mesma visibilidade que possuem atualmente, as vendas de nossos produtos podem cair e, portanto, impactar negativamente nossos resultados.

Nossas fábricas estão concentradas em um único parque fabril, do qual somos integralmente dependentes.

A fabricação de todos os nossos produtos é feita em fábricas concentradas em um único parque fabril, localizado na cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul. Qualquer interrupção significativa na operação de nosso parque fabril devido a qualquer desastre natural, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, interdição e lacração dos imóveis consequentes de ausência de licenças municipais e de corpo de bombeiros, ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de produção, o que pode causar queda ou mesmo interrupção nas vendas, afetando nossos resultados operacionais. Adicionalmente, todo o nosso centro administrativo está localizado no mesmo prédio dentro do nosso parque fabril. Qualquer ocorrência nessa localidade que afete nosso parque fabril e, eventualmente, nosso centro administrativo, tal como desastres naturais ou acidentes, poderá afetar adversamente nossas operações e, consequentemente, nossos resultados.

Adicionalmente, por estarmos concentrados em um único parque fabril, greves e paralisações da totalidade ou de grande parte de nossos funcionários poderão afetar nossa produção.

Podemos ser afetados adversamente pelo desempenho de nossos revendedores, caso eles não atendam aos nossos padrões de qualidade.

Somos dependentes de nossos revendedores para comercializar nossos produtos e realizar o pós venda dentro dos padrões de qualidade estipulados por nós. Não podemos assegurar que eles manterão o mesmo padrão de qualidade que julgamos adequado. Caso nossos revendedores não atendam adequadamente às expectativas de nossos clientes quanto à qualidade dos serviços prestados, a imagem de nossas marcas e, consequentemente, as nossas vendas, poderão ser afetadas adversamente.

Adicionalmente, não podemos assegurar que nossos revendedores conseguirão contratar, reter e utilizar mão de obra qualificada, com a necessária competência e experiência para a montagem de móveis planejados. Caso nossos revendedores não obtenham sucesso na contratação, retenção e utilização de mão de obra qualificada para esses serviços, o desempenho e a qualidade dos serviços prestados na montagem de móveis planejados poderão ser insatisfatórios, o que poderá afetar adversamente nossas marcas, vendas e resultados.

Podemos não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências do mercado de móveis planejados.

Competimos com diversas outras marcas de móveis planejados em relação a (i) preço; (ii) qualidade; (iii) tendências; (iv) serviço ao cliente; e (v) localização das lojas de nossos revendedores. Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e a satisfação dos clientes sejam os pontos mais desafiadores de nosso negócio. A preferência dos consumidores e as tendências do mercado de móveis planejados são voláteis e tendem a mudar rapidamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências do mercado de móveis planejados. Se não formos capazes de adequar nossos produtos à expectativa deste mercado, nossas vendas e margens podem ser negativamente afetadas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência no mercado de móveis planejados poderá afetar negativamente a aceitação de mercadorias nas lojas de nossos revendedores, impactando adversamente nosso negócio e a imagem das nossas marcas perante o mercado.

Se perdermos algum de nossos principais executivos, nosso desempenho poderá ser adversamente afetado.

Nosso desempenho depende, em grande parte, de esforços e da capacidade de nossos principais executivos, incluindo nosso Diretor Presidente, os quais são responsáveis por tomar a maioria das decisões que orientam os nossos negócios. A perda de um de nossos principais executivos poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios, nosso resultado operacional e financeiro.

Adicionalmente, caso algum de nossos principais executivos se desligue de nossa Companhia por qualquer motivo, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para suprir nossas necessidades. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, podemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Caso sejamos incapazes de reter e contratar mão de obra qualificada e treinar nosso pessoal, nossas operações e o potencial de expansão dos nossos negócios poderão ser afetados.

O sucesso de nosso negócio e nossa estratégia de expansão depende de nossa capacidade de contratar, reter e utilizar profissionais qualificados atuantes nos diversos segmentos de nossos negócios, com a necessária competência e experiência. Competimos na atração de profissionais qualificados com diversos outros fabricantes de móveis planejados e não podemos assegurar que seremos capazes de atrair pessoal qualificado no prazo requerido ou em número suficiente para acompanhar nossa expansão. Adicionalmente, poderemos ter dificuldades em reter profissionais, o que poderá afetar adversamente nossas operações e o potencial de expansão dos nossos negócios.

Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a impossibilidade de atualizá-los constantemente, poderão impactar adversamente nosso processo fabril e nossas operações.

Nossas operações dependem, em grande parte, do nosso sistema de informação, como ferramenta de administração de nossos recursos e do processo fabril de nossos produtos. A maior parte do nosso processo de produção é realizada por máquinas controladas por sistemas computadorizados elaborados especificamente para este fim, com pouca ou nenhuma intervenção humana. Problemas de administração ou de segurança em nossos sistemas, instabilidade ou a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, inclusive com a eventual interrupção de nossa produção. Se não formos capazes de efetuar atualizações ou reparos a tempo e se essa eventual interrupção se prolongar, nosso processo fabril e nossas operações poderão ser significativamente prejudicados, afetando adversamente nossos resultados operacionais.

Nós e nossos revendedores podemos ser considerados responsáveis por danos causados a consumidores ou a terceiros em razão dos produtos que fabricamos, o que poderá afetar adversamente os nossos resultados.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e extremamente favorável aos consumidores. De acordo com a legislação, somos objetivamente responsáveis por qualquer vício dos produtos que fabricamos, isto é, independentemente de culpa. Ademais, a legislação de defesa do consumidor nos imputa o ônus da prova na demanda de um cliente, nos colocando em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (PROCON), com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais em qualquer ação poderão afetar adversamente nosso resultado e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a nossa imagem e a imagem de nossas marcas, afetando, consequentemente, nossas vendas.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.

Nossas apólices de seguro estabelecem que determinados tipos de risco (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades) não estão cobertos. Na hipótese de ocorrência de eventos não sujeitos à cobertura dos seguros que contratamos, poderemos ser afetados adversamente. Além disso, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir todos os danos decorrentes de tal sinistro, inclusive com relação a acidentes de trabalho, morte ou invalidez ou lucros cessantes decorrentes de um sinistro em nosso parque fabril. Caso nossas apólices não cubram certos sinistros ou não sejam suficientes para cobrir integralmente os danos eventualmente sofridos, inclusive com relação a lucros cessantes, nossos resultados e nossa condição financeira poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, não possuímos apólices de seguro que nos garantam cobertura em decorrência de uma eventual responsabilização civil perante nossos clientes, o que poderá nos afetar adversamente no caso de sermos responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros.

Investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos poderão nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, previdenciária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos no polo passivo de ações judiciais que totalizavam R\$16,97 milhões e registramos provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis no valor de R\$3,39 milhões. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra nós, poderemos ser adversamente afetados. Adicionalmente, estamos sujeitos a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não podemos garantir que essas autoridades não nos autuarão, inclusive por interpretação de procedimentos contábeis, previdenciários e tributários, contingências ou provisões, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco prever o resultado final dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

Decisões desfavoráveis em parcela significativa de tais processos poderão acarretar um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos resultados. Adicionalmente, caso tais processos tenham por objeto a apuração de ato de negligência, imperícia ou imprudência supostamente praticado por nós, o envolvimento nas referidas ações, independentemente de qual seja o resultado, poderá afetar nossa reputação no mercado e prejudicar nossas marcas.

Para mais informações sobre os nossos processos judiciais pendentes ou relevantes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Acreditamos que a identidade de nossas marcas é essencial para o sucesso de nosso negócio. Se não pudermos proteger qualquer uma de nossas marcas, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável em nosso negócio.

Atualmente, nossas marcas Dell Anno e Favorita encontram-se registradas perante o INPI, sendo que a nossa marca New está em processo de análise para obtenção de registro. Adicionalmente, por meio de Contrato de Licença de Uso de Marca celebrado com Telasul S.A., adquirimos o direito, não exclusivo, de utilização da marca “Telasul”. Não podemos garantir que nossas marcas não serão violadas, nem que os nossos pedidos de registro em andamento serão deferidos pelo INPI ou, ainda, que os nossos registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros. Ademais, caso a titularidade de qualquer de nossas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, podemos ser proibidos de continuar a explorá-las. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá

4.1 - Descrição dos fatores de risco

diminuir o valor de nosso conjunto de marcas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Especificamente com relação ao pedido de registro de nossa marca “New”, que está sob avaliação do INPI, não podemos garantir que o mesmo será deferido ou, ainda, que será deferido com exclusividade de uso do elemento nominativo (por se tratar de uma denominação de uso comum). Na hipótese do registro não ser concedido ou ser concedido sem exclusividade de uso do elemento nominativo, não poderemos garantir que outras companhias se abstenham de utilizar marcas semelhantes no mercado, inclusive no mesmo ramo de nossas atividades.

Podemos não conseguir implementar integralmente nossa estratégia de crescimento.

Nossa habilidade de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

- Proteger nossas marcas;
- Expandir e qualificar nossa base de revendedores no Brasil e aumentar as vendas, com foco no aumento de nossa produtividade e eficiência operacional;
- Ampliar constantemente nossa oferta de produtos inovadores;
- Avaliar oportunidades de aquisições estratégicas complementares em nosso segmento de atuação; e
- Incrementos de vendas no segmento corporativo.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Qualquer impacto na implementação de nossas principais iniciativas de crescimento poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A extinção ou redução de benefícios fiscais, o aumento de alíquotas de tributos existentes ou a criação de novos tributos incidentes sobre os nossos negócios poderão nos afetar adversamente.

No passado, o Governo, com certa frequência, extinguiu ou reduziu benefícios fiscais, aumentou alíquotas de tributos, criou novos tributos e modificou o regime tributário. Caso isso ocorra novamente, poderemos ser afetados de maneira adversa na medida em que não pudermos repassar eventuais aumentos de custos aos nossos revendedores.

Além disso, um aumento de custos advindo de tais situações que seja repassado aos revendedores, pode vir a aumentar o preço final aos nossos clientes e reduzir, dessa forma, a demanda por nossos produtos ou afetar nossas margens e rentabilidade, causando um efeito adverso em nossos resultados.

Adicionalmente, a concessão de benefícios fiscais aos nossos concorrentes, inclusive os que estejam estabelecidos em outros Estados, poderá afetar adversamente a competição e os preços dos produtos adotados por nós.

Podemos ser demandados judicialmente em decorrência do insucesso de nossos revendedores.

O sucesso de nossos revendedores depende de vários fatores que não controlamos, especialmente de natureza econômica e de mercado que podem afetar a demanda por nossos produtos. Nossos revendedores realizam diversos investimentos para atender os padrões que exigimos de nossas vendas exclusivas, no que se refere à identidade visual das lojas, projetos arquitetônicos e contratação e treinamento de profissionais especializados, tais como arquitetos, montadores e vendedores. Caso nossos revendedores não obtenham sucesso, eles poderão propor ações judiciais ou procedimentos arbitrais contra nós buscando nos responsabilizar pelo seu insucesso no negócio. Caso sejamos condenados a indenizar algum de nossos revendedores pelo seu insucesso, nossos demais revendedores podem se motivar a propor ações judiciais contra nós pelos mesmos motivos e poderemos ser afetados adversamente.

Financiamos alguns de nossos revendedores e assim estamos sujeitos aos riscos inerentes à concessão de tais financiamentos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos, de acordo com nossos interesses estratégicos, conceder financiamentos a alguns de nossos revendedores e/ou figurar como garantidores de financiamentos obtidos pelos revendedores com instituições financeiras. Tais financiamentos têm usualmente por objetivo prover recursos destinados à implantação, ampliação e melhorias de lojas, bem como a mudança de pontos comerciais para endereços que nossos administradores entendem ser mais estratégicos. Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos o montante de R\$11,62 milhões a receber de nossos revendedores e éramos garantidores de aproximadamente R\$4,83 milhões em financiamentos concedidos por instituições financeiras a nossos revendedores. Portanto, estamos sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão deste tipo de financiamento, o que inclui o risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros. Caso nossos revendedores não sejam capazes de honrar os compromissos financeiros que possuem conosco e/ou com as instituições financeiras, nossos resultados podem ser afetados adversamente.

b) A SEU CONTROLADOR, DIRETO OU INDIRETO, OU GRUPO DE CONTROLE.

Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por nossos acionistas controladores, que orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente nosso bloco de acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente nossos negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento existente entre nossos administradores, empregados e principais fornecedores. Ainda, podemos também nos defrontar com questões sucessórias no futuro, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os interesses de nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por eles detido e determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais.

Os interesses dos nossos diretores e empregados poderão ficar excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, uma vez que lhes poderão ser outorgadas opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão.

Estamos analisando a possibilidade de aprovar um plano de outorga de opção de compra de ações após a nossa oferta pública inicial de ações, nos termos do artigo 168, parágrafo terceiro da Lei das Sociedades por Ações, que poderá ser aprovado futuramente (“Plano de Opção de Compra de Ações” ou “Plano”).

O fato dos nossos diretores e empregados poderem receber opções de compra ou de subscrição de ações de nossa emissão a um preço de exercício inferior ao preço de mercado das nossas ações pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das nossas ações, o que pode causar um impacto negativo aos nossos negócios.

c) A SEUS ACIONISTAS.

Podemos precisar de recursos adicionais no futuro e com isso vir a emitir ações adicionais, ao invés de incorrerem em endividamento, o que pode resultar em uma diluição societária dos titulares de nossas ações.

Podemos precisar de capital adicional e para isso optarmos por realizar uma colocação pública ou privada de títulos de dívida, ações ou títulos conversíveis em ações. No caso de não haver financiamento público ou privado disponível, ou se

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossos acionistas assim decidirem, tais recursos adicionais poderão ser obtidos através de um aumento em nosso capital social. Nosso Estatuto Social permite que o nosso Conselho de Administração delibere a emissão de ações até o limite de R\$500 milhões, sem a necessidade de aprovação específica por uma assembleia geral. Além disso, nossos acionistas poderão deliberar acerca de eventual emissão de ações adicionais acima deste limite. A realização de um aumento de capital pode, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, excluir o direito de determinados acionistas exercerem seu direito de preferência, diluindo a participação dos titulares de nossas ações em nosso capital social.

Nossos acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, ou retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia.

Os acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, União Européia e em países emergentes, podem nos afetar de forma negativa.

O valor de mercado de valores mobiliários emitidos por nós pode ser afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive nos Estados Unidos, na União Européia e em outros países da América Latina e nos mercados emergentes. Crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse de investidores em nossos valores mobiliários, o que poderia afetar de forma negativa as cotações das ações de nossa emissão e dificultar nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro.

d) A SUAS CONTROLADAS E COLIGADAS.

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos controladas ou coligadas.

e) A SEUS FORNECEDORES.

Caso não consigamos adquirir matéria-prima ou caso não consigamos adquiri-la em prazos e preços satisfatórios, nossa produção e nossas vendas podem ser afetadas de maneira negativa e nossa condição financeira pode ser prejudicada.

Fazemos as solicitações de matérias-primas para a fabricação de nossos produtos por meio de ordens de compra e não possuímos contratos de longo prazo com nenhum de nossos fornecedores, o que pode gerar incertezas quanto aos termos e condições das futuras aquisições de matérias-primas. Caso falhemos em manter relações favoráveis com qualquer de nossos fornecedores, ou não consigamos obter matéria-prima de qualidade na proporção suficiente e em bases comerciais razoáveis, podemos ter nossos negócios e nossos resultados operacionais prejudicados. Ademais, nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Podemos não ser capazes de repassar aos nossos revendedores, no seu devido tempo e no volume necessário, os aumentos de custos de matérias-primas relacionadas à produção de nossos produtos. Qualquer um desses fatores poderá resultar em queda de vendas e margens, impactando adversamente nossos resultados e condição financeira.

f) A SEUS CLIENTES.

Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos revendedores e de nossos clientes finais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atuamos no setor varejista de móveis planejados e realizamos vendas a prazo de nossos produtos para nossos revendedores. Fatores adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos revendedores e clientes finais, causando efeito adverso relevante em nossos negócios, em nossa situação financeira e em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, em certas ocasiões, nossos revendedores realizam vendas de produtos com entrega futura e recebem o pagamento à vista, porém não nos repassam os recursos nem os pedidos de produção imediatamente. Na grande maioria destes casos, os pedidos e recursos somente são repassados pelos revendedores a nós em período próximo da data marcada para entrega e montagem dos nossos produtos. Caso nossos revendedores, tendo recebido dos clientes finais, não realizem tal repasse de recursos e pedidos a nós, podemos ser responsabilizados perante estes últimos pela entrega e montagem dos produtos adquiridos, sem qualquer tipo de pagamento.

Ademais, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade dos clientes de nossos revendedores de honrar suas obrigações com relação a eventual crédito concedido seja prejudicada. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá nos afetar adversamente.

g) AOS SETORES DA ECONOMIA NOS QUAIS O EMISSOR ATUE.

O setor de varejo de móveis no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competitividade.

O setor de varejo de móveis planejados no Brasil é altamente competitivo. A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias, pelo número de lojas, propaganda, preços, qualidade das mercadorias, atendimento, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, entre outros. Temos muitos e variados concorrentes regionais e nacionais, tais como Todeschini, Italínea, Florense e Formaplas, dentre outros. Se não competirmos de forma eficaz no que diz respeito a esses fatores, nossa participação de mercado, nosso resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente.

O setor de varejo especializado de móveis planejados é sensível a diminuições no poder aquisitivo dos consumidores, a redução de crédito e a ciclos econômicos desfavoráveis.

O setor varejista de móveis, incluindo móveis planejados, no Brasil é suscetível a períodos de desaquecimento econômico que podem levar à redução no consumo, por conta de fatores que estão além de nosso controle. Tais fatores incluem renda e crédito disponível de consumidores, inflação, recessão ou sua expectativa, taxas de juros, alíquotas de impostos sobre vendas, salários, níveis de emprego e confiança do consumidor em relação às condições econômicas futuras. O sucesso de nossas operações depende, em grande parte, de fatores macroeconômicos relacionados à manutenção ou ao aumento do poder aquisitivo dos consumidores. A renda e as decisões de compra dos consumidores em geral são afetadas por diversos fatores, como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, níveis de emprego, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e salários.

Devido ao impacto desproporcional que uma crise econômica pode ter em nosso mercado consumidor alvo, uma crise ou recessão econômica pode reduzir a demanda por nossos produtos e causar um impacto adverso relevante em nossos negócios, em nossa condição financeira e em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, a demanda por nossos produtos está relacionada ao aumento de renda da população brasileira, ao volume de crédito disponível, ao crescimento de outros setores da economia, inclusive o desenvolvimento do setor imobiliário e programas de incentivo do Governo ao setor, tal como “Minha Casa, Minha Vida”, bem como o aquecimento da economia em virtude de eventos desportivos programados para os próximos anos (tais como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, em 2014 e 2016, respectivamente). Caso tais setores não apresentem o crescimento esperado para os próximos anos, nossa receita e nossos resultados poderão ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h) À REGULAÇÃO DOS SETORES EM QUE O EMISSOR ATUE.

Não aplicável, tendo em vista que não atuamos em setores regulados.

i) AOS PAÍSES ESTRANGEIROS ONDE O EMISSOR ATUE.

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, as vendas para o mercado externo foram pouco representativas para nós. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 nossa receita bruta de vendas representou, respectivamente, 1,3%, 1,5% e 1,7% do total da nossa receita. Tendo em vista que não temos presença significativa no mercado externo, entendemos não estar sujeitos a riscos adicionais aos descritos acima.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Atualmente, não identificamos qualquer cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item 4.1 acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Estamos sujeitos a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, previdenciária, cível, trabalhista e ambiental, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

Incluindo os processos indicados no item 4.6 deste Formulário de Referência, os quais, individualmente, não são relevantes para os negócios e atividades da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia figurava no polo passivo dos seguintes processos: (a) nove ações tributárias e previdenciárias, representadas, principalmente, por multas administrativas diversas e execução fiscal, envolvendo o valor total de R\$9,24 milhões dos quais R\$1,63 milhão se encontra provisionado; (b) aproximadamente 415 ações cíveis, as quais envolvem questionamentos decorrentes das atividades da Companhia, sendo na sua maioria, ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, envolvendo um risco de perda para nós no valor total de R\$5,02 milhões, dos quais R\$0,57 milhão se encontra provisionado; (c) um 1 inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para apurar a ocorrência de eventual dano ambiental causado por emissões atmosféricas; e (d) 62 reclamações trabalhistas, que versam principalmente sobre horas extras, adicional de insalubridade, acidentes do trabalho, danos morais, bem como responsabilidade subsidiária da Companhia nas ações propostas em face dos revendedores exclusivos, envolvendo o valor total aproximado de R\$2,71 milhões, dos quais R\$1,19 milhão se encontra provisionado.

Ainda, a Companhia firmou, em 24 de janeiro de 2012, em procedimento interno realizado no Ministério Público do Distrito Federal, acordo, pendente de apreciação e adesão pelo Ministério Público do Distrito Federal, sob a forma de Termo de Ajustamento de Conduta, para resolver as pendências que dizem respeito aos consumidores do Grupo Megga, que adquiriram produtos deste revendedor no período em que este ainda era revendedor exclusivo da Companhia no Distrito Federal. A Companhia se comprometeu a vender ao Grupo Megga os pedidos de 177 consumidores que efetuaram compra através de financiamento bancário junto ao Grupo Santander e/ou ABN Amro Bank e o Grupo Megga assumiu o compromisso de providenciar a entrega dos móveis aos consumidores finais, bem como efetuar a respectiva montagem e instalação destes. Em contrapartida à entrega dos móveis a serem fabricados pela Companhia, o Grupo Megga deu em pagamento, através de cessão de direitos, três apartamentos em fase de construção. O Grupo Megga, por sua vez assumiu a obrigação de não mais vender ou prometer vender, em hipótese alguma, qualquer tipo de produto fabricado pela Companhia, bem como utilizar quaisquer das marcas da Companhia.

Acreditamos que nossas provisões para esses processos são suficientes para cobrir as contingências classificadas como perdas prováveis. Também acreditamos que nenhum desses processos em andamento, em caso de perda, poderá ter um efeito material adverso em nossa situação financeira, nossos resultados operacionais ou nossa imagem corporativa.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 a provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis estava composta da seguinte maneira:

	<i>R\$ Mil</i>		
	2011	2010	2009
Provisão para riscos trabalhistas	1.190	1.582	361
Provisão para riscos tributários	1.632	-	-
Provisão para riscos cíveis	567	546	563
	3.389	2.128	924

Em 31 de dezembro de 2011, os processos trabalhistas com perda possível totalizavam R\$1,2 milhão e os processos cíveis R\$3,6 milhões. Não há um processo que individualmente represente parte significativa desses saldos. Ainda, estamos discutindo judicialmente, conforme execução fiscal detalhada a seguir, a compensação de créditos de IPI no valor de R\$6,2 milhões, a qual, na avaliação de nossos assessores jurídicos, tem possibilidade de perda possível, e, desta forma, não foi registrada qualquer provisão.

Segue abaixo descrição do único processo de natureza tributária que julgamos relevante.

Processo nº 5000043-15.2011.404.7113

(a) juízo:

Vara Federal de Bento Gonçalves/RS

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(b) instância:	1ª (primeira)
(c) data de instauração:	14/01/2011
(d) partes no processo:	Exequente: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL
(e) valores, bens ou direitos envolvidos:	Executada: UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S/A R\$6.197.874,80 em 14/01/2011
(f) principais fatos:	A Unicasa é parte em execução fiscal por meio do qual pretende-se cobrar Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), juros e multa decorrentes de glosa de compensações feitas no ano de 2002. As referidas compensações foram feitas com base nas Leis 9.430/96 e 9.779/99, sendo que o crédito da empresa decorre de decisão judicial em mandado de segurança impetrado em 1999 e com, trânsito em julgado em fevereiro de 2002. A execução está garantida pelo imóvel onde está situado o nosso parque fabril, objeto da matrícula nº 56.276 do Registro de Imóveis de Bento Gonçalves/RS, conforme mandado de penhora e avaliação nº 110001544, expedido pela Vara Federal e JEF Criminal Adjunto da Comarca de Bento Gonçalves/RS, em 08 de setembro de 2011, registrado na matrícula nº 56.276 do Registro de Imóveis de Bento Gonçalves/RS sob R11/56.276, em 07 de novembro de 2011 e foram oferecidos embargos à execução.
(g) chance de perda	Possível
(h) análise do impacto em caso de perda do processo:	Como se trata de crédito escritural, em caso de perda do processo, o principal será compensado futuramente. O impacto econômico do processo se resume à multa de 20% sobre o valor principal da causa num total de R\$539.485,20, e possível honorários de sucumbência a ser arbitrado em caso de perda no valor estimado de R\$600.000,00.
(i) valor provisionado, se houver provisão:	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, não há nenhum procedimento judicial, administrativo ou arbitral em que a Companhia seja parte e em que a parte contrária seja administrador ou ex-administrador, controlador ou ex-controlador da Companhia ou investidor de alguma das sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia instaurou procedimento arbitral sigiloso em face de um revendedor exclusivo para discutir direitos e obrigações das partes no âmbito do contrato de revenda exclusiva, cujo valor estimado em discussão é de R\$2,5 milhões. Não existem outros processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos no polo passivo de aproximadamente 415 processos cíveis, dos quais aproximadamente 399 eram de processos com relações de consumo e aproximadamente 16 eram processos cíveis em geral. O montante discutido nos processos é de, aproximadamente, R\$5,02 milhões. Deste total, R\$0,57 milhão se encontram provisionados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, bem como possuímos R\$0,64 milhão em depósitos judiciais. Estes processos, em sua grande maioria, se referem a nossa responsabilidade solidária em relação a revenda de nossos produtos em lojas exclusivas ou em lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”), sendo que as demandas judiciais estão relacionadas com pedidos de danos morais, assistência técnica de produtos, geralmente decorrentes de erro de projeto ou de montagem.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as contingências que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**(i) restrições impostas aos exercícios de direitos políticos e econômicos:**

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(ii) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(iii) hipóteses de cancelamento de registro; e

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

(iv) outras questões do interesse dos investidores.

Não aplicável, tendo em vista que o emissor não é estrangeiro e não possui valores mobiliários custodiados em país diferente do seu país de origem.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Atuamos primordialmente no mercado brasileiro e, portanto, estamos sujeitos às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal que por vezes realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Os nossos negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Poderemos ser prejudicados pelas altas da taxa de inflação e pelas medidas do Governo Federal para combatê-la.

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de -1,72%, 10,78% e 5,10% em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), e de 4,31%, 5,76% e 6,50% em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir um eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais.

Ademais, nossas dívidas ou outras obrigações reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito material adverso em nossos resultados operacionais e financeiros, já que poderemos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real desvalorizou 15,7% em 2001 e 34,3% em 2002 frente ao Dólar, embora o Real tenha valorizado 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao Dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 24,2% frente ao Dólar, tendo fechado em R\$2,34 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2009, também observou-se uma nova valorização de 34,2% da moeda brasileira frente ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,74 por US\$1,00. Em 2010, observou-se nova valorização de 4,5% do Real em relação ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$1,88 por US\$1,00. Não podemos garantir que o Real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, incluindo os Estados Unidos, União Européia e países de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o valor de mercado dos nossos valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, da União Européia e de economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Européia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permanecerá aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e resultados de nossas operações. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através do acompanhamento dos nossos principais indicadores de desempenho econômico e evoluções na regulação setorial. Acreditamos que possuímos conhecimento das principais partes envolvidas no nosso mercado de atuação, incluindo fornecedores, clientes e entidades governamentais, o que nos permite proteger e maximizar o desempenho de nossas atividades. Adicionalmente, adotamos foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Não contratamos instrumentos financeiros de derivativos para mitigar riscos dos juros e de taxas cambiais.

(a) riscos para os quais se busca proteção

Estamos expostos a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas em taxas de juros, taxa de câmbio, risco de preço das *commodities*, riscos de crédito e riscos de liquidez. Buscamos proteção contra tais riscos, conforme descrito no item “b” abaixo.

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Taxa de Juros: Gerenciamos o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, adotamos como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, e a análise permanente de riscos das instituições financeiras. As despesas financeiras provenientes dos nossos empréstimos e financiamentos são afetadas pelas variações nas taxas de juros (TJLP).

Taxa de Câmbio: Nossos resultados estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. Temos obtido sucesso em ajustar a nossa estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações cambiais. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava o saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 1.230 mil e saldo de EUR 777 mil referente à compra de novos equipamentos para a fábrica.

Risco de crédito: Decorre da possibilidade de sofrermos perdas oriundas de inadimplência de nossas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adotamos como prática a análise das situações financeira e patrimonial de nossas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente realizamos operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco, conforme avaliação de nossa administração. Para contas a receber de clientes, possuímos ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na nota explicativa nº 5 das nossas demonstrações financeiras.

Contas as receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida por nós em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2011, contávamos com aproximadamente 11 clientes (31 de dezembro de 2010: 25 clientes e em 31 de dezembro de 2009: 18 clientes) responsáveis por aproximadamente 50,40% (31 de dezembro de 2010: 48,2% e em 31 de dezembro de 2009: 44,1%) de todos os recebíveis devidos. Esses clientes operam com cerca de 114 lojas no Brasil, incluindo um magazine. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% de nossas vendas. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade de não dispormos de recursos suficientes para cumprir com nossos compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de nossos direitos e obrigações. Nosso

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

controle da liquidez e do fluxo de caixa é monitorado pela nossa área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do nosso cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no nosso processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria-prima, chapas de MDF, poderemos ter nosso custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, monitoramos permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utilizamos formação de estoques estratégicos para manter nossas atividades comerciais.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não utilizamos instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial, tais como *swaps*, compra e venda de contratos de opções e contratos de câmbio a termo como *hedge*.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os nossos parâmetros de gerenciamento de riscos e a estimativa dos valores de exposição de ativos e passivos financeiros são apurados pelos nossos relatórios e informações disponíveis no mercado financeiro.

O gerenciamento de nossos instrumentos financeiros é efetuado por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, solvência, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, acompanhadas por meio de sistemas de informação e bancos de dados disponíveis no mercado – CETIP, Banco Central, FGV e outros.

Para minimizar o risco de taxa de juros, buscamos linhas de crédito incentivadas para o financiamento de nossas operações e também diversificamos a aplicação de recursos para reduzir o custo financeiro das atividades operacionais da Companhia.

Para a mitigação do risco de preço, gerenciamos o estoque de insumos e matérias-primas e produtos acabados, pela formação de estoques reguladores, e para minimizar o risco de taxa de câmbio avaliamos periodicamente a estrutura de custos e os preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio.

(e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não contratamos instrumentos derivativos financeiros para proteção patrimonial contra riscos de juros e taxa de câmbio.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Atualmente temos uma estrutura de controle de gerenciamento de riscos financeiros, diretamente ligada à nossa Diretoria Financeira. Por meio da gerência financeira (tesouraria), são realizadas as operações de proteção patrimonial, de monitoramento de taxas e passivos financeiros e otimização da posição de caixa. O controle, avaliação do crédito e cobrança de clientes também é atribuição da gerência financeira. Ademais, a área de controladoria é responsável pela elaboração de demonstrativos financeiros gerenciais, visando corrigir e acompanhar as políticas de risco, verificando se as mesmas estão sendo adequadamente cumpridas.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa Administração monitora e avalia se as operações por nós efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas e com os objetivos estabelecidos pelos administradores, visando alcançar as metas estabelecidas.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não houve alterações significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos que adotamos.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/09/1985
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade limitada e posteriormente transformada em sociedade anônima em 1º de Setembro de 2004.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

Fomos fundados em setembro de 1985 sob a denominação Premier Móveis Ltda., a qual foi alterada, no mesmo ano, para Dell Anno Móveis Ltda., com sede na Cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, pelas empresas Grendene S.A., Telasul S.A. e Pozza S.A. – Indústria e Comércio. Inicialmente, fabricávamos apenas móveis para cozinhas.

Durante a década de 90, buscamos a expansão de nossas atividades por meio de investimentos em novas linhas de produtos e da diversificação dos canais de distribuição, compostos por revendas exclusivas e lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”).

Entre 1987 e 2003, passamos por diversos processos de reestruturação societária, por meio dos quais ocorreram alterações das participações dos sócios em nosso capital social. Em decorrência desses processos, os nossos acionistas Pozza S.A. – Indústria e Comércio e Grendene S.A. transferiram a totalidade de suas ações ao Sr. Alexandre Grendene Bartelle e ao Sr. Pedro Grendene Bartelle. Ademais, os acionistas Pedro Grendene Bartelle e Telasul S.A. transferiram suas participações societárias à Família Zietolie e ao Sr. Alexandre Grendene Bartelle, que passou a deter, indiretamente, 79,66% de nosso capital.

No ano de 2003, criamos a marca Favorita que, inicialmente, tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em Pontos de Venda Multimarcas. Ainda neste ano, nossa razão social foi alterada para Única Indústria de Móveis Ltda., passando o nome Dell Anno a ser nossa principal marca, que tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em revendas exclusivas.

Em 2004 houve a transformação do nosso tipo jurídico para sociedade anônima, sendo a nossa razão social alterada para Única Indústria de Móveis S.A.

Em continuidade ao projeto de expansão dos negócios, em 2007, por meio de contrato de licença de uso de marca celebrado com a Telasul S.A., adquirimos o direito, não exclusivo, de utilização da marca Telasul, com um perfil de produto para atender as grandes redes varejistas e focada no segmento de consumo da classe D. No mesmo ano, criamos também o modelo de Universidade Corporativa para dar suporte ao treinamento de nossos revendedores e empregados, bem como iniciamos a implantação do nosso Programa de *Trainee*.

A partir de 2007 e 2009, respectivamente, as nossas marcas Dell Anno e Favorita passaram por um processo de reposicionamento, visando elevar a percepção das marcas e dos respectivos produtos. Esse reposicionamento resultou na criação, no ano de 2009, da marca New, voltada para atender o crescimento do consumo da classe C no Brasil, completando nosso portfólio de marcas.

Em 2009, nossa razão social foi alterada para Unicasa Indústria de Móveis S.A. Em 2010, criamos a Unicasa Corporate, divisão de negócios com foco em parcerias na construção civil e no ramo hoteleiro, com o intuito de capitalizar a expansão desse mercado e as oportunidades decorrentes dos investimentos no país para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Ainda no ano de 2010, Sr. Alexandre Grendene Bartelle, transferiu para o Sr. Frank Zietolie a quantidade de 329.994 ações ordinárias, representativas de 6,0% do nosso capital social total. Neste mesmo período, o Sr. Juvenil Antônio Zietolie transferiu ao Sr. Frank Zietolie a quantidade de 37.803 ações ordinárias, representativas de 0,69% do nosso capital social total. Em decorrência das referidas transferências, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle passou a deter 73,66% do nosso capital social, enquanto que os Srs. Juvenil Antônio Zietolie e Frank Zietolie passaram a deter, respectivamente, 10,74% e 10,00% do nosso capital social.

O ano de 2011 foi marcado pela parceria entre nós e o estilista Reinaldo Lourenço e pela presença internacional da marca Dell Anno no Salão do Móvel de Milão, patrocinando uma mostra de arquitetura e *design*. Ainda em 2011, investimos em tecnologias de produção *just in time* e diferenciação de nossos produtos: foram lançados os acabamentos chanfrados em 45° e as marcas Dell Anno e Favorita foram complementadas com as linhas para escritório e infantil (*office* e *kids*). Encerramos o ano de 2011 com 2.662 revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas no Brasil e 17 revendas exclusivas e lojas

6.3 - Breve histórico

multimarcas no exterior, exportando nossos produtos para 13 países (Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana).

O início do ano de 2012 foi marcado pela consolidação da vinculação da imagem da nossa marca Dell Anno a estilo e moda, por meio do patrocínio concedido à São Paulo Fashion Week.

Ainda, consolidamos a estratégia de comunicação da nossa marca New com a classe C por meio do patrocínio do Big Brother Brasil 2012 e de inserções programadas para todo o ano no programa Caldeirão do Huck, dentre outras.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não houve eventos societários desta natureza nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

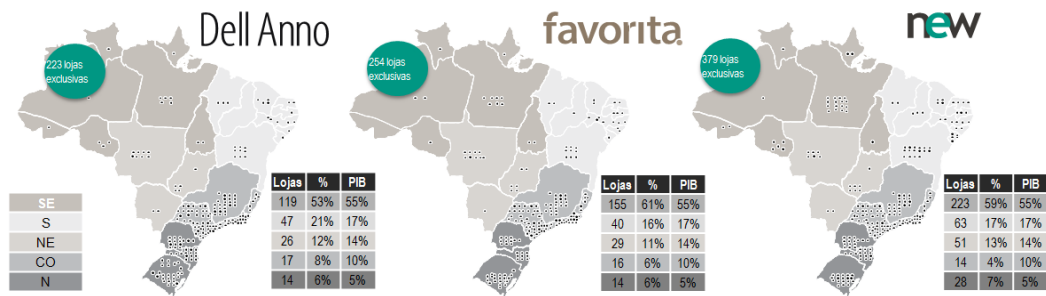
Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos líderes em receita bruta no setor de móveis planejados no Brasil, segundo a edição “Melhores & Maiores” de julho de 2011 da Revista Exame. Comercializamos móveis planejados em todos os estados do Brasil, por meio de quatro marcas reconhecidas e complementares: Dell Anno, Favorita, New e Telasul, atingindo o segmento da população com renda mensal acima de R\$6.745,00 (“Classe A”), o segmento da população com renda mensal entre R\$5.174,00 e R\$6.745,00 (“Classe B”), o segmento da população com renda mensal entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00 (“Classe C”) e o segmento da população com renda mensal entre R\$751,00 e R\$1.200,00 (“Classe D”), conforme critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Possuímos uma ampla rede de distribuição que contava, em 31 de dezembro de 2011, com 886 revendas exclusivas com 209.435 m², 3.199 vagas de estacionamento nas lojas e 8.254 funcionários, distribuídas em 315 cidades em todos os Estados brasileiros, além de 1.776 lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) no Brasil, e 17 pontos de venda no exterior, entre revendas exclusivas e lojas multimarcas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, vendemos 1,70 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$294,68 milhões, um EBITDA de R\$80,44 milhões e um lucro líquido de R\$57,79 milhões. No período de 2009 a 2011, nossa receita líquida de vendas, nosso EBITDA, e nosso lucro líquido apresentaram taxas compostas de crescimento anual (“CAGR”) de 14,5%, 28,4% e 24,8%, respectivamente.



Acreditamos que a combinação de nosso portfólio de marcas altamente reconhecidas e com penetração nas Classes A, B, C e D, nossa ampla rede de distribuição e nosso parque fabril com escala de produção e tecnologia de ponta, permitiram-nos atingir um crescimento rentável, atingindo um retorno sobre o capital investido de 31,2% no ano de 2011, bem como nos posicionar estrategicamente no segmento de móveis, cujo potencial de consumo em 2011 foi estimado em R\$41,7 bilhões, segundo a IPC Marketing.

Com mais de 27 anos de atuação no mercado, possuímos uma ampla linha de soluções customizadas de móveis planejados para ambientes residenciais e comerciais, que incluem cozinhas, dormitórios, *closets*, *home theaters*, lavanderias e banheiros, entre outros, além de soluções completas nos segmentos de escritório e infantil. Adicionalmente a esses segmentos, criamos em janeiro de 2010 a divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, com o objetivo de atender a demanda das incorporadoras e das empresas do segmento hoteleiro e da construção civil, que acreditamos irá se beneficiar do contínuo crescimento do mercado imobiliário no Brasil e dos novos investimentos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Nossas marcas recebem grandes investimentos em campanhas de marketing associadas a *top models*, celebridades, arquitetos e estilistas, buscando alta projeção nos segmentos de decoração, arquitetura e moda, conforme o público que visam atingir. Com posicionamentos complementares, nossas marcas são percebidas pelos consumidores e pelo mercado de decoração como de alto valor qualitativo nos seus segmentos. Nossas marcas são:

- **Dell Anno:** focada na linha *premium* e voltada para as Classes A e B, oferece produtos de maior valor agregado, com *design* contemporâneo e conceitos minimalistas, apresentando como diferencial a identificação com o universo da moda;

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- **Favorita:** posicionada como marca intermediária no que se refere a preço e público-alvo, é destinada às Classes B e C. Nossas ações de marketing buscam associar essa marca a soluções versáteis e completas, de modo a gerar uma excelente percepção de qualidade e preço;

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos 477 revendas exclusivas das marcas Dell Anno e Favorita com 142.948 m² e 5.558 funcionários, distribuídas em 231 cidades em todos os estados do Brasil. As revendas exclusivas da marca Dell Anno têm, em média, 383 m² por loja, enquanto as revendas exclusivas da marca Favorita têm, em média, 226 m² por loja.

- **New:** destinada principalmente à Classe C, é a nossa marca voltada para o aproveitamento inteligente de espaços com praticidade, estilo e preços competitivos. Concebida em janeiro de 2009 para explorar a expansão do consumo no país, a New revelou-se um caso de sucesso da Companhia, contando, em 31 de dezembro de 2011, com uma rede de distribuição de 379 revendas exclusivas e 222 Pontos de Venda Multimarcas. As revendas exclusivas da marca New contavam, em 31 de dezembro de 2011, com 66.487 m² e 2.696 funcionários e estavam presentes em 234 cidades em todos os Estados do Brasil. As revendas exclusivas têm, em média, 175 m² por loja.
- **Telasul:** é a nossa “marca de entrada”, focada principalmente na Classe D, com atuação tanto no setor de móveis padronizados, destinados aos Pontos de Venda Multimarcas (principalmente redes de varejo), quanto no setor de móveis planejados, atingindo uma ampla base de consumidores. Em 31 de dezembro de 2011, a Telasul contava com 30 revendas exclusivas e 1.530 Pontos de Venda Multimarcas.

Nossa administração está tomando certas medidas para aprimorar o controle das informações sobre as revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas e para aumentar a nossa rentabilidade. Essas medidas podem ser separadas em três fases distintas, descritas abaixo: (a) Fase 1: Reposicionamento de nossas Marcas; (b) Fase 2: Obtenção do Controle da Ponta; e (c) Fase 3: Aprimoramento do Canal de Vendas.

Fase 1: Reposicionamento de nossas Marcas (“Reposicionamento”)

As marcas Dell Anno e Favorita foram criadas nos anos de 1985 e 2003, respectivamente. No ano de 2007 iniciamos um processo de Reposicionamento da marca Dell Anno, com objetivo de elevar a percepção de valor da marca e de nossos produtos, permitindo, assim, a prática de preços mais elevados. Este processo de Reposicionamento contínuo e evolutivo foi estendido para a marca Favorita em 2009. Os principais aspectos do Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita estão descritos a seguir.

Alteração das logomarcas

- Dell Anno: alteração da logomarca no ano de 2007
- Favorita: alteração da logomarca no ano de 2009

Mudança das estratégias de comunicação e marketing

- Dell Anno: a partir de 2009 passamos a vincular a imagem da marca ao universo da moda, por meio da utilização de *top models* em suas campanhas publicitárias.
- Favorita: a partir de 2009 passamos a vincular a imagem da marca ao universo da televisão, utilizando as atrizes protagonistas de novelas em suas campanhas publicitárias.

Revisão das linhas de produtos

Em 2007, toda a linha de produtos da marca Dell Anno foi revista para a inclusão de novos produtos exclusivos, melhores materiais, maior variedade de acessórios e acabamentos. A partir de 2007, passamos a lançar, a cada ano, novas linhas de produtos. Em 2011, em decorrência de parceria com estilista renomado, foram lançadas linhas de produtos com acabamentos exclusivos.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Revisão das marcas utilizadas nos pontos de venda e dos empreendedores adequados ao perfil de cada marca

Um dos aspectos mais relevantes de nosso trabalho diz respeito ao reposicionamento de lojas e lojistas. Para tanto, foram avaliados os seguintes critérios:

- **Ponto:** Manutenção da marca Dell Anno, caso a localização e o tamanho da loja sejam adequados à marca, sempre considerando o desempenho histórico da loja. Caso não sejam adequados à marca, avaliamos o potencial de adequação às marcas Favorita ou New. Entre 2009 e 2011, aproximadamente 40 lojas mudaram suas marcas de Dell Anno ou Favorita para a marca New.

- **Empreendedor:** De modo geral, buscamos empreendedores jovens, com experiência em gestão, capitalizados e que tenham dedicação exclusiva ao negócio. O perfil do lojista deve atender aos pré requisitos de cada marca. O lojista que trabalha com a marca Dell Anno, por exemplo, deve ser capaz de desenvolver relacionamento com arquitetos locais e realizar eventos e coquetéis que promovam a loja e a marca, bem como se relacionar com a comunidade.

- **Instalações:** Desde 2007, todas as lojas que trabalham com as marcas Dell Anno e Favorita passaram por reformas de fachada, e de *showroom*, de modo a se adequarem ao novo padrão visual e dos produtos das marcas.

Com base na avaliação dos critérios acima tomamos as seguintes ações ao longo dos últimos anos:

Ponto adequado – empreendedor adequado

- Reforma das lojas e instalações para atender ao novo padrão de clientela.

Ponto inadequado – empreendedor adequado

- Caso o ponto e o perfil do empreendedor sejam adequados à outra de nossas marcas, realizamos a mudança para a marca mais adequada.
- Caso o ponto não seja adequado à outra marca, fechamos a loja e buscamos outro ponto.

Ponto adequado – empreendedor inadequado

- Caso o empreendedor seja adequado à outra de nossas marcas, localizamos novo ponto para abertura de nova loja da outra marca.
- Caso o empreendedor não seja adequado à outra marca, encerramos o relacionamento com o mesmo, buscando manter o ponto de venda sob a administração de outro empreendedor.

Ponto inadequado – empreendedor inadequado

- Nesse caso, fechamos a loja e encerramos o relacionamento com o empreendedor.

O processo de Reposicionamento pode trazer os seguintes principais efeitos ao nosso desempenho, como ocorrido nos anos de 2009 a 2011, em função das recentes mudanças: (i) redução no faturamento de algumas marcas, devido a obras e reformas nas lojas ou a períodos de transição entre empreendedores; (ii) aumento no contas a receber e empréstimos concedidos, uma vez que muitas vezes financiamos as reformas das lojas, a transferência de pontos entre diferentes empreendedores e a aquisição, pelos lojistas, de novos pontos de venda considerados mais adequados à estratégia de nossas marcas; e (iii) redução da base comparativa de desempenho de mesmas lojas (*Same Store Sales*).

Entre os anos de 2009 e 2011, 230 lojas Dell Anno e Favorita passaram pelo processo de Reposicionamento, seja mudando de ponto, trocando de empreendedor, fechando ou mudando a bandeira para New. Nesse mesmo período, reduzimos em 47 o saldo de lojas das duas marcas e abrimos cerca de 250 lojas New, das quais aproximadamente 40 tiveram origem em mudanças de bandeira de Dell Anno ou Favorita. Estas mudanças foram, em parte, financiadas por nós, seja por meio do empréstimo de recursos aos revendedores exclusivos, seja por meio do alongamento de prazos de duplicatas relacionadas a vendas de mercadorias.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A marca New não passou por Reposicionamento, dado que a abertura das lojas, que se iniciou em 2009, contou com todos os aspectos de *marketing*, produto, preço e posicionamento das lojas já definidos. Ainda, a marca Telasul não passou por Reposicionamento.

Fase 2: Obtenção do Controle da Ponta

A Fase 2 abrange as seguintes etapas:

- (i) Projeto de implantação do *Enterprise Resource Planning* (“ERP”) nas revendas exclusivas

Atualmente, as revendas exclusivas devem optar por um dentre três sistemas de informatização sugeridos por nós. Iniciamos em 2012 um projeto por meio do qual passaremos a adotar um único sistema de ERP, que deverá ser utilizado por todas as revendas exclusivas. O prazo estimado para conclusão da implementação integral desse sistema em todas as revendas exclusivas é no primeiro semestre de 2013. Com a conclusão do projeto de implantação de um sistema único de ERP, teremos mais controle sobre as vendas, as informações e os clientes das revendas exclusivas.

- (ii) *Checklist*

Estamos elaborando um *checklist* com aproximadamente 50 itens para aprimorar a avaliação, por nós, das revendas exclusivas. O *checklist* conterá itens como estado de conservação do *showroom* e da fachada das lojas, número de atendentes por cliente, prazo médio de montagem dos móveis, ticket médio de venda e rentabilidade das vendas, dentre outros, servindo como guia para que os revendedores exclusivos mantenham suas lojas dentro do padrão exigido por nós.

- (iii) *Ranking* de Performance

Passaremos a elaborar um *ranking* de performance das revendas exclusivas, com base no *checklist* mencionado no item (ii) acima. O nível de adequação a cada item do *checklist* gerará a pontuação de cada revenda exclusiva no período de apuração.

- (iv) Programa de Excelência e Melhores Práticas

Com base no *checklist* e no *ranking* de performance mencionados nos itens (iii) e (iv) acima, passaremos a adotar um programa de excelência e melhores práticas, que terá por objetivo incentivar as revendas exclusivas a seguirem as nossas regras e recomendações, por meio de concessão de incentivos e bonificações. O principal resultado almejado com essa medida é a padronização das revendas exclusivas no mais alto padrão de excelência, aumentando o nível de satisfação dos clientes finais e melhorando os índices de performance e rentabilidade das revendas exclusivas.

Fase 3: Aprimoramento do Canal de Vendas

A Fase 3 abrange as seguintes etapas:

- (i) Ações comerciais direcionadas por marca e região

Passaremos a efetuar ações comerciais focadas em determinadas marcas e região, visando a customização das campanhas de acordo com as principais necessidades dos clientes e das revendas exclusivas localizadas em cada região abrangida. Com isso, os esforços de *marketing* passarão a ser mais eficientes, o que tende a aumentar o número de vendas.

- (ii) Estratégia de precificação

Com base em informações detalhadas do perfil dos clientes finais, que serão fornecidas a nós pelas revendas exclusivas, o trabalho de precificação de nossos produtos passará a contar com uma participação mais ativa dos revendedores exclusivos. As estratégias de precificação de nossos produtos serão customizadas ao perfil de consumo de cada região e de cada uma

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

de nossas marcas, visando maximizar a nossa rentabilidade e a rentabilidade das vendas exclusivas, bem como manter a competitividade dos nossos produtos.

(iii) Parcerias estruturadas e acompanhamento da venda de produtos sucedâneos

Em linha com o acordo comercial celebrado em maio de 2010, com vencimento em janeiro de 2014, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores exclusivos e os seus respectivos clientes, por meio do qual recebemos uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os nossos revendedores exclusivos, buscaremos novas parcerias que fomentem nossos canais de vendas. Acreditamos que a nossa ampla rede de revendedores exclusivos, que atinge as Classes A, B, C e D da população em todos os Estados brasileiros, pode ser um excelente canal de vendas para parceiros como fabricantes de eletrodomésticos, serviços e móveis complementares aos nossos produtos.

Acreditamos que o referido convênio apresenta as seguintes vantagens:

- Aumento da venda de móveis em razão da existência de linhas de crédito disponíveis a taxas competitivas;
- Redução do risco de crédito dos revendedores exclusivos contra o consumidor;
- Impacto positivo no nosso capital de giro e rentabilidade, uma vez que recebemos uma remuneração baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os nossos revendedores exclusivos; e
- Impacto positivo no fluxo de caixa dos revendedores exclusivos.

(iv) Formas mais rentáveis de estruturar a venda de nossos produtos

Estamos estudando a possibilidade de converter nossos contratos com as vendas exclusivas em contratos de franquia. Os atuais contratos celebrados com as vendas exclusivas possibilitam essa conversão. Acreditamos que a referida alteração poderá trazer uma otimização fiscal relevante, reduzindo a bitributação de certos impostos na cadeia produtiva.

(v) Parcerias nacionais com potenciais clientes corporativos

Estamos buscando parcerias com grandes clientes corporativos, tais como incorporadoras, corretoras de imóveis e redes de hotéis, com o objetivo de aumentar o volume de vendas de nossos produtos. Parcerias desse porte exigem uma grande capilaridade de pontos de atendimento e uma capacidade produtiva de alta qualidade com rapidez de produção, atributos que acreditamos que já conquistamos ao longo de nossa história.

Same Store Sales

Para analisarmos o crescimento de nossas vendas para a nossa base de lojas no critério de mesmas lojas, utilizamos as vendas das lojas que estavam em operação no início de 2009 e durante os dois anos seguintes, para as quais existia o controle de vendas por loja durante tal período.

Desta forma, a análise do crescimento das vendas de nossa base de lojas no critério de mesmas lojas não se refere a todas as nossas lojas, mas apenas a um grupo de lojas que se adequa a um conjunto de critérios adotados pela nossa administração, de acordo com uma aproximação do conceito de vendas de mesmas lojas desde o exercício de 2009. A tabela abaixo demonstra o percentual de evolução de vendas de mesmas lojas e a representatividade da base de lojas, considerada sobre a receita bruta das respectivas marcas, nos períodos ali indicados.

Favorita e Dell Anno | Same Store Sales

	2010		2011	
	2009	2010	2010	2011
<i>Variação</i>		13,5%		6,5%
<i>Representatividade na Receita Bruta Total das Marcas</i>	24,6%	25,4%	30,9%	35,2%

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

New Same Store Sales				
	2010		2011	
	2009	2010	2010	2011
<i>Variação</i>		26,4%		34,8%
<i>Representatividade na Receita Bruta Total da Marca</i>	3,0%	1,0%	34,4%	30,3%

Abertura de Novas Lojas

De acordo com estudo realizado pela Parente Varejo e Pesquisa em fevereiro de 2012, consultoria independente especializada, o nosso potencial de abertura de novas lojas é equivalente a 457 lojas para a marca New e 109 lojas para as marcas Dell Anno e Favorita. O estudo foi realizado com base em dados estatísticos do IBGE, dentre outros, tomando como base (i) as 634 cidades brasileiras com mais de 50 mil habitantes; (ii) a distribuição da população por faixa de renda em cada cidade; (iii), o tamanho do mercado de móveis e acessórios estimado para cada cidade, cruzando o posicionamento, o faturamento e o *marketshare* das nossas lojas Dell Anno, Favorita e New em cada cidade.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Em função de produzir unicamente móveis planejados, para fins contábeis e gerenciais a Companhia está organizada e concentrada em um único segmento operacional. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

(a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a produção, desenvolvimento e comercialização de móveis planejados em MDF (*Medium Density Fiberboard*) ou MDP (*Medium Density Particleboard*). Adicionalmente, também comercializamos acessórios funcionais e acessórios de decoração para os móveis planejados que produzimos.

Possuímos uma ampla linha de soluções customizadas de móveis planejados para ambientes residenciais e comerciais, que incluem cozinhas, dormitórios, *closets*, *home theaters*, lavanderias e banheiros, dentre outros, além de soluções completas nos segmentos de escritório e infantil. Adicionalmente a esses segmentos, criamos em janeiro de 2010 a divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, com o objetivo de atender a demanda das incorporadoras e das empresas do segmento hoteleiro e da construção civil.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, a receita líquida de vendas do nosso único segmento (produção, desenvolvimento e comercialização de móveis planejados) foi de R\$224,96 milhões, R\$288,34 milhões e R\$294,68 milhões, respectivamente, o que representou a totalidade da nossa receita líquida nos períodos indicados.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, o lucro líquido do nosso único segmento (produção, desenvolvimento e comercialização de móveis planejados) foi de R\$37,12 milhões, R\$53,09 milhões e R\$57,79 milhões, respectivamente, o que representou a totalidade do nosso lucro líquido nos períodos indicados.

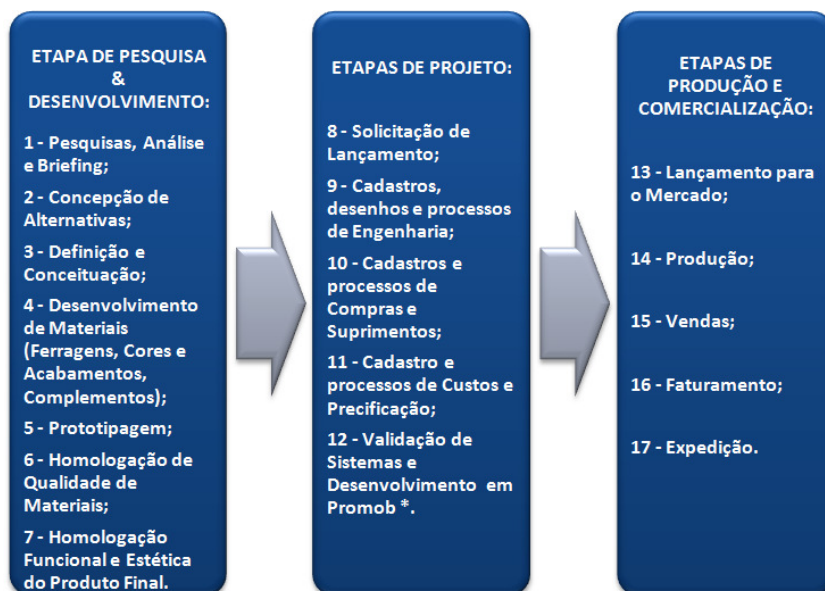
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Possuímos um parque fabril localizado em Bento Gonçalves, RS, com aproximadamente 50 mil m² de área construída e capacidade média de produção de 220.000 módulos de móveis¹ por mês. A partir de junho de 2012, esperamos que a nossa capacidade média de produção passe a ser de 300.000 módulos de móveis por mês, em decorrência dos investimentos realizados em 2011 em nosso parque fabril.

Nosso parque fabril conta com duas fábricas destinadas: (i) à fabricação dos produtos das marcas Dell Anno e Favorita; e (ii) à produção dos produtos das marcas New e Telasul.

Nosso parque fabril conta com alta tecnologia e com um modelo de produção versátil, que nos permite fabricar produtos somente após a realização de pedidos e, mesmo assim, entregá-los com agilidade (prazo máximo de 10 dias por pedido), proporcionando a manutenção de baixos níveis de estoque de produtos acabados. A produção de módulos de móveis atingiu 1,52 milhão em 2009, 1,79 milhão em 2010 e 1,70 milhão em 2011. Cabe destacar que foram investidos em 2011 R\$25,40 milhões em máquinas e equipamentos, com foco na otimização das rotinas de produção e consequente aumento de capacidade produtiva.



* Software utilizado pela indústria de móveis e lojistas para elaboração de projetos de ambientes para clientes, fornecido pela empresa Procad Softwares Ltda.

Pesquisa e desenvolvimento de produtos – (“P&D”)

Lançamos anualmente, entre os meses de fevereiro e maio, para cada uma de nossas marcas uma nova coleção de produtos. Adicionalmente, durante todo o ano são atualizadas as coleções de produtos existentes, aperfeiçoando o sistema funcional e incluindo novas cores, texturas e acessórios, dentre outros, com o objetivo de fornecer aos revendedores de nossos produtos, aos lojistas e aos consumidores um portfólio atualizado com base nas tendências do mercado de móveis nacional e internacional.

¹ Cada módulo de móvel é formado, em média, por 8 peças componíveis, tais como laterais, bases, prateleiras, tampos e ferragens.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O processo de P&D é composto por uma série de etapas e atividades desenvolvidas por equipes multidisciplinares integradas, de forma a assegurar o lançamento de produtos de alta qualidade e proporcionar aos consumidores uma solução completa em móveis planejados. A concepção de nossos produtos é feita por uma equipe própria de arquitetos, *designers* e engenheiros, divididos em núcleos de criação e pesquisa, individuais e independentes para cada marca. Esses profissionais são responsáveis por interpretar as tendências do mercado nacional e internacional de *design*, moda e arquitetura e aproveitá-las em nossas coleções anuais.

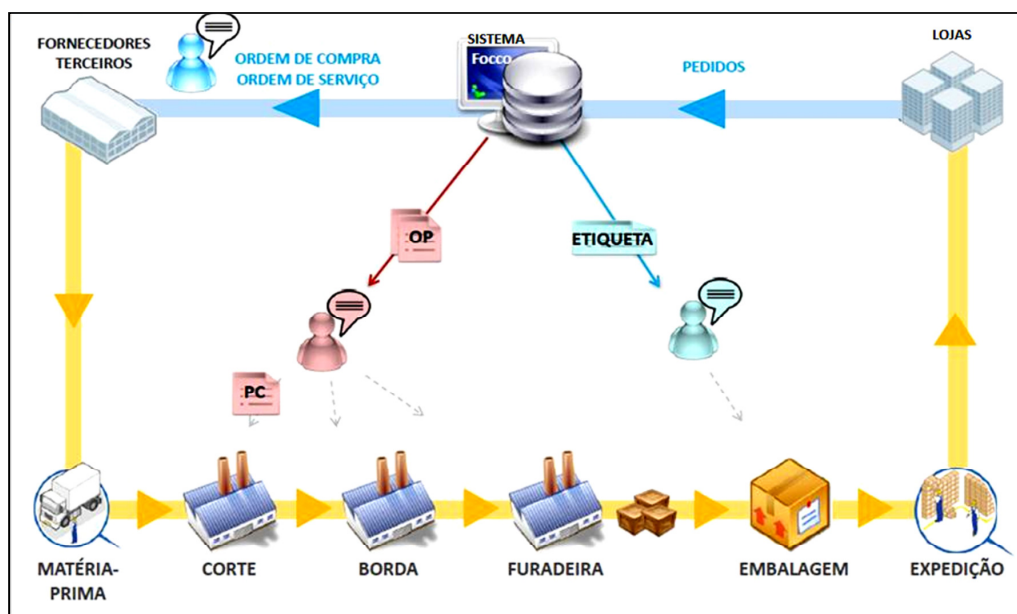
Os profissionais da área de P&D, especializados em *design*, marketing, comportamento do consumidor e desenvolvimento de produtos, mantêm-se constantemente atualizados, buscando referências, realizando pesquisas e estudando as tendências do setor moveleiro. As principais fontes de pesquisa são: (i) participação em feiras e eventos nacionais e internacionais, onde são verificadas as principais tendências e novidades do setor moveleiro; (ii) pesquisa de novos materiais e acessórios junto aos fornecedores; (iii) monitoramento das mídias *on-line* e *off-line* especializadas e do mercado moveleiro, e (iv) consultoria de empresa europeia, sediada em Londres, especializada em tendências de consumo no universo *home-decor*.

De modo a complementar o processo de P&D, participam do desenvolvimento os seguintes departamentos: comercial, arquitetura, marketing, engenharia e produção, sendo essa integração parte fundamental do processo de lançamento de novos produtos para o mercado. Entendemos que a interatividade destas áreas torna o processo de desenvolvimento mais ágil e produtivo, e, por consequência, mais direcionado ao seu objetivo que é proporcionar aos clientes e consumidores o acesso a produtos inovadores, de alta qualidade e forte apelo comercial.

Destacamos mais uma vez que o principal objetivo do processo de P&D é a concepção e escolha de produtos alinhados ao posicionamento de mercado e estratégia competitiva adotada para cada uma das marcas, focado no desenvolvimento de padrões, desenhos, cores, texturas, modulações, ferragens, acessórios, acabamentos e complementos.

Processo de Produção

O fluxograma simplificado (quadro abaixo) mostra o processo de produção até a chegada de nossos produtos às revendas exclusivas e lojas multimarcas.



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O processo de produção se inicia com o desenvolvimento dos projetos nas revendas exclusivas, que é realizado por arquitetos ou técnicos, em software específico (ProMob). Os clientes participam ativamente na concepção do projeto e na escolha dos produtos que farão parte dos ambientes por eles escolhidos. Por esse motivo, e com o objetivo de preparar equipes qualificadas de atendimento e venda, fornecemos à rede de revendas uma estrutura de suporte em treinamento, por meio da Universidade Corporativa Unicasa, que compreende, desde a orientação sobre produto e desenvolvimento de projetos, até a montagem dos módulos de móveis, pós venda, gestão de pessoas e administração do próprio negócio.

Após a finalização da etapa de desenvolvimento do projeto, o revendedor exclusivo (lojista) encaminha para a área de vendas os pedidos dos clientes, acompanhados dos respectivos projetos, que, após serem processados em nosso sistema, darão início aos planos de produção. No caso das lojas multimarcas, como a linha de produtos oferecida compreende, tão somente, móveis padronizados, para o início do plano de produção basta que o lojista nos encaminhe os pedidos dos clientes, não havendo, portanto, necessidade de desenvolvimento de um projeto específico.

A etapa posterior ao recebimento dos pedidos e projetos, quando for o caso, é o encaminhamento dos pedidos dos clientes à área de PCP - Programação e Controle da Produção, que irá gerar os planos de produção por meio de sistemas integrados de manufatura. Os referidos sistemas emitem as necessidades de compras dos insumos, dos acessórios, das embalagens e de outros materiais que serão utilizados na fabricação dos produtos incluídos nos pedidos dos clientes e desenvolvem um planejamento adequado de produção, visando a minimizar perdas de insumos e a assegurar o embarque dos produtos nos prazos acordados, um melhor controle de custos, e um planejamento otimizado de utilização de recursos.

Via de regra, todos os fornecedores atendem aos prazos de fornecimento das matérias primas e insumos utilizados no processo de produção. Não obstante, existem políticas de estoque mínimo de segurança suficiente para garantir por vários meses a demanda dos nossos clientes.

Após a geração dos planos de produção, inicia-se a produção dos módulos de móveis, que é constituída pelas seguintes fases: corte, acabamento, furação, estoque, embalagem e expedição nos quatro centros de produção, conforme descrito a seguir:

Centro de Corte: composto por máquinas seccionadoras, que realizam os cortes das chapas de MDF e MDP utilizadas para a produção dos módulos de móveis.

Centro de Acabamento: composto por máquinas perfiladeiras e bordatrizes, que desenvolvem os processos de ranhura, rebaixe, aplicação de bordas e acabamento das chapas de MDF e MDP utilizadas para a produção dos módulos de móveis (perfil 45°, perfil boleado ou laminado).

Centro de Furação: composto por máquinas furadeiras totalmente automatizadas que fazem os diversos tipos de furação nas chapas de MDF e MDP utilizadas para a composição dos módulos de móveis. Esta é a última etapa do processo de beneficiamento das peças.

Centro de Embalagem: composto por esteiras selecionadoras, nas quais as peças e componentes são agrupadas para formar o módulo de móvel que será embalado e encaminhado para a expedição.

No centro de embalagem, os módulos de móveis são monitorados por meio de leitura ótica das etiquetas (código de barras) neles fixadas durante o processo de produção, permitindo o controle dos pedidos prontos para o embarque. Também na área de expedição é realizado o monitoramento dos módulos de móveis por meio de leitura ótica, quando do embarque dos produtos para os revendedores e lojistas. Destacamos que foi implantado em junho de 2011 um

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

sistema de leitura ótica por código de barras nas revendas exclusivas e lojas multimarcas, para conferência de todos os módulos de móveis recebidos e verificação da sua conformidade com o pedido que foi enviado à fábrica.

Atualmente, 92% dos produtos de nosso portfólio são produzidos em nossas instalações fabris. O restante que compreende: (i) peças especiais, tais como peças com acabamentos e medidas diferentes daqueles produzidos em nosso parque fabril; e (ii) acessórios, tais como puxadores, aramados, portas de alumínio e luminárias, customizados para complementar a linha de produtos, e são produzidos por empresas terceirizadas. Em alguns casos, enviamos diretamente para as empresas terceirizadas os insumos necessários (chapas de MDF e MDP) para a produção das peças especiais. O controle de qualidade dos produtos fabricados por empresas terceirizadas segue os mesmos critérios dos produtos fabricados por nós. Tais produtos são fabricados com base em desenhos técnicos fornecidos por nós. Para verificar o controle de qualidade das empresas terceirizadas, nossos técnicos inspecionam suas linhas de produção *in loco*, de forma a verificar, dentre outros aspectos, a procedência do material utilizado, garantindo, assim, a qualidade do produto final.

Para a otimização do parque de máquinas e mão de obra, utilizamos o Sistema “PreActor”, que realiza o controle do fluxo de produção e também permite que as manutenções sejam programadas com antecedência e sem interferência na programação de produção. Integrado a este sistema, utilizamos, ainda, o Sistema de Gestão da Produção – SSP, que permite, em tempo real, o rastreamento das peças durante o processo produtivo, garantindo um gerenciamento adequado dos materiais e das pessoas envolvidas em tal processo. Adicionalmente, as áreas de Métodos e Processos e Engenharia de Produto trabalham constantemente no desenvolvimento de novos fluxos de produção e em mudanças de *layout* das unidades de produção, buscando incrementos de produtividade.

Nosso parque fabril possui máquinas e equipamentos modernos, os quais foram adquiridos junto aos mais reconhecidos fornecedores mundiais da indústria. Estamos focados no atendimento ao mercado, com alta qualidade, compromisso com os prazos de entrega e baixos custos de produção. Os investimentos estão diretamente voltados a melhorias de qualidade dos produtos, flexibilização da cadeia produtiva, reduções de custos (estoques de produtos prontos e em elaboração) e minimização de perdas. Os gastos em imobilizado (CAPEX), em investimentos e intangível nos anos de 2009, 2010 e 2011, foram de: R\$9,99 milhões, R\$8,67 milhões e R\$30,32 milhões, respectivamente. A capacidade instalada utilizada nos anos de 2009, 2010 e 2011 foi de 90,9%, 93,7% e 64,6%, respectivamente.

Todas as máquinas utilizadas em nosso processo de produção possuem seguro.

(b) características do processo de distribuição

Possuímos uma ampla rede de distribuição que conta, atualmente, com mais de 886 revendas exclusivas e 1.776 Pontos de Vendas Multimarcas em todo o Brasil, bem como com 17 pontos de venda no exterior, entre revendas exclusivas e lojas multimarcas, nos seguintes países: Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana, atingindo o segmento da população com renda mensal acima de R\$6.745,00 (“Classe A”), o segmento da população com renda mensal entre R\$5.174,00 e R\$6.745,00 (“Classe B”), o segmento da população com renda mensal entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00 (“Classe C”) e o segmento da população com renda mensal entre R\$751,00 e R\$1.200,00 (“Classe D”), conforme critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Adicionalmente, estamos presentes em 47 das 50 cidades brasileiras com maior potencial de consumo no ano de 2011, segundo dados do IPC Marketing, além de estar presente em 315 cidades em todos os Estados brasileiros.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- **Revendas Exclusivas:** são lojas autorizadas a vender exclusivamente móveis planejados e modulados, de apenas uma de nossas marcas (Dell Ano, Favorita ou New) e devem seguir critérios preestabelecidos de identidade visual e localização do ponto comercial.
- **Lojas Multimarcas:** são lojas autorizadas a vender móveis das nossas marcas New e Telasul em estabelecimentos que comercializam móveis de outros fabricantes e de outras marcas, e não estão sujeitas a observância de critérios preestabelecidos de identidade visual e localização do ponto comercial.

O nosso relacionamento com as revendas exclusivas é formalizado por meio da celebração de contrato que prevê expressamente as obrigações de cada uma das partes signatárias. As principais obrigações previstas nos contratos celebrados com as revendas exclusivas, comuns aos contratos das nossas marcas Dell Ano, Favorita e New, são:

- (i) As revendas exclusivas devem seguir um padrão arquitetônico previamente definido por nós;
- (ii) A veiculação da marca pelas revendas exclusivas deve respeitar a nossa política, de modo a preservar a identidade da marca;
- (iii) As revendas exclusivas só podem alterar o endereço mediante prévia e expressa autorização concedida por nós;
- (iv) As revendas exclusivas devem implantar um dos três sistemas de informação sugeridos por nós;
- (v) As revendas exclusivas não podem ceder, integral ou parcialmente, o contrato celebrado com nós ou os direitos e obrigações a ele inerentes sem a nossa prévia e expresso consentimento; e
- (vi) As revendas exclusivas não podem contratar terceiros que tenham objeto social similar ao nosso para atender a pedidos de consumidores atraídos pelas nossas marcas.

Os contratos celebrados com as revendas exclusivas possibilitam a manutenção de um controle direto sobre os revendedores, permitindo o acompanhamento da performance de tais revendedores e a verificação do cumprimento de nossas políticas.

Presentes em todo o território nacional, as lojas que comercializam nossos produtos recebem, por meio de um sistema integrado de vendas, a atualização de todas as novidades existentes em nosso portfólio de produtos. As nossas lojas estão estrategicamente localizadas em pontos de alta visibilidade. Adicionalmente, para cada nova loja, avaliamos os critérios de viabilidade econômica e demográfica, bem como o perfil do lojista que nos representará.

A Companhia dispõe, ainda, de uma rede de representantes comerciais e agentes de distribuição, com plena autonomia, sem o caráter de exclusividade, mediante a celebração de contratos que estipulam as condições relativas às linhas de produtos (Linha Telasul e Linha New de móveis planejados), com remuneração mediante comissão sobre as vendas efetuadas em percentuais variáveis. Os contratos descrevem as áreas de atuação de cada um dos representantes comerciais e agentes, relativamente as áreas geográficas ou específicas a determinados clientes, estipulando o período de vigência aplicável a cada um dos instrumentos contratuais. A forma de pagamento das comissões é fixada na época de liquidação dos títulos correspondentes às vendas efetuadas pelos representantes comerciais e/ou agentes.

A capilaridade de nossa rede de revendedores atinge os mais diversos públicos e mercados no Brasil, o que acreditamos refletir em ganhos de escala que nos permitem adquirir expertise relacionada às particularidades de cada mercado e aumentar a força e alcance de nossas marcas. Adicionalmente, acreditamos que permite ainda ampliar nosso entendimento do mercado e dos perfis de consumo nas diferentes regiões, potencializando nossa competitividade, ampliando a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

visão estratégica para expansão do nosso negócio e maximizando nossa rentabilidade, pois aproveitamos os ciclos econômicos de cada região.

A proporção de cada região/mercado em nossa receita reflete sua representatividade na conjuntura demográfica e econômica do Brasil, com destaque para as Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, onde, em 31 de dezembro de 2011, registramos respectivamente, 64,21%, 15,80% e 10,56% de nossa receita bruta para o mercado interno, seguidas da Região Centro-Oeste com 4,52% e da Região Norte com 4,91% de participação. Na tabela abaixo é possível perceber esta representatividade, em 31 de dezembro de 2011, de acordo com o potencial de consumo de cada região no mercado brasileiro:

Região	% da Receita Bruta 2011 (mercado interno)	Potencial de Consumo Brasil 2011
Norte	4,91%	5%
Nordeste	10,56%	18%
Centro-Oeste	4,52%	8%
Sudeste	64,21%	52%
Sul	15,80%	17%
Total	100%	100%

NOTA: Dados Unicasa 31 de dezembro de 2011

Fonte: IPC Marketing

Nosso parque fabril abastece todos os canais de distribuição, o que nos permite maior controle sobre os pedidos e mais autonomia de agendamento de carga e expedição junto as empresas de logística. Contamos com cerca de 40 transportadoras terceirizadas que, em conjunto, atingem a totalidade do território nacional, prestando serviços a todos os nossos revendedores exclusivos e lojas multimarcas. O transporte de nossos produtos para todas as vendas exclusivas e para a grande maioria das lojas multimarcas é realizado via frete FOB (pagamento do frete é feito pelo destinatário).

Exigimos que as transportadoras que utilizamos possuam apólice de seguro contra acidentes ocorridos durante o transporte de nossos produtos. A aprovação de cada transportadora passa por nossos critérios como pontualidade, controle da entrega e comprometimento com a mercadoria.

Principais estratégias de marketing

Nossas marcas são criadas de acordo com posicionamentos distintos entre si, que seguem uma unidade de linguagem entre produtos oferecidos, pontos de venda, treinamento e propaganda adequados ao perfil de cada consumidor, levando em consideração os segmentos a que se destinam.

Contamos com uma eficiente estratégia de marketing que envolve a constante exposição de nossas marcas em mídias especializadas, tanto em veículos impressos quanto televisivos. Adicionalmente, participamos de feiras e eventos do segmento moveleiro com o objetivo de divulgar nossas marcas e nossos produtos. Estamos constantemente presentes nos principais canais da mídia brasileira.

Anualmente apresentamos uma nova campanha para o lançamento da coleção de cada uma de nossas marcas. Como estratégia de marketing para a Dell Anno, nossa marca *premium*, vinculamos seus produtos a formadores de opinião, investindo na associação entre os mercados de moda e arquitetura e utilizando *top models* em ensaios fotográficos realizados por grandes profissionais do ramo para produção de catálogos e veiculação de anúncios nacionais nas principais revistas do segmento. Ainda, investimos em mostras de decoração de projeção

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

nacional, como Casa Cor, e em parcerias com arquitetos e *designers* para incorporar diferenciais de valor agregado aos nossos produtos.

A estratégia de marketing utilizada para a Favorita consiste na associação da marca à artistas nacionais de grande exposição na mídia, com o objetivo de ampliar a aproximação com o consumidor, e na produção de ensaios fotográficos para veiculação de anúncios impressos em veículos nacionais de grande circulação voltados ao público feminino e em veículos especializados em decoração, mais acessíveis ao público alvo da marca. Investimos, também, na participação em feiras do setor moveleiro, como Casa Brasil, e na produção de catálogo para cada nova coleção.

A New, por sua vez, por estar voltada para o aproveitamento inteligente de espaços com praticidade e estilo, pensando principalmente nas necessidades da família da Classe C, possui como estratégia de marketing a incorporação deste conceito ao seu catálogo anual, em ações de *merchandising* em rede nacional nos principais canais abertos de televisão e também nos anúncios em revistas nacionais de decoração com perfil “faça você mesmo”.

Por fim, a estratégia de marketing da nossa marca Telasul, que possui um perfil mais comercial focado nas redes de distribuição e na grande base de consumidores dos grandes magazines, consiste na participação em diversas feiras comerciais nas principais regiões do país, como Movelpar, Movexpo e Movelsul, entre outras.

Aliado à estratégia de marketing de cada uma de nossas marcas, adotamos um processo de padronização de nossas vendas exclusivas em termos de concepção de espaço, forma de apresentação dos produtos e linguagem visual, de modo a permitir aos consumidores uma experiência de compra diferenciada. Nesta linha, cada revenda exclusiva é planejada seguindo um padrão de identidade visual específico, definido e gerenciado pelos nossos núcleos de arquitetura. Esta padronização inclui estudo de fachada, projeto arquitetônico, sinalização visual e disposição dos ambientes, de modo a potencializar a experiência de compra do consumidor.

Além disso, para reforçar nosso compromisso com o consumidor e visando uma maior aproximação e fidelização dos clientes, passamos a prover acesso, em 2011, a um sistema de consulta e acompanhamento de pedidos on-line por meio do website de cada uma de nossas marcas.

Treinamento

Para aprimorar as técnicas de venda, oferecemos aos nossos revendedores diversos cursos de formação e preparo das equipes de atendimento. Atendimento ao cliente e pós venda são parte importante do nosso modelo de negócio. Por esse motivo, e com o objetivo de preparar nossos revendedores e empregados, fornecemos à rede de lojas de todas as nossas marcas, por meio da Universidade Corporativa Unicasa, uma estrutura de suporte em treinamento, que compreende desde a orientação sobre produto e desenvolvimento de projetos até a montagem dos módulos de móveis, pós venda, gestão de pessoas e administração do próprio negócio, tendo capacitado mais de 6.300 empregados e revendedores desde 2007.

Ainda, para acompanhar o crescimento das nossas marcas, implantamos, em 2007, nosso Programa de *Trainees* Unicasa, que hoje conta com cerca de quatro processos seletivos nacionais ao longo do ano e consolidou-se como um vitorioso modelo de ensino corporativo, sendo matéria frequente em publicações nacionais importantes, tais como as revistas Exame e Você S.A. e os jornais Folha de São Paulo, Zero Hora, Jornal do Comércio e Correio do Povo. Atualmente, aproximadamente 90% dos nossos empregados que trabalham na área comercial participaram do nosso Programa de *Trainees*. A partir do início do ano de 2012, o nosso Programa de *Trainees* foi expandido, passando a dar suporte ao treinamento de empregados de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

outras áreas, além da área comercial. O objetivo da expansão do nosso Programa de *Trainees* é conceder treinamento aos empregados de todas as nossas áreas.

(c) características do mercado de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Dados e projeções do cenário econômico e da indústria existentes nessa seção foram obtidos através de pesquisas internas e de mercado, tanto em fontes públicas, quanto em publicações setoriais privadas. Algumas informações apresentam uma defasagem temporal relevante devido a periodicidade de atualização das mesmas, existindo, portanto, probabilidade de alteração nos cenários descritos abaixo.

VISÃO GERAL DO NOSSO SETOR DE ATUAÇÃO

O Mercado Brasileiro

Acreditamos que o atual cenário macroeconômico brasileiro, caracterizado pelo fomento do consumo doméstico, expansão do crédito, fortalecimento do mercado de trabalho e níveis crescentes de investimentos, se traduz em perspectivas positivas de taxas de crescimento do País.

Nesse contexto, a indústria de móveis planejados – um subsegmento da indústria moveleira focado no atendimento de clientes com exigências e objetivos específicos em cada compra – além de ser impactada pela conjuntura econômica do País e pela indústria moveleira, também está exposta a três setores da economia:

- i. Setor imobiliário: suprimento da demanda por móveis planejados para novas residências e para novos empreendimentos comerciais;
- ii. Setor de consumo/comércio varejista: dirigido, entre outros fatores, pelo aumento da renda disponível e pela expansão do crédito; e
- iii. Setor hoteleiro: vendas de móveis planejados para atender a crescente demanda da rede hoteleira, cujo crescimento acreditamos será fortemente estimulado pela agenda de eventos esportivos no Brasil (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016).

Os próximos tópicos têm como objetivo apresentar a atual conjuntura macroeconômica e de cada um dos setores acima mencionados, de forma a consolidar e esclarecer o impacto no setor de móveis planejados.

Cenário Macroeconômico

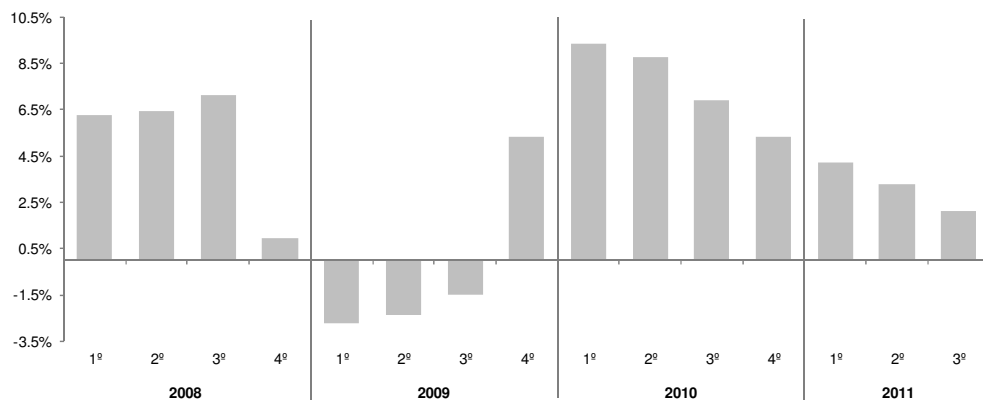
Ao longo dos últimos anos a economia brasileira consolidou-se como a maior da América Latina (aproximadamente 45% do PIB) e a sexta maior economia mundial de acordo com dados projetados pelo Fundo Monetário Internacional para o ano de 2011. Como consequência de uma trajetória consistente de crescimento econômico nos últimos anos e do arrefecimento do crescimento internacional, em 2010, o PIB brasileiro além de registrar um nível expressivo de crescimento, atingindo uma variação de 7,5% em relação a 2009, também posicionou o Brasil no contexto mundial como um dos países com mais rápido período de recuperação no período pós-crise financeira iniciada em 2008.

Apesar da positiva conjuntura macroeconômica doméstica, o PIB do Brasil em 2011 apresenta taxas marginais de crescimento inferiores às verificadas ao longo de 2010. Como resultado da

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

adoção de políticas macroprudenciais adotadas pelo Governo Brasileiro em dezembro de 2010, em conjunção a um ciclo de aperto monetário ao longo de 2011 traduzido no aumento da taxa básica de juros e da deterioração da conjuntura internacional, o PIB nacional, apesar de manter variações positivas, apresentou desaceleração de crescimento.

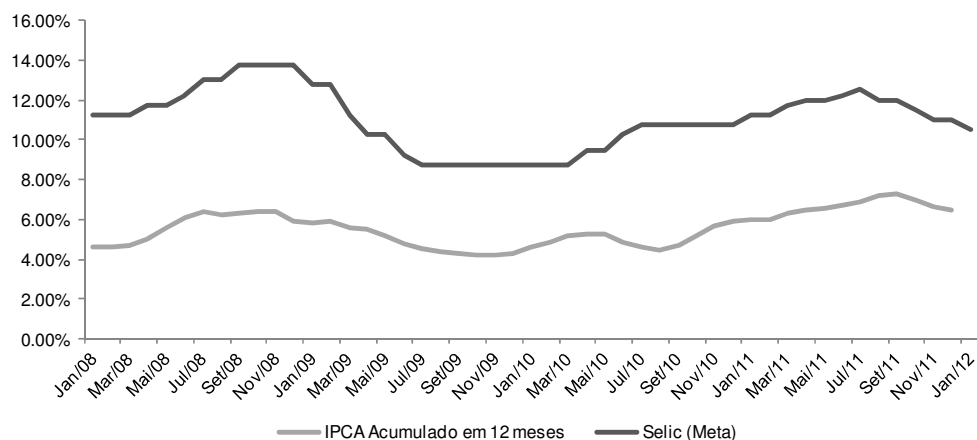
Evolução das taxas de crescimento real do PIB: variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: IBGE

Com o intuito de fomentar o dinamismo econômico e crescimento doméstico, o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil (Bacen) vêm adotando uma série de políticas fiscais e monetárias. Dentre as políticas fiscais adotadas recentemente, destacam-se diversas medidas de desoneração tributária que impactará uma ampla gama de setores como a indústria, empresas listadas em bolsa, construção civil e consumidores em geral, com destaque para a redução do IOF de 3,0% para 2,5% no crédito direcionado à pessoa física e ampliação do teto do valor do imóvel de R\$75 mil para R\$85 mil sobre o qual incide alíquota de 1,0% do Regime Especial de Tributação (RET). No que tange à política monetária, o Bacen iniciou um ciclo de redução da taxa básica de juros e retirou parte das medidas macroprudenciais adotadas no final de 2010.

Evolução das taxa básica de juros (Selic) e inflação (IPCA)



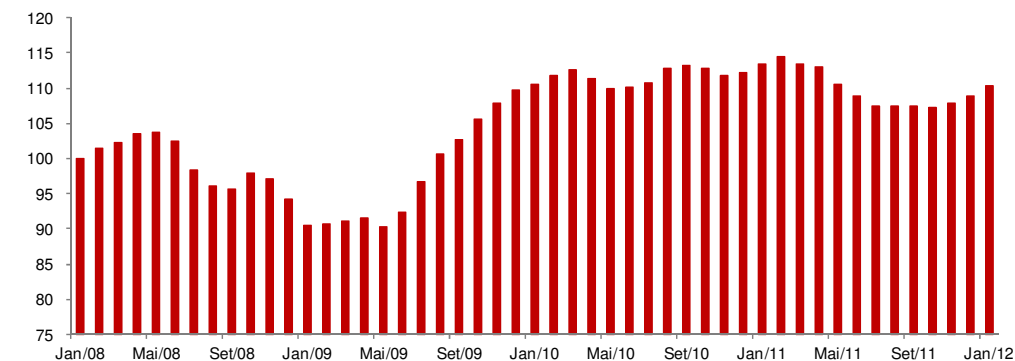
Fonte: Banco Central do Brasil

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Análises realizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), indicam que o principal agente de crescimento da economia brasileira continua sendo o Consumo Total, responsável por 1,9 p.p. de crescimento do PIB no terceiro trimestre, fomentado principalmente pelo consumo das famílias que nos últimos anos apresentou taxas de crescimento superiores a 4,0%: 6,1% em 2007, 5,7% em 2008, 4,4% em 2009 e 6,9% em 2010. Em 2011, o consumo das famílias continuou aquecido e contribuiu pelo trigésimo trimestre consecutivo para o crescimento da economia, sendo responsável por 1,7 p.p. do crescimento do PIB.

Como consequência de um ambiente econômico caracterizado pelo aumento do nível de crédito e do rendimento médio e positivo cenário para o mercado de trabalho, o consumo das famílias manteve seu desempenho e perspectivas positivas mesmo com o aumento da inflação. Esse cenário pode ser analisado através no índice de confiança do consumidor calculado pela Fecomércio e utilizado para mensurar o sentimento dos consumidores em relação à conjuntura econômica do país, considerando suas condições econômicas atuais e expectativas quanto à situação futura, servindo como importante balizador do consumo futuro e auxiliando, entre outros aspectos, nas decisões de investimento e formação de estoques por parte dos varejistas.

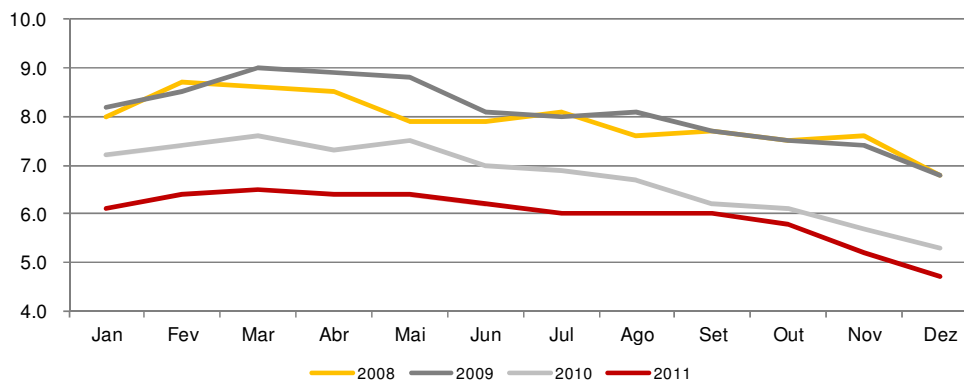
Índice de confiança do consumidor (média móvel de três meses, janeiro de 2008 = 100)



Fonte: Fecomércio SP

Acreditamos ainda que a perspectiva para o mercado de trabalho no Brasil continua positiva para o ano de 2012, apesar da recente desaceleração de crescimento econômico. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) indicam que o Brasil presencia os menores níveis históricos de desocupação.

Taxa de desocupação (em %)



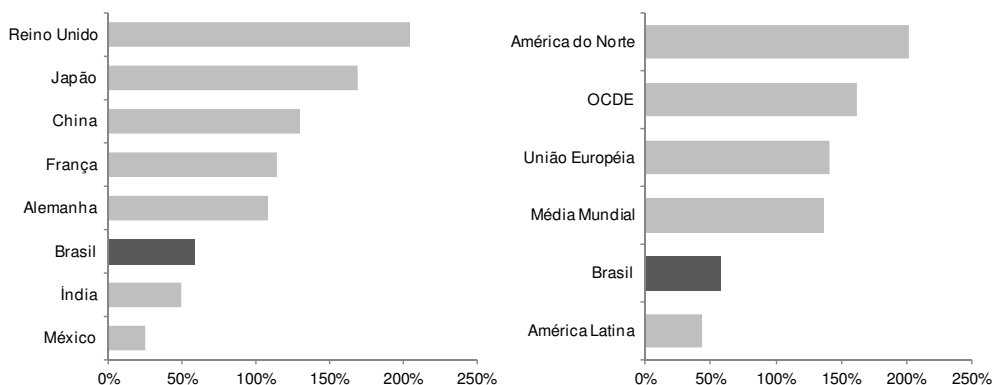
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte IBGE

Além do positivo cenário de redução da taxa de desocupação, a economia brasileira também apresenta uma evolução qualitativa do emprego, representada pelo aumento do grau de formalização do mercado de trabalho e pelos aumentos reais de salários ocorridos nos últimos anos. Estudos elaborados pelo IPEA destacam que a proporção de pessoas ocupadas com carteira assinada evoluiu de 46% de março de 2002 para 54% em outubro de 2010, com crescimento do rendimento médio real de 8,6% no mesmo período, estimulando o consumo das famílias e suportando o crescimento da economia.

Outro fator fundamental para a manutenção do crescimento econômico no Brasil é a oferta de crédito. Como resultado da melhoria da conjuntura macroeconômica brasileira, redução da taxa básica de juros e estabilidade inflacionária, a oferta de crédito no Brasil nos últimos anos teve uma evolução significativa passando de 31% do PIB em 2002 para 57% em 2010, de acordo com dados do Banco Mundial. Apesar dessa expressiva taxa de crescimento, o crédito no Brasil ainda apresenta baixa taxa de participação na economia quando comparado a outros países conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

Participação do crédito do setor privado em relação ao PIB em 2010

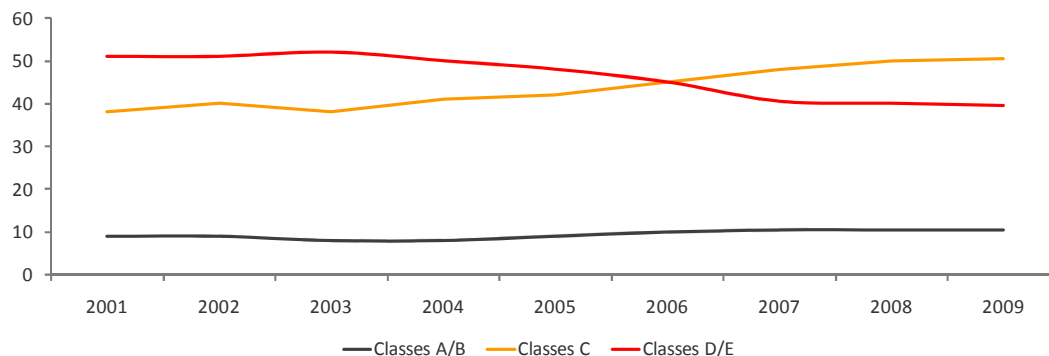


Fonte Banco Mundial

A distribuição de renda no país vem sendo favorecida tanto pela recente estabilidade econômica quanto pelo tripé “emprego-renda-crédito” mencionados anteriormente, e seus resultados refletem-se na expansão da Classe C decorrente da ascensão da Classe D e do segmento da população com renda mensal inferior a R\$751,00 (“Classe E”), conforme critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Segundo informações do Centro de Políticas Sociais da FGV, cerca de 29 milhões de pessoas ascenderam das Classes D/E e ingressaram na Classe C entre 2003 e 2009, que cresceu mais em termos proporcionais (2,5%) do que as demais classes, chegando a 95,4 milhões de brasileiros, o que corresponde a 50,5% da população.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Evolução das classes econômicas (em %)



Fonte: IBGE

Indústria Moveleira

Visão Geral

A indústria moveleira pode ser considerada uma indústria tradicional, sendo caracterizada basicamente pela elevada quantidade de empresas existentes no setor, elevado relacionamento com processos produtivos de diversas indústrias e ampla diversificação de produtos finais.

Ao que tange a diversificação industrial, o setor moveleiro diversifica-se essencialmente em função de três fatores:

- i) Matéria prima: madeira, metal, couro, plástico e outros;
- ii) Desenho físico dos móveis: indústria de móveis retilíneos – móveis com desenhos simples de linhas retas – e indústria de móveis torneados – apresentam elevado padrão de acabamento e desenhos mais complexos e elaborados; e
- iii) Destinação dos móveis: residencial e comercial.

Dado a elevada quantidade de empresas no setor, a concorrência no mercado internacional é dada basicamente em função dos preços, pois cada empresa é atomizada individualmente, sendo portanto tomadora, e não formadora de preço no mercado.

Nesse cenário, a eficiência na produção pode ser considerada como um dos principais fatores concorrenciais para o crescimento das empresas no setor. Além disso, o estilo e *design* das mercadorias, alinhados a estratégia de marketing, vêm recentemente mostrando-se como potenciais fatores estratégicos para aumentar a vantagem competitiva entre os concorrentes, agregando valor aos móveis comercializados e atraindo novos consumidores.

A história da indústria moveleira no Brasil

Visão Geral

Assim como em outros países, a indústria de móveis no Brasil também é constituída por um número significativo de empresas e com utilização intensiva de mão de obra. A título de ilustração, em 2009 (data dos dados mais recentes) existiam no Brasil mais de 24 mil empresas voltadas à produção de móveis, empregando aproximadamente 275,6 mil funcionários. Ainda

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

analisando dados desse período, é possível identificar uma concentração significativa de empresas com quadro funcional inferior a 100 funcionários (representam 98% do total).

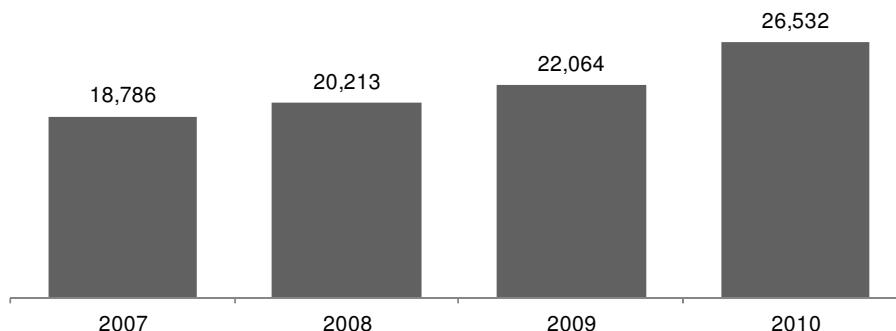
Quantidade de empresas e outras organizações da indústria moveleira

Faixas de pessoal ocupado total	Quantidade de empresas e outras organizações
De 0 a 4	14.117
De 5 a 9	4.510
De 10 a 19	2.812
De 20 a 49	1.750
De 50 a 99	482
De 100 a 249	268
De 250 a 499	77
De 500 a 999	37
Total de empresas	24.053

Fonte: IBGE, 2009

O faturamento anual da indústria moveleira apresentou crescimento de 41% no período de 2007 a 2010 – média de crescimento de 12,2% a.a. – atingindo um patamar de aproximadamente R\$26,5 bilhões em 2010, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Faturamento histórico das empresas do setor industrial moveleiro do Brasil (em milhões de Reais)



Fonte: Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI)

Estudos indicam que o aumento substancial da demanda interna pode ser explicado principalmente em função da elevação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e da redução da taxa de juros nominal praticada no comércio, justificando o crescimento do faturamento da indústria de móveis no Brasil.

Além disso, acreditamos que a demanda do setor apresenta elevada relação com atividades econômicas que apresentam perspectivas positivas: (a) o setor imobiliário, uma vez que a demanda por móveis é fortemente ligada à entrega de imóveis novos, (b) o setor de varejo/consumo, considerando que o crescimento do consumo no Brasil abre espaço para a compra de bens duráveis e (c) o setor hoteleiro/corporativo, responsável pela demanda de móveis para atender às necessidades específicas de cada projeto. Esses setores são descritos com maior detalhamento em seções subsequentes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Produtos e Distribuição Geográfica Historicamente

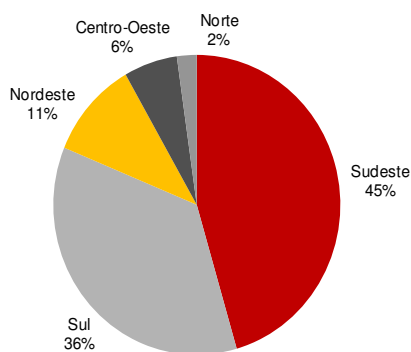
Apesar de diversificado, os móveis de madeira destinados ao uso doméstico representam a maior parte do mercado.

Investimentos em capacitação tecnológica na produção de móveis retilíneos tornaram-se cada vez mais frequentes, refletindo-se na superioridade tecnológica desse setor *vis-à-vis* os demais. Um dos polos nacionais de móveis retilíneos de madeira que pode ser destacado nesse contexto situa-se em Bento Gonçalves e caracteriza-se por ser um dos polos moveleiros de maior capacitação tecnológica e especialização em *design* do país.

Como função da necessidade de matéria-prima e, conseqüentemente, dos investimentos em tecnologia para melhorar a competitividade, um percentual substancial de empresas dessa região possui capacidade tecnológica acima da média do país.

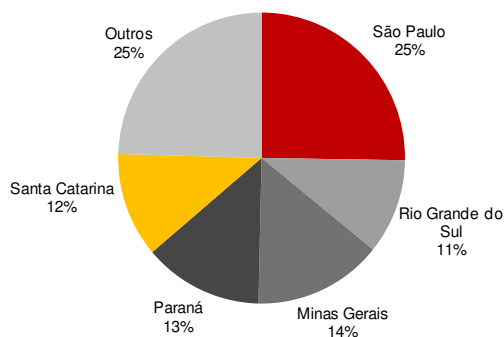
No que tange a distribuição geográfica, historicamente pode-se notar uma maior concentração das empresas da indústria moveleira nas regiões Sudeste e Sul, que representavam em conjunto aproximadamente 82% do total de empresas no país, como pode ser analisado através do gráfico abaixo:

Distribuição das empresas industriais moveleiras em 2009 por Região



Fonte: IBGE

Distribuição das empresas industriais moveleiras em 2009 por Estado

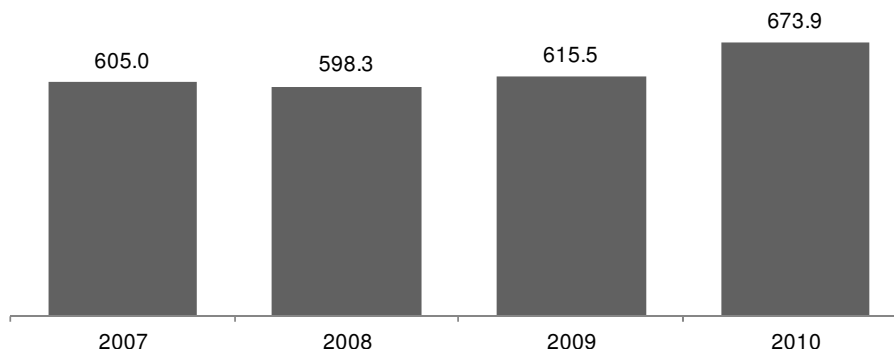


Fonte: IBGE

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

De acordo com dados do IEMI, os investimentos da indústria moveleira no Brasil em 2010 totalizaram aproximadamente R\$673,9 milhões, representando crescimento de 9,5% em relação ao ano de 2009 e 11,4% quando comparado a 2007.

Investimentos do setor moveleiro no período de 2007 a 2010 (em R\$ milhões)



Fonte: IEMI

Em função do elevado nível de investimento em renovação de parque tecnológico realizado pela indústria nos últimos anos, o volume de importações de máquinas realizado pelo setor moveleiro no Brasil no período de 2007 a 2010 apresentou crescimento de 44%, conforme destacado pela tabela abaixo:

Importações de máquinas no período de 2007 a 2010 (em milhões)

	2007	2008	2009	2010
Importações em US\$	78.3	112.5	90.9	112.4
<i>Taxa cambial</i>	<i>1.95</i>	<i>1.84</i>	<i>1.99</i>	<i>1.76</i>
Importações em R\$	152.5	206.8	181.1	197.8
<i>Part. nos investimentos totais</i>	<i>25%</i>	<i>35%</i>	<i>29%</i>	<i>29%</i>

Fonte: IEMI

Indústria Varejista

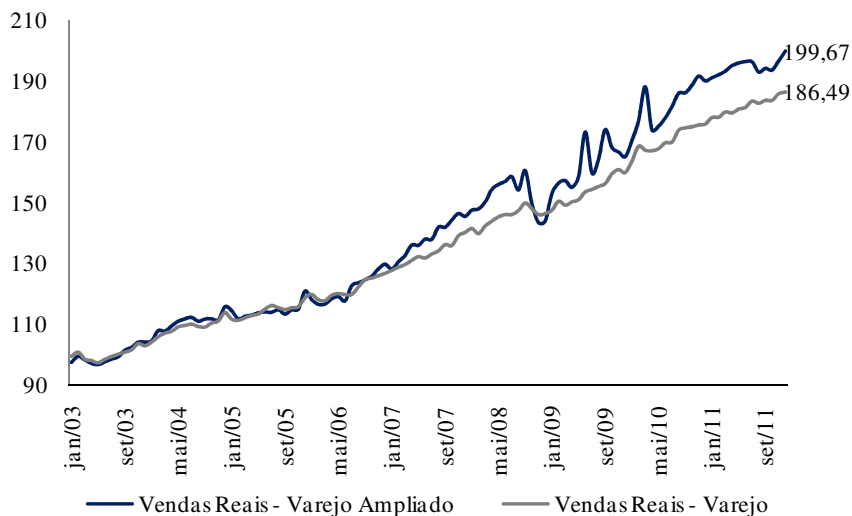
Comércio Varejista

De acordo com a última Pesquisa Mensal de Comércio, publicada em dezembro de 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no país nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista, o varejo nacional obteve, em termos de volume de vendas, acréscimos da ordem de 6,7% no acumulado dos últimos 12 meses. No que se refere à receita nominal, os crescimentos foram de 10,1% com relação a igual mês de 2010 e de 11,5% no ano.

Evolução dos Índices de Vendas Reais no Varejo

Séries com Ajuste Sazonal (Base 100 em 2003)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

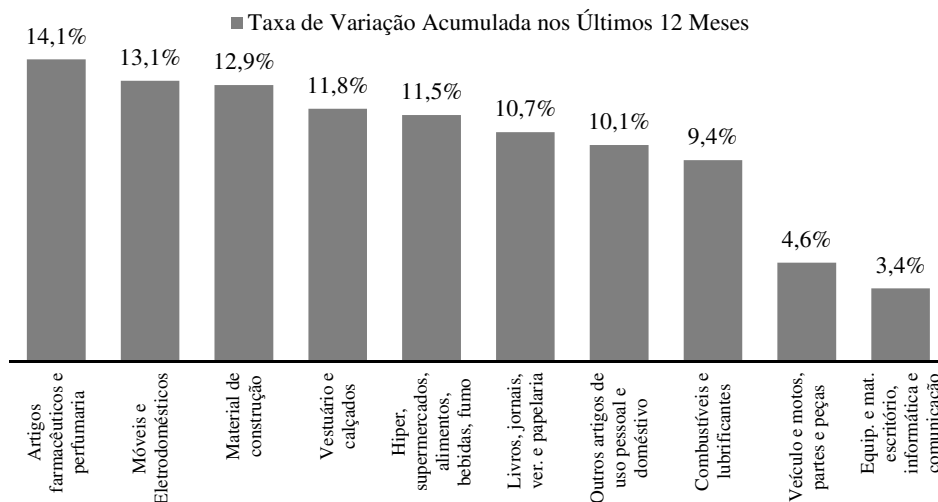


Fonte: IBGE

O índice de comércio varejista é um índice-síntese dos grupos de atividades cujas receitas provêm preponderantemente da atividade do varejo, divulgados para o Brasil e suas 27 Unidades da Federação, sendo: combustíveis e lubrificantes, supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, vestuário, calçados e tecidos, móveis e eletrodomésticos, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria e cosméticos, equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, livros, jornais, revistas e papelaria e outros artigos de uso pessoal e doméstico. Já o índice de comércio varejista ampliado considera também o desempenho dos segmentos de veículos e motocicletas, partes e peças e de material de construção.

Na relação dez/11 x dez/10, as maiores variações em termos de receita ocorreram nas categorias de artigos farmacêuticos e perfumaria e de móveis e eletrodomésticos, as quais apresentaram crescimento de 14,1% e 13,1%, respectivamente.

Variação da Receita Nominal de Vendas - Últimos 12 Meses em Dezembro de 2011



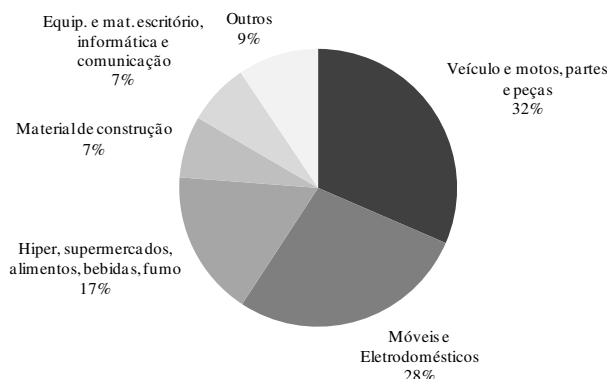
Fonte: IBGE

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nos últimos 12 meses, a categoria de móveis e eletrodomésticos apresentou a segunda maior contribuição relativa ao crescimento do volume de vendas nos últimos doze meses, de 28%, se considerado o comércio varejista ampliado.

Contribuição no Crescimento da Receita Nominal

Dez/2011 vs. Dez/2010 (Acumulado Últimos 12 Meses)



Fonte: IBGE

O Comércio Varejista de Bens Duráveis

O segmento varejista de bens duráveis abrange aqueles bens que não se esgotam no ato de sua utilização e são utilizados durante um período relativamente longo, como Móveis, Eletrodomésticos, Eletrônicos, Equipamentos de Informática, Brinquedos etc.

Nos últimos anos, o setor de eletroeletrônicos e móveis brasileiro teve um crescimento importante, apoiado pela estabilização da economia brasileira e melhoria dos índices salariais. Apesar da crise de 2008/09, o mercado deste segmento conseguiu recuperar suas vendas.

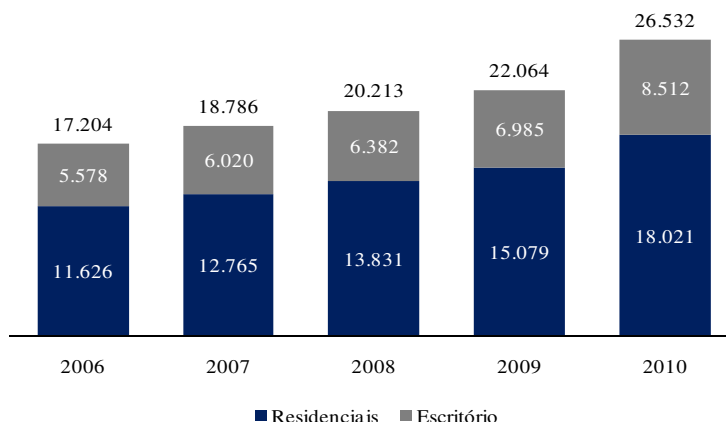
Mesmo com o grande aumento nas vendas dos últimos anos, acreditamos que o setor de eletroeletrônicos e móveis ainda possui um alto potencial de crescimento em função da baixa penetração de seus produtos nas classes de menor renda, que, emergentes na sociedade, tornam-se propensas a adquirir bens de maior valor agregado.

O segmento de Utilidades Domésticas cresceu 14% em 2010, se comparado com o ano de 2009, com um faturamento de R\$15,3 bilhões e forte influência do crescimento do consumo interno, segundo dados preliminares da ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Em 2011, segundo estimativas da mesma associação, espera-se que o setor tenha faturado R\$15,6 bilhões.

O setor de móveis tem apresentado um desempenho com taxas de crescimento expressivas, com as vendas do setor tendo variado a uma taxa média anual de 11,4% desde 2006, de acordo com dados divulgados no relatório “Brasil Móveis 2011” do IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial Ltda. No período de 2010, as vendas de móveis destinadas ao segmento residencial cresceram 19,5% se comparadas ao mesmo período de 2009. Já as vendas para o segmento corporativo, cresceram 21,9%, resultando em um crescimento do setor de 20,3%.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Faturamento total do setor industrial moveleiro (R\$ milhões)



Fonte: IEMI, Relatório "Brasil Móveis 2011"

As empresas varejistas atuantes no setor de bens duráveis adotam diferentes estratégias de mix de produtos e tamanho de lojas, com a convivência de concorrentes com os mais diversos tipos de pontos de venda, tais como lojas especializadas, lojas de departamento, hipermercados etc.

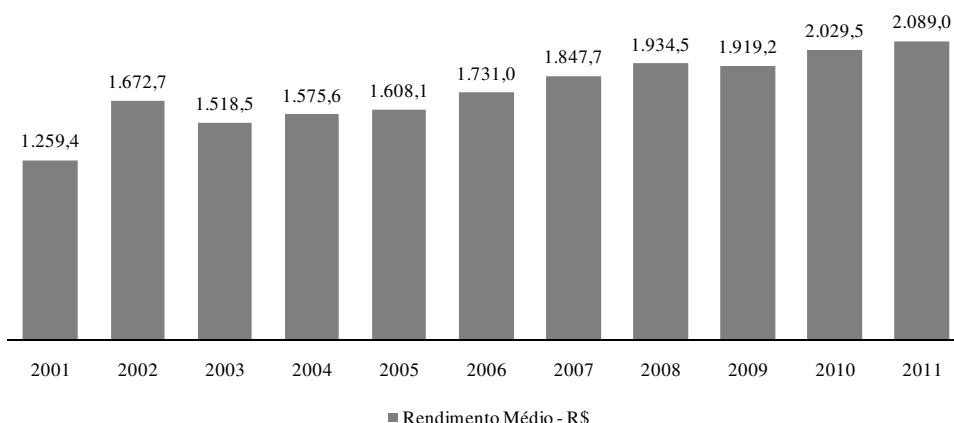
Os varejistas especializados tem aumentado a sua participação frente varejistas generalistas, pois aqueles, apesar do apelo de consumo por impulso dos hipermercados, oferecem uma equipe de vendedores treinados que prestam serviço de atendimento personalizado a seus clientes, podendo auxiliar na escolha do produto e oferecendo melhores condições de pagamento.

Mercado Consumidor

O crescimento do comércio varejista, tanto para bens duráveis e não duráveis, pode ser atribuído a diversos fatores, entre eles o potencial de consumo em ascensão no Brasil, devido a melhor distribuição de renda no País e ao aumento da renda da classe média.

O rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou um crescimento de 66% entre dezembro de 2001 e dezembro de 2011.

Rendimento Médio Real Efetivo das Pessoas Ocupadas - Total (R\$)

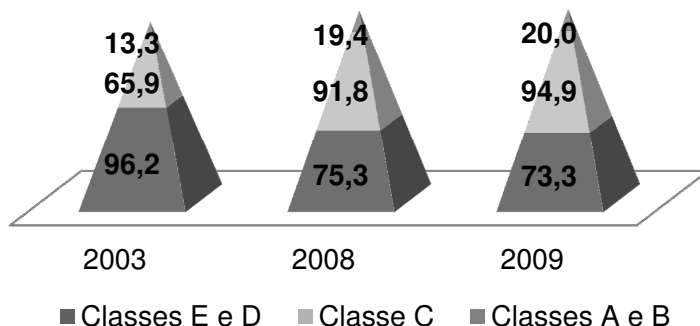


Fonte: IBGE

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No período de 2003 a 2009, foram adicionados cerca de 35,7 milhões de indivíduos nas classes econômicas A, B e C, cerca de 3,7 milhões a mais do que os 31,9 milhões adicionados no período entre 2003 e 2008. A base da pirâmide formada pelas classes D e E foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 73,2 milhões em 2009, dos quais 2 milhões ainda no período da crise internacional. As pirâmides populacionais abaixo ilustram a evolução da população brasileira dividida nos diversos estratos econômicos.

Pirâmide Populacional Brasileira por Estratos Econômicos (milhões de pessoas)



O Setor Imobiliário do Brasil

A geração e o comportamento da demanda por habitações no longo prazo são explicadas principalmente por meio da evolução de alguns indicadores econômicos e sociais, tais como: (i) a disponibilidade de crédito, (ii) bônus demográfico, (iii) déficit habitacional e (iv) programas de incentivo governamentais.

Disponibilidade de Crédito

Atualmente, o crédito imobiliário no Brasil é disponibilizado através de dois principais sistemas, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado em meados da década de sessenta, e o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), instituído em 1997.

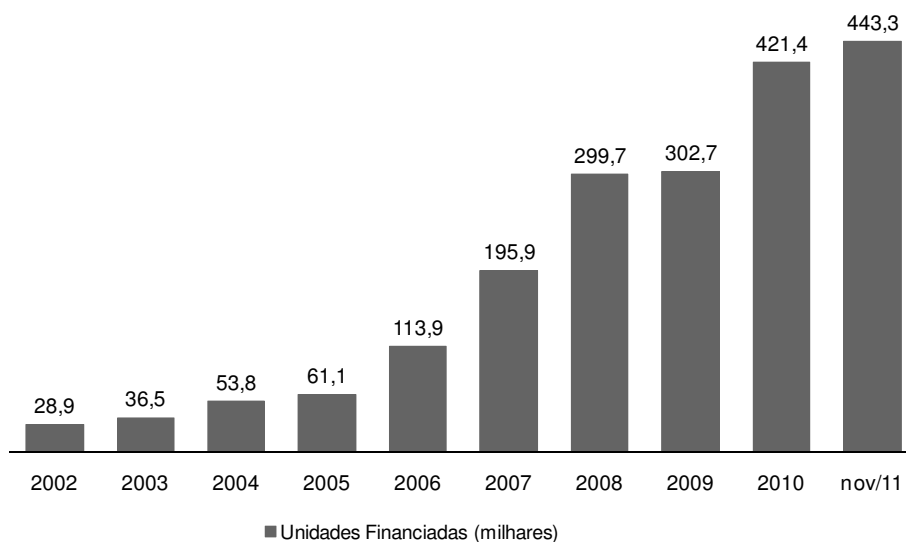
De acordo com a ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, com a instituição da correção monetária, visando abrir o mercado para a colocação de títulos do governo e viabilizar financiamentos de longo prazo, foi possibilitada a criação de instrumentos de captação de recursos de prazos mais longos e os depósitos em caderneta de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Por outro lado, viabilizou o crédito imobiliário. Características relevantes do SFI são a instituição de um novo título de crédito, o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), afiação de regras para a criação de Companhias Securitizadoras, o procedimento para securitização de créditos imobiliários, a instituição do regime fiduciário sobre créditos imobiliários e a introdução, na legislação brasileira, da alienação fiduciária de imóveis, instrumento fundamental para a garantia efetiva das operações de financiamento imobiliário.

Entre 2001 e 2010, o saldo da poupança no Brasil cresceu, em média, 13,3% ao ano, de R\$97,1 bilhões para aproximadamente R\$300 bilhões em 2010. Até novembro de 2011, segundo dados da ABECIP, o saldo da poupança havia crescido para R\$327,6 bilhões.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

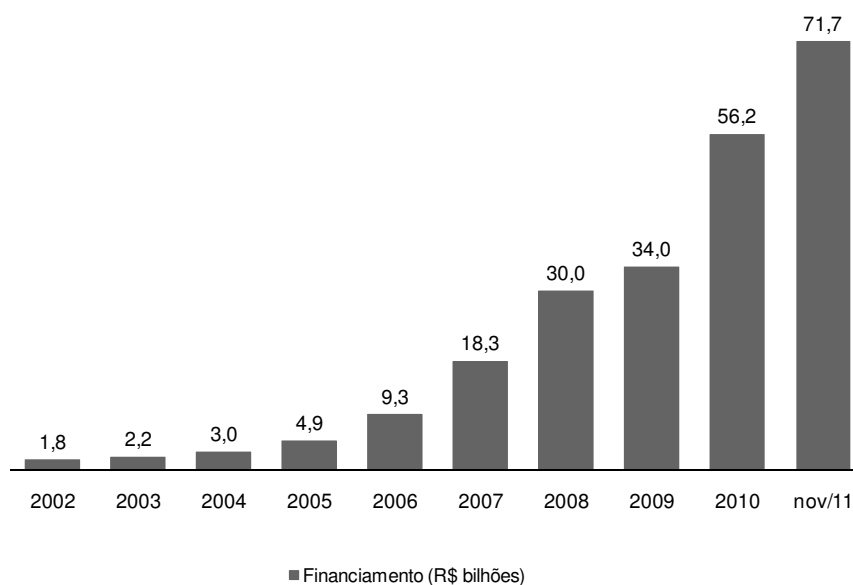
Os recursos contratados com caderneta da poupança podem financiar a construção e aquisição de unidades. Em termos de unidades, o financiamento com recursos do SBPE apresentou um crescimento médio anual de 39,8% entre 2002 e 2010. Até novembro de 2011, o número de unidades financiadas era equivalente a 105% do total em 2010. Em relação aos valores dos financiamentos, o crescimento foi 54,1% em média ao ano no mesmo período, atingindo R\$56,2 bilhões em 2010. Os recursos disponibilizados até novembro de 2011, no montante de R\$71,7 bilhões, eram equivalentes a 128% do total em 2010.

Unidades Financiadas com Recursos do SBPE (milhares)



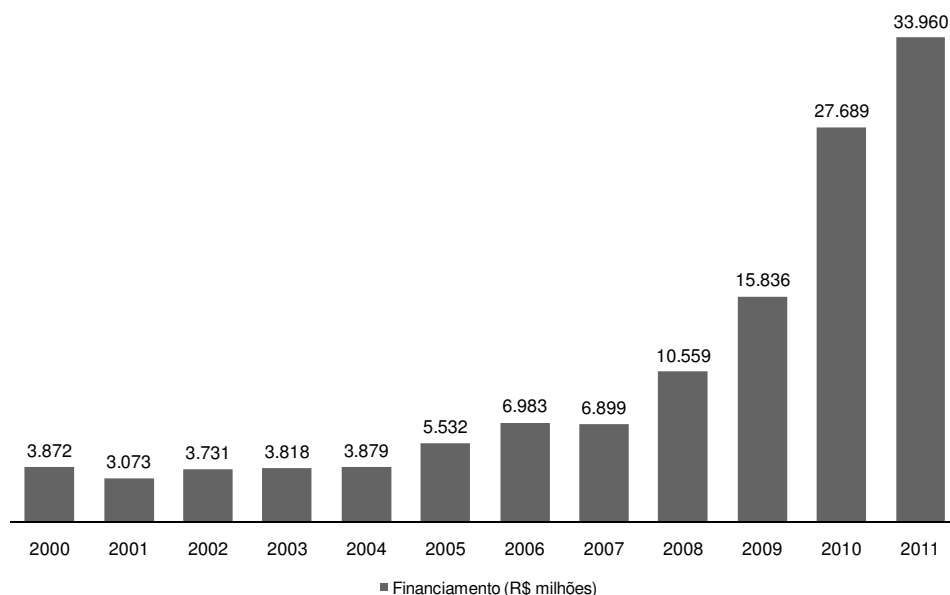
Fonte: SBPE

Valores Financiados com Recursos do SBPE (R\$ milhões)



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Financiamentos com Recursos do FGTS (R\$ milhões)



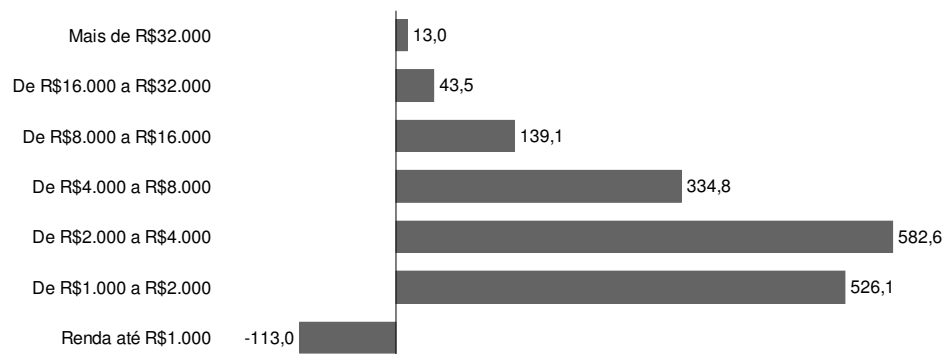
Fontes: Caixa Econômica Federal, CBIC

Bônus Demográfico

A demanda por habitações no longo prazo são explicadas principalmente, por meio da evolução de quatro indicadores sociais: a taxa de crescimento da população, a parcela de jovens na população, o número de pessoas por moradias e a expansão da renda familiar.

De acordo com estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”) e Ernst & Young, há um aumento na demanda por habitações, dados o crescimento da população e a formação de novas famílias. O número de famílias brasileiras em 2007 era de 60,3 milhões, com uma população de 189,1 milhões. Estima-se que, em 2030, o número de famílias atinja 95,5 milhões, correspondendo a 233,6 milhões de pessoas. Este crescimento corresponde a uma formação média anual de aproximadamente 1,5 milhão de novas famílias.

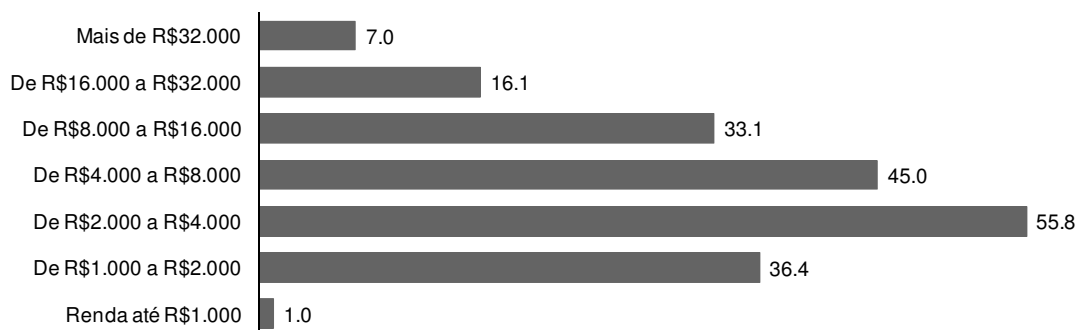
Média de Novas Famílias por Ano por Classe de Renda (por Domicílio, Mensal) (milhares)



Fonte: IBGE, FGV/Ernst & Young

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

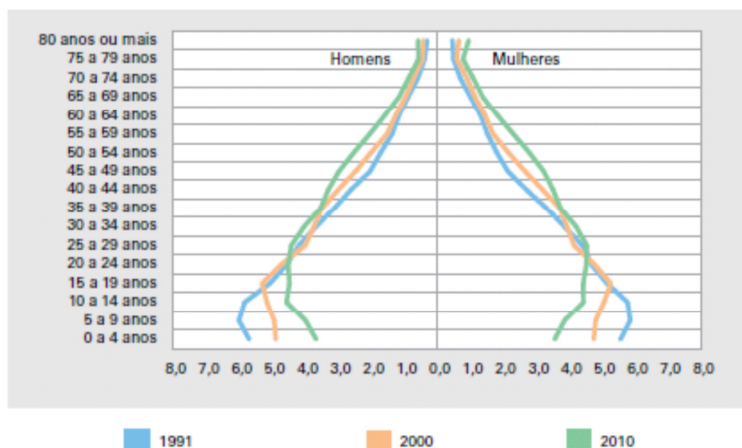
Investimento anual total em novas moradias por faixa de renda entre 2008 e 2030



Fonte: IBGE, FGV/Ernst & Young (“Brasil sustentável - Potencialidades do mercado habitacional”)

O percentual de jovens (15 a 29 anos) na população brasileira é bastante elevado. Em 2007, aproximadamente 51 milhões de pessoas se encontravam nessa faixa de idade, o que representava 27,3% da população de acordo com o IBGE. À medida que a parcela jovem da população envelhece, há um aumento da demanda por moradias. Em 2030, o Brasil deverá ter aproximadamente 38,4% de sua população com idade entre 25 e 49 anos, segundo dados do IBGE.

Pirâmide Etária - Composição da população residente total, por sexo e grupos de idade - Brasil - 1991/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Segundo o Censo Demográfico 2010 publicado pelo IBGE, tem-se que o crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos se deu principalmente em função do crescimento da população adulta, com destaque também para o aumento da participação da população idosa. A evolução da estrutura etária observada nas pirâmides nos sugere também que, confirmadas as tendências esperadas de mortalidade e fecundidade, a população do Brasil tende a dar continuidade a esse processo de envelhecimento.

O estudo “Demanda futura por moradia no Brasil 2003 – 2023” publicado pelo Ministro de Estado das Cidades em 2009, apresenta uma projeção da demanda demográfica por domicílios estimando, em 2023, um estoque de 80,2 milhões de domicílios. Esse total é 40% maior que o

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

estoque estimado para 2008, com crescimento médio de 2,28% ao ano no período compreendido entre 2008 e 2023.

Programas de Incentivo Governamentais

No final de março de 2010, o Governo Brasileiro lançou a segunda etapa do PAC (“Programa de Aceleração do Crescimento”). A iniciativa prevê investimentos de R\$1,59 trilhão entre 2011 e 2014 em áreas de alta sensibilidade social, como moradia e saúde. Segundo cronograma, a segunda etapa do PAC tem previsão de investimento em obras de R\$958,9 bilhões entre 2011 e 2014. No período pós-2014, a estimativa de injetar mais R\$631,4 bilhões em obras – totalizando o R\$1,59 trilhão. Os focos são os mesmos da primeira etapa, iniciada em 2008: logística, energia e núcleo social-urbano.

Essas três frentes foram divididas em seis grupos: “Cidade Melhor”, “Comunidade Cidadã”, “Minha Casa, Minha Vida”, “Água e Luz para Todos”, “Energia e Transportes”. O programa “Minha Casa, Minha Vida”, nesta segunda fase, prevê investimentos da ordem de R\$72 bilhões, a serem desembolsados entre 2011 e 2014. A meta da segunda fase é a construção de 2 milhões de moradias, sendo 60% delas para atender a faixa de renda até 3 salários mínimos, 30% para a faixa de 3 a 6 salários mínimos, e 10% para a faixa de 6 a 10 salários mínimos.

Informações sobre o Setor Hoteleiro no Brasil

Com a criação da divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, em janeiro de 2010, voltada para atender a demanda por móveis modulados de incorporadoras, empresas do segmento hoteleiro e de construção civil, a dinâmica do Setor Hoteleiro no Brasil passou a ser uma das referências para o potencial de crescimento desse novo negócio, impulsionado nos próximos anos, principalmente, pelos investimentos esperados no segmento de hotelaria em decorrência da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Descrição do Setor

A indústria hoteleira brasileira ainda pode ser considerada muito fragmentada, uma vez que somente 26,8% dos quartos de hotéis no mercado pertencem a redes hoteleiras. No critério de número de hotéis, a participação detida por redes hoteleiras é ainda menor: 7,7%.

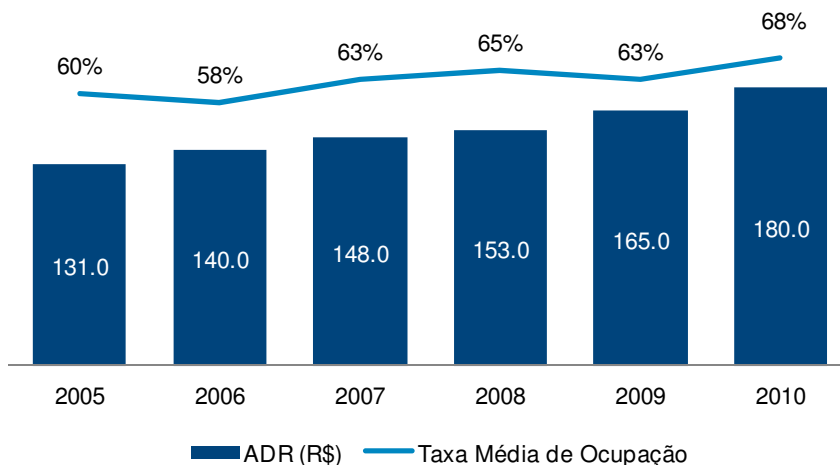
Hotéis e Flats inaugurados até julho/2011

Tipo	Número de Hotéis	Participação	Quartos	Participação
Hotéis e flats de cadeias nacionais	370	3.9%	53,137	11.8%
Hotéis e flats de cadeias internacionais	365	3.8%	67,150	15.0%
Hotéis independentes com até 20 quartos	3,488	36.5%	38,545	8.6%
Hotéis independentes com mais de 20 quartos	5,341	55.8%	290,040	64.6%
Total	9,564	100.0%	448,872	100.0%

Fonte: Jones Lang LaSalle Hotels - Hotelaria em Números 2011

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Valor da diária média e taxa de ocupação*

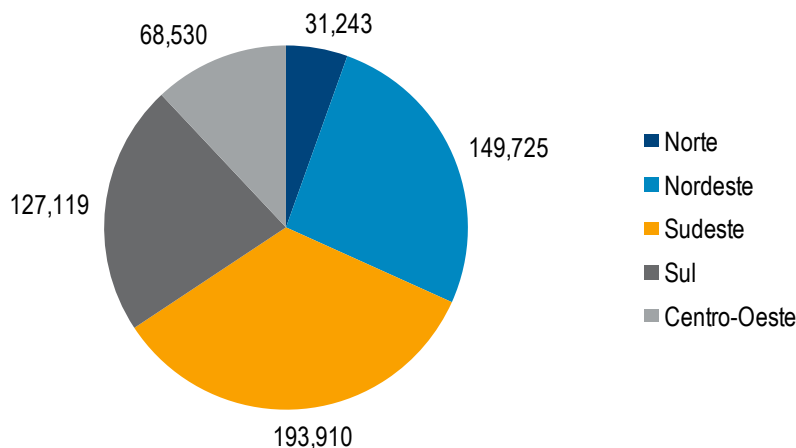


Fonte: Jones Lang LaSalle Hotels - Hotelaria em Números 2011

*Considera médias para hotéis e flats urbanos

Com relação à distribuição geográfica da indústria hoteleira no Brasil, os investidores hoteleiros estão se concentrando em explorar oportunidades principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e outras cidades que apresentam mais de um milhão de residentes. A região Sudeste lidera em número de leitos hoteleiros, seguida pela região Nordeste e pela região Sul. As regiões Centro-Oeste e Norte são as que possuem menor número de leitos.

Distribuição geográfica do número de leitos



Fonte: Anuário Estatístico de Turismo de 2011

Na última década o governo brasileiro tem dado maior atenção ao setor, com a criação do ministério do Turismo em 2003 e a aprovação, em janeiro de 2010, de uma linha de crédito especial do BNDES para o setor de turismo visando a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Denominado BNDES ProCopa Turismo, o programa tem como objetivo financiar a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis de forma a aumentar a capacidade e qualidade de hospedagem em função da Copa do Mundo de 2014. Com uma linha de crédito de R\$2 bilhões, esta linha oferece uma taxa de juros anual que varia de acordo com o tipo de operação (direta ou indireta), a qual pode ser composta pelos seguintes componentes: custo financeiro (80% TJ-462 e 20% Cesta ou UMIPCA ou TS ou TJ3 ou TJ6), remuneração básica do BNDES (1,8% a.a.), taxa de risco de crédito (até 3,57% a.a., conforme o risco de crédito do cliente), taxa de intermediação financeira (taxa de 0,5% a.a. apenas aplicável para grande empresa) e remuneração do agente financeiro (negociada entre o agente financeiro e o cliente). O prazo total para amortização do financiamento é de 10 anos para projetos de construção de novos empreendimentos e de 8 anos para projetos de ampliação, reforma e modernização.

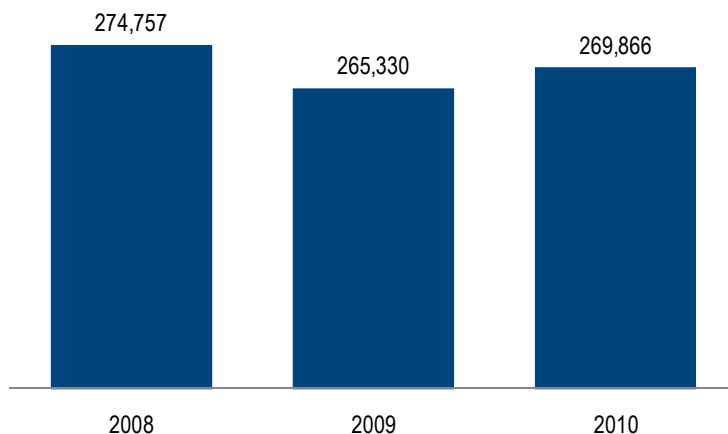
Há, ainda, linhas de financiamento alternativas com os subprogramas BNDES ProCopa Turismo – Hotel Sustentável e BNDES ProCopa Turismo – Hotel Eficiência Energética, de tal forma que a operação inicialmente deverá ser contratada nas condições do programa BNDES ProCopa Turismo e posteriormente o contratante poderá obter as condições do financiamento do subprograma, se atingidos os pré-requisitos. Diante da grande demanda por essa linha de crédito o BNDES poderá elevar para R\$2 bilhões os recursos oferecidos.

Nesse panorama de investimento na indústria hoteleira com a construção e reforma das unidades, há boas perspectivas para o setor de móveis modulados. A Unicasa, através do segmento Unicasa Corporate, é voltada para projetos corporativos com foco no segmento hoteleiro e imobiliário comercial. Um segmento focado nesses projetos específicos mantém alta qualidade e velocidade na entrega, podendo assim se beneficiar da boa perspectiva do setor hoteleiro.

Crescimento Histórico do Setor

Segundo o Ministério do Turismo, a oferta hoteleira brasileira de número de quartos teve crescimento de 1,7% em 2010 com relação a 2009, mas ainda se encontra abaixo do número atingido em 2008.

Evolução do número de leitos



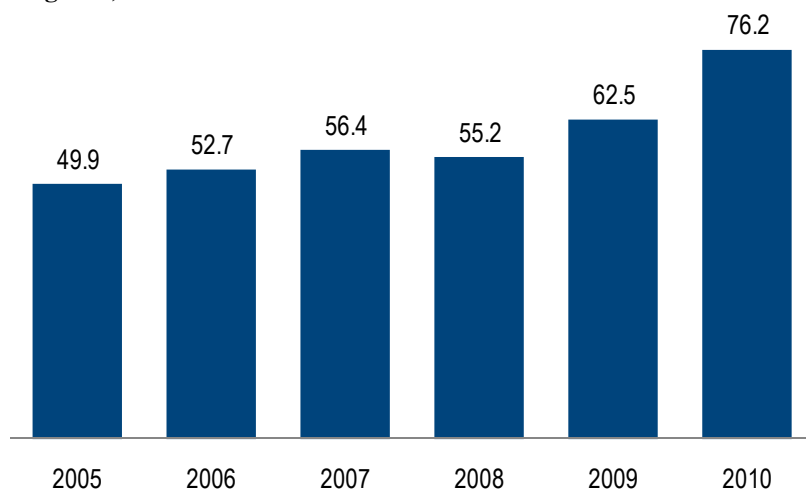
Fonte: Anuário Estatístico de Turismo de 2011 e 2010

Um dos fatores chave de influência na dinâmica do setor hoteleiro é o número de desembarques nacionais e internacionais de passageiros, os quais cresceram em média 8,8% ao ano entre 2005

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e 2010. O número de desembarques de voos nacionais e internacionais em 2010 foi de 76 milhões*.

Número de desembarques nacionais e internacionais em aeroportos brasileiros (milhões de passageiros)



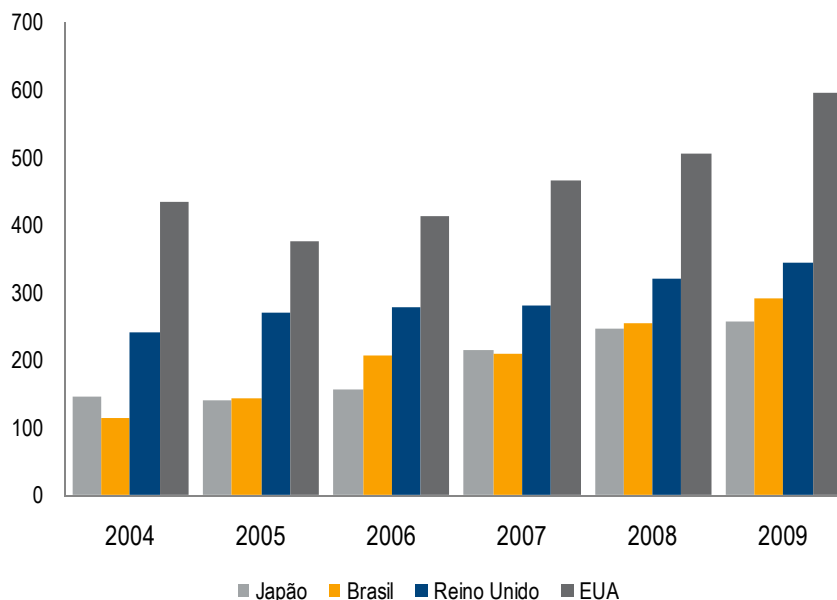
* Incluem passageiros residentes e não residentes no Brasil

Fonte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

Há ainda outros parâmetros favoráveis à indústria de hotéis brasileira. O número de eventos internacionais realizados no Brasil mais do que dobrou entre 2004 e 2009. Se comparado com países como EUA, Reino Unido e Japão, por exemplo, o Brasil foi o país que apresentou a maior taxa de crescimento no número de eventos internacionais realizados nesse período e sediou mais eventos que o Japão em 2008.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Número de eventos realizados por ano



Fonte: Anuário Estatístico de Turismo de 2010

O setor hoteleiro foi um setor de rápida recuperação no período pós-crise. Segundo a consultoria Jones Lang LaSalle entre 2008 e 2009, apesar do crescimento das receitas de hospedagem, o total das receitas caiu aproximadamente 2%, com a queda na taxa média de ocupação. Em contrapartida, de acordo com a STR Consultoria, a receita da indústria hoteleira brasileira em reais teve crescimento de 18,9% entre 2009 e 2010.

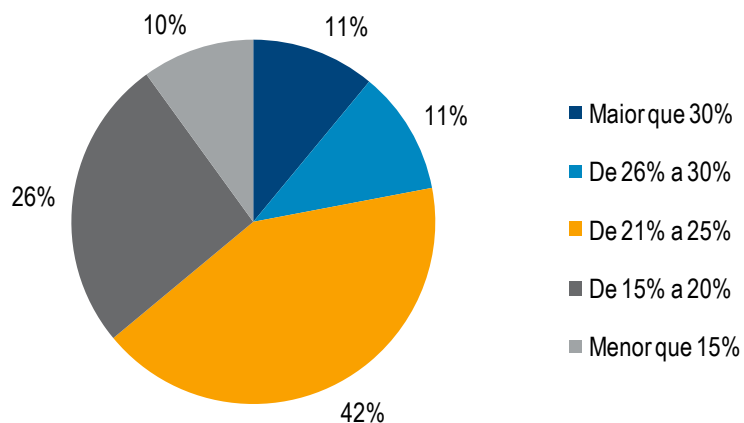
Projeções do Setor

De acordo com a consultoria Jones Lang LaSalle o Brasil apresenta o mercado hoteleiro mais atrativo da América do Sul. A RevPAR (Receita por Quarto Disponível) cresceu mais de 17% em 2010 e estudos do FOHB (Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil) indicam que o RevPAR dos hotéis afiliados a esta associação cresceu aproximadamente 32,5% em relação ao mesmo período de 2010.

Segundo estudo da Ernst & Young, o Brasil poderia receber cerca de US\$ 1 bilhão em investimentos no setor nos próximos dois anos, sendo que 42% dos investidores esperam retornos anuais entre 21% e 25% nos investimentos hoteleiros no Brasil nos próximos 12 a 24 meses. Abaixo apresentamos as taxas de retorno anual esperadas pelos investidores na indústria hoteleira no Brasil.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Distribuição das taxas de retorno esperadas pelos investidores



Fonte: Ernst & Young

Por ser altamente fragmentada, apresentar perspectivas de crescimento e pequena participação de redes internacionais, a indústria hoteleira no Brasil é atrativa para investidores que encontram nesse mercado ótimas oportunidades. Além disso, segundo um estudo conjunto feito entre a Ernst & Young e a Fundação Getúlio Vargas sobre o impacto socioeconômico da Copa do Mundo de 2014, o Brasil apresenta um déficit de aproximadamente 62 mil quartos de residência temporária.

Segundo o ex-ministro do Turismo, Luiz Barreto, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos são excelentes oportunidades para aumentar o número de leitos no Brasil e melhorar a qualidade de nossa rede hoteleira.

De acordo com a consultoria Jones Lang Lasalle, os projetos hoteleiros previstos para as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 somam R\$2,4 bilhões em investimentos estimados para 92 novos estabelecimentos até 2014. Para 2011, foram previstas as aberturas de 66 hotéis nas cidades sede, aumentando a oferta de quartos em 11.157 unidades.

Dentro desse cenário de crescimento da rede hoteleira e mercado fragmentado, acreditamos que existe uma boa perspectiva para o crescimento da participação das grandes redes hoteleiras dentro da indústria com a construção de novas unidades. As maiores administradoras hoteleiras do país apresentada abaixo representam sólida demanda potencial para a divisão *corporate* da Unicasa.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Administradora Hoteleira*		Número de Hotéis	Número de Quartos
1	Accor	122	21,028
2	Atlantica	77	12,876
3	BHG Brazil Hospitality Group	32	5,807
4	Blue Tree	25	4,172
5	Allia Hotels	37	4,009
6	Nacional Inn	34	3,985
7	Transamérica	21	3,523
8	Meliá Hotels	14	3,391
9	Windsor	10	2,819
10	Hotéis Slaviero	20	2,772
11	Bourbon	11	2,673
12	Othon	19	2,594
13	InterCity	17	2,259
14	Posadas	11	2,124
15	IHG	6	2,088
16	Vila Galé	6	2,055
17	Bristol Hotelaria	17	2,043
18	Nobile	15	1,887
19	Estanplaza	12	1,755
20	Travel Inn	22	1,589

Fonte: Jones Lang LaSalle Hotels - Hotelaria em Números 2011

*Inclui hotéis e flats inaugurados até julho de 2011 e considera administradoras que possuem mais de 600 apartamentos.

(i) participação em cada um dos mercados

A grande pulverização do mercado varejista de móveis e do mercado industrial de móveis não nos permite afirmar nosso percentual de participação no setor. Somos, no entanto, segundo a edição “1.000 Maiores & Melhores” de Julho de 2011 da Revista Exame², líderes do setor de móveis planejados no Brasil em termos de faturamento e rentabilidade.

(ii) condições de competição nos mercados

O setor em que atuamos conta com grande número de participantes, tendo apresentado nos últimos anos um nível alto de competição em todas nossas divisões. Atualmente, a rede varejista de móveis no país é composta em sua maioria por lojas exclusivas, autorizadas, multimarcas e magazines. Nesse sentido, nossa concorrência é fragmentada, contemplando desde empresas regionais e locais que atendem como marcenarias até empresas de mobiliário solto e planejado de alcance nacional. Assim, existem diferentes nichos de concorrentes locais que operam em cada mercado que atuamos, providenciando soluções variadas para as Classes A, B, C e D, os setores de construção civil e hoteleiro, e o mercado internacional. Embora existam pequenos concorrentes locais e regionais, acreditamos que somos um dos maiores produtores de móveis planejados no Brasil.

Todavia, acreditamos que nos diferenciamos de nossos concorrentes, perante os consumidores, pela excelência de nossos produtos, nosso portfólio de marcas fortes e abrangentes, nossa ampla rede de distribuição no Brasil e no exterior, nosso eficiente modelo de treinamento de revendedores e nossa tecnologia de ponta com alta produtividade e capacidade de entrega, destacando-se nosso comprometimento, cumprimento de prazos e padrões elevados de qualidade.

² Edição 995-E.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nos diversos segmentos de consumo abrangidos por nossas marcas, podemos citar como nossos principais concorrentes:

- Dell Anno e Favorita (Classes A e B): concorrem exclusivamente por meio de nossas revendas exclusivas. Os principais concorrentes dessas marcas são marcas nacionais como Formaplas, Florense, Ornare, Kitchens, Todeschini, SCA e Evviva Bertolini, que, em regra, estão estabelecidas no mercado há décadas.
- New (Classe C): concorre principalmente por meio de revendas exclusivas. Os principais concorrentes dessa marca são marcas nacionais como Italínea e Bentec, que entraram no mercado recentemente.
- Telasul (Classe D): concorre principalmente por meio de Pontos de Venda Multimarcas. Por se tratar de produtos com menor valor de vendas, os concorrentes dessa marca são, principalmente, empresas de pequeno porte e micro empresas localizadas em todo o território nacional em grande quantidade.

Adicionalmente, acreditamos que a criação da nossa divisão de negócios Unicasa Corporate foi um movimento pioneiro. Nesse sentido, as nossas concorrentes nessa divisão de negócios serão, principalmente, as marcas mencionadas anteriormente, quando as mesmas se estruturarem para atuar nesse segmento.

Por fim, acreditamos que os concorrentes existentes nos mercados para os quais exportamos nossos produtos não apresentam ameaças significativas aos nossos resultados, devido ao valor relativamente pequeno da nossa receita decorrente da exportação de nossos produtos. Além disso, até a data deste Formulário de Referência não havíamos identificado concorrentes internacionais significativos que pretendam entrar no mercado brasileiro.

(d) eventual sazonalidade

As nossas operações não são influenciadas por fatores de sazonalidade. Não obstante, o mercado moveleiro é mais suscetível aos movimentos de mercado que reaquecem a economia a partir do segundo semestre do ano, decorrentes da programação em torno do 13º salário e festas de final de ano. Nesse sentido, a demanda por nossos produtos é maior no segundo semestre de cada ano, sendo que em geral nossas vendas durante o ano ficam distribuídas em torno de 55,0% no segundo semestre e 45,0% no primeiro semestre.

(e) principais insumos e matérias primas

A tabela abaixo demonstra a estimativa de participação, em 31 de dezembro de 2011, dos principais insumos e matérias-primas utilizados em nosso processo de produção em relação ao custo total (CPV) dos módulos fabricados por nossa empresa:

Material	% Participação
Chapas MDF	40,0%
Chapas MDP	17,0%
Portas em Alumínio	11,0%
Puxadores Metálicos	7,0%
Material de Embalagem	7,0%
Bordas de Papel/ABS	5,0%
Acessórios Diversos*	13,0%
Total	100,0%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

*Acessórios integrantes dos módulos (tambor mini fix, puxadores, corrediças, dobradiças, aramados, ferragens, cavilha, parafusos, dentre outros)

O critério adotado para a elaboração dessa tabela, tem como elemento principal a composição média dos módulos de móveis vendidos, baseada em ficha técnica dos produtos.

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Como regra geral, mantemos relacionamentos de longo prazo com nossos fornecedores. Não celebramos acordos que criam obrigações de compra para nós ou conferem exclusividade, a fim de manter nossa liberdade de contratar o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos.

O desenvolvimento inicial do relacionamento com fornecedores e o processo de seleção são feitos por meio da análise dos materiais e insumos que os mesmos produzem, da verificação da capacidade de atender às nossas necessidades e da sua idoneidade. Todos os insumos são submetidos a testes no laboratório do nosso Departamento de Engenharia, para simulações práticas de protótipos e processos de produção. Após a aprovação dos insumos pelo referido departamento, o fornecedor será credenciado e cadastrado para atender às nossas demandas.

Nossas relações com fornecedores não estão sujeitas a nenhum tipo de controle ou regulamentação governamental específica.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

Conforme visto acima, nossos principais insumos são as chapas de MDP e MDF. Embora existam vários fornecedores que disponibilizam referidos insumos, atualmente adquirimos os mesmos de três grandes fornecedores, dos quais somos clientes há mais de dez anos.

(iii) eventual volatilidade de seus preços.

O custo dos insumos representa parcela significativa do nosso custo de produção e pode variar em decorrência da inflação e do desequilíbrio entre oferta e demanda. Adicionalmente, não celebramos contratos de fornecimento de matérias primas e insumos, sendo que os preços são definidos a cada negociação periódica, não havendo, portanto, bases pré-estabelecidas de reajustes de preços.

Considerando que compramos em grandes volumes e com programação antecipada, temos condições de obter, junto aos nossos fornecedores, preços altamente competitivos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes dos clientes

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum dos nossos clientes, individualmente, é responsável por mais de 10% da nossa receita líquida de vendas.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de nossa receita líquida de vendas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não temos necessidade de obter autorizações governamentais específicas para o desenvolvimento de nossas atividades.

Não obstante, a instalação, a ampliação da planta e a operação das nossas unidades de produção estão sujeitas à obtenção de licenças ambientais. O licenciamento é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecidos pela Lei n.º 6938, de 31 de agosto de 1981, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

O licenciamento é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação do projeto e estabelece as condições para o seu desenvolvimento mediante a concessão de licenças específicas:

- Licença Prévia – exigem-se requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do projeto, observadas as normas de uso e ocupação do solo. É solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto;

- Licença de Instalação – compreende a análise do projeto, de obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais. Deve ser solicitada na fase de implantação do projeto;

- Licença de Operação – tem por objetivo autorizar o início das atividades e funcionamento dos sistemas de controle ambiental apresentados durante o processo de licenciamento. Deve ser solicitada na fase de início da operação do empreendimento.

A ausência de licenças ambientais pode acarretar aplicação de sanções administrativas e criminais. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa no valor de R\$500,00 a R\$10.000.000,00. No âmbito criminal, pode ocorrer a responsabilização da pessoa jurídica, independentemente da responsabilização das pessoas físicas que concorreram para a prática do crime ambiental.

A realização de atividades potencialmente poluidoras enseja, ainda, o registro junto ao Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras do IBAMA e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Ambiental – TCFA.

Apenas nossa Unidade de Bento Gonçalves, localizada na Rodovia RSC 470, Km 121, 930, bairro de São Vendelino, Bento Gonçalves/RS, exerce atividade potencialmente poluidora e está sujeita ao licenciamento ambiental. A unidade possui todas as licenças necessárias válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. Adicionalmente, estamos cadastrados no IBAMA e estamos em dia com as obrigações decorrentes deste cadastro.

Adicionalmente, nossa unidade de produção está sujeita à regulamentação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (“CREA-RS”), conforme registro nº 182372 de 07/10/2011 e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”). Deste modo, fomos notificados a obter para cada uma das nossas unidades produtivas o Certificado de Registro de Pessoa Jurídica e de Responsabilidade Técnica junto ao CREA, bem como observar o Regulamento Técnico do INMETRO, especificamente em relação ao Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade.

Ainda, operamos segundo as normas e regulamentos do “INMETRO”. Não possuímos cadastro e certificados do órgão, tendo em vista que os produtos fabricados por nós não exigem certificações específicas por se tratarem de módulos para móveis, que estão liberados, e são de domínio comum entre os produtores de móveis. O único produto que comercializamos e que necessita certificação específica do “INMETRO” é o berço para crianças, introduzido em nosso portfólio de produtos no ano de 2011, o qual adquirimos de um fornecedor terceirizado que possui certificação para produção e venda de tal produto.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A legislação ambiental estabelece padrões que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, tais como o gerenciamento dos efluentes industriais, o manejo e a destinação final de resíduos sólidos, bem como o controle das emissões atmosféricas e de ruído. A violação aos padrões legais de qualidade ambiental e a degradação ambiental podem sujeitar o poluidor a sanções de natureza administrativa, cível e criminal.

Devido ao fato de a responsabilização ambiental ser objetiva e solidária entre poluidores diretos e indiretos, as sanções por violação das normas ambientais podem ser estendidas a nós, mesmo nos casos em que o dano não tenha sido diretamente causado pela empresa.

Estamos cientes das nossas responsabilidades e, em razão disso, somos diligentes em nossas atividades para a preservação do meio ambiente e observamos a legislação brasileira sobre o tema. Adotamos práticas de controle preventivo e, constantemente, investimos em ações visando a minimizar os impactos gerados, seja por meio do tratamento de efluentes, seja por meio da destinação adequada dos resíduos sólidos.

Destinação dos resíduos gerados

Conforme determinação da legislação ambiental, identificamos, segregamos e destinamos nossos resíduos de acordo com a “Planilha Trimestral de Resíduos Sólidos Industriais Gerados”, encaminhada trimestralmente à FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS, instituição responsável pelo licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul). Ainda, todos os receptores dos resíduos sólidos gerados por nós estão devidamente licenciados pelos órgãos ambientais, possuindo licença de operação.

No ano de 2011, tivemos gastos de R\$14.127,00 na destinação final de resíduos perigosos em aterro licenciado e na incineração de resíduos e R\$13.519,00 na lavagem e reuso de panos e materiais contaminados com óleos e graxas. Ainda, investimos, no mesmo ano, R\$652.848,00 em sistema de exaustão, recolhimento e armazenamento de pó/serragem, garantindo que toda poeira gerada no processo produtivo fosse estocada em local isolado e fechado, para posterior destinação.

Tratamento de efluentes líquidos industriais

De acordo com a Norma Brasileira — NBR 9800/1987, efluente líquido industrial é o despejo líquido proveniente do estabelecimento industrial, compreendendo emanções de processo industrial, águas de refrigeração poluídas, águas pluviais poluídas e esgoto doméstico

Todo o efluente líquido industrial gerado (banheiros e processo produtivo) passa por tratamento físico, químico e biológico, sendo que reaproveitamos 100% do efluente tratado em nossas fábricas. No ano de 2009, investimos aproximadamente R\$140.000,00 na construção da nossa Estação de Tratamento de Efluentes, cujo processo consiste no tratamento físico, químico e biológico dos efluentes, possibilitando a sua total reciclagem.

Adicionalmente, visando ao aprimoramento das ações ligadas à responsabilidade ambiental, adotamos as seguintes práticas: (i) reaproveitamento de 100% da água utilizada em nossas fábricas; (ii) reaproveitamento dos coprodutos gerados no processo produtivo, tais como a serragem, a madeira, o plástico e o papelão, que são utilizados por outros setores da economia; (iii) substituição do óleo diesel pelo GLP (gás liquefeito de petróleo); (iv) utilização de embalagens feitas com plásticos recicláveis para transporte dos móveis por nós produzidos; e (v) utilização de matéria prima adquirida apenas de empresas que adotam um regime de manejo economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo, certificadas pela ISO 14001, que garante que os impactos gerados pelas atividades são controlados, e, ainda, se comprometem a utilizar madeira proveniente de plantações florestais certificadas, próprias ou de terceiros, ou adquiridas de fontes controladas, seguindo os princípios e critérios do FSC (*Forest Stewardship Council*). Essa madeira é empregada na produção de painéis de madeira reconstituída, podendo ser destinada à produção de energia.

Emissões Atmosféricas e ruídos

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Sistema de Controle de Poluição Atmosférica

Aproximadamente há 30 anos, os sistemas de exaustão instalados nas indústrias madeireiras tinham como objetivo principal a proteção da saúde do trabalhador, uma vez que captavam o pó gerado no processamento da madeira antes que se dispersasse no interior das fábricas. Pouca atenção era direcionada as emissões externas para a atmosfera.

Atualmente os sistemas de exaustão não são necessários apenas para a proteção da saúde dos funcionários, mas também para o controle da poluição externa do ar e a garantia da produção, evitando que esta seja prejudicada.

Funcionamento

A captação e aspiração é realizada por 15 filtros de mangas, cada qual dimensionado para a carga necessária requerida pelo centro de trabalho. Este equipamento capta as partículas através de uma tubulação de captação que interliga o sistema e a máquina de usinagem. Depois de captado, o pó passa pelo filtro de mangas onde as mangas filtrantes farão a separação do ar e do pó. O ar é expedido ao meio ambiente e o pó ficará retido no sistema.

Uma vez retido, o pó é direcionado para o sistema transporte que tem por objetivo recolher este material unidade e transportar até a seção/setor de armazenamento.

Contamos atualmente com 2 unidades de transportes que coletam este pó e depositam em 04 contêineres cada qual com capacidade de armazenar até 15 toneladas de material.

Filtros de mangas (características): O ar com material particulado (em partículas) ao entrar na moega do filtro, sofre uma queda brusca de velocidade, com esta desaceleração, estas partículas de maiores dimensões depositam-se na moega. O ar com particulado(partículas) menor vai em direção as mangas onde é retido, livre de material em partículas, o ar filtrado flui para a atmosfera. O sistema de limpeza das mangas é efetuado por meio de pulsos de ar comprimido.

Este sistema possibilita o funcionamento contínuo e automático do filtro. Um temporizador regula o intervalo de tempo entre a limpeza de uma fileira de mangas e outra. A limpeza se processa por meio de pulso de ar comprimido que inverte momentaneamente o sentido de fluxo dos gases.

Este tipo de equipamento possui altíssima eficiência na coleta de pó fino e hoje é largamente utilizado em processos altamente produtivos e exigentes quanto ao nível de filtragem.

Sistema de transporte e armazenagem

Uma vez aspiradas e separadas as partículas de pó, as mesmas são recolhidas por um sistema de transporte pneumático, o qual transporta até o destino de armazenamento que são acondicionadas em *containers*.

Muito embora todas as providências adotadas para controle e prevenção da emissão de partículas de pó de madeira para a atmosfera, a Unicasa é objeto de investigação do Ministério Público do Rio Grande do Sul que instaurou o inquérito civil de n. 00722.00032/2011 em virtude de vistoria na empresa, na qual foi encontrada uma pequena quantidade de pó de madeira no chão junto à linha de exaustores cuja limpeza foi efetuada pela aspiração do próprio exaustor. Atenta à sua responsabilidade social e ambiental a Unicasa já ampliou o seu sistema de retenção e armazenagem de material particulado (pó de serragem) proveniente do seu sistema de produção, modernizando os seus equipamentos de exaustão e controle de partículas.

Não adotamos padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

(c) **dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades**

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Somos titulares de diversos registros e pedidos de registro de marcas perante o INPI, dentre os quais destacam-se: Dell Anno, Favorita e New. Adicionalmente, por meio do licenciamento da marca Telasul, de titularidade da empresa Telasul S.A. (interligada), adquirimos o direito de uso, não exclusivo, dessa marca em nossas atividades.

Acreditamos que tais marcas, além de relevantes para a condução das nossas atividades, têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da nossa posição competitiva. Caso não possamos mais utilizar essas marcas, ou caso tais marcas percam distintividade, poderemos enfrentar problemas para diferenciar nossos produtos no mercado. Não dependemos de patentes, concessões, franquias ou contratos de *royalties*.

Contrato de Licença de Uso da Marca “Telasul”. Em 2007, celebramos o Contrato de Licença de Uso de Marca com a empresa Telasul S.A., para a aquisição do direito de uso, não exclusivo, da marca “Telasul” no desenvolvimento das nossas atividades, registrada perante o INPI sob nº 811811280, na classe 20.10 (móveis e artigos do mobiliário em geral). O prazo de vigência desse licenciamento está atrelado à validade do registro da marca perante o INPI (29 de abril de 2016) e não há pagamento de remuneração ou *royalties* pela utilização da marca “Telasul” à Telasul S.A.

Atualmente, somos, também, titulares de diversos nomes de domínio registrados perante o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (“NIC.br”). Dentre os principais nomes de domínio, destacam-se: (i) www.dellanno.com.br; (ii) www.favoritamodulados.com.br; (iii) www.newmoveis.com.br; (iv) www.unicasamoveis.com.br; e (v) www.telasulmadeira.com.br.

No tocante aos programas de computador por nós utilizados, é possível destacar: (i) Sistemas Operacionais Windows em todas as suas versões, bem como o pacote Windows Office; (ii) Focco Sistemas (ERP): ERP Corporativo da Companhia; (iii) JM Software – Sistemas de Processos Industriais e Sistemas Departamentais; (iv) Metadados – Software de Recursos Humanos; (v) Procad – Sistema de Projeto de Móveis Planejados (Promob); e (vi) CP-PRO - Software Jurídico – Nova Prolink Tecnologia Ltda.

Para mais informações, vide itens 9.1 e 9.2 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nossa receita bruta de vendas no mercado interno totalizou R\$395,36 milhões, representando 98,3% do montante total da receita bruta no exercício.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia;

Nossa receita bruta de vendas com relação ao mercado externo é pouco significativa, tendo representado, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, 1,7% do total da nossa receita bruta. Além disso, exportamos nossos produtos para diversos países, sendo que nenhum desses países, individualmente, tem representatividade relevante em nossa receita bruta de vendas.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, nossa receita bruta de vendas no mercado externo totalizou R\$6,99 milhões, representando 1,7% do montante total da receita no exercício.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não obtivemos, nos três últimos exercícios sociais encerrando em 31 de dezembro de 2011, receitas relevantes de países estrangeiros.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Não possuímos outras relações de longo prazo não descritas neste Formulário de Referência.

7.9 - Outras informações relevantes

PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Liderança no mercado mobiliário do país, com portfólio de marcas complementares, reconhecidas e desejadas, com penetração nas Classes A, B, C e D. Somos líderes em receita bruta no mercado brasileiro de móveis planejados. Nossas marcas Dell Anno, Favorita, New e Telasul, possuem grande reconhecimento no mercado nacional e alcançam, de forma complementar, os segmentos de consumo representados pelas Classes A, B, C e D, sem competição entre si. Com perfis distintos, nossas marcas recebem grandes investimentos em campanhas de *marketing*, inclusive campanhas associadas a *top models*, celebridades, arquitetos e estilistas, buscando alta projeção nos segmentos de decoração, arquitetura e moda, conforme o público que visam atingir. Além disso, em 2010 e 2011 expusemos nossas marcas e produtos em feiras e mostras do segmento mobiliário do país, tais como Movelsul, Movelpar, Casa Brasil e Casa Cor. Ainda, atuamos como patrocinadores no Salão Internacional do Móvel de Milão de 2011, realizado na Itália. Acreditamos que as nossas marcas são a base para nosso crescimento e para a alta rentabilidade do nosso negócio.

Ampla rede de revendedores com distribuição no Brasil e no exterior. Desenvolvemos ao longo dos anos uma sólida rede de revendedores autorizados, estrategicamente localizados e padronizados, adequados à proposta de cada uma de nossas marcas. Presente em todos os Estados do território nacional, nossa rede de distribuição contava, em 31 de dezembro de 2011, com 886 revendas exclusivas e 1.776 Pontos de Venda Multimarcas no Brasil, além de 17 revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas no exterior, localizados nos seguintes países: Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana. A capilaridade de nossa rede de revendedores atinge os mais diversos públicos e mercados, o que nos permite adquirir conhecimento de cada mercado e suas particularidades, além de potencializar a força e alcance de nossas marcas.

Desenvolvimento de produtos com *design* inovador em parque fabril de alta tecnologia e eficiência. Nossa equipe de pesquisa e desenvolvimento (P&D) acompanha constantemente as tendências de mercado, avaliando referências estéticas, funcionais, de moda e comportamentais, com o objetivo de lançar periodicamente novas coleções com *design* inovador. No período compreendido entre 2007 e 2010, figuramos entre as 50 empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o *ranking* “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã/RS (www.amanha.com.br). A alta tecnologia empregada em nosso parque fabril favorece a agilidade no lançamento de novos produtos e proporciona excelência de acabamento em grande escala. Ainda, nossos modernos equipamentos fabris permitem que trabalhemos com uma linha de produtos com diferentes opções de padrões de acabamento, sem perder ganhos de escala. Isto nos confere um diferencial competitivo, uma vez que nos possibilita desenvolver linhas de produtos mais abrangentes, em termos de padrões de acabamento, com menores custos.

Agilidade para se antecipar às oportunidades de crescimento do setor. Nosso setor de atuação tem sido favorecido pelas expansões do consumo, do crédito e da renda no país, bem como pelo crescimento do mercado imobiliário. Acreditamos que estamos bem posicionados para capturar as oportunidades existentes no mercado, uma vez que, em sintonia com os movimentos recentes da economia, adequamos nossa estrutura para reagir com velocidade às oportunidades iminentes. Por exemplo, em 2009, com o início da rápida expansão do consumo da Classe C, lançamos a marca New, com foco nesses consumidores. Da mesma forma, em 2010, com a rápida expansão do mercado imobiliário, residencial, comercial, hoteleiro e da construção civil, além do anúncio da realização Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil, criamos uma divisão corporativa preparada para atender de forma personalizada as parcerias neste segmento, a Unicasa Corporate.

7.9 - Outras informações relevantes

Crescimento consistente com rentabilidade e geração de caixa. Temos apresentado índices de crescimento consistentes. Nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2011, nossa receita bruta de vendas foi de R\$313,39 milhões e R\$402,35 milhões, respectivamente, o que representou um crescimento médio anual composto de 13,3%. Devido ao nosso modelo eficiente de produção e distribuição, acreditamos que somos capazes de expandir nossas operações com rentabilidade crescente. Entre 2009 e 2011, aumentamos nossa margem EBITDA de 21,7% para 27,3%. Além disso, possuímos pouco capital investido, níveis reduzidos de estoque de produtos acabados (produzimos sob encomenda), prazos de vendas curtos e baixo investimento em ativo imobilizado, o que nos permite crescer com forte geração de caixa. Ainda, nosso parque fabril nos permite um aumento da capacidade produtiva da ordem de 40% sem a necessidade de investimentos adicionais relevantes, o que resulta em baixa necessidade de capital no curto e médio prazo e não compromete o nosso plano de negócios para os próximos três anos. Este modelo de negócios, que possibilita o nosso crescimento com forte geração de caixa, se traduz em elevadas taxas de retorno sobre o capital investido (ROIC), as quais foram equivalentes a 31,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 36,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e 28,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Política de recursos humanos focada em resultados e no cliente. Nosso negócio exige um modelo de venda assistida, que se inicia com a elaboração do projeto no momento da venda, seguida da montagem e pós venda. Temos consciência da importância de revendedores motivados e comprometidos com o conceito de cada uma de nossas marcas e com bom atendimento ao consumidor e aos profissionais especificadores (arquitetos, decoradores e *designers*). Diante disso, implantamos, em 2007, nossa Universidade Corporativa, iniciativa pioneira responsável por capacitar nossos empregados e nossos revendedores e suas equipes, garantido suporte e disseminação de melhores práticas em todas as etapas do processo comercial. Essa iniciativa nos proporciona ganhos de performance, decorrentes dos melhores resultados obtidos pelos nossos empregados e nossos revendedores, bem como nos garante a preservação da imagem e a valorização de nossas marcas.

Administração com profunda experiência no setor e gestão profissionalizada. Alguns de nossos sócios fundadores, os quais fazem parte de nosso Conselho de Administração e/ou de nossa Diretoria, possuem mais de 20 anos de experiência no setor moveleiro. Além disso, nosso time de gestores é focado em resultados, em melhorias constantes nas práticas de administração e no retorno para os nossos acionistas. Nossa equipe de administradores e gestores tem sido fundamental para os consistentes resultados e para o crescimento obtidos pela Companhia nos últimos anos, incluindo agilidade para o desenvolvimentos de novos negócios. Adicionalmente, como forma de intensificar a motivação e comprometimento de nossos administradores na obtenção de melhores resultados e na criação de valor para nossos acionistas, pretendemos aprovar um plano de outorga de opções de compra de ações após a realização da nossa oferta pública inicial de ações.

ESTRATÉGIAS

Nossos planos de expansão e crescimento contemplam as principais estratégias abaixo. Entendemos que a nossa geração de caixa é suficiente para fazer frente aos nossos planos de expansão e crescimento. O nosso planejamento para a consecução de tais planos sempre envolveu a hipótese de utilização do caixa gerado por nossas próprias atividades para fomentar nossa expansão orgânica.

Expandir a base de revendedores de nossas marcas no Brasil e aumentar as vendas nas vendas já existentes. Pretendemos expandir nossa base de vendas exclusivas, visando o crescimento contínuo de receita, rentabilidade e visibilidade. Pretendemos expandir principalmente o número de vendas exclusivas das marcas New e Telasul, que focam nos

7.9 - Outras informações relevantes

segmentos da população das Classes C e D. Objetivamos, com isso, capturar parte do consumo em móveis da parcela de, aproximadamente, 49,3 milhões de brasileiros, que migraram das Classes D e E para as Classes A, B e C entre os anos de 2003 e 2011. Para isso, continuaremos adotando as estratégias de prospecção e abertura de lojas que nos permitiram abrir mais de 370 revendas exclusivas da marca New em menos de três anos, e replicaremos esse modelo para a marca Telasul.

Capturar as oportunidades de crescimento. Pretendemos intensificar nossos esforços para capturar as oportunidades de crescimento, investindo na qualificação de nossos revendedores, a fim de consolidar o posicionamento das nossas marcas, incentivando-os a implementar melhorias, a investir no treinamento de equipes e na gestão do negócio e, quando necessário, a buscar localizações mais estratégicas para as lojas. Nesse sentido, criamos a Universidade Corporativa Unicasa, uma estrutura de suporte em treinamento aos nossos revendedores e empregados, bem como podemos, estrategicamente, disponibilizar recursos para nossos revendedores, o que, em regra, é mais fácil, conveniente e menos burocrático para os mesmos, em comparação com a obtenção de recursos com instituições financeiras. Adicionalmente, visando capturar novas oportunidades de crescimento, podemos investir em lojas próprias por meio da aquisição de lojas existentes ou da abertura de novas lojas.

Capturar maiores ganhos de escala e eficiência operacional mediante o aumento das nossas vendas. Nosso crescimento e a consolidação da nossa posição de liderança no setor de móveis planejados passam pelo aumento da eficiência de nossas operações. Por meio do crescimento contínuo de nossas vendas e do investimento constante em tecnologia, como o investimento em 2011 de R\$25,40 milhões em máquinas e equipamentos, especialmente robotizado de origem alemã que nos permitirá eliminar estoques intermediários, com operacionalização total programada para junho de 2012, pretendemos obter ganhos de escala e eficiência operacional adicionais. Isso nos propiciará diluição de custos fixos, maior poder de negociação com fornecedores, melhoria da produtividade e otimização da nossa capacidade fabril.

Ampliação constante da oferta de produtos inovadores. Conquistamos, anualmente, de 2007 a 2010, colocação entre as 50 empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o ranking “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã/RS (www.amanha.com.br). Acreditamos que a inovação contínua é um elemento importante para a imagem das nossas marcas, nossa competitividade e nosso crescimento. Adicionalmente, somos reconhecidos por nosso foco em pesquisa e desenvolvimento e continuaremos a gerir nosso *mix* de produtos de forma a antecipar tendências e surpreender o consumidor. Acreditamos haver diversas oportunidades para continuarmos expandindo a oferta de novos produtos em outras categorias do setor de móveis planejados. Recentemente, lançamos as linhas infantil e de escritório (*kids* e *office*), como forma de implementar nossa estratégia de diversificação de produtos.

Incrementar nossas vendas no segmento corporativo. Com nossa capilaridade aliada à estrutura logística, capacidade e flexibilidade de produção, acreditamos estar posicionados de forma privilegiada para aproveitar oportunidades que esperamos serem significativas, em decorrência de expansão do segmento corporativo, baseada no expressivo crescimento do mercado imobiliário no Brasil e nos novos investimentos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Pretendemos continuar expandindo nossas parcerias com incorporadoras e empresas do ramo hoteleiro e da construção civil, o que acreditamos que permitirá a alavancagem de nossas vendas neste segmento.

INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

O quadro a seguir ilustra a evolução de nossos resultados nos três últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

7.9 - Outras informações relevantes

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Crescimento médio anual composto ⁽⁵⁾
	2011	2010	2009	
	(em R\$ mil)			
Receita bruta de vendas	402.355	392.223	313.394	13,3%
Receita líquida de vendas	294.677	288.345	224.958	14,5%
Número de módulos de móveis vendidos (em unidades)	1.705.306	1.798.364	1.527.363	5,7%
EBITDA ⁽¹⁾	80.444	72.919	48.808	28,4%
Margem EBITDA ⁽²⁾	27,3%	25,3%	21,7%	12,1%
Lucro líquido	57.792	53.086	37.122	24,8%
Margem líquida ⁽³⁾	19,6%	18,4%	16,5%	9,0%
Número de revendas exclusivas	886	841	745	9,1%
Número de Pontos de Venda Multimarcas	1.776	334	313	138,2%
Retorno sobre o capital investido - ROIC ⁽⁴⁾	31,2%	36,0%	28,2%	5,2%
Endividamento – curto prazo	1.115	557	7.386	(61,1)%
Endividamento – longo prazo	5.688	3.904	5.018	6,5%

⁽¹⁾ O EBITDA é definido por nós como lucro líquido, adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização.

O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de nosso desempenho operacional ou liquidez. Adicionalmente, o EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias. Entendemos que o EBITDA é frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão de nosso desempenho operacional, bem como, na comparação com o desempenho operacional de outras empresas. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, gastos de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional e liquidez.

⁽²⁾ EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

⁽³⁾ Lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas.

⁽⁴⁾ *Return on Invested Capital*: retorno sobre o capital investido, calculado através do EBIT (lucro antes do resultado líquido entre as receitas e despesas financeiras, do IRPJ e da CSLL), deduzido das despesas de IRPJ e CSLL e dividido pelo resultado médio entre o saldo do período atual e o período anterior da soma dos ativos fixos e capital empregado da Companhia. O ROIC não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez.

⁽⁵⁾ O crescimento médio anual composto – CAGR do período compreendido entre 2009 a 2011

O quadro a seguir apresenta a nossa receita bruta total segregada por marca e pela nossa divisão de negócios Unicasa Corporate, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

7.9 - Outras informações relevantes

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2011		2010		2009	
	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos	R\$ (em R\$ mil)	Quantidade de Módulos
Receita Bruta Total	402.355	1.705.306	392.223	1.798.364	313.394	1.527.363
Mercado Interno	395.361	1.614.895	386.464	1.737.873	309.297	1.491.485
Dell Anno e Favorita	244.567	812.691	263.553	946.361	244.766	970.161
New	110.710	537.320	76.334	409.743	22.121	130.780
New Exclusivo	91.959	445.942	60.149	320.027	15.908	91.019
New Multimarca	18.751	91.377	16.184	89.716	6.212	39.762
Telasul	30.010	221.021	40.284	346.619	38.213	360.534
Unicasa Corporate	6.043	25.947	2.559	12.307	632	3.404
Outras Receitas	4.031	17.917	3.734	22.842	3.565	26.606
Mercado Externo	6.994	90.411	5.759	60.491	4.097	35.878

CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

Praticamos uma consistente política de seguros, por meio da qual mantemos contratadas determinadas apólices de seguro junto a grandes seguradoras brasileiras, tais como Itaú Seguros S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Confiança Companhia de Seguros. Nesse sentido, possuímos apólices de seguro vigentes dos ramos Responsabilidade Civil Geral, Riscos Nomeados e Auto (frota), com cobertura para sinistros e danos envolvendo o desenvolvimento das nossas atividades diárias, abrangendo, inclusive, sinistros ocorridos nas dependências da nossa fábrica localizada em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, com cobertura para incêndio, lucros cessantes, danos elétricos, danos na fabricação (*work damages*), dentre outras.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

Não possuímos políticas específicas ou projetos de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

(a) controladores diretos e indiretos

Nossos acionistas controladores diretos são: (i) Alexandre Grendene Bartelle, (ii) Frank Zietolie, (iii) Juvenil Antonio Zietolie, (iv) Kelly Zietolie, (v) Emilia Angela Saretta Zietolie, e (vi) Nely Rosa Celso Schenatto, conforme acordo de acionistas celebrado em 14 de março de 2012, que possuem, em conjunto, 56.950.000 ações ordinárias (considerando o desdobramento de ações ocorrido em 30 de março de 2012), representativas de 100% do nosso capital social. Para informações sobre o referido acordo de acionistas, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(b) controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos sociedades subsidiárias controladas e/ou coligadas.

(c) participações da Companhia em sociedades do grupo

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos participação em nenhuma outra sociedade.

(d) participações de sociedades do grupo na Companhia

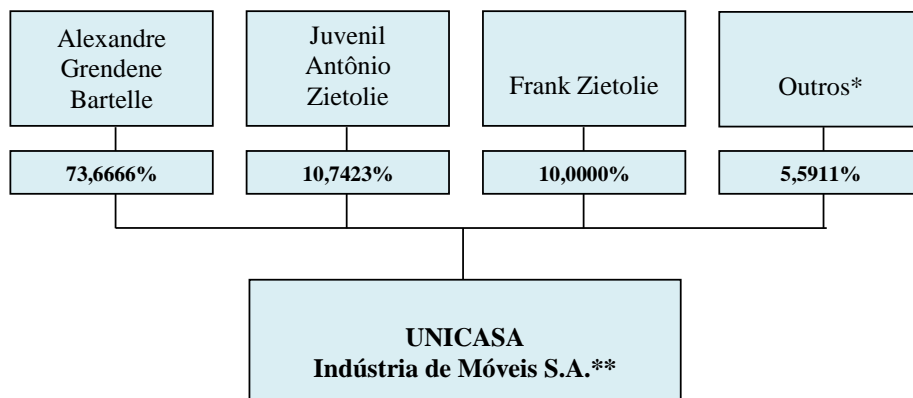
Não aplicável, tendo em vista que não há participação de nenhuma outra sociedade do grupo na Companhia.

(e) sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

A nossa atual estrutura acionária é a seguinte:



* Kelly Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa Celso Schenato, com participação de 2,7805%, 1,4772% e 1,3334%, respectivamente.

** A Companhia não possui subsidiárias.

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve operações desta natureza envolvendo a Companhia ou o grupo econômico em que a mesma está inserida nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia que não estejam indicados nos itens 9.1(a) a 9.1(c) abaixo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Área de terras – Sede da empresa	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Terreno	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Terreno	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Prédio industrial de alvenaria	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Bento Gonçalves	Própria
Prédio e terreno (Escritório de Vendas)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 200069993	Nacional	08/11/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 822142155	Nacional	19/07/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "ÁUREA", processo nº. 829838996	Nacional	13/10/2020 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 200069985	Nacional	08/11/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 822366991	Nacional	08/11/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 822367009	Nacional	23/08/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 200072064	Nacional	05/11/2021 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 812601548	Nacional	05/11/2021 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 825188938	Nacional	02/05/2017 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 825188946	Nacional	02/05/2017 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 825188962	Nacional	02/05/2017 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 825188970	Nacional	02/05/2017 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 827641346	Nacional	20/07/2020	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "FAVORITA MODULADOS", processo nº. 825492300	Nacional	05/06/2017 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "FAVORITA", processo nº. 830160876	Nacional	09/03/2021 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

23
72

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "TUDO DELL ANNO", processo nº. 900009004	Nacional	21/07/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "VIVERE MODULADOS", processo nº. 825492319	Nacional	05/06/2017 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "CONDESSA", processo nº. 812374002	Nacional	22/02/2014 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660662	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 812199448	Nacional	29/12/2017 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660654	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660689	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660700	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660719	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660727	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660743	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828669600	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "LANNEE", processo nº. 815334095	Nacional	07/04/2012 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "AUREA", processo nº. 829838988	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "D LINEA ÚNICA", processo nº. 825504341	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "DELL ANNO HOME STYLING", processo nº. 830419942	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "DELL ANNO HOME STYLING", processo nº. 830419950	Nacional	10 anos (renovável)	Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FAVORITA", processo nº. 829874658	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FORTTI", processo nº. 830529152	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "OK", processo nº. 829835865	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "SCARLET", processo nº. 829952977	Nacional	19/07/2021 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNICASA", processo nº. 830419900	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FORTTI", processo nº. 830529160	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "KISS", processo nº. 829835890	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "KISS", processo nº. 829835903	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW", processo nº. 829835873	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW", processo nº. 829835881	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "OK", processo nº. 829835857	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNICASA", processo nº. 830419969	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Nominativa "FAVORITA", processo nº. 830421491	Nacional	10 anos(renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Nominativa "FAVORITA", processo nº. 830421505	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "DELLANO UNITOKEN", processo nº. 831108401	Nacional	10 anos(renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "FAVORITA UNITOKEN", processo nº 831108363	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200960	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200979	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200987	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "NEW UNITOKEN" processo nº 831108398	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNI CORPORATE" processo nº 831109173	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNI CORPORATE" processo nº 831109181	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNICASA CORPORATE" processo nº 831110635	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro de Marca Mista "UNICASA CORPORATE" processo nº 831110643	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro de Marca Mista "NEW MÓVEIS PLANEJADOS" processo nº 831200995	Nacional	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 103633	Emirados Árabes Unidos	30/06/2018 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 103634	Emirados Árabes Unidos	30/06/2018 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO KITCHENS", processo nº. 842774	México	17/05/2014 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 1962683	Argentina	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELL ANNO", processo nº. 229988	Paraguai	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 3175777	Estados Unidos da América	28/11/2016 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 324229	Uruguai	17/10/2010 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 143396	Panamá	27/06/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

33
12

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 2569789	Argentina	10 anos (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo n°. 286381	Paraguai	22/02/2016 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

324

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DL KITCHENS", processo nº. 360419	Uruguai	12/09/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de Concessão de Patente de Invenção nº. PI0801442-6	Nacional	22/04/2028 (renovável)	<p>O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a interposição deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo o abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos. A extinção da patente é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) caducidade; e (iv) falta de pagamento da retribuição prevista.</p>	<p>Em razão dos pedidos de registro de patentes ainda estarem em análise perante o INPI, em caso de impedimento do uso destas patentes na fabricação de determinados produtos, isso causará um efeito adverso em nossas vendas. No entanto, a proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI e, portanto, a Companhia só sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Consequência da perda dos direitos	
				Eventos que podem causar a perda dos direitos	
Patentes	Pedido de Concessão de Patente de Modelo de Utilidade nº. MU 8900106-0	Nacional	06/01/2024 (renovável)	O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a interposição deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo o abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos. A extinção da patente é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) caducidade; e (iv) falta de pagamento da retribuição prevista.	Em razão dos pedidos de registro de patentes ainda estarem em análise perante o INPI, em caso de impedimento do uso destas patentes na fabricação de determinados produtos, isso causará um efeito adverso em nossas vendas. No entanto, a proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI e, portanto, a Companhia só sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Registro de Marca Nominativa "Telasul", processo nº. 811811280	Nacional	29.04.2016	<p>No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca de titularidade da Companhia que estão sob análise do INPI, ou dos órgãos internacionais competentes, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio escritório de marca correspondente) não tentem prejudicar os registros da Companhia por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Da mesma forma, no âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que tais registros violam seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELLANNO", processo nº. 826037895	Nacional	11/03/2018 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de Concessão de Patente de Invenção nº. PI0605075-1	Nacional	17/11/2026 (renovável)	<p>O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a interposição deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo o abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos. A extinção da patente é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) caducidade; e (iv) falta de pagamento da retribuição prevista.</p>	Em razão dos pedidos de registro de patentes ainda estarem em análise perante o INPI, em caso de impedimento do uso destas patentes na fabricação de determinados produtos, isso causará um efeito adverso em nossas vendas. No entanto, a proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI e, portanto, a Companhia só sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "SCARLET", processo nº. 829953000	Nacional	14/06/2021 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Mista "DELL ANNO", processo nº. 200063480	Nacional	19/07/2015 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

33

12

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de Marca Nominativa "DELLANNO", processo nº. 828660735	Nacional	09/06/2019 (renovável)	<p>Âmbito administrativo: os pedidos de registro de marca de nossa titularidade sob análise do INPI, ou de órgãos internacionais, podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros não tentem prejudicar nossos registros por meio de instauração de processos de nulidade, no caso do registro ser concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, caso a marca não esteja sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Âmbito judicial: embora sejamos titular do registro de diversas marcas, não é possível assegurar que terceiros não aleguem que tais registros violam seus direitos e eventualmente obtenham alguma vitória. O não pagamento das contribuições devidas ao INPI, ou aos órgãos internacionais, bem como a não solicitação de renovação dos registros, poderão acarretar na perda desses direitos.</p>	<p>A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos territórios dos respectivos países nos quais a Companhia mantém o registro. Apesar de remota, tal possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Existe, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível, porém, quantificar os impactos de tal hipótese.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos participação em nenhuma outra sociedade.

9.2 - Outras informações relevantes

Operamos no mercado, principalmente, por meio das marcas Dell Anno, Favorita, New e Telasul. Como forma de proteção aos direitos de propriedade intelectual, fazemos o controle de vigência de nossas marcas e dos pedidos de registros de marcas de terceiros. Monitoramos, também, o uso não autorizado de nomes comerciais e nomes de domínio que possam prejudicar as nossas atividades e causar confusão ao consumidor e tomamos as providências cabíveis perante o INPI ou NIC.br, conforme o caso. Adicionalmente, tomamos as providências cabíveis junto aos infratores, nos casos de uso indevido de nome, marca ou mesmo de captação ilícita de clientela. Adicionalmente, mantemos em dia o pagamento das taxas de registro das marcas devidas ao INPI, e dos registros de nomes de domínio devidas ao NIC.br, de forma a evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.

Em relação à marca NEW depositamos pedido de registro junto ao INPI na forma mista e aguardamos a sua concessão. Importante ressaltar que, durante o processo de registro da marca “New” perante o INPI, temos, apenas, uma expectativa de direito para a utilização da marca. Somente a concessão do registro da marca pelo INPI garante ao titular da marca seu uso exclusivo em todo o território nacional, por um prazo de 10 anos, passíveis de sucessivas renovações. É possível que o registro venha a ser concedido sem exclusividade no seu elemento nominativo. De todo modo, investimos na divulgação da marca NEW para que se torne conhecida do mercado consumidor, reforçando a sua representatividade no segmento de móveis planejados.

Ainda, convém ressaltar que celebramos contrato de licença de uso da marca “Telasul” (811811280), com a Telasul S.A., não averbado perante o INPI. Referido contrato produz efeito entre as partes e permanecerá vigente pelo prazo de validade do registro da marca, podendo ser negociada a prorrogação da licença com a empresa licenciante se assim entendermos necessário para nossos negócios. Adicionalmente, ressaltamos que a empresa Telasul S.A. possui outros registros da marca “Telasul” perante o INPI, garantindo a proteção em outras classes. No entanto, destacamos que adquirimos o direito de uso, não exclusivo, somente da marca “Telasul”, registrada na classe 20.10 (móveis e artigos do mobiliário em geral).

Adicionalmente, o Sr. Frank Zietolie nos cedeu e transferiu a titularidade Patente de Invenção PI-0605075-1 (“Aperfeiçoamento em Dispositivo de Fixação de Prateleiras em Balanço”), sendo que, em 28 de dezembro de 2011, solicitamos, perante o INPI, a anotação da transferência de titularidade da referida patente. Porém, até o momento, o INPI ainda não publicou a transferência da titularidade.

A Companhia tem contratado leasing operacional (arrendamento mercantil) de uma aeronave, o qual é reconhecido como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a despesa com o arrendamento totalizou R\$1,6 milhão, sendo totalmente reembolsada pelos acionistas em razão do uso do equipamento.

Além dos ativos descritos no item 9.1 (b), possuímos também os seguintes ativos:

9.2 - Outras informações relevantes

Modelo de Utilidade	Pedido de Concessão de Patente de Modelo de Utilidade n°. MU 8900106-0, denominada "DISPOSIÇÃO EM SUPORTE PARA PRATELEIRA SUSPensa"	Nacional	06/01/2024 (ressalvado o prazo mínimo de 7 anos a partir da data de concessão).	O depósito de pedido de patente constitui ao depositante uma mera "expectativa de direito", que pode lograr êxito ou não. Após a publicação do pedido da patente, este é examinado tecnicamente mediante o chamado requerimento de exame técnico. O prazo para a interposição deste requerimento tem início no depósito e segue por até 36 meses. A não apresentação deste requerimento enseja no arquivamento simples do depósito do pedido. Da mesma forma, o indeferimento ou mesmo o abandono do pedido podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos. A extinção da patente é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; (iii) caducidade; e (iv) falta de pagamento da retribuição prevista.	Em razão dos pedidos de registro de patentes ainda estarem em análise perante o INPI, em caso de impedimento do uso destas patentes na fabricação de determinados produtos, isso causará um efeito adverso em nossas vendas. No entanto, a proteção à patente é concedida desde a data do seu depósito perante o INPI e, portanto, a Companhia só sofrerá efeitos adversos na venda de produtos que utilizam as patentes citadas na hipótese de violação de direitos de terceiros.
Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território Atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI7901160-2, denominada "Configuração ornamental aplicada em armário"	Nacional	01/07/2014 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	A extinção do registro dos desenhos industriais é causada pela (i) expiração do prazo de vigência; (ii) renúncia do seu titular, ressalvado o direito de terceiros; ou (iii) falta de pagamento da retribuição prevista.	A perda da proteção dos desenhos industriais conferida pelos registros perante o INPI acarreta na possibilidade de terceiros produzirem, usarem, colocarem a venda ou venderem produtos com a mesma forma ornamental dos produtos por nós fabricados. Desta forma, na hipótese de perda destes direitos, os nossos concorrentes poderão colocar no mercado produtos com a mesma forma ornamental, o que poderá gerar confusão aos consumidores no momento da escolha dos produtos, causando um efeito adverso em nossos resultados.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial n°. DI7104629-1, denominada "Configuração aplicada em cantoneira para tampos de móveis"	Nacional	11/11/2021 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.2 - Outras informações relevantes

Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial nº. DI6000991-8, denominada "Configuração ornamental aplicada em conjunto de armários para quarto"	Nacional	22/03/2015 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial nº. DI6203488-0, denominada "Configuração aplicada em painel para loja"	Nacional	06/11/2012 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial nº. DI6601342-9, denominada "Configuração aplicada em pórtico"	Nacional	26/04/2016 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial nº. DI6601343-7, denominada "Configuração aplicada em pórtico"	Nacional	26/04/2016 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Desenho Industrial	Registro de Desenho Industrial nº. DI6804931-5, denominada "Configuração aplicada em painel indicativo horizontal"	Nacional	10/11/2018 (prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 5 anos)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Território Atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
			06/09/2019	A perda dos direitos relativos aos domínios está relacionada à (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro	Podemos não obter o registro de novos nomes de domínios relacionados aos novos produtos a serem lançados no mercado, na hipótese destes nomes de domínio já estarem registrados no NIC.br, pois é vedada a solicitação de registro do domínio já registrado por terceiros, salvo se for detentora de pedidos de registro de marcas ou de marcas registradas correspondentes a esses domínios.
Nome de Domínio	delanna.com.br	Nacional	(renovável)		

9.2 - Outras informações relevantes

Nome de Domínio		Nacional	09/01/2016 (renovável)	do domínio.	
				São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>fellanno.com.br</i>	Nacional	23/10/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>favoritaplanejados.com.br</i>	Nacional	06/09/2019 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>dellanno.com.br</i>	Nacional	19/03/2014 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>favoritamoveisplanejados.com.br</i>	Nacional	18/03/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>grupounicasea.com.br</i>	Nacional	26/03/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>moveisdellanno.com.br</i>	Nacional	24/01/2014 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>moveisnew.com.br</i>	Nacional	21/07/2014 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>newmoveis.com.br</i>	Nacional	21/07/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>newmoveismodulados.com.br</i>	Nacional	21/07/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>newmoveisplanejados.com.br</i>	Nacional	21/07/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>telasulmadeira.com.br</i>	Nacional	28/02/2013 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>telasulmodulados.com.br</i>	Nacional	07/02/2013 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.2 - Outras informações relevantes

Nome de Domínio	<i>telasulplanejados.com.br</i>	Nacional	16/08/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>traineeunicasa.com.br</i>	Nacional	28/01/2015 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>unicamoveis.com.br</i>	Nacional	19/03/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>unicasacorporate.com.br</i>	Nacional	02/07/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>unicasamoveis.com.br</i>	Nacional	17/09/2016 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>unitoken.com.br</i>	Nacional	19/04/2012 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de Domínio	<i>villagenew.com.br</i>	Nacional	14/04/2014 (renovável)	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Somos líderes em receita bruta no setor de móveis planejados no Brasil, segundo a edição “Melhores & Maiores” de julho de 2011 da Revista Exame.

Os últimos anos foram marcados pelo nosso sólido crescimento financeiro e operacional. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, vendemos 1,70 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$294,68 milhões, um EBITDA de R\$80,44 milhões e um lucro líquido de R\$57,79 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, vendemos 1,79 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$288,34 milhões, um EBITDA de R\$72,92 milhões e um lucro líquido de R\$53,09 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, vendemos 1,52 milhão de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$224,96 milhões, um EBITDA de R\$48,81 milhões e um lucro líquido de R\$37,12 milhões. No período de 2009 a 2011, nossas vendas de módulos de móveis passaram de 1,52 milhão de unidades para 1,70 milhão de unidades. Adicionalmente, nossa receita líquida de vendas, nosso EBITDA, e nosso lucro líquido apresentaram taxas compostas de crescimento anual (“CAGR”) de 14,5%, 28,4% e 24,8%, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011, contávamos com uma rede de distribuição de vendas com: (i) 886 revendas exclusivas no Brasil; (ii) 1.776 lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) no Brasil e (iii) 17 pontos de venda no exterior, entre revendas exclusivas e lojas multimarcas.

Nossos Diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócio e cumprir nossas obrigações de curto e médio prazo. Nosso capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, nossos Diretores consideram que o nosso parque fabril apresenta condições suficientes para atender a nossa atual demanda de produção, comportando inclusive a expansão de nossa capacidade produtiva sem a necessidade de realização de investimentos significativos em máquinas e equipamentos no médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, nosso ativo circulante era de R\$125,95 milhões (R\$145,74 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$109,90 milhões em 31 de dezembro de 2009) e superava em R\$72,65 milhões o nosso passivo circulante, de R\$53,30 milhões (R\$101,70 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$70,45 milhões em 31 de dezembro de 2009), representando um índice de liquidez corrente de 2,36 (3,31 em 31 de dezembro de 2010 e 2,79 em 31 de dezembro de 2009), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,36 de ativo circulante (R\$3,31 em 31 de dezembro de 2010 e R\$2,79 em 31 de dezembro de 2009). Nossa dívida bancária (curto e longo prazo) correspondia a R\$6,80 milhões (R\$4,46 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$12,40 milhões em 31 de dezembro de 2009), descontando-se o caixa e aplicações financeiras (curto e longo prazo) de R\$12,45 milhões (R\$20,91 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$19,69 milhões em 31 de dezembro de 2009), o que resultou em um caixa líquido de R\$5,65 milhões (R\$16,45 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$7,29 milhões em 31 de dezembro de 2009).

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2010, apresentávamos uma disponibilidade líquida (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, deduzidas as obrigações com instituições financeiras) de R\$16,45 milhões; a qual era de R\$7,29 milhões em 31 de dezembro de 2009. Em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

31 de dezembro de 2011, nosso caixa líquido era de R\$5,65 milhões. Nossos Diretores acreditam que possuímos recursos excedentes em nosso caixa para o cumprimento de nossas obrigações financeiras, sendo que a nossa disponibilidade líquida aumentou nos períodos demonstrados na tabela abaixo:

<i>(em R\$ mil)</i>	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Empréstimos e financiamentos	6.803	4.461	12.404
Fornecedores	8.425	5.684	4.962
(-) Caixa e equivalente de caixa	(12.131)	(20.621)	(17.844)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(323)	(290)	(1.843)
Dívida líquida	2.774	(10.766)	(2.321)
Patrimônio líquido	195.739	159.602	123.864
Patrimônio líquido e dívida líquida	198.513	148.836	121.543

Em 31 de dezembro de 2011, a maior parte de nosso endividamento se concentrava em empréstimos de capital de giro. Esse endividamento tem perfil de curto prazo (16,4%) e de longo prazo (83,6%) e seu serviço de dívida é tipicamente suportado pela receita decorrente da venda de nossos produtos.

Pelos fatores acima expostos, nossos Diretores entendem que nossa atual estrutura de capital, verificada principalmente com base na relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis conservadores de alavancagem.

(i) *hipóteses de resgate*

As ações emitidas pela Companhia são todas ordinárias e, exceto pelas hipóteses de resgate previstas na legislação aplicável, não há qualquer outra hipótese de resgate de nossas ações. Além disso, nossos Diretores entendem que não existe, no curto prazo, justificativa para a realização de resgate de nossas ações.

(ii) *fórmula de cálculo do valor de resgate*

Como não há hipótese de realização de resgate de ações, além daquelas previstas em lei, não é possível estabelecer fórmula de cálculo de um valor hipotético de resgate.

(c) *capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

Temos cumprido todas as obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros até a data deste Formulário de Referência, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Em 31 de dezembro de 2011, mantínhamos uma posição na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$12,13 milhões (R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$17,84 milhões em 31 de dezembro de 2009) e um saldo de contas a receber de clientes de curto prazo no valor de R\$77,83 milhões (R\$86,29 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$64,29 milhões em 31 de dezembro de 2009), montante suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos com empréstimos e financiamentos no passivo circulante de R\$1,11 milhão (R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2010 e R\$7,39 milhões em 31 de dezembro de 2009), fornecedores de R\$8,42 milhões (R\$5,68 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$4,96 milhões em 31 de dezembro de 2009) e demais passivos circulantes de R\$43,77 milhões (R\$37,81 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$27,11 milhões em 31 de dezembro de 2009). O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2011 era de 2,36 (3,31 em 31 de dezembro de 2010 e 2,79 em 31 de dezembro de 2009), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,36 de ativo circulante (R\$3,31 em 31 de dezembro de 2010 e R\$2,79 em 31 de dezembro de 2009).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Analisando a nossa dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos mencionados neste Formulário de Referência, nossos Diretores acreditam que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir os investimentos e despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil de nossa dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e capital de giro, acreditamos ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiamento de nossas operações, utilizamos principalmente o caixa gerado em nossas operações. Adicionalmente, também utilizamos, de forma estratégica, empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha e junto ao BNDES.

Apresentamos baixo nível de endividamento para financiar nossas atividades, conforme demonstrado no item 10.1 (b), possuindo em 31 de dezembro de 2011 uma disponibilidade líquida (caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, deduzidas as obrigações financeiras) de R\$5,65 milhões. Essa situação nos permite a utilização de capital próprio para o financiamento de nossas operações e investimentos.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos Diretores acreditam que nossa geração de caixa é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações. As deficiências de geração de caixa que eventualmente possam ocorrer serão cobertas com nosso caixa e equivalentes de caixa que é composto por valores em caixa e bancos e aplicações financeiras que, em sua grande maioria, são de liquidez imediata e, em 31 de dezembro de 2011, totalizavam R\$12,13 milhões (R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$17,84 milhões em 31 de dezembro de 2009). Caso seja necessário cobrir eventuais deficiências de liquidez além dos valores mantidos em nosso caixa e equivalentes de caixa, nossos Diretores acreditam que temos capacidade de fazê-lo por meio de empréstimos e financiamentos bancários ou operações de mercado de capitais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos dois contratos de financiamento em aberto, que totalizavam R\$6,80 milhões. Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, está indicado na tabela abaixo:

Empréstimos e Financiamentos	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
<i>(em R\$ mil)</i>			
Banco Votorantim (repassa BNDES)	R\$2,788	R\$4.461	R\$12.404
Banco Santander - BNDES	R\$4,015	-	-
Total	R\$6,803	R\$4.461	R\$12.404
Curto prazo	R\$1,115	R\$557	R\$7.386
Longo prazo	R\$5,688	R\$3.904	R\$5.018

Em geral, nossos empréstimos não possuem garantia real, sendo garantidos por meio de avais de nossos acionistas controladores, os Srs. Alexandre Grendene Bartelle, Juvenil Antônio Zietolie e Frank Zietolie.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto na data deste Formulário de Referência, nem possuiu em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As taxas de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos que possuímos são:

Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros e Encargos	Vencimento
Banco Votorantim - BNDES	9% a.a.	2014
Banco Santander - BNDES	9% a.a.	2013

Em 31 de dezembro de 2011, a taxa média ponderada dos juros e encargos incidentes sobre o nosso endividamento era de 9,0% ao ano.

A Companhia concede aval financeiro aos financiamentos bancários obtidos pelos lojistas exclusivos. O saldo de garantia concedido em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$ 4,83 milhões (R\$0,88 milhão em 2010 e R\$1,84 milhão em 2009).

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos relevantes em relação ao nosso endividamento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011:

Tipo de operação	Credor	Saldo Devedor	Taxa de Juros	Vencimento	Circulante	Não Circulante
(Em R\$ Mil, exceto %)						
Banco Votorantim (repasse BNDES)	Banco Votorantim	R\$ 2.788	9% a.a.	15/06/2014	R\$1.115	R\$1.673
Banco Santander (repasse BNDES)	Banco Santander	R\$4.015	9% a.a.	15/06/2013	-	R\$4.015

Em 08 de junho de 2009, firmamos contrato de financiamento junto ao Banco Votorantim S.A. (na qualidade de agente financeiro), por meio de repasse de recursos oriundos do “BNDES – Automático Revitaliza”, no valor de R\$5,0 milhões, com prazo de pagamento de 60 meses, carência de 6 meses e vencimento final em junho de 2014. Os encargos financeiros incidentes sobre este contrato são de 9% a.a., correspondente a 0,7207% a.m. Este financiamento está garantido por meio de avais concedidos por nossos acionistas controladores, os Srs. Alexandre Grendene Bartelle e Frank Zietolie. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor deste financiamento era de R\$2,79 milhões.

Em 22 de novembro de 2011, firmamos contrato de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (na qualidade de agente financeiro), por meio de repasse de recursos oriundos do “BNDES – Revitaliza Exportação”, no valor de R\$4,00 milhões, com prazo de pagamento de 18 meses, e vencimento final em junho de 2013. Os encargos financeiros incidentes sobre este contrato são de 9% a.a., correspondente a 0,7207% a.m. Para este financiamento foi dispensada qualquer garantia, temos o compromisso de exportar e comprovar os embarques do valor equivalente a US\$2,25 milhões até junho de 2013. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor deste financiamento era de R\$4,02 milhões e a receita bruta de vendas para o mercado externo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$6,99 milhões.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas (“covenants”).

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo o acordo comercial celebrado em maio de 2010, com vencimento em janeiro de 2014, para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dívida à Companhia, pois as contratações são realizadas diretamente entre as revendas exclusivas e/ou os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Parcela significativa das vendas da Companhia é financiada por meio deste acordo. Pela promoção e fomento da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não temos qualquer restrição dessa natureza imposta em nossos contratos de empréstimo e financiamento, exceto em relação à modificação ou transferência de nosso controle societário. Caso essa restrição não seja respeitada, os respectivos credores têm o direito de decretar o vencimento antecipado dos empréstimos ou financiamentos concedidos, o que pode, inclusive, causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros. Até o presente momento, temos cumprido com todas as obrigações contratuais ali previstas e, caso entendamos necessário, solicitaremos anuência prévia dos credores para a realização de certas operações.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2011, já havíamos utilizado a totalidade dos saldos de nossos financiamentos contratados, de forma que não havia nenhum contrato de financiamento com saldos a liberar. Além disso, em 31 de dezembro de 2011, a companhia possuía R\$5,50 milhões em linhas de crédito disponibilizadas e aprovadas por instituições financeiras, mas não utilizadas.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Esta seção trata da análise de nossas demonstrações de resultado, nossos fluxos de caixa e nossos balanços patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC . Para mais informações, vide itens 10.4 e 10.5 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	AV ⁽¹⁾ (%)	2010	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ 2011/2010
Receita bruta de vendas	402.355	136,5%	392.223	136,0%	2,6%
Mercado interno	395.361	134,2%	386.464	134,0%	2,3%
Mercado externo	6.994	2,4%	5.759	2,0%	21,4%
Deduções de vendas	-107.678	-36,5%	-103.878	-36,0%	3,7%
Receita líquida de vendas	294.677	100,0%	288.345	100,0%	2,2%
Custo dos produtos vendidos	-168.792	-57,3%	-172.634	-59,9%	-2,2%
Lucro bruto	125.885	42,7%	115.711	40,1%	8,8%
Despesas com vendas	-42.223	-14,3%	-40.220	-13,9%	5,0%
Despesas administrativas	-16.780	-5,7%	-13.367	-4,6%	25,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	6.496	2,2%	5.071	1,8%	28,1%
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	73.378	24,9%	67.195	23,3%	9,2%
Despesas financeiras	-2.645	-0,9%	-1.375	-0,5%	92,4%
Receitas financeiras	10.643	3,6%	9.765	3,4%	9,0%
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	81.376	27,6%	75.585	26,2%	7,7%
Imposto de renda e contribuição social	-23.584	-8,0%	-22.499	-7,8%	4,8%
Correntes	-25.207	-8,6%	-23.337	-8,1%	8,0%
Diferidos	1.623	0,6%	838	0,3%	93,7%
Lucro líquido do exercício	57.792	19,6%	53.086	18,4%	8,9%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo, atingiu R\$402,36 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,6%, ou R\$10,14 milhões, comparados aos R\$392,22 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O crescimento da receita bruta de vendas ocorreu devido ao aumento de 2,3% nas vendas no mercado interno e de 21,4% no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 98,3% e do mercado externo 1,7% do total da receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$395,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,3%, ou R\$8,90 milhões, comparados aos R\$386,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. No ano de 2011 vendemos para o mercado interno um volume de 1.614.895 módulos que representou uma redução de 7,1% ou 122.978 módulos em relação ao volume vendido em 2010 que foi de 1.737.873 módulos. O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$244,82 em 2011, o que representou um aumento de 10,1% comparado com os R\$222,38 em 2010.

No ano de 2011 tivemos alguns eventos que afetaram o desempenho de nossas vendas para o mercado interno, onde tivemos um crescimento abaixo de nossas expectativas devido a efeitos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

da estratégia de Reposicionamento das nossas marcas Dell Anno e Favorita (conforme definido no item 7 deste Formulário de Referência), aliada ao fraco desempenho econômico do País no 2º semestre de 2011. O Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita ocorreu por meio da renegociação de 126 contratos celebrados com revendedores exclusivos e abrangeu, dentre outros, a transferência de pontos de venda, reformas de lojas e aquisição de novos pontos. Para mais informações sobre o Reposicionamento, vide item 7 deste Formulário de Referência.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$6,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 21,4%, ou R\$1,23 milhão, comparados aos R\$5,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O incremento da receita ocorreu principalmente pelos seguintes fatores (i) aumento da quantidade de módulos vendidos, que no ano de 2011 representou 90.411 módulos, ou seja, um aumento de 49,5% ou 29.920 módulos em relação ao volume exportado em 2010, que foi de 60.491 módulos, (ii) redução do preço médio de venda de 18,7%, que em 2011 era de R\$77,36 comparada a R\$95,21 em 2009.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$107,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 3,7% ou R\$3,80 milhões, comparados aos R\$103,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme abaixo descrito.

Impostos sobre as Vendas

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS e COFINS) atingiram R\$79,73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,2% ou R\$1,74 milhão, comparados aos R\$77,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,8% e 19,9% de nossa receita bruta de vendas. O aumento destes impostos de 2,2%, do ano de 2011 em relação ao ano de 2010, ficou em linha com o crescimento de 2,6% da receita bruta de vendas no mercado interno no mesmo período.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$18,54 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 32,3% ou R\$4,52 milhões, comparados aos R\$14,02 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 4,7% e 3,6% de nossa receita bruta de vendas. O aumento no montante do IPI sobre a Receita Bruta verificada em 2011 em relação a 2010, se deve principalmente à redução na alíquota de referido tributo para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, que vigorou apenas no período de 27 de novembro de 2009 a 31 de março de 2010. Desta forma, a Companhia teve suas vendas tributadas pelo IPI apenas por 9 meses durante o ano de 2010, e em 2011 a incidência foi calculada sobre todos os 12 meses do exercício.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$4,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 51,7% ou R\$4,34 milhões, comparados aos R\$8,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 1,0% e 2,1% de nossa receita bruta de vendas. Esta redução ocorreu principalmente pela melhoria no processo produtivo, melhoria na política de comercialização de vendas e melhoria no sistema de logística. Adicionalmente, em 2010 a Companhia teve um elevado índice de devoluções em função do Governo Federal, através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, ter reduzido à zero a alíquota de IPI. Desta forma alguns clientes devolveram estoques comprados nos primeiros dias da vigência da lei por estarem com custo acima do mercado. Estes produtos foram refaturados sem perdas a nossa Companhia.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$5,34 milhões, o que representou um aumento de 54,3% ou R\$1,88 milhão, comparados aos R\$3,46 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Este aumento ocorreu principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento da receita bruta de vendas para o mercado interno de 2,3% ou R\$8,90 milhões em relação ao ano de 2010, que representou um aumento de R\$0,15 milhão; (ii) aumento do prazo médio de contas a receber de 34 dias para 45 dias que representou um aumento de R\$1,27 milhão, tendo em vista que a Companhia implementou uma política comercial mais agressiva no ano de 2011 por meio de aumento do prazo das nossas vendas e (iii) pelo aumento da variação do índice (Selic) utilizado pela Companhia para ajuste, que no ano de 2011 foi superior a 2010, representando um aumento de R\$0,46 milhão. O AVP representou nos respectivos períodos, a 1,3% e 0,9% de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$294,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 2,2% ou R\$6,34 milhões, comparados aos R\$288,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Custo dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$168,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 2,2% ou R\$3,84 milhões, comparado aos R\$172,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O custo dos produtos vendidos em 2011 representou 57,3% sobre a receita líquida de vendas, comparado aos 59,9% do ano de 2010. A redução de R\$3,84 milhões do custo dos produtos vendidos em relação ao ano de 2010 se deve, principalmente, pela redução nos volumes totais de módulos vendidos em 2011 (1.705.306) quando comparado a 2010 (1.798.364), ou seja uma redução de 5,2%, resultando numa redução no consumo de matérias primas e insumos num valor de R\$9,45 milhões. A redução dos custos foi parcialmente compensada pelo: (i) aumento no custo da mão de obra num total de R\$3,90 milhões tendo em vista o aumento de salário pela convenção coletiva de trabalho que foi de 8,0% e que ficou em linha com a inflação bem como da ampliação do quadro de funcionários pela contratação de mais 69 pessoas e (ii) aumento das despesas com depreciação no valor de R\$1,19 milhão tendo em vista os investimentos em novas máquinas e equipamentos. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) por módulo vendido em 2011 foi de R\$98,98, 3,10% maior que o verificado em 2010, que foi de R\$96,00.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, principalmente pelo aumento de nossa receita bruta de vendas que foi de 2,6% em relação a 2010 e com a diminuição no custo dos produtos vendidos, nosso lucro bruto atingiu R\$125,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,8% ou R\$10,17 milhões, comparados aos R\$115,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Nossa margem bruta aumentou para 42,7% no exercício de 2011, comparado aos 40,1% no exercício de 2010.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$52,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,2% ou R\$3,99 milhões, comparados aos R\$48,52 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, à 17,8% e 16,8% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas atingiram R\$42,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 5,0% ou R\$2,00 milhões, comparados aos R\$40,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 14,3% e 13,9% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas ocorreu principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento dos investimentos em propaganda e marketing de 27,3% ou R\$2,95 milhões; (ii) aumento dos gastos com salários e encargos no valor de R\$3,24 milhões ou 57,6%, tendo em vista, a ampliação do quadro de funcionários da divisão de vendas num total de 31 pessoas com o objetivo de aumentar a receita de vendas e o número de revendas autorizadas, compensado pela: (a) redução de despesas com serviços de terceiros, consultorias e outras despesas com vendas, no valor de R\$3,30 milhões, representando uma redução de 16,0%, uma vez que em 2010 incorremos em despesas não recorrentes relacionadas ao Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita e da expansão de lojas da marca New, que foram reduzidas em 2011; e, (b) redução de despesas de comissões sobre vendas dos representantes comerciais autônomos, no valor de R\$0,96 milhão, ou 27,8%, tendo em vista a redução de vendas para as lojas multimarcas.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas atingiram R\$16,78 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 25,5% ou R\$3,41 milhões, comparados aos R\$13,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. O aumento das despesas ocorreu principalmente devido a: (i) aumento de gastos com salários e encargos, tendo em vista o aumento de salário pela convenção coletiva de trabalho que foi de 8,0% e que ficou em linha com a inflação bem como da ampliação do quadro de funcionários pela contratação de mais 12 novos funcionários no setor administrativo, no valor de R\$1,62 milhão, (ii) aumento de gastos com serviços de terceiros de consultorias e assessorias, despesas tributárias, despesas de viagens do departamento administrativo no valor de R\$1,07 milhão, (iii) aumento de despesas com indenização de mercadorias para lojistas e consumidores (Procon) por defeito de fabricação, erro de montagem e projeto no valor de R\$1,80 milhão, compensados pela redução de R\$1,28 milhão referente a reversão de provisões contábeis. Tais fatores influenciaram no aumento acima da média de nossas despesas operacionais. Nossas despesas administrativas corresponderam, nos respectivos períodos indicados acima, a 5,7 % e 4,6% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Receitas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas atingiram R\$6,50 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento 28,1% ou de R\$1,43 milhão comparados aos R\$5,07 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando respectivamente 2,2% e 1,8% da nossa receita líquida de vendas. Tal aumento decorreu principalmente do aumento das receitas de prêmio bancário decorrente de convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, tendo como base o volume de financiamentos realizados aos clientes dos nossos revendedores exclusivos.

Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras

O resultado antes das despesas e receitas financeiras atingiu R\$73,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 9,2% ou R\$6,18 milhões, comparados aos R\$67,19 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 24,9% e 23,3% da nossa receita líquida de vendas, conforme descrito abaixo.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$2,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 92,4% ou R\$1,27 milhão comparados aos R\$1,37 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento ocorreu principalmente dos seguintes fatores: (i) pelo reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP) no valor de R\$1,34 milhão sobre os contratos de mútuo com os revendedores exclusivos firmados em 2011; (ii) aumento de despesas com IOF, tarifas bancárias e variação cambial, no valor de R\$0,29 milhão, apesar da (iii) redução das despesas com financiamentos bancários no valor de R\$0,36 milhão. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 corresponderam, respectivamente, a 0,9% e 0,5% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$10,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma aumento de 9,0% ou R\$0,88 milhão comparados aos R\$9,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esta variação decorreu devido: (i) ao aumento de receita com variação cambial de R\$0,87 milhão; e (ii) ao aumento das receitas de aplicações financeiras e descontos obtidos de fornecedores no valor de R\$0,34 milhão apesar da redução do valor de AVP sobre títulos de créditos a receber de clientes no valor de R\$0,24 milhão. Nossas receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 corresponderam, respectivamente, a 3,6% e 3,4% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações analisadas acima, nosso lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social atingiu R\$81,38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 7,7% ou R\$5,80 milhões, comparados aos R\$75,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 27,6% e 26,2% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social – correntes atingiram R\$25,21 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,0% ou R\$1,87 milhão, comparados a R\$23,34 milhões no mesmo período de 2010, o qual foi proporcional a variação de 7,7% verificada em nosso resultado antes do imposto de renda e contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social – diferidos atingiram R\$1,62 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 93,7% ou R\$0,78 milhão, comparado a uma receita de R\$0,84 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Isto se deve pelo aumento das provisões contábeis, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas, cíveis e tributários e a devedores duvidosos no ano de 2011, as quais são temporariamente indedutíveis.

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido atingiu R\$57,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 8,9% ou R\$4,70 milhões, comparados aos R\$53,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 19,6% e 18,4% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	AV ⁽¹⁾		AV ⁽¹⁾		AH ⁽²⁾
	2010	(%)	2009	(%)	
Receita bruta de vendas	392.223	136,0%	313.394	139,3%	25,2%
Mercado interno	386.464	134,0%	309.297	137,5%	24,9%
Mercado externo	5.759	2,0%	4.097	1,8%	40,6%
Deduções de vendas	-103.878	-36,0%	-88.436	-39,3%	17,5%
Receita líquida de vendas	288.345	100,0%	224.958	100,0%	28,2%
Custo dos produtos vendidos	-172.634	-59,9%	-140.930	-62,6%	22,5%
Lucro bruto	115.711	40,1%	84.028	37,4%	37,7%
Despesas com vendas	-40.220	-13,9%	-33.658	-15,0%	19,5%
Despesas administrativas	-13.367	-4,6%	-10.585	-4,7%	26,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	5.071	1,8%	3.937	1,8%	28,8%
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	67.195	23,3%	43.722	19,4%	53,7%
Despesas financeiras	-1.375	-0,5%	-1.715	-0,8%	-19,8%
Receitas financeiras	9.765	3,4%	10.096	4,5%	-3,3%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	75.585	26,2%	52.103	23,2%	45,1%
Imposto de renda e contribuição social	-22.499	-7,8%	-14.981	-6,7%	50,2%
Correntes	-23.337	-8,1%	-14.960	-6,7%	56,0%
Diferidos	838	0,3%	-21	0,0%	N/A
Lucro líquido do exercício	53.086	18,4%	37.122	16,5%	43,0%

⁽¹⁾ Análise Vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise Horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo, atingiu R\$392,22 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 25,2%, ou R\$78,83 milhões, comparados aos R\$313,39 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

O crescimento da receita bruta de vendas ocorreu devido ao aumento de 24,9% nas vendas no mercado interno e de 40,6% no mercado externo, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 98,5% e do mercado externo 1,5% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, e 98,7% e 1,3%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$386,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 24,9%, ou R\$77,16 milhões, comparados aos R\$309,30 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. No ano de 2010 vendemos para o mercado interno um volume de 1.737.873 módulos que representou um aumento de 16,5% ou 246.388 módulos em relação ao volume vendido em 2009 que foi de 1.491.485 módulos. O valor médio por módulo vendido no mercado interno foi de R\$222,38 em 2010, o que representou um aumento de 7,2% comparado com os R\$207,37 em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2010 tivemos alguns eventos que contribuíram para o desempenho de nossas vendas, onde tivemos um crescimento tais como: (i) abertura de 117 pontos de vendas entre revendas exclusivas e lojas multimarcas das lojas Dell Anno, Favorita e New e Telasul (ii) participação importante dos produtos vendidos com a marca New destinados ao segmento de consumo da Classe C, que foi lançada no ano de 2009 e consolidou suas vendas no ano de 2010. As vendas da marca New em 2010 atingiram R\$76,33 milhões contra R\$22,12 milhões do ano anterior.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$5,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 40,6% ou R\$1,66 milhão, comparados aos R\$4,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. O incremento da receita ocorreu principalmente pelo aumento da quantidade de módulos vendidos, que no ano de 2010 representou 60.491 módulos para móveis, ou seja um aumento de 68,6% ou 24.613 módulos em relação ao volume exportado em 2009, que foi de 35.878 módulos, apesar da redução do preço médio de vendas em 16,6%, que em 2010 era de R\$95,21 comparada a R\$114,20 em 2009. A redução no preço médio foi influenciada pela queda de 11,9% do valor médio do dólar verificado em 2010.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$103,88 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 17,5% ou R\$15,45 milhões, comparados aos R\$88,43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme abaixo descrito.

Impostos sobre as Vendas

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS e COFINS) atingiram R\$77,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 25,1% ou R\$15,64 milhões, comparados aos R\$62,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,9% e 19,9% de nossa receita bruta de vendas. O aumento destes impostos de 25,1%, do ano de 2010 em relação ao ano de 2009, ficou em linha com o crescimento de 25,2% da receita bruta de vendas no mesmo período.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$14,02 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou uma queda de 4,9% ou R\$0,72 milhão, comparados aos R\$14,74 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 3,6% e 4,7% de nossa receita bruta de vendas. A queda no montante do IPI sobre a receita bruta de vendas verificada em 2010 deve-se principalmente à redução na alíquota de referido tributo para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, que vigorou apenas no período de 27 de novembro de 2009 a 31 de março de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$8,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 78,3% ou R\$3,69 milhões, comparados aos R\$4,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 2,1% e 1,5% de nossa receita bruta de vendas. O aumento das devoluções deve-se principalmente em função da redução na alíquota do IPI para 0% (zero por cento), no âmbito do programa de incentivo ao setor moveleiro, editado pelo Governo Federal através do Decreto nº 7.016 de 26 de novembro de 2009, desta forma alguns clientes devolveram estoques comprados nos primeiros dias da vigência da lei por estarem com custo acima do mercado. Estes produtos foram refaturados sem perdas a nossa Companhia

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$3,46 milhões, o que representou uma redução de 47,8% ou R\$3,17 milhões, comparados aos R\$6,63 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,9% e 2,1% de nossa receita bruta de vendas. Essa redução ocorreu devido ao fato que no ano de 2009, a taxa de juros utilizada para cálculo do AVP tinha como base juros estimados internamente, sendo que, em 2010, passamos a utilizar como referência a taxa de juros média do mercado financeiro, divulgado pela ANBIMA/SELIC, a qual passou a melhor refletir o custo financeiro das transações.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$288,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 28,2% ou R\$63,38 milhões, comparados aos R\$224,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$172,63 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um acréscimo de 22,5% ou R\$31,70 milhões, comparado aos R\$140,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

O custo dos produtos vendidos em 2010 representou 59,9% da receita líquida de vendas, comparado aos 62,6% do ano de 2009. O aumento do custo dos produtos vendidos em valores absolutos foi de 22,5%, inferior em 5,7% quando comparado com o crescimento da receita líquida, que foi de 28,2%.

O aumento de R\$31,70 milhões do custo dos produtos vendidos verificado no ano de 2010, se deve principalmente: (i) ao aumento no consumo de matérias primas e insumos num valor de R\$26,83 milhões; (ii) aumento no custo da mão de obra num total de R\$3,25 milhões tendo em vista o aumento de salário pela convenção coletiva de trabalho que foi de 5,8% e que ficou em linha com a inflação bem como da ampliação do quadro de funcionários pela contratação de mais 87 pessoas e (iii) aumento nos gastos gerais de fabricação e depreciações no valor de R\$1,62 milhão.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$115,71 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 37,7% ou R\$31,68 milhões, comparados aos R\$84,03 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Nossa margem bruta aumentou para 40,1% no exercício social de 2010,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comparado aos 37,4% no exercício social de 2009.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$48,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 20,4% ou R\$8,21 milhões, comparados aos R\$40,30 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 16,8% e 17,9% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas atingiram R\$40,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 19,5% ou R\$6,56 milhões, comparados aos R\$33,66 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 13,9% e 15,0% da nossa receita líquida de vendas. Este aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento em investimentos em propaganda e marketing de 20,6% ou R\$1,90 milhão; (ii) aumento nas despesas com serviços de terceiros (como fretes sobre vendas, assessorias e consultorias) de 25,0% ou R\$1,35 milhão; (iii) aumento de despesas de comissões sobre vendas de 20,5% ou R\$0,60 milhão; (iv) aumento da provisão para devedores duvidosos no valor de R\$1,42 milhão, tendo em vista o aumento dos créditos a receber de clientes de R\$86,29 milhões em 31 de dezembro de 2010 comparado aos R\$64,29 milhões em 31 de dezembro de 2009, e também, do aumento do número de clientes durante o período; (v) aumento das despesas de substituição de mercadorias, por motivo de defeito de fabricação, erro de projeto e montagem dos móveis adquiridos pelos nossos clientes no valor de R\$1,61 milhão. Em contrapartida tivemos redução de 3,0% ou R\$0,31 milhão nas outras despesas com vendas, em relação ao mesmo período de 2009.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas atingiram R\$13,37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 26,3% ou R\$2,79 milhões, comparados aos R\$10,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. O aumento das despesas ocorreu principalmente com: (i) aumento de gastos com salários e encargos, tendo em vista o aumento salarial pela convenção coletiva de trabalho que foi de 5,8% e que ficou em linha com a inflação e realinhamento de funções e da contratação de 53 novos funcionários no setor administrativo, no valor de R\$0,89 milhão, (ii) aumento de gastos com serviços de terceiros de consultorias e assessorias, despesas de viagens do departamento administrativo e publicações legais no valor de R\$0,38 milhão, (iii) aumento da provisão de processos trabalhistas no valor de R\$1,21 milhão. Nossas despesas administrativas corresponderam, nos respectivos períodos indicados acima, a 4,6% e 4,7% da nossa receita líquida de vendas.

Outras Receitas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas atingiram R\$5,07 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 28,8% ou R\$1,13 milhão comparados aos R\$3,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando respectivamente 1,8% da receita líquida de vendas em cada ano. Tal aumento decorreu principalmente da recuperação de despesas de marketing e publicidade, reembolsadas pelos lojistas de revendas exclusivas no valor de R\$1,11 milhão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras

O resultado antes das despesas e receitas financeiras atingiu R\$67,19 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 53,7% ou R\$23,47 milhões, comparados aos R\$43,72 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 23,3% e 19,4% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$1,37 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou uma redução de 19,8% ou R\$0,34 milhão comparados aos R\$1,71 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi decorrente principalmente pela redução das despesas com variação cambial, decorrente dos títulos a receber dos clientes do exterior no valor de R\$0,32 milhão. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 corresponderam, respectivamente, a 0,5% e 0,8% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$9,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou uma redução de 3,3% ou R\$0,33 milhão comparados aos R\$10,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação decorreu principalmente do aumento de: (i) juros recebidos de clientes no valor de R\$1,27 milhão; e (ii) rendimento de aplicações financeiras no valor de R\$0,82 milhão. Os aumentos ocorridos foram compensados pela redução no Ajuste a Valor Presente (AVP) de R\$2,40 milhões. Nossas receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 corresponderam, respectivamente, a 3,4% e 4,5% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu R\$75,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 45,1% ou R\$23,48 milhões, comparados aos R\$52,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a 26,2% e 23,2% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social – correntes atingiram R\$23,34 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 56,0% ou R\$8,38 milhões, comparados a R\$14,96 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. A variação das despesas com imposto de renda e contribuição social ocorreu pelo aumento de 45,1% em nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social – diferido atingiram R\$0,84 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de R\$0,82 milhão, comparado a uma despesa de R\$0,02 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Isto se deve ao aumento das provisões contábeis, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas e cíveis e a devedores duvidosos, as quais são temporariamente indedutíveis.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso lucro líquido atingiu R\$53,09 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representou um aumento de 43,0% ou R\$15,97 milhões, comparados aos R\$37,12 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 18,4% e 16,5% da nossa receita líquida de vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL, EXCETO PERCENTUAIS)	Em 31 de dezembro de				
	2011	AV ⁽¹⁾ (%)	2010	AV ⁽¹⁾ (%)	AH ⁽²⁾ 11/10 (%)
Ativo					
Circulante	125.946	48,8%	145.744	69,5%	-13,6%
Caixa equivalentes de caixa	12.131	4,7%	20.621	9,8%	-41,2%
Aplicações financeiras vinculadas	323	0,1%	-	0,0%	N/A
Contas a receber de clientes	77.833	30,1%	86.289	41,1%	-9,8%
Estoques	22.144	8,6%	23.729	11,3%	-6,7%
Adiantamento e antecipações	712	0,3%	727	0,3%	-2,1%
Empréstimos concedidos	3.524	1,4%	8.908	4,2%	-60,4%
Despesas antecipadas	5.674	2,2%	3.550	1,7%	59,8%
Impostos a recuperar	1.508	0,6%	47	0,0%	N/A
Outros ativos circulantes	2.097	0,8%	1.873	0,9%	12,0%
Não Circulante	132.255	51,2%	64.080	30,5%	106,4%
Aplicações financeiras vinculadas	-	0,0%	290	0,1%	-100,0%
Contas a receber de clientes	33.022	12,8%	-	0,0%	N/A
Empréstimos concedidos	8.102	3,1%	1.871	0,9%	333,0%
Ativo mantido para venda	6.751	2,6%	5.867	2,8%	15,1%
Imposto de renda e contribuição social diferida	4.428	1,7%	2.805	1,3%	57,9%
Impostos a recuperar	43	0,0%	51	0,0%	-15,7%
Despesas antecipadas	526	0,2%	19	0,0%	N/A
Depósitos judiciais	1.419	0,5%	598	0,3%	137,3%
Outros ativos não circulantes	636	0,2%	73	0,0%	771,2%
Investimentos	704	0,3%	404	0,2%	74,3%
Imobilizado	75.994	29,4%	51.430	24,5%	47,8%
Intangível	630	0,2%	672	0,3%	-6,3%
Total do ativo	258.201	100,0%	209.824	100,0%	23,1%
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante	53.301	20,6%	44.048	21,0%	21,0%
Empréstimos e financiamentos	1.115	0,4%	557	0,3%	100,2%
Fornecedores	8.425	3,3%	5.684	2,7%	48,2%
Obrigações tributárias	15.974	6,2%	15.515	7,4%	3,0%
Juros sobre capital próprio a pagar	7.905	3,1%	5.780	2,8%	36,8%
Salários e encargos sociais	4.556	1,8%	3.623	1,7%	25,8%
Adiantamento de clientes	14.269	5,5%	11.904	5,7%	19,9%
Outros passivos circulantes	1.057	0,4%	985	0,5%	7,3%
Não circulante	9.161	3,5%	6.174	2,9%	48,4%
Empréstimos e financiamentos	5.688	2,2%	3.904	1,9%	45,7%
Obrigações tributárias	84	0,0%	142	0,1%	-40,9%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.389	1,3%	2.128	1,0%	59,3%
Patrimônio Líquido	195.739	75,8%	159.602	76,1%	22,6%
Capital social	29.699	11,5%	29.699	14,2%	0,0%
Reservas de lucros	5.939	2,3%	129.903	61,9%	-95,4%
Dividendos adicionais propostos	160.101	62,0%	-	N/A	N/A
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	258.201	100,0%	209.824	100,0%	23,1%

(1) Análise Vertical (participação percentual dos itens do ativo sobre o ativo total e dos itens do passivo sobre o total do passivo e do patrimônio líquido).

(2) Análise Horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$12,13 milhões em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 41,2% em comparação com R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorre principalmente do caixa aplicado nas atividades de investimento e financiamento que foi compensado parcialmente pelo caixa gerado nas atividades operacionais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos, que anteriormente estavam registradas no ativo não circulante em função do prazo, no montante de R\$0,32 milhão.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$77,83 milhões, representando uma diminuição de 9,8% ou R\$8,46 milhões, em relação ao montante de R\$86,29 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução aconteceu principalmente em razão da reclassificação de parte das contas a receber de clientes para o ativo não circulante devido ao alongamento de prazo de pagamento concedido a diversos clientes neste período. Fizemos a prorrogação de prazo de pagamento a diversos revendedores exclusivos, como parte das medidas de apoio incluídas no plano de Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, que teve início em 2007 e teve sua fase mais intensa principalmente entre os anos de 2009 e 2011, restando pequena parcela do Reposicionamento a ser concluída em 2012. Em 2011 aumentamos a provisão para devedores duvidosos em R\$2,45 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão era de R\$5,07 milhões comparado a R\$2,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal variação decorreu do aumento no atraso de pagamentos dos títulos a receber e do risco de inadimplência.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$22,14 milhões em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 6,7% ou R\$1,59 milhão, em comparação com R\$23,73 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução decorre a: (i) menor volume de compra de insumos; e (ii) aprimoramento dos sistemas de controle e racionalização do consumo de matérias primas dos produtos em elaboração no processo produtivo.

Adiantamento e antecipações

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$0,71 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 2,1% em relação aos R\$0,73 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não houve variação significativa nesta conta no período.

Empréstimos concedidos

Empréstimos concedidos referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 7,71% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,52 milhões em 31 de dezembro de 2011, reduzindo 60,4% em relação ao valor de R\$8,91 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução é justificada pela reclassificação para o ativo não circulante decorrente da ampliação dos prazos de vencimento dos empréstimos concedidos aos revendedores exclusivos.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizam R\$5,67 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 59,8% em relação ao valor de R\$3,55 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse acréscimo justifica-se principalmente pelo aumento de contratação antecipada de celebridades e espaços publicitários em revistas, das quais nós nos utilizamos para fazer a propaganda de nossos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

produtos, aproveitando condições favoráveis de preço e garantindo espaço para a divulgação das nossas marcas.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$1,51 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$1,46 milhão em relação ao valor de R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse incremento decorre de créditos de PIS e COFINS referentes a importação de máquinas e equipamentos industriais ocorridos no ano de 2011.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$2,09 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,22 milhão em relação ao valor de R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber: (i) reembolso de despesas de publicidade e propaganda debitadas a nossos revendedores exclusivos; (ii) reembolso das despesas com aeronave; e, (iii) prêmio bancário por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos.

Ativo Não Circulante

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo desta conta era de R\$0,29 milhão, sendo que no exercício de 2011 tais valores foram transferidos para o ativo circulante em razão da data do vencimento de tais aplicações.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$33,02 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2010 esta conta não apresentava saldo.

Isto se deve ao fato da Companhia ter renegociado 126 contratos celebrados com revendedores exclusivos que constavam no ativo circulante, que se destinaram a facilitar o Reposicionamento de tais clientes por meio de: (i) realocização de pontos de vendas para locais mais estratégicos, (ii) mudança de investidor (lojista); e (iii) reforma e alteração no visual, *lay-out*, *show room*, fachada e outros itens. Esta medida de prorrogação de prazo de pagamento faz parte das medidas de apoio incluídas no plano de Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, que teve início em 2007 e teve sua fase mais intensa principalmente entre os anos de 2009 e 2011, restando uma pequena parcela do Reposicionamento a ser concluído em 2012.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$8,10 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$6,23 milhões em comparação com R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é justificado pela liberação de novas operações de empréstimos para dez novos revendedores exclusivos. Os empréstimos concedidos se destinaram a facilitar o Reposicionamento de tais clientes por meio de: (i) realocização de pontos de vendas para locais mais estratégicos, e (ii) reforma, alteração no visual, *lay-out*, *show room* e fachada.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo mantido para venda

Temos como política aceitar dação em pagamento de devedores duvidosos em certos casos, quando se esgotam as negociações comerciais ou judiciais. O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado.

O ativo mantido para venda totalizou R\$6,75 milhões em 31 de dezembro de 2011 aumentando 15,1% em relação aos R\$5,86 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este aumento decorreu do recebimento de imóveis em dação de pagamento de contas a receber de clientes. Estes imóveis (lojas, terrenos e apartamentos) foram recebidos por seu valor justo, validado por avaliadores independentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$4,42 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$1,62 milhão ou 57,9% em relação ao valor de R\$2,80 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este acréscimo ocorreu pelo aumento das provisões temporariamente indedutíveis no ano de 2011, principalmente relacionadas a riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e devedores duvidosos.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,04 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 15,6% em relação ao valor de R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,52 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,50 milhão em relação aos R\$0,02 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$1,42 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,82 milhão em relação aos R\$0,60 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu pela necessidade de realização de diversos depósitos judiciais em processos de natureza cível e tributário em andamento.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,64 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$0,57 milhão comparado aos R\$0,07 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Investimentos

Nossos investimentos totalizaram R\$0,70 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando em R\$0,30 milhão do valor registrado em 31 de dezembro de 2010 de R\$0,40 milhão. Esse aumento decorre de investimentos de direitos de uso de ponto comercial adquiridos para instalação de lojas para revenda de nossos produtos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$75,99 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando R\$24,56 milhões ou 47,8% em relação aos R\$51,43 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$0,63 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 6,3% em relação ao R\$0,67 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esta conta é composta de licenças de softwares e marcas e patentes, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$1,11 milhão em 31 de dezembro de 2011 aumentando 100,2% em comparação com os R\$0,56 milhão em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela contratação de uma linha de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., agente financeiro do BNDES para capital de giro.

Fornecedores

Nosso saldo de fornecedores totalizou R\$8,42 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 48,2% em comparação com R\$5,68 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento aconteceu principalmente pelo incremento relativo a compra de máquinas e equipamentos industriais para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$15,97 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 3,0% quando comparado aos R\$15,51 milhões em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$7,90 milhões, aumentando 36,8% quando comparado com os R\$5,78 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tendo em vista que a base de cálculo utilizada em 2011 foi maior do que o ano anterior.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$4,55 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 25,8% em comparação com os R\$3,62 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento deveu-se a: (i) contratação de 69 novos funcionários para a área de produção e de 38 novos funcionários para o setor administrativo e área comercial; (ii) aumento de salários pela convenção coletiva da categoria que foi de 8,0%; e, (iii) provisionamento do plano de participação nos resultados (PPR).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$14,27 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 19,9% em relação aos R\$11,90 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação ocorreu em função da mudança da política de negociação com nossos clientes incentivando o pagamento antecipado, com o objetivo de aumentar a entrada de recursos para fortalecer nosso capital de giro, minimizando o risco de perdas com inadimplência, e propiciando um melhor aproveitamento dos limites de crédito de nossos clientes.

Outros passivos circulantes

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$1,05 milhão em 31 de dezembro de 2011, aumentando 7,3% em comparação com R\$0,98 milhão em 31 de dezembro de 2010. Não tendo ocorrido variação significativa no período.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$5,69 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 45,7% em comparação com os R\$3,90 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento justifica-se pela contratação de nova linha de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., agente financeiro do BNDES para capital de giro.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$0,08 milhão em 31 de dezembro de 2011, diminuindo 42,8% ou R\$0,06 milhão quando comparado aos R\$0,14 milhão em 31 de dezembro de 2010, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R\$3,38 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando 59,3% em comparação com os R\$2,13 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação decorreu pelo provisionamento em 2011 de processos tributários e previdenciários, em virtude do aumento do risco de perda, de acordo com o entendimento de nossos consultores jurídicos.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$195,74 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$159,60 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento de 22,6%, ou R\$36,14 milhões, é decorrente do lucro líquido do exercício de 2011 de R\$57,79 milhões, que foi compensado parcialmente pela distribuição de dividendos de R\$12,35 milhões e de juros sobre o capital próprio de R\$9,30 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 COMPARADO COM O BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL, EXCETO PERCENTUAIS)	Em 31 de dezembro de				
	2010	AV⁽¹⁾ (%)	2009	AV⁽¹⁾ (%)	AH⁽²⁾ 10/09 (%)
Ativo					
Circulante	145.744	69,5%	109.903	64,9%	32,6%
Caixa equivalentes de caixa	20.621	9,8%	17.844	10,5%	15,6%
Contas a receber de clientes	86.289	41,1%	64.285	37,9%	34,2%
Estoques	23.729	11,3%	17.480	10,3%	35,7%
Adiantamento e antecipações	727	0,3%	715	0,4%	1,7%
Empréstimos concedidos	8.908	4,2%	5.362	3,2%	66,1%
Despesas antecipadas	3.550	1,7%	2.774	1,6%	28,0%
Impostos a recuperar	47	0,0%	494	0,3%	-90,5%
Outros ativos circulantes	1.873	0,9%	949	0,6%	97,4%
Não circulante	64.080	30,5%	59.559	35,1%	7,6%
Aplicações financeiras vinculadas	290	0,1%	1.843	1,1%	-84,3%
Empréstimos concedidos	1.871	0,9%	2.698	1,6%	-30,7%
Ativo mantido para venda	5.867	2,8%	3.055	1,8%	92,0%
Imposto de renda e contribuição social e diferida	2.805	1,3%	1.967	1,2%	42,6%
Impostos a recuperar	51	0,0%	59	0,0%	-13,6%
Despesas antecipadas	19	0,0%	64	0,0%	-70,3%
Depósitos judiciais	598	0,3%	176	0,1%	239,8%
Outros ativos não circulantes	73	0,0%	65	0,0%	12,3%
Investimentos	404	0,2%	404	0,2%	0,0%
Imobilizado	51.430	24,5%	48.535	28,6%	6,0%
Intangível	672	0,3%	693	0,4%	-3,0%
Total do ativo	209.824	100,0%	169.462	100,0%	23,8%
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante	44.048	21,0%	39.458	23,3%	11,6%
Empréstimos e financiamentos	557	0,3%	7.386	4,4%	-92,5%
Fornecedores	5.684	2,7%	4.962	2,9%	14,6%
Obrigações tributárias	15.515	7,4%	8.757	5,2%	77,2%
Juros sobre capital próprio a pagar	5.780	2,8%	3.234	1,9%	78,7%
Salários e encargos sociais	3.623	1,7%	2.792	1,6%	29,8%
Adiantamento de clientes	11.904	5,7%	11.256	6,6%	5,8%
Outros passivos circulantes	985	0,5%	1.071	0,6%	-8,0%
Não Circulante	6.174	2,9%	6.140	3,6%	0,6%
Empréstimos e financiamentos	3.904	1,9%	5.018	3,0%	-22,2%
Obrigações tributárias	142	0,1%	198	0,1%	-28,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.128	1,0%	924	0,5%	130,3%
Patrimônio líquido	159.602	76,1%	123.864	73,1%	28,9%
Capital social	29.699	14,2%	29.699	17,5%	0,0%
Reservas de lucros	129.903	61,9%	94.165	55,6%	38,0%
Total do passivo e do patrimônio líquido	209.824	100,0%	169.462	100,0%	23,8%

(1) Análise Vertical (participação percentual dos itens do ativo sobre o ativo total e dos itens do passivo sobre o total do passivo e do patrimônio líquido).

(2) Análise Horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 15,6% em comparação com R\$17,84 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse incremento decorre principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2010, que foi compensado parcialmente pelo caixa aplicado nas atividades de investimento e financiamento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$86,28 milhões, representando um aumento de 34,2% ou R\$22,00 milhões, em relação ao montante de R\$64,28 milhões em 31 de dezembro de 2009. Concedemos prorrogação de prazo de pagamento a diversos revendedores exclusivos, como parte das medidas de apoio incluídas no plano de Reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, iniciado em 2007 e com fase mais intensa principalmente entre os anos de 2009 e 2011, restando uma pequena parcela do Reposicionamento a ser concluída em 2012. Em 31 de dezembro de 2010 a provisão para devedores duvidosos era de R\$2,62 milhões ou R\$1,42 milhão maior do que os R\$1,20 milhão em 31 de dezembro de 2009. Tal variação ocorreu devido ao aumento no atraso de pagamentos dos títulos a receber e do risco de inadimplência.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$23,73 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 35,7% ou R\$6,25 milhões, em comparação com R\$17,48 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorre principalmente pelo crescimento do volume em estoque, quando comparados a 2009, em função de nossa estratégia de incremento e reposição do estoque de insumos aproveitando a redução de preços no período.

Adiantamento e antecipações

Os adiantamentos e antecipações totalizaram R\$0,73 milhão em 31 de dezembro de 2010, aumentando 1,7% em relação aos R\$0,71 milhão em 31 de dezembro de 2009. Não houve variação significativa nesta conta no período.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$8,90 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 66,1% em relação ao valor de R\$5,36 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é justificado pela liberação de operações de empréstimos para sete revendedores exclusivos já existentes. Os empréstimos concedidos se destinaram a facilitar o Reposicionamento de tais clientes por meio de: (i) realocização de pontos de vendas para locais mais estratégicos; e (ii) reforma, alteração no visual, *lay-out*, *show room* e fachada.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$3,55 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 28,0% em relação ao valor de R\$2,77 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse acréscimo justifica-se principalmente pela contratação antecipada de celebridades e espaços publicitários em revistas, das quais utilizamos para fazer a propaganda de nossos produtos, aproveitando condições favoráveis de preço e garantindo espaço para a divulgação de nossas marcas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo R\$0,44 milhão em relação ao valor de R\$0,49 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010, aumentando 97,4% em relação ao valor de R\$0,95 milhão em 31 de dezembro de 2009. Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber: (i) reembolso de despesas de publicidade e propaganda debitadas a nossos revendedores exclusivos; (ii) despesas com aeronave; e (iii) prêmio bancário por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, de financiamentos dos clientes dos revendedores exclusivos.

Ativo Não Circulante

Aplicações financeiras vinculadas

Tratam-se de aplicações financeiras destinadas a garantia de financiamentos bancários vinculados a obrigações de nossos revendedores exclusivos. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo desta conta era de R\$0,29 milhão, diminuindo R\$1,55 milhão em comparação com R\$1,84 milhão em 31 de dezembro de 2009. Esta redução decorreu pela liberação de recursos utilizados para garantias de financiamentos bancários, em virtude da redução do saldo devedor a pagar de tais empréstimos.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,87 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 30,7% em comparação com R\$2,69 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$0,82 milhão aconteceu substancialmente pela transferência do ativo não circulante para o ativo circulante em decorrência da vigência dos prazos de amortização dos contratos de empréstimo.

Ativo mantido para venda

O ativo mantido para venda totalizou R\$5,87 milhões em 31 de dezembro de 2010 aumentando R\$2,82 milhões em relação aos R\$3,05 milhões em 2009. Este aumento decorreu do recebimento de imóveis em dação de pagamento de contas a receber de clientes. Estes imóveis (lojas, terrenos e apartamentos) foram recebidos pelo seu valor de custo, sendo inferior ou igual ao valor justo, validado por avaliadores independentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$2,80 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 42,6% em relação ao valor de R\$1,97 milhão em 31 de dezembro de 2009. Este aumento decorreu pelo acréscimo da base de cálculo das provisões constituídas no ano de 2010.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,05 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 13,6% em relação ao valor de R\$0,06 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$0,02 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo em relação aos R\$0,06 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$0,60 milhão em 31 de dezembro de 2010, aumentando R\$0,43 milhão em relação aos R\$0,17 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,07 milhão em 31 de dezembro de 2010, comparado aos R\$0,06 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Investimentos

Nossos investimentos totalizaram R\$0,40 milhão em 31 de dezembro de 2010, mantendo-se estáveis se comparado aos R\$0,40 milhão em 31 de dezembro de 2009.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$51,43 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 6,0% em relação aos R\$48,53 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu pela aquisição de máquinas e equipamentos para aumento da capacidade de produção e melhoria da tecnologia utilizada no processo produtivo.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$0,67 milhão em 31 de dezembro de 2010, em relação aos R\$0,69 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período. Esta conta é composta de licenças de softwares e marcas e patentes.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$0,55 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 92,5% em comparação com os R\$7,38 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução justifica-se pela liquidação de contratos de empréstimo e financiamento com o consequente pagamento dos valores vencidos no período.

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$5,68 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 14,6% em comparação com R\$4,96 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento aconteceu principalmente pelo incremento estratégico na compra de insumos e matérias primas ocorridas no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$15,51 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 77,2% em comparação com R\$8,76 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu devido a: (i) impostos gerados sobre o incremento de nossas vendas realizadas no quarto trimestre de 2010; e (ii) aumento do lucro anual tributável.

Juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de juros sobre o capital próprio a pagar totalizou R\$5,78 milhões, aumentando 78,7% quando comparado com os R\$3,23 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tendo em vista que a base de cálculo utilizada em 2010 foi maior do que o ano anterior.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$3,62 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 29,8% em comparação com os R\$2,79 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento deveu-se a: (i) contratação de 138 novos funcionários para aumento de nossa capacidade de produção; (ii) aumento de salários pela convenção coletiva da categoria que foi de 5,8%; e (iii) provisionamento do plano de participação nos resultados (PPR).

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamentos de clientes totalizou R\$11,90 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando 5,8% em relação aos R\$11,25 milhões em 31 de dezembro de 2009. Não houve variação significativa no período.

Outros passivos circulantes

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$0,98 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 8,0% em comparação com R\$1,07 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R\$3,90 milhões em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 22,2% em comparação com os R\$5,02 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução ocorreu pela transferência das parcelas a pagar, lançadas no passivo não circulante, para o passivo circulante, de acordo com o cronograma de pagamento dos empréstimos bancários.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$0,14 milhão em 31 de dezembro de 2010, diminuindo 28,3% quando comparado aos R\$0,19 milhão em 31 de dezembro de 2009, não tendo ocorrido variação significativa no período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Nossas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R\$2,13 milhões em 31 de dezembro de 2010, aumentando R\$1,21 milhão em comparação com R\$0,92 milhão em 31 de dezembro de 2009. Este aumento decorre de: (i) adição de 21 novos processos trabalhistas, (ii) mudança no critério de avaliação por partes dos advogados trabalhistas, sobre as

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

perspectivas de perdas prováveis, em função do aumento do número de processos e do valor médio das causas.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$159,60 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$123,86 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento de 28,9% ou R\$35,74 milhões é decorrente do lucro líquido do exercício de 2010 de R\$53,09 milhões, que foi compensado parcialmente pela distribuição de dividendos de R\$10,55 milhões e de juros sobre o capital próprio de R\$6,80 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ANÁLISE DE NOSSOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009, 2010 E 2011

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010, e 2011, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	2010	2009	AH ⁽¹⁾ 11/10 (%)	AH ⁽¹⁾ 10/09 (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	37.829	33.175	31.513	14,0%	5,3%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	-30.319	-8.673	-9.990	249,6%	-13,2%
Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	-16.000	-21.725	-6.881	-26,4%	215,7%
Aumento do caixa e equivalente de caixa	-8.490	2.777	14.642	-405,7%	-81,0%

(1) Análise Horizontal (percentual de variação das contas entre os períodos indicados).

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$12,13 milhões em 31 de dezembro de 2011, apresentando redução de R\$8,49 milhões ou 41,2% em comparação com R\$20,62 milhões em 31 de dezembro de 2010 e uma redução de R\$5,71 milhões ou 32,0% em comparação com R\$17,84 milhões realizados em 31 de dezembro de 2009. Essas reduções decorreram principalmente de caixa aplicado nas atividades de investimentos e financiamento, que foi compensado pelo caixa gerado nas atividades operacionais.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiram o valor de R\$37,82 milhões, R\$33,17 milhões e R\$31,51 milhões, respectivamente. Esses aumentos da geração de caixa operacional foram decorrentes principalmente do aumento dos resultados de nossas operações nos períodos analisados.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$30,32 milhões e destinou-se a aquisição de máquinas e equipamentos para o parque fabril; representando um aumento de R\$21,65 milhões ou 249,6% comparado com R\$8,67 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e uma redução de R\$1,32 milhão ou 13,2% comparado com R\$9,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, tal redução deveu-se a um menor investimento em imobilizado.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$30,32 milhões, R\$8,67 milhões e R\$9,99 milhões, respectivamente. Ao longo dos 3 últimos exercícios sociais, realizamos gastos com imobilizado (CAPEX) em investimentos e intangível no valor de R\$48,98 milhões que se destinaram para aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível, para modernização, ampliação da capacidade de produção e atualização do nosso parque tecnológico.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$16,00 milhões, em comparação com R\$21,72 milhões no exercício

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

encerrado em 31 de dezembro de 2010, apresentando uma redução de R\$5,72 milhões que compreende as seguintes movimentações: (i) tivemos uma captação líquida de R\$2,14 milhões de empréstimos e financiamentos em 2011, enquanto que no ano de 2010 havíamos reduzido nossos empréstimos em R\$7,94 milhões; e (ii) aumento de R\$4,35 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos, em função da geração de caixa e lucratividade.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$21,72 milhões e R\$6,88 milhões, respectivamente. A variação de R\$14,84 milhões compreende principalmente: (i) R\$4,12 milhões respectivos aumento de pagamento de empréstimos e financiamentos; e (ii) aumento de R\$5,44 milhões pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultado das operações da companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Receita Bruta de Vendas

É composta por nossa receita bruta de vendas realizadas tanto no mercado interno quanto no mercado externo, de móveis planejados e modulados por meio de revendas exclusivas e lojas multimarcas, através das marcas Dell Anno, Favorita, New e Telasul. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado interno

As vendas no mercado interno correspondem às vendas de nossos produtos no Brasil.

Mercado externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas de nossos produtos no exterior, nos seguintes países: Paraguai, Uruguai, Martinica, Angola, Costa Rica, Chile, Colômbia, México, Argentina, Peru, Guatemala, Emirados Árabes e República Dominicana.

Deduções

Impostos sobre vendas

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, cuja alíquota pode ser variável de 7% a 17% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 5% a 10%. Sobre a receita de nossas vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI ou ICMS.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando nossos clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 1,0%, 2,1% e 1,5% de nossa receita bruta de vendas dos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic) aplicado sobre o prazo médio de venda dos nossos produtos, que reflete o prazo e o risco de cada transação dos respectivos ativos.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As nossas maiores despesas com vendas estão relacionadas a: (i) propaganda e marketing, feiras e exposições incorridas para dar maior exposição aos nossos produtos, atrair consumidores e formar opinião de especificadores; (ii) gastos com pessoal; (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, remessas em substituição de mercadorias avariadas; (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas dos nossos produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis; e (v) comissões sobre vendas para nossos representantes comerciais autônomos.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a: (i) salários e encargos trabalhistas da nossa equipe administrativa; (ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle; (iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões; e (iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

Nossas outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de: (i) prêmio bancário trimestral sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia nossos consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos; (ii) recuperação de despesas operacionais de treinamentos concedidos aos nossos revendedores; e (iii) créditos fiscais presumidos de ICMS sobre os fretes de vendas.

Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios de, em média, 7,75% ao ano recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para imposto de renda e 9,0% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros calculados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal e contábil.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais encerrando em 31 de dezembro de 2011, nossos resultados operacionais foram afetados, principalmente, pelo custo dos produtos vendidos.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos é reconhecido no momento da venda, compreendendo: (i) custos com insumos (matérias-primas, materiais intermediários e embalagem), sendo estes os mais relevantes; (ii) mão de obra direta e indireta; (iii) depreciação do ativo imobilizado das áreas industriais; e (iv) além de outros gastos gerais de fabricação (manutenção, energia elétrica e outros).

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, nossas receitas foram afetadas, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) incremento no nosso volume de vendas para todos os nossos produtos; (ii) o aumento dos preços médio dos produtos vendidos, em geral; (iii) lançamento da nossa marca New, no exercício de 2009, focada no segmento de consumo da Classe C com a abertura de 276 novos pontos de vendas naquele ano; e (iv) Reposicionamento de nossas marcas. No que se refere a inflação, os efeitos não afetam de forma substancial nossas receitas de vendas de produtos e serviços.

Não houve variações relevantes da nossa receita relativas à taxa de câmbio, tendo em vista que a participação das vendas do mercado externo em nossa receita bruta de vendas é pouco representativa (correspondendo a 1,7%, 1,5% e 1,3% de nossa receita bruta de vendas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente). Para maiores informações sobre as variações que impactaram materialmente nossa receita, vide item 10.1 (h) acima.

-Volume de Vendas : O volume de produtos vendidos (módulos para móveis) no mercado interno e externo, nos anos de 2009, 2010 e 2011 foi de: 1,52, 1,79 e 1,70 milhões de módulos para móveis, respectivamente.

-Receita Bruta de Vendas : Nos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011, a receita bruta de vendas foi de: R\$313,39 milhões; R\$392,22 milhões e R\$402,35 milhões, respectivamente.

-Preço Médio dos Produtos Vendidos : Nos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011, o preço médio dos módulos vendidos foi de: R\$205,19; R\$218,10 e R\$235,94, respectivamente.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Mudanças de conjuntura macroeconômicas nacional, principalmente no que tange a índices inflacionários, taxas de juros de curto e longo prazo e política cambial, podem afetar nossos resultados operacionais. A variação das taxas de inflação e juros no Brasil pode influenciar os nossos resultados, pois afetam a disponibilidade de renda, o ritmo da atividade econômica e o volume de investimentos na economia. A maior oferta de crédito, com prazos maiores e queda nas taxas de financiamento, tende a impactar positivamente nossos clientes. A variação dos índices de inflação afeta nossos custos e despesas dado que diversos serviços e insumos que utilizamos são reajustados de acordo com índices atrelados à inflação, tais como IGP-M e IPCA, dentre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não houve variações relevantes de nosso resultado financeiro e operacional atribuíveis à inflação e variações de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. Em nosso modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por nossos produtos e o poder de compra dos nossos consumidores finais permitirem. Nesse sentido, a variação da inflação somente afeta nosso resultado na medida em que afeta a renda que o consumidor tem disponível para comprar nossos produtos. Nossas disponibilidades líquidas de caixa e equivalentes de caixa sofrem impacto reduzido da variação da inflação e da taxa de juros, tendo em vista que o investimento de tais recursos no mercado financeiro é feito em aplicações atreladas a índices que representam as flutuações de tais indicadores (CDI, taxas de juros ou índices de inflação).

Para maiores informações sobre as variações que impactaram materialmente nosso resultado operacional e financeiro, vide item 10.1 (h) acima.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante os períodos apresentados.

(c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais a serem refletidas em nossas demonstrações financeiras.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não temos ressalvas ou parágrafos de ênfase presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que nós diretores, em conjunto com a administração da Companhia, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Nossa Administração, incluindo o Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras.

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS, os quais incluem: as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos nossos ativos; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS, e que nossos recebimentos e pagamentos estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da nossa Administração; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos nossos ativos que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Nossa Administração entende que nossos controles internos relativos às demonstrações financeiras têm alto grau de eficiência e são eficazes para prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

(b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, mas apenas para opinar sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias sobre nossas demonstrações financeiras, nossos auditores podem identificar pontos de melhoria de nossos controles internos, que quando identificados nos são comunicados.

Na avaliação da Administração nenhum dos pontos de melhoria de nossos controles internos identificados por nossos auditores independentes representa deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos que utilizamos para a elaboração das nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Até a presente data, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Na data deste Formulário de Referência, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados nas nossas demonstrações financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

(b) natureza e propósito da operação;

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

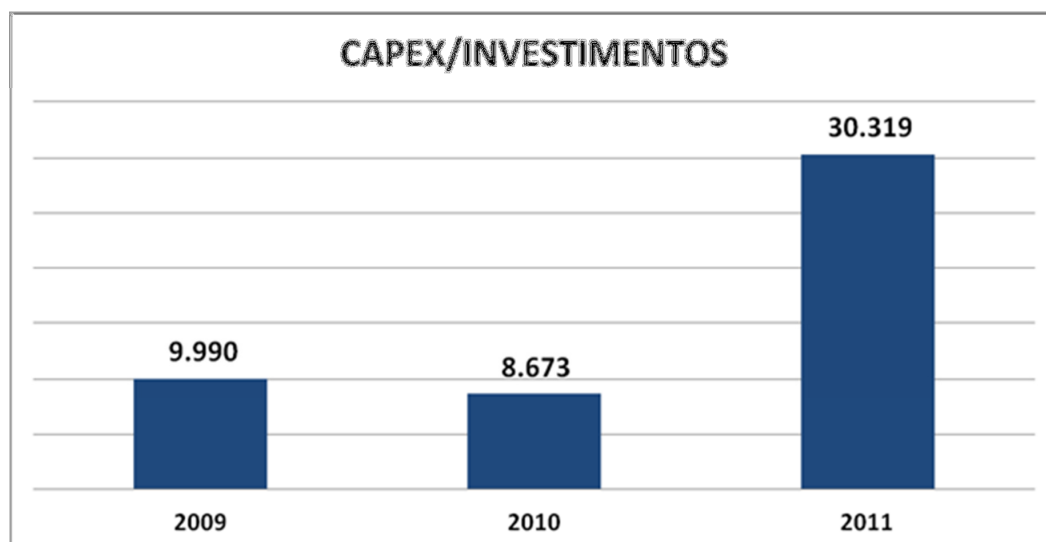
10.10 - Plano de negócios**(a) investimentos, incluindo:****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

No período de 2009 a 2011, fizemos investimentos para o aumento da capacidade de produção e modernização do nosso parque fabril, com a ampliação do prédio industrial e aquisição de máquinas e equipamentos, que nos permitiu uma melhora significativa da produtividade e novas tecnologias de produção de módulos para móveis. Aumentamos a capacidade de produção de módulos de 1.920.000 para 2.448.000/ano.

Os investimentos acima mencionados tem nos assegurado o atendimento da demanda para os próximos três anos sem que haja a necessidade de grandes investimentos, a não ser aqueles de manutenção e reposição da depreciação.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no período de 2009 a 2011, incluindo imobilizado, e intangível:

INVESTIMENTOS (Em R\$ Mil)	2009	2010	2011
IMOBILIZADO	9.358	8.475	29.848
Terrenos/Prédios/Instalações	6.049	130	3.698
Máquinas e Equipamentos	2.204	7.535	25.398
Veículos	30	28	-
Móveis e Utensílios	727	183	385
Equipamentos de Informática e software	348	599	367
INVESTIMENTOS	322	-	300
INTANGÍVEL	310	198	171
TOTAL INVESTIMENTOS	9.990	8.673	30.319
Depreciação e amortização	5.086	5.724	7.066



10.10 - Plano de negócios

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Nossos projetos de pesquisa estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados em nosso processo de fabricação. Entre eles destacamos (i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final; (ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes; (iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo; (iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis; (v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; (vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca.

Ao longo dos seis meses utilizados para o desenvolvimento de cada coleção as ações e pesquisas acima descritas servem como orientação para todos os envolvidos no processo produtivo tais como: fornecedores, colaboradores, lojistas, especificadores, *designers* e arquitetos, bem como para a preparação e planejamento da participação em feiras e eventos do segmento moveleiro.

Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também nosso ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 nossos gastos com esses projetos de pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$3,31 milhões, R\$3,40 milhões e R\$3,32 milhões, respectivamente.

Essa soma de práticas nos levou a conquistar, anualmente de 2007 a 2010, colocação entre as 50 empresas mais inovadoras da Região Sul, de acordo com o *ranking* “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não divulgamos projeções ou estimativas de qualquer natureza.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não divulgamos projeções ou estimativas de qualquer natureza.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) Atribuições de cada órgão e comitê

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso novo Estatuto Social.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração, o qual foi criado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de fevereiro de 2012, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e no, máximo, 7 (sete) membros, eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, dos quais um é o Presidente e outro Vice-Presidente, residentes ou não no Brasil, sendo que, no mínimo, 20% (vinte por cento) são membros independentes.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável e demais disposições do Estatuto Social:

- a) Eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;
- b) Aprovar o Regimento Interno da Companhia, se for o caso;
- c) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer sociedade controlada pela Companhia (“Controlada”);
- d) Aprovar um Plano de Negócios para a Companhia e suas controladas e quaisquer investimentos ou despesas de capital que não estejam incluídas em tal Plano, se for o caso;
- e) Declarar dividendos intermediários, intercalares e juros sobre o capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, com base nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observados os limites legais;
- f) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e membros dos comitês da Companhia, se existentes, conforme disposto no estatuto social;
- g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- h) Convocar a Assembleia Geral, nos termos do artigo 9º do estatuto social, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos do estatuto social;
- i) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas apresentadas pela Diretoria e Demonstrações Financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- j) Deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;
- k) Autorizar a aquisição pela Companhia de ações sua de emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior alienação;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- l) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;
- m) Deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, até o limite do capital autorizado, previsto no art. 7º do estatuto social;
- n) Nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia;
- o) Autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), considerado o período de 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio, pela Companhia ou qualquer Controlada;
- p) Autorizar a alienação ou oneração de bens do Ativo Permanente da Companhia ou qualquer Controlada, em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- q) Autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$. 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- r) Autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;
- s) Fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Controlada e Coligada, seus administradores, seus acionistas controladores e, ainda, entre a Companhia e Sociedade(s) Controladas e Coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com quaisquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam, individual ou conjuntamente, no período de um ano, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) sobre o Patrimônio Líquido da Companhia;
- t) Pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;
- u) Deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer Controlada;
- v) Avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;
- w) Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de ofertas públicas para cancelamento de registro de Companhia Aberta ou saída do Novo Mercado;
- x) Aprovar a contratação da Instituição Depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- y) Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
- z) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do estatuto social; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- aa) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Diretoria

A nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial e 01 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais possuem a designação a eles atribuída pelo Conselho de Administração, permitindo-se a cumulação de funções por um mesmo Diretor.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete à Diretoria decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

(b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação os comitês

O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, sendo composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Atualmente, não possuímos um conselho fiscal instalado.

Atualmente, não possuímos comitês instalados.

(c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Atualmente não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê que compõe a nossa estrutura administrativa.

(d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições individuais dos nossos Diretores estão previstas em nosso Estatuto Social, como segue:

Diretor Presidente: Compete privativamente ao Diretor Presidente: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) coordenar as atividades dos demais diretores; e (iii) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria.

Diretor Vice-Presidente: Compete privativamente ao Diretor Vice-Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, substituir o Diretor Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga.

Diretor Financeiro: Compete privativamente ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as nossas atividades relativas às operações de natureza financeira; (ii) gerir as nossas finanças consolidadas; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das nossas diversas áreas e das nossas controladas e coligadas, o nosso orçamento, acompanhar os resultados das nossas sociedades controladas e coligadas, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração; (iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no nosso interesse e de nossas controladas e coligadas; (v) elaborar e acompanhar os

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

planos de negócios, operacionais e de investimento; e (vi) elaborar e acompanhar o plano de organização e emitir as normas correspondentes.

Diretor Comercial: Compete privativamente ao Diretor Comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando de sua eleição: (i) gerir as nossas atividades de marketing; (ii) orientar e estruturar ofertas comerciais; (iii) definir e supervisionar as nossas políticas de comercialização e de serviços; (iv) avaliar e propor planos de desenvolvimento para novos projetos; (v) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de comercialização; (vi) avaliar e discutir pesquisas e análises sobre a nossa Companhia, nossos ativos e a indústria; (vii) estreitar o nosso relacionamento com os varejistas de cada um de seus empreendimentos e novos lojistas; (viii) estudar os resultados obtidos bem como os possíveis cenários para melhora contínua de produtividade; e (ix) avaliar e acompanhar pesquisas de produtividade e novos negócios.

Diretor de Relações com Investidores: Compete privativamente ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando de sua eleição, nos representar perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM e às bolsas de valores e mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme a legislação aplicável.

Os Diretores sem designação específica terão as atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração quando da sua eleição, observado o disposto em nosso Estatuto Social.

(e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Atualmente não possuímos mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) Prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas Assembleias Gerais sejam convocadas mediante 3 (três) publicações no órgão oficial da União ou do Estado (utilizamos o “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”), bem como em outro jornal de grande circulação (atualmente utilizamos o “Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul”). A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e após nos ouvir, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as nossas Assembleias Gerais seja feita até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral, conforme previsto no artigo 124, §5º, I, da Lei das Sociedades por Ações.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 480, os editais de convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinárias deverão ser enviados à CVM no mesmo dia de sua publicação.

(b) Competências

De acordo com nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

- (i) alteração, modificação e reforma do Estatuto Social;
- (ii) nossa transformação, fusão, cisão e incorporação, bem como incorporação de ações de nossa emissão, nossa dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de contas;
- (iii) aprovação das contas, das demonstrações financeiras anuais e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- (iv) eleição, reeleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como a determinação do número de cargos do Conselho de Administração;
- (v) fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual;
- (vi) pedido de cancelamento do nosso registro de companhia aberta junto à CVM, bem como a saída do Novo Mercado; e
- (vii) escolha da empresa especializada responsável pela preparação de nosso laudo de avaliação em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas que forem indicadas pelo Conselho de Administração.

(c) Endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Físico: Rodovia Estadual RSC – 470 , KM 212,930
Bairro São Vendelino, 95700-000
Bento Gonçalves – RS - Brasil.

Eletrônico: www.unicasamoveis.com.br/dri; www.cvm.gov.br; e www.bmfbovespa.com.br

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Nesse sentido, aplicamos esse princípio, não admitindo o voto, como regra geral, dos administradores e acionistas que tenham conflito com a matéria constante da ordem do dia. Não possuímos nenhum outro mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesse, além daqueles impostos por lei. Os conflitos de interesse são solucionados de maneira individualizada, conforme necessário.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados, devendo nos transferir as vantagens que tiver auferido.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras específicas para solicitação de procurações para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais, pois entendemos que os mecanismos previstos na legislação aplicável são suficientes para tal fim.

(f) Formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Para que possa participar da Assembleia Geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá apresentar os seguintes documentos:

- (i) documento hábil de identidade;
- (ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;
- (iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, nosso administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e
- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

O edital de convocação das Assembleias Gerais poderá solicitar, para fins de melhor organização das Assembleias Gerais, o depósito em nossa sede dos documentos arrolados acima com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembleia Geral.

Ainda, independentemente do depósito dos referidos documentos com a antecedência acima prevista, qualquer acionista que comparecer às Assembleias Gerais terá o direito de dela participar e votar, desde que comprove sua qualidade de acionista mediante apresentação dos documentos acima elencados.

Não adotamos outras formalidades além das acima descritas para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas e não admitimos procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores para receber e compartilhar informações e comentários dos nossos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não adotamos, como regra, a transmissão ao vivo de vídeo e/ou áudio das Assembleias Gerais.

(i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não adotamos uma política e não possuímos mecanismos específicos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas Assembleias Gerais, pois entendemos que os mecanismos previstos na legislação aplicável são suficientes para tal fim.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	17/02/2012
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	17/02/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	07/03/2012
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	07/03/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	29/04/2011
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	29/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	19/05/2011
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	23/05/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	22/04/2010
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	22/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul - RS	16/06/2010
		Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul - RS	16/06/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Frequência das reuniões

Nosso Conselho de Administração deverá reunir-se ordinariamente 4 (quatro) vezes ao ano e extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, em nossa sede, sendo permitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou Vice-Presidente mediante notificação escrita entregue por carta, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho de Administração.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há disposições no acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações. Em linha com o disposto na referida lei, nosso Estatuto Social estabelece que não pode ser eleito para o Conselho de Administração, exceto se expressamente autorizado pela Assembleia Geral da Companhia, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia, sendo que se o conflito surgir após a eleição de referido membro, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para deliberar a respeito da destituição ou permanência de tal membro no Conselho de Administração da Companhia.

Além do acima disposto, não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses, pois entendemos que os mecanismos previstos na legislação aplicável são suficientes para tal fim.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Consta do art. 49 do nosso Estatuto Social a seguinte cláusula compromissória: “A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado”.

396

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho	36	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2014
970.295.219-00	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/02/2012	Sim
Diretor Financeiro.				
Kelly Zietolie	43	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2014
594.926.860-15	Empresária	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Thiago Proença Baisch	36	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2014
884.703.000-59	Economista	Diretor Comercial	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Alexandre Grendene Bartelle	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2013.
098.675.970-87	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Juvenil Antonio Zietolie	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2013
029.127.670-91	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
Renato Ochman	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2013
375.739.690-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				
João Carlos Sfreddo	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2012	Até AGO que aprovar DFs de 31/12/2013
008.936.920-34	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/03/2012	Sim
Não aplicável.				
Frank Zietolie	41	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/02/2012	Até AGO que aprovar as DFs (i) de 31/12/2014, para Diretor; e (ii) de 31/12/2013, para Conselheiro

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
532.184.260-49	Empresário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	27/02/2012	Sim
Não aplicável.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho - 970.295.219-00

Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho, 36 anos, bacharel em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior e Pós-Graduado em Finanças Corporativas pelo Centro Universitário Positivo, em Curitiba, Estado do Paraná. Exerce o cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. Além disso, o Sr. Paulo exerceu (i) o cargo de Gerente Financeiro da Insol S.A., empresa que atua no segmento de agronegócios (soja), no período de outubro de 2003 até janeiro de 2007; (ii) o cargo de officer de Tesouraria e Relações com Investidores na Incopa S.A., empresa atuante no segmento de agronegócios (soja), no período de fevereiro de 2007 até abril de 2010; e (iii) o cargo de Chief Accounting Officer Latin American Region (Fiat Group), no período entre outubro de 2010 até julho de 2011.

O Sr. Paulo não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Kelly Zietolle - 594.926.860-15

Kelly Zietolle, 43 anos, ocupa o cargo de Diretora Vice Presidente. Além disso, a Sra. Kelly é acionista da Telasul S.A. e quotista da Zietolle Negócios e Participações Ltda. (holding).

A Sra. Kelly não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thiago Proença Baisch - 884.703.000-59

Thiago Proença Baisch, 36 anos, bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com formação superior em Economia em 1997, Pós-Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em Marketing e atual participante do Curso de MBA em Gestão de Negócios na IEN/IBMEC. Ocupa o cargo de Diretor Comercial. Além disso, exerceu as funções de (i) Gerente Executivo do Grupo RBS, empresa de comunicação, na gestão da área de marketing da RBS TV, no período de maio de 2006 a março de 2008; e (ii) Gerente Geral de Marketing, promovido para o cargo de Diretor Comercial de Marketing e Vendas, da Lojas Colombo S.A., loja de departamentos, no período de março de 2008 até dezembro de 2011.

O Sr. Thiago não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Alexandre Grendene Bartelle - 098.675.970-87

Alexandre Grendene Bartelle, 62 anos, bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Exerce o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso, ocupa os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Grendene S.A., companhia aberta atuante no segmento industrial de calçados, desde 19.04.2010 e 04.03.2010, respectivamente. Adicionalmente, participa em outros negócios no Brasil, incluindo a (i) Telasul S.A. - fabricante de cozinhas em aço, onde é Diretor Vice-Presidente desde 30.04.2010; (ii) Vulcabrás/Azaléia S.A., companhia aberta atuante no segmento industrial de calçados, onde é Vice Presidente de Administração desde 05.01.2011; (iii) Agropecuária Jacarezinho Ltda. - empresa do ramo agropecuário, onde ocupa o cargo de administrador desde 22.06.1993; (iv) Da Mata S.A. Açúcar e Alcool - usina de álcool, açúcar e cultivo de cana, onde é Presidente do Conselho de Administração desde 21.01.2011; (v) Lagoa Clara Agrícola S.A. - empresa do ramo agropecuário, onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 20.08.2010; e (vi) Karina Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa atuante no setor imobiliário, onde ocupa o cargo de administrador desde 23.06.1981. Além disso, o Sr. Alexandre ocupa os seguintes cargos em empresas cujo objeto social é deter participações em outras empresas (holdings), dentre as quais destacam-se: (a) AGP Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 24.07.2009; (b) Nova Trento Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de administrador desde 28.07.1989; (c) Nova Vicenza Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 24.07.2009; (d) Veneza Negócios e Participações S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 19.03.2010; (e) Grendene Negócios S.A., onde ocupa o cargo de Diretor Presidente desde 29.04.2010; e (f) Alexandre G. B. Participações S.A., onde ocupa o cargo de Presidente desde 30.04.2010. Por fim, dentre as obrigações inerentes aos cargos mencionados acima, o Sr. Alexandre tem outras obrigações gerais que tem sob sua responsabilidade na qualidade de sócio ou acionista, conforme o caso, das referidas empresas.

Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Alexandre não ocupa nem ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Juvenil Antonio Zietolie - 029.127.670-91

Juvenil Antonio Zietolie, 68 anos, ocupa o cargo de Vice Presidente do nosso Conselho de Administração. Além disso, exerce o cargo de Diretor da Telasul S.A. - fabricante de cozinhas em aço, desde 30.04.2010. Adicionalmente, o Sr. Juvenil ocupa o cargo de sócio administrador na empresa Zietolie Negócios e Participações Ltda. (holding) desde 03.12.2008.

O Sr. Juvenil não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Renato Ochman - 375.739.690-15

Renato Ochman, 52 anos, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sócio do escritório de advocacia Ochman, Real Amadeo Advogados Associados com escritórios nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, professor convidado de cursos da GV Law/Fundação Getúlio Vargas/SP, membro do Conselho da Escola Graduada de São Paulo - Graded School e membro da Ordem dos Advogados do Brasil - Seções de São Paulo e Rio Grande do Sul. Exerce o cargo de membro efetivo do nosso Conselho de Administração. Além disso, o Sr. Renato ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. e da Grendene S.A., ambas companhias de capital aberto.

Além das empresas mencionadas acima, o Sr. Renato não ocupa nem ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Carlos Sfreddo - 008.936.920-34

João Carlos Sfreddo, 65 anos, bacharel em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com pós graduação, extensão e aperfeiçoamento - auditoria externa - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em convênio com o IAB e IBMEC. Possui mais de 30 anos de experiência na área tributária e de auditoria, em clientes dos setores de varejo, químico e petroquímico, energia elétrica, instituições financeiras e manufatura. De 1982 a 2009 atuou com Sócio de Impostos na empresa Ernst & Young (Consultoria Tributária). O Sr. João Carlos é membro da Câmara Júnior, membro fundador do IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e foi Vice Presidente da ADVB - Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil durante duas gestões. Exerce o cargo de membro independente do nosso Conselho de Administração.

O Sr. João Carlos não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frank Zietolie - 532.184.260-49

Frank Zietolle, 41 anos, é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, no Estado do Rio Grande do Sul. Exerce os cargos de membro efetivo do nosso Conselho de Administração e Diretor Presidente. Além disso, ocupa o cargo de Diretor Presidente da Telasul S.A. – fabricante de cozinhas em aço, desde 30.04.2010. Adicionalmente, o Sr. Frank Zietolle ocupa o cargo de sócio administrador na (i) Zietolle Negócios e Participações Ltda. (holding) desde 03.12.2008, e (ii) LIC Negócios Imobiliários Ltda. – empresa atuante no setor de empreendimentos imobiliários, desde 01.10.2009.

O Sr. Frank não ocupa nem ocupou cargos de administração em companhias abertas.

Nos últimos 5 anos, não sofreu qualquer (a) condenação criminal; (b) condenação em processo administrativo da CVM; ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Atualmente, não possuímos comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Frank Zietolie	532.184.260-49	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Kelly Zietolie	594.926.860-15	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	
Diretora Vice Presidente				
Observação				
O Sr. Frank Zietolie, nosso Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração é irmão da Sra. Kelly Zietolie, nossa Diretora Vice Presidente.				
Administrador do emissor ou controlada				
Frank Zietolie	532.184.260-49	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				
Juvenil Antonio Zietolie	029.127.670-91	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
O Sr. Frank Zietolie, nosso Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração, é filho do Sr. Juvenil Antônio Zietolie, nosso Vice-Presidente do Conselho de Administração.				
Administrador do emissor ou controlada				
Kelly Zietolie	594.926.860-15	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Vice Presidente				
Pessoa relacionada				
Juvenil Antonio Zietolie	029.127.670-91	Unicasa Indústria de Móveis S.A.	90.441.460/0001-48	
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Observação				
O Sra. Kelly Zietolie, nossa Diretora Vice Presidente, é filha do Sr. Juvenil Antônio Zietolie, nosso Vice-Presidente do Conselho de Administração.				

402

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2011			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TELASUL S.A.	87.846.796/0001-86		
Diretor Vice-Presidente			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Frank Zietolle	532.184.260-49	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TELASUL S.A.	87.846.796/0001-86		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Juvenil Antonio Zietolle	029.127.670-91	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TELASUL S.A.	87.846.796/0001-86		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos especiais para negociação de valores mobiliários no mercado de ações, conhecidos como Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que seguem as melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir boas práticas de governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação a eles fornecida.

Adesão ao Novo Mercado

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias, (ii) manter, no mínimo, 25,0% de ações representativas do capital da companhia em circulação, (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais, informações anuais e demonstrações contábeis padronizadas, (iv) disponibilizar as demonstrações contábeis anuais no idioma inglês, e (v) apresentar a íntegra das Informações Trimestrais – ITR, traduzidas para o idioma inglês. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contratos entre a companhia, seus administradores, e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto social da companhia para as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas impostas pelo Novo Mercado, as quais têm por objetivo conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais a companhia aderente também está sujeita.

Primeiramente, uma companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto social às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25,0% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia.

O conselho de administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por, no mínimo, cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20,0% devem ser Conselheiros Independentes. Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, e os novos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio deste Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacam-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de realizar ofertas de distribuição de ações sempre de modo a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária submissão da companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade,

12.12 - Outras informações relevantes

eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, a Companhia adota:

- emissão exclusiva de ações ordinárias;
- política “uma ação igual a um voto”;
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- cumprimento com relação à pedidos de informação, incluindo informação sobre temas a serem deliberados em Assembleia Geral, bem como organizar reuniões a qualquer tempo e lugar conveniente que permita a participação da maior quantidade de acionistas possível;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembleias ou reuniões, quando solicitado;
- proibição relativa ao uso de informação privilegiada e implementação de políticas de divulgação de informação relacionadas a fatos relevantes e políticas de negociação de ações aprovadas pela Companhia;
- percentual mínimo de ações em circulação para promover a liquidez;
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e diretoria em outras companhias; e
- previsão estatutária proibindo diretores de obter informações ou direito de voto quando existir conflito de interesses.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração.

Nossa política de remuneração está em linha com as melhores práticas de governança, com os objetivos estratégicos de nossos acionistas e com nossos desafios de crescimento e posicionamento competitivo frente a nossos maiores competidores (nacionais e internacionais), mencionados no quadro 7 deste Formulário de Referência, no curto e longo prazo.

A nossa política de remuneração tem por objetivo a remuneração satisfatória de nossos administradores, de forma a garantir a permanência de profissionais qualificados em nossa administração, bem como busca o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios e as práticas de mercado.

Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos Diretores e membros do Conselho de Administração é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação.

Não possuímos Conselho Fiscal instalado. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago a cada Diretor. Não possuímos Conselho Fiscal instalado atualmente.

Ainda, não possuímos quaisquer comitês de apoio à Diretoria ou ao Conselho de Administração.

Durante os exercícios de 2009, 2010 e 2011, não possuíamos Conselho de Administração, bem como não foi instalado o Conselho Fiscal.

(b) Composição da remuneração, indicando :

- (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**
- (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**
- (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**
- (iv) razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração dos nossos Diretores é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Diretores.

Adicionalmente, os Diretores que não são nossos acionistas fazem jus aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica – atendimento interno; (ii) Plano de Saúde; (iii) Assistência Odontológica – atendimento interno; (iv) Seguro de Vida em Grupo; e (v) P A T - Programa de Alimentação do Trabalhador. Os benefícios têm por objetivo complementar a remuneração dos Diretores.

A remuneração fixa dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração é composta apenas por parcela fixa. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Conselheiros.

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

Ainda, de acordo com o art. 34, parágrafo único, do nosso Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração composta por uma parcela fixa e por benefícios diretos e indiretos busca (i) alinhar os interesses dos executivos com os nossos objetivos de curto, médio e longo prazo; e (ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Adotamos como medida de desempenho dos administradores, indicadores empresariais qualitativos e quantitativos, sendo que os principais indicadores que utilizamos são o lucro líquido apurado em cada exercício e o EBITDA.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Considerando os indicadores que são utilizados por nós, em consonância com o Estatuto Social vigente, por deliberação da Assembleia Geral anual, a remuneração é atribuída pelo desempenho global dos administradores, em cada exercício social.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

O formato da remuneração acima descrito, procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de maneira a alinhar os interesses destes com os nossos interesses de curto, médio e longo prazos.

Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio da atribuição da remuneração fixa e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Adicionalmente, planejamos submeter à aprovação da Assembleia Geral, em, no mínimo, seis meses após a realização da nossa oferta pública inicial de ações, um plano de outorga de opção de compra de ações até o limite de 5% (cinco por cento) de nosso capital social. Em caso de aprovação deste plano, poderá haver a emissão de ações com desconto em relação ao valor de mercado ou patrimônio líquido.

(f). existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A totalidade da remuneração dos nossos administradores é paga diretamente por nós.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Não há.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00		9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	450.000,00	2.200.000,00		2.650.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	76.000,00	374.000,00		450.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável.	Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável.	Não aplicável.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	O item "outros" refere-se a estimativa dos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores.	O item "outros" refere-se a estimativa dos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores.		
Total da remuneração	526.000,00	2.574.000,00		3.100.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.400.000,00		2.400.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		672.000,00		672.000,00

Descrição de outras remunerações fixas		Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Não aplicável.		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		O item "outros" refere-se aos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores. No ano de 2011 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração.		
Total da remuneração		3.072.000,00		3.072.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.400.000,00		2.400.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		672.000,00		672.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Não aplicável.		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		O item "outros" refere-se aos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores. No ano de 2010 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração.		
Total da remuneração		3.072.000,00		3.072.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.326.800,00		2.326.800,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		619.000,00		619.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Não aplicável.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Não aplicável.		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		O item "outros" refere-se aos custos sociais das despesas de remuneração pagas aos nossos administradores.		
Total da remuneração		2.945.800,00		2.945.800,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir correspondem à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, para o cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (31.12.2012)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5	4	0	9
Bônus (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Participação no resultado (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Total da remuneração variável (em R\$mil)	0	0	0	0

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social corrente (31.12.2011)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	0	3	0	3
Bônus (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Participação no resultado (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Total da remuneração variável (em R\$mil)	0	0	0	0

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em (31.12.2010)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	0	3	0	3
Bônus (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Participação no resultado (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Total da remuneração variável (em R\$mil)	0	0	0	0

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em (31.12.2009)– Valores Anuais				
	Conselho de Administração(1)	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	0	3	0	3
Bônus (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Participação no resultado (em R\$mil)	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	0	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Total da remuneração variável (em R\$mil)	0	0	0	0

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Acionista/Quotista⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações	% com Relação ao Capital Social Total
UNICASA S/A		
Conselho de Administração	5.192.399	94,41%
Diretoria	152.927	2,78%
Total	5.345.326	97,19%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no conselho de administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos plano de previdência em vigor para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.536.000,00	1.536.000,00	1.228.800,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.536.000,00	1.536.000,00	488.200,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.536.000,00	1.536.000,00	981.933,34

Observação**Diretoria Estatutária**

31/12/2011 No ano de 2011 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Para efeito de cálculos da maior e menor remuneração e da média foram considerados somente 2 (dois) Diretores.

31/12/2010 No ano de 2010 foi paga remuneração somente para 2 (dois) Diretores. O Diretor Vice-Presidente não teve nenhuma remuneração. Para efeito de cálculos da maior e menor remuneração e da média foram considerados somente 2 (dois) Diretores.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no nosso resultado, referente a membros do conselho de administração e da diretoria estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam.

Além disso, durante os exercícios de 2009, 2010 e 2011 a Companhia não possuía Conselho de Administração, bem como não foi instalado o Conselho Fiscal.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):**

Em 31 de dezembro de 2011 possuíamos 983 empregados alocados em Bento Gonçalves/RS e São Paulo/SP. As tabelas a seguir indicam a evolução na quantidade de empregados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, divididos por localização geográfica e atividade desempenhada:

Em 31 de dezembro de 2011		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	710
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	97
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	170
Total Bento Gonçalves-RS		977
São Paulo-SP	Escritório de Vendas	6
Total São Paulo-SP		6
Total de empregados		983

Em 31 de dezembro de 2010		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	641
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	66
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	158
Total Bento Gonçalves-RS		865
São Paulo-SP	Escritório de Vendas	11
Total São Paulo-SP		11
Total de empregados		876

Em 31 de dezembro de 2009		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	554
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	71
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	93
Total Bento Gonçalves-RS		718
São Paulo-SP	Escritório de Vendas	16
Total São Paulo-SP		16
Rio de Janeiro-RJ	Escritório de Vendas	2
Total Rio de Janeiro-RJ		2
Total de empregados por atividade desempenhada	Escritório de Vendas	18
Total de empregados		736

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As tabelas a seguir indicam a quantidade de empregados terceirizados que nos prestaram serviços em dezembro de 2011, 2010 e 2009:

Em 31 de dezembro de 2011		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de

14.1 - Descrição dos recursos humanos

		Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	2
Bento Gonçalves-RS	Portaria e Limpeza	2
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	5
Bento Gonçalves-RS	Preparo de Refeições	15
Total de empregados		24

Em 31 de dezembro de 2010		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	3
Bento Gonçalves-RS	Portaria e Limpeza	1
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	3
Bento Gonçalves-RS	Preparo de Refeições	12
Total de empregados		19

Em 31 de dezembro de 2009		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Bento Gonçalves-RS	Vigilância	3
Bento Gonçalves-RS	Portaria e Limpeza	3
Bento Gonçalves-RS	Limpeza	1
Bento Gonçalves-RS	Preparo de Refeições	11
Total de empregados		18

(c) índice de rotatividade

A taxa de rotatividade dos nossos empregados foi de 6,81%, 5,65% e 4,97% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, respectivamente.

(d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, figurávamos no polo passivo de 62 ações judiciais de natureza trabalhista, cujo valor total envolvido perfazia a quantia de aproximadamente R\$2,7 milhões.

Constituímos provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas, por nossos assessores jurídicos e nossa administração, como prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

No que tange às reclamações trabalhistas, as provisões em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010, e 31 de dezembro de 2011 foram de R\$0,36 milhão, R\$1,58 milhão, e R\$1,19 milhão, respectivamente.

Para maiores informações sobre as contingências trabalhistas, vide o item 4.3 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve variação relevante com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

Nossos cargos estão classificados em grupos funcionais, de acordo com a natureza das atribuições dos mesmos, sendo (i) grupo operacional, técnico e supervisão da fábrica; (ii) grupo funcional administrativo; e (iii) grupo funcional de supervisão e gerências administrativas.

Para cada grupo foram estabelecidas faixas salariais com base em pesquisas de mercado, considerando uma variação de aproximadamente 5% (cinco por cento) na área operacional e 10% (dez por cento) na área administrativa.

Os reajustes são concedidos de forma geral com base em convenções coletivas, acordos coletivos e antecipações definidas pelas empresas.

Outras alterações são concedidas com base no desempenho e resultado de cada empregado, de acordo com os seguintes critérios: formação escolar, treinamento e desenvolvimento, mudanças de função, promoções, transferências, aumento de produtividade, iniciativa e melhorias em geral apresentadas.

Adicionalmente, oferecemos aos nossos empregados um programa de participação nos resultados (“PPR”).

Para calcular o valor do PPR, são levados em conta e mensurados diversos indicadores de performance e produtividade, verificados anualmente entre o período de janeiro a dezembro de cada ano. Tais indicadores e pontos apurados são baseados nos seguintes itens: (i) absenteísmo; (ii) índice de rotatividade; (iii) perdas e refugo de materiais utilizados na produção; (iv) melhoria constante no sistema de produção evitando retrabalho; (v) assistência técnica; (vi) incremento no volume de produtos vendidos; e (vii) 5S – limpeza, programa de organização e qualidade.

O pagamento do PPR tem como teto um salário contratual para empregados que trabalham na Companhia há até um ano e dois salários para empregados que trabalham na Companhia há mais de um ano.

O pagamento do PPR é efetuado, por meio da folha de pagamento, (i) de forma semestral para os empregados assíduos, assim considerados aqueles que tiverem no máximo dois dias de afastamento do trabalho no período de janeiro a julho, sendo 50% em agosto e 50% em fevereiro de cada ano, ; e (ii) em uma única parcela, para os empregados não assíduos, paga em fevereiro, sempre com base na apuração dos sete indicadores descritos acima.

Para o pagamento da primeira parcela do PPR, a apuração dos pontos será equivalente à média apurada no período de janeiro a julho. O pagamento da segunda parcela, tem como base a apuração dos pontos durante todo o período anual.

(b) Política de benefícios

Oferecemos aos nossos empregados os seguintes benefícios:

- Plano de assistência médica – atendimento interno

Para este tipo de benefício destinado aos nossos empregados, contamos com um profissional especializado em Medicina do Trabalho e Clínica Geral, que atende diariamente de segundas às sextas-feiras, seis horas por dia, em consultório especialmente preparado dentro da própria Companhia, o que traz comodidade, conforto e rapidez no atendimento. Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão.

Os principais tipos de atendimento e serviços realizados são os seguintes: (i) consultas clínicas e diagnósticas; (ii) exames médicos admissionais; (iii) exames médicos demissionais; (iv) Exames médicos periódicos.

- Plano de saúde

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Mantemos “convênios” com Planos de Saúde e de Acidente de Trabalho para nossos empregados e dependentes. Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão. Tais planos são contratados através de duas empresas especializadas na área de saúde: (i) “Tacchimed” Associação Bartholomeu Tacchini de Bento Gonçalves, RS; e (ii) “Unimed Nordeste/RS” – Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda de Caxias do Sul-RS.

As principais coberturas dos planos de saúde são as seguintes: (i) Consultas Médicas em geral; (ii) Exames em geral em laboratórios e centros de diagnósticos conveniados; (iii) Internações hospitalares atendidas através de hospitais e plantões de atendimento (PA) credenciados, com grande abrangência na região.

O custo/mensalidade e forma de pagamento dos Planos de Saúde tem a seguinte forma de participação e funcionamento: (i) Para os nossos empregados, participamos com 75% do valor das mensalidades e demais custos; (ii) Para os dependentes de nossos empregados o valor é pago integralmente pelo empregado. Não obstante, por se tratar de plano de saúde empresarial e conveniado com a Companhia, as mensalidades tem um desconto de aproximadamente 20% em relação a outros planos de saúde do mercado. Pagamos a integralidade do montante devido diretamente aos fornecedores dos planos de saúde, sendo que a parte que deve ser arcada pelos nossos empregados é descontada diretamente na folha de pagamento.

- Assistência odontológica – atendimento interno

Disponibilizamos para todos os nossos empregados um Cirurgião-Dentista para assistência médica-odontológica. O atendimento é realizado dentro da própria Companhia, em um gabinete dentário devidamente equipado, que conta com uma linha completa de medicamentos e materiais necessários para atender adequadamente nossos empregados. Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão.

Os principais serviços realizados no atendimento aos empregados são os seguintes: diagnóstico e consultas em geral, profilaxia (limpeza dentária), aplicação de flúor, restaurações dentárias, endodontia (tratamento de canal) em dentes anteriores, exodontia (extração) e orientação preventiva.

O atendimento é efetuado de terças às sextas-feiras, num total de quatro horas diárias. Em caso de urgência, o atendimento é efetuado de acordo com a demanda.

- Seguro de vida em grupo

Possuímos apólice de seguro de vida e acidentes pessoais que oferecem coberturas para morte ou invalidez decorrentes de acidente ou doença. Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão. Os valores segurados por morte natural ou invalidez permanente ficam entre R\$ 11.179,00 e R\$ 53.150,00. No caso de morte acidental o valor segurado é equivalente ao dobro dos valores segurados por morte natural ou invalidez permanente.

Os prêmios de seguro são custeados por nós no percentual de 50%, sendo os demais 50% custeados pelos empregados por meio de desconto em folha de pagamento.

- Auxílio Educação

Este benefício tem como objetivo incentivar e auxiliar nossos empregados, por meio de reembolso pela Companhia de 50% do valor das mensalidades escolares por eles pagas, abrangendo todos os níveis de educação do ensino fundamental, médio e superior.

Para o ensino fundamental e médio, o auxílio educação é oferecido independentemente do curso realizado, isto é, há cobertura para todos os cursos ministrados pelas escolas credenciadas, nos quais nossos empregados estejam matriculados.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Para o ensino superior, o benefício é destinado apenas ao reembolso das mensalidades dos cursos relacionados à atividade desempenhada pelo empregado na Companhia ou conforme interesse da Companhia. Atualmente estão contemplados neste benefício aproximadamente vinte cursos de várias especialidades.

Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir do terceiro mês de admissão. Ainda, este benefício está condicionado à aprovação do empregado no curso ou disciplina em que está matriculado, o que pode ser comprovado mediante a apresentação do Boletim de Desempenho fornecido pela escola ou universidade.

- P A T - Programa de Alimentação do Trabalhador

Participamos do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e estendemos este benefício para todos os nossos empregados.

Atualmente servimos aproximadamente 830 refeições diárias entre almoços e jantares em refeitório localizado dentro de nossa sede. O fornecimento das refeições é realizado pela empresa Prato Mil Refeições Coletivas Ltda., de Bento Gonçalves, RS, cuja preparação é feita nas instalações do refeitório da própria Companhia, em cozinha especialmente equipada para tanto. A participação no custo das refeições é feita da seguinte maneira: 80% por cento é custeado por nós e 20% por cento é custeado pelo empregado por meio de desconto na folha de pagamento.

Este benefício é opcional e visa facilitar e proporcionar comodidade e conforto aos nossos empregados.

Os nossos empregados fazem jus a esse benefício a partir da data de admissão.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício ; (iv) prazos de exercício e (v) quantidade de ações comprometida pelo plano.

Não aplicável, pois não possuíamos remuneração baseada em ações até a data deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Possuímos um bom relacionamento com os seguintes sindicatos: (i) Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, para o qual repassamos um desconto de 1,5% efetuado sobre o salário dos afiliados, a título de contribuição assistencial/confederativa; e (ii) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Bento Gonçalves/RS, para o qual repassamos um desconto de 1,0% efetuado sobre o salário dos afiliados, a título de contribuição assistencial/confederativa.

Atualmente, empregamos em nossa matriz de Bento Gonçalves/RS dois empregados representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Bento Gonçalves/RS. Nos três últimos exercícios sociais, não tivemos nenhuma ocorrência de greve ou qualquer outro tipo de paralisação de nossas atividades.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista								
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração		Total ações %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)				
Detalhamento por classes de ações (Unidades)								
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %						
Kelly Zietolle								
594.926.860-15	Brasileira	Sim		Sim	28/11/2005			
	1.583.497	2,780500%		0	0,000000%	1.583.497		
Emilia Angela Saretta Zietolle								
807.206.090-20	Brasileira	Sim		Sim	22/04/2008			
	841.263	1,477200%		0	0,000000%	841.263		
Nely Rosa Celso Schenatto								
667.288.190-53	Brasileira	Sim		Sim	27/02/2003			
	759.316	1,333400%		0	0,000000%	759.316		
Alexandre Grendene Bartelle								
098.675.970-87	Brasileira	Sim		Sim	05/01/2012			
	41.953.182	73,666600%		0	0,000000%	41.953.182		
Frank Zietolle								
532.184.260-49	Brasileira	Sim		Sim	01/12/2010			
	5.695.000	10,000000%		0	0,000000%	5.695.000		
Juvenil Antonio Zietolle								
029.127.670-91	Brasileira	Sim		Sim	01/12/2010			
	6.117.742	10,742300%		0	0,000000%	6.117.742		
OUTROS								
	0	0,000000%		0	0,000000%	0		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:								
	0	0,000000%		0	0,000000%	0		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)
Detalhamento por classes de ações (Unidades)											
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %									
TOTAL	56.950.000	100,000000%	0	0,000000%	56.950.000	100,000000%	56.950.000	100,000000%	56.950.000	100,000000%	56.950.000

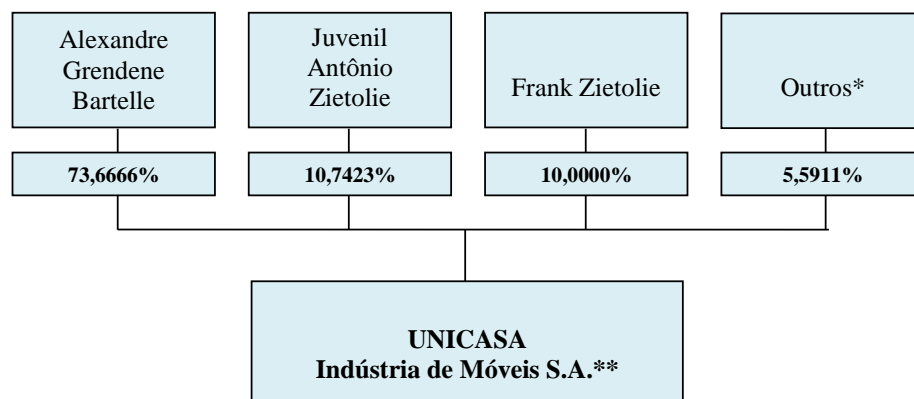
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/03/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	6
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

* Kelly Zietolie, Emilia Ângela Saretta Zietolie e Nely Rosa Celso Schenato, com participação de 2,7805%, 1,4772% e 1,3334%, respectivamente.

** A Companhia não possui subsidiárias.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) parte

São partes do acordo de acionistas depositado em nossa sede: Alexandre Grendene Bartelle (“Alexandre”), Juvenil Antonio Zietolie (“Juvenil”), Frank Zietolie (“Frank”), Kelly Zietolie (“Kelly”), Emilia Angela Saretta Zietolie (“Emilia”) e Nely Rosa Celso Schenatto (“Nely”) e, em conjunto com Alexandre, Juvenil, Frank, Kelly e Emilia, os “Acionistas Vinculados”) (“Acordo de Acionistas”).

b) data de celebração

14 de março de 2012.

c) prazo de vigência

O Acordo de Acionista foi celebrado sob condição suspensiva, passando a ser eficaz apenas a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de nossas ações, no âmbito da nossa oferta pública inicial (“Anúncio de Início”) ou, independentemente da ocorrência da publicação do Anúncio de Início, desde que haja concordância por escrito dos Acionistas Vinculados. O Acordo de Acionistas permanecerá em vigor até 14 de março de 2032, podendo ser rescindido quando houver manifestação, por escrito, dos Acionistas Vinculados representando no mínimo 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo) das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas.

d) cláusulas relativas ao exercício de direito de voto e do poder de controle

O Acordo de Acionistas estabelece que antes da realização de nossas assembleias gerais deverão ser convocadas e realizadas reuniões prévias para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia das referidas assembleias gerais. As decisões tomadas nas reuniões prévias dependem de quorum de aprovação de 50,01% (cinquenta inteiros e um centésimo por cento) das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas e vincularão o voto de todos os Acionistas Vinculados nas nossas assembleias gerais, devendo os mesmos votarem em bloco, de acordo com as decisões tomadas nas reuniões prévias. O Acordo de Acionistas estabelece, ainda, que os Acionistas Vinculados devem fazer com que seus representantes nas assembleias gerais votem de acordo com as deliberações aprovadas em reunião prévia, independentemente de terem ou não comparecido a referida reunião e terem ou não votado favoravelmente à deliberação tomada na referida reunião. O eventual exercício, por qualquer dos Acionistas Vinculados, do direito de voto em desacordo com as decisões aprovadas em reunião prévia ou com as demais disposições do Acordo de Acionistas, importará em nulidade do voto exercido. O não comparecimento à assembleia geral ou a abstenção de voto de qualquer Acionista Vinculado, assegura a qualquer dos demais Acionistas Vinculados o direito de votar, de acordo com as deliberações tomadas em reunião prévia, com as ações pertencentes ao referido acionista.

Ainda, por meio do Acordo de Acionistas, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle constituiu em favor de seu irmão, o Sr. Pedro Grendene Bartelle, usufruto vitalício, restrito ao direito de voto de suas ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, sem a inclusão de direito a rendimentos. Referido usufruto foi constituído sob condição suspensiva, passando a vigorar somente em caso de incapacidade ou falecimento do Sr. Alexandre e desde de que o Sr. Pedro lhe sobreviva e seja plenamente capaz.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

O Acordo de Acionistas não possui cláusula específica referente à indicação de administradores.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O Acordo de Acionistas estabelece que o próprio Acordo, quaisquer de seus direitos ou obrigações, e as ações vinculadas ao Acordo de Acionistas, não poderão ser transferidos ou alienados, a qualquer título, pelos Acionistas Vinculados, a terceiros, direta ou indiretamente, sem o consentimento prévio dos demais Acionistas Vinculados. Caso qualquer dos Acionistas Vinculados deseje alienar a terceiros suas ações, direta ou indiretamente, deverá ser conceder direito de preferência aos demais Acionistas Vinculados na proporção de suas participações.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Por fim, o Acordo de Acionistas estabelece que os Acionistas Vinculados poderão transferir livremente suas ações para sociedades controladas nas quais o respectivo acionista detenha, no mínimo, 99% do capital votante e 99% do capital social total. Nesta hipótese a sociedade controlada pelo Acionista Vinculado, na qualidade de sucessora, deverá aderir e se subrogar em todos os direitos e obrigações previstos no Acordo de Acionistas.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 1º de dezembro de 2010, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle transferiu para o Sr. Frank Zietolie a quantidade de 329.994 ações ordinárias, representativas de 6,0% do nosso capital social total. Nesta mesma data, o Sr. Juvenil Antônio Zietolie transferiu à Frank Zietolie a quantidade de 37.803 ações ordinárias, representativas de 0,69% do nosso capital social total. Em 5 de janeiro de 2012, o Sr. Pedro Grendene Bartelle transferiu 13 ações ordinárias para o Sr. Alexandre Grendene Bartelle, representativas de 0,0002% do nosso capital social. Em decorrência das referidas transferências, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle passou a deter 73,6666% do nosso capital social, enquanto que os Srs. Juvenil Antônio Zietolie e Frank Zietolie passaram a deter, respectivamente, 10,7423% e 10,0000% do nosso capital social. Adicionalmente, em 30 de março de 2012, nossa assembleia geral extraordinária aprovou o desdobramento de nossas ações, conforme detalhado no item 17.3 deste Formulário de Referência, de forma que o nosso quadro societário passou a ser o seguinte:

a) Acionista	b) Nacionalidad e - UF	c) CNPJ/MF/CPF/MF	d) Quantidade de ações		e) % detido em relação à respectiva espécie de ações		f) % detido em relação ao capital social	g) Participan te do acordo de acionistas	i) Data da Última alteração
			Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais			
Alexandre Grendene Bartelle	Brasileira	098.675.970-87	41.953.182	--	73,6666	--	73,6666	Sim	05.01.2012
Frank Zietolie	Brasileira	532.184.260-49	5.695.000	--	10,0000	--	10,0000	Sim	01.12.2010
Juvenil Antonio Zietolie	Brasileira	029.127.670-91	6.117.742	--	10,7423	--	10,7423	Sim	01.12.2010
Outros	--	--	3.184.076	--	5,5911	--	5,5911	--	05.01.2012
Total	--	--	56.950.000	--	100.0000	--	100.0000	--	--

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As deliberações referentes a eventuais transações entre nós e partes relacionadas são tomadas, conforme o caso, por nossos Acionistas ou Conselho de Administração, nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos que celebramos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação conosco, nossos sócios ou administradores.

As operações envolvendo nós e nossa parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também efetuamos vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) e sucatas de madeira. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio de compra e venda de sete dias.

Celebramos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas que são sociedades cujo controle é detido pelo nosso acionista controlador e que têm em seu quadro societário outros acionistas da Companhia. Tais operações referem-se à compra e venda de certos insumos utilizados em nosso processo produtivo e de nossas partes relacionadas, os quais são adquiridos de forma centralizada em uma das partes para capturar ganhos de sinergia nas negociações com os fornecedores e com a logística envolvida no processo.

Não são prestadas garantias nas nossas operações com partes relacionadas, as quais são liquidadas em recursos financeiros em prazos similares às operações celebradas com terceiros, de forma que não estamos sujeitos à incidência de juros e encargos.

Negociamos individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma companhia controlada pelos mesmos acionistas que nos controlam. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operação com terceiros. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
TELASUL S.A	31/12/2011	622.000,00	99.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de Insumos e Produtos acabados (Mobiliário Corporativo , móveis componíveis, entre outros) e sucatas de madeira.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
TELASUL S.A	31/12/2010	1.007.000,00	466.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de Insumos e Produtos acabados (Mobiliário Corporativo , móveis componíveis, entre outros) e sucatas de madeira.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
TELASUL S.A	31/12/2009	1.439.000,00	454.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A Telasul S.A. é uma empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de Insumos e Produtos acabados (Mobiliário Corporativo , móveis componíveis, entre outros) e sucatas de madeira.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
JUVENIL A. ZIETOLIE	31/12/2011	0,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr. Juvenil A. Zietolie é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
JUVENIL A. ZIETOLIE	31/12/2010	32.000,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr. Juvenil A. Zietolie é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
JUVENIL A. ZIETOLIE	31/12/2009	91.000,00	33.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr. Juvenil A. Zietolie é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE	31/12/2011	0,00	952.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr. Alexandre Grendene Bartelle é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis e reembolso de despesas de utilização de aeronave.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE	31/12/2010	0,00	1.138.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr. Alexandre Grendene Bartelle é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis e reembolso de despesas de utilização de aeronave.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
ALEXANDRE GRENDENE BARTELLE	31/12/2009	92.000,00	368.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr. Alexandre Grendene Bartelle é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis e reembolso de despesas de utilização de aeronave.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
FRANK ZIETOLIE	31/12/2011	0,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr.Frank Zietolie é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
FRANK ZIETOLIE	31/12/2010	2.000,00	0	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr.Frank Zietolie é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							
FRANK ZIETOLIE	31/12/2009	11.000,00	1.000,00	Não é possível aferir	Transações realizadas ao longo do exercício social de 2009	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
O Sr.Frank Zietolie é acionista da Companhia							
Objeto contrato	Aquisição de móveis						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Na data de liquidação do saldo existente						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. A decisão acerca de todas as nossas operações é submetida à Assembleia Geral, ao Conselho de Administração ou à Diretoria, conforme o caso, e os casos de conflitos de interesse são analisados pelo Conselho de Administração.

Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados, devendo nos transferir as vantagens que tiver auferido. Não possuímos nenhum mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada.

Até a data deste Formulário de Referência, não foi identificada qualquer situação que pudesse ser configurada como uma situação de conflito de interesses e, portanto, não foi necessária a tomada de qualquer atitude relacionada.

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial com qualquer parte relacionada. Para tanto, levamos em consideração, dentre outros, o preço praticado e a experiência, relevância no mercado e presença geográfica do contratado. Por fim, ressaltamos que as transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Para uma descrição mais detalhada dessas operações, vide item 16.2 acima.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
30/03/2012	59.799.824,96		56.950.000	0	56.950.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
30/03/2012	59.799.824,96		56.950.000	0	56.950.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/03/2012	59.799.824,96		56.950.000	0	56.950.000
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/02/2012	500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferências (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/02/2012	AGE	27/02/2012	30.100.364,96	Sem emissão de ações	0	0	0	0,000000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão
Forma de integralização

.....

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
30/03/2012	5.499.900	0	5.499.900	56.950.000	0	56.950.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve qualquer redução em nosso capital social até a presente data.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social e desde que compatível com a nossa situação financeira, os nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda, receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários. Nosso Estatuto Social adota o percentual mínimo de 25% do saldo do lucro líquido registrado no exercício social anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório anualmente.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se do nosso quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial de suas ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entendermos que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira. A Lei das Sociedades por Ações estabelece as hipóteses em que o direito de retirada poderá ser exercido.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

De acordo com o nosso Estatuto Social, a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A oferta pública de aquisição mencionada no parágrafo acima também deverá ser realizada (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o nosso controle; sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Adicionalmente, a nossa saída do Novo Mercado (a) para que os valores mobiliários por nós emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou (b) em virtude de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, está sujeita à realização, pelo nosso acionista controlador, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico atribuído em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social.

Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a nossa saída do Novo Mercado (a) para que os valores mobiliários por nós emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou (b) em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas acima. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

A oferta pública de aquisição de ações que vise ao cancelamento do nosso registro de companhia aberta está sujeita à realização, por nosso acionista controlador ou por nós, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social.

A nossa saída do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação, pelo nosso acionista controlador, de oferta pública de aquisição de ações ao preço mínimo correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, conforme disposto em nosso Estatuto Social. Na hipótese de não haver acionista controlador e a nossa saída do Novo Mercado decorrer de deliberação da Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento. Ainda, na hipótese de não haver acionista controlador e a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os nossos administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela nossa saída do Novo Mercado. Caso a Assembleia Geral delibere pela nossa saída do Novo Mercado, a referida Assembleia deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos ações ou quaisquer outros valores mobiliários negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão na data deste Formulário de Referência e nos 3 últimos exercícios sociais.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência e, também com relação aos 3 últimos exercícios sociais, não possuímos outros valores mobiliários emitidos que não nossas ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados brasileiros. As nossas ações serão admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários em negociação nos mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, nós não havíamos e nossos acionistas controladores e nossas controladas não haviam realizado nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários de nossa emissão.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não realizamos quaisquer ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiro.

18.10 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência, e não houve nos três últimos exercícios sociais, qualquer plano de recompra de ações de nossa emissão e, tampouco, possuímos valores mobiliários em tesouraria.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência, e não houve, nos três últimos exercícios sociais, qualquer valor mobiliário mantido em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência, e não houve, nos três últimos exercícios sociais, qualquer valor mobiliário mantido em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

27/02/2012

Cargo e/ou função

As obrigações previstas na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia alcançam, para fins de expressa adesão: (i) a Companhia; (ii) os acionista(s) ou grupo de acionistas que exerça(m) o poder de controle da Companhia; (iii) os membros do conselho de administração e da diretoria, titulares e suplentes, atuando em nome próprio ou da Companhia; (iv) os membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária; (v) os administradores que se afastem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante o seu período de gestão; e (vi) os empregados, executivos e/ou quaisquer outras pessoas da Companhia assim indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores. As obrigações são igualmente aplicáveis às pessoas anteriormente mencionadas que sejam integrantes das sociedades controladoras e sociedades controladas da Companhia.

Principais características

A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, na Instrução CVM 358, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, especialmente quanto ao dever das pessoas vinculadas à Política de Negociação de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, sendo vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários. As pessoas vinculadas à Política de Negociação não podem negociar com (i) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e (ii) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura ("Valores Mobiliários"), no período de 15 (quinze) dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de ato ou fato relevante a ser divulgado pela Companhia. Excepcionalmente, os membros do conselho de administração, da diretoria, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária da Companhia, bem como de suas sociedades controladas e coligadas, poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 (quinze) dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o Plano Individual de Investimento arquivado na Companhia; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP.

As vedações estabelecidas na Política de Negociação não se aplicam: (i) no caso de as negociações com Valores Mobiliários da Companhia serem realizadas por fundos de investimento de que as pessoas vinculadas à Política de Negociação sejam quotistas, desde que tais fundos de investimento não sejam exclusivos e as decisões de negociação do administrador dos fundos de investimento não sejam influenciadas pelos quotistas; e/ou (ii) nas aquisições de ações da Companhia que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, decorrentes do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela assembleia geral da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Além das vedações acima descritas, o Conselho de Administração da Companhia não poderá, em nenhuma hipótese, autorizar negociações de ações de emissão da Companhia, dentre elas: (a) caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia ou outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; e/ou; e (b) se existir a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia enquanto a mesma não tiver se tornado pública através da divulgação de Ato ou Fato Relevante. Os membros do conselho de administração e da diretoria que tenham aderido à Política de Negociação e que venham a se afastar da Companhia não tendo ainda sido divulgado ato ou fato relevante de negócio ocorrido durante a sua gestão devem observar as limitações fixadas na Política de Negociação (i) pelo prazo de 06 (seis) meses contados de seu afastamento; ou (ii) até a divulgação do respectivo ato ou fato relevante, o que ocorrer primeiro.

As violações ao disposto na Política de Negociação da Companhia deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia. As pessoas vinculadas à Política de Negociação responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Política de Negociação, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Política de Negociação venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Sem prejuízo do disposto acima, a infração aos termos estipulados na Política de Negociação pode configurar infração grave, para os fins previstos no §3º, artigo 11 da Lei do Mercado de Capitais. Ademais, a utilização de informação acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado pode ser tipificada como crime, sujeito à pena de reclusão de um a cinco anos e multa, nos termos do artigo 27-D da Lei do 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

20.2 - Outras informações relevantes

Em complemento ao item “Principais Características”, descrito no quadro 20.1 deste Formulário de Referência, a nossa Política de Negociação prevê que as pessoas vinculadas à Política de Negociação que desejarem negociar com Valores Mobiliários deverão observar as seguintes limitações: (i) abster-se de negociar Valores Mobiliários sempre que assim determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo período por este fixado, independente da apresentação de justificativa; (ii) não realizar negociações com Valores Mobiliários de forma privada, salvo se expressamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores; (iii) informar previamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, a corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo Valores Mobiliários de emissão da Companhia e de suas sociedades controladoras, controladas e coligadas; (iv) orientar e enviar os melhores esforços para que o cônjuge ou companheiro; o descendente; e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda somente negociem Valores Mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar Valores Mobiliários; e (v) abster-se de negociar com Valores Mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas sociedades controladas e coligadas ainda que após a divulgação de ato ou fato relevante; ou de acordo com o Plano Individual de Investimento.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e da nossa Política de Divulgação de Informação Relevante, qualquer ato ou fato relevante referente aos nossos negócios é divulgado publicamente, exceto aqueles que o(s) acionista(s) ou grupo de acionistas que exerçam o Poder de Controle ou os nossos administradores entenderem que a sua revelação pode colocar em risco nosso interesse legítimo, conforme descrito no item 21.2 abaixo.

Nossa Política de Divulgação de Informação Relevante foi aprovada por nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012.

Nos termos da nossa Política de Divulgação de Informação Relevante, o(s) acionista(s) ou grupo de acionistas que exerçam o Poder de Controle da Companhia e as pessoas por eles indicadas para acessar Informações Relevantes, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, titulares e suplentes, atuando em nome próprio ou da Companhia, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, os gerentes e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas e/ou sob controle comum, que tenham conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante, deverão proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores, por sua vez, deverá (i) divulgar e comunicar à CVM e a todas as bolsas de valores ou mercados organizados de negociação em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação (“Bolsas de Valores”), imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante (conforme definido abaixo), ressalvada a hipótese de interesse legítimo da Companhia; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores, assim como ao público investidor em geral.

Para fins deste item 21 do Formulário de Referência e de acordo com a Política de Divulgação, a expressão “*Informação Relevante*” significa “qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação de (i.1) qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como ações, debêntures, notas promissórias e/ou bônus de subscrição; e (i.2) qualquer título, contrato ou acordo referenciado a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, tais como contratos de derivativos e/ou opções de compra e venda futura (“Valores Mobiliários”); (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na decisão de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários. Como, por exemplo, (a) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva; (b) mudança no controle da Companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas; (c) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a Companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da Companhia; (d) ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a Companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa; (e) autorização para negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro; (f) decisão de promover o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (g) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas; (h) transformação ou dissolução da Companhia; (i) mudança na composição do patrimônio da Companhia; (j) mudança de critérios contábeis; (k) renegociação de dívidas; (l) aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações; (m) alteração nos direitos e vantagens dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia; (n) desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação; (o) aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como alienação de ações assim adquiridas; (p) lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de proventos em dinheiro; (q) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público; (r) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação; (s) início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço; (t) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia; (u) modificação de projeções divulgadas pela Companhia; e (v) pedido de recuperação judicial, requerimento ou confissão de falência ou proposição de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da Companhia”.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados pela Companhia para divulgação de suas informações, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor, no mínimo, idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores. Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será enviada simultaneamente à CVM e às Bolsas de Valores, e será divulgada ao público investidor em geral.

A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certifiquem de omissão em sua divulgação, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM, às Bolsas de Valores.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução CVM 358, a Política de Divulgação de Informação Relevante da Companhia consiste no estabelecimento de regras sobre a divulgação de Informações Relevantes e a manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

O objetivo da Política de Divulgação de Informação Relevante da Companhia é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Informação Relevante, nos termos da Instrução CVM 358, visando especialmente (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores da Companhia; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Informação Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor; (iv) zelar pelo sigilo de Informação Relevante não divulgada; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

O critério de relevância da Informação Relevante é baseado na possibilidade de influenciar de modo ponderável (i) a decisão dos investidores em negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e (iii) a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia, a pedido dos administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria, poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Caso a CVM decida pela divulgação da Informação Relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à pessoa vinculada à Política de Divulgação, conforme o caso, que comunique a Informação Relevante ao público e às Bolsas de Valores, o Diretor de Relações com Investidores ou a pessoa vinculada à Política de Divulgação, conforme o caso, deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, na hipótese da Informação Relevante escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as pessoas vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

Quaisquer violações verificadas pelas pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informação Relevante deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores ou para pessoa por ele indicada e, no caso de violação pelo Diretor de Relações com Investidores, ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Caso qualquer pessoa vinculada à Política de Divulgação verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, ainda, na hipótese da Informação Relevante escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores ou pessoa por ele indicada.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação de Informações é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com escritório na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia RSC 470, km 212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95700-000, telefone (54) 3455-4444 e no e-mail dri@unicasamoveis.com.br.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ANEXO F - Demonstrações Financeiras Auditadas relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Unicasa Indústria de Móveis S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, com relatório dos auditores independentes.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
Bento Gonçalves- RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unicasa Indústria de Móveis S.A. em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1SC021585/O-4 S-RS

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010	2009
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.131	20.621	17.844
Aplicações financeiras vinculadas		323	-	-
Contas a receber de clientes	5	77.833	86.289	64.285
Estoques	6	22.144	23.729	17.480
Adiantamentos e antecipações		712	727	715
Empréstimos concedidos	8	3.524	8.908	5.362
Despesas antecipadas		5.674	3.550	2.774
Impostos a recuperar		1.508	47	494
Outros ativos	11	2.097	1.873	949
Total do ativo circulante		125.946	145.744	109.903
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas		-	290	1.843
Contas a receber de clientes	5	33.022	-	-
Empréstimos concedidos	8	8.102	1.871	2.698
Ativo mantido para venda	7	6.751	5.867	3.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	4.428	2.805	1.967
Impostos a recuperar		43	51	59
Despesas antecipadas		526	19	64
Depósitos judiciais	15	1.419	598	176
Outros ativos	11	636	73	65
		54.927	11.574	9.927
Investimentos		704	404	404
Imobilizado	9	75.994	51.430	48.535
Intangível	10	630	672	693
		77.328	52.506	49.632
Total do ativo não circulante		132.255	64.080	59.559
Total do ativo		258.201	209.824	169.462

	Nota	2011	2010	2009
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	1.115	557	7.386
Fornecedores	13	8.425	5.684	4.962
Obrigações tributárias		15.974	15.515	8.757
Juros sobre o capital próprio a pagar	16.e	7.905	5.780	3.234
Salários e encargos sociais		4.556	3.623	2.792
Adiantamentos de clientes		14.269	11.904	11.256
Outros passivos circulantes		1.057	985	1.071
Total do passivo circulante		53.301	44.048	39.458
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	5.688	3.904	5.018
Obrigações tributárias		84	142	198
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	15	3.389	2.128	924
Total do passivo não circulante		9.161	6.174	6.140
Patrimônio líquido				
Capital social	16	29.699	29.699	29.699
Reservas de lucros		5.939	129.903	94.165
Dividendos adicionais propostos		160.101	-	-
Total do patrimônio líquido		195.739	159.602	123.864
Total do passivo e patrimônio líquido				
		258.201	209.824	169.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010	2009
Receita líquida de vendas	21	294.677	288.345	224.958
Custo dos produtos vendidos		(168.792)	(172.634)	(140.930)
Lucro bruto		125.885	115.711	84.028
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas		(42.223)	(40.220)	(33.658)
Despesas administrativas		(16.780)	(13.367)	(10.585)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	6.496	5.071	3.937
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		73.378	67.195	43.722
Despesas financeiras	19	(2.645)	(1.375)	(1.715)
Receitas financeiras	19	10.643	9.765	10.096
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		81.376	75.585	52.103
Imposto de renda e contribuição social	14			
Correntes		(25.207)	(23.337)	(14.960)
Diferidos		1.623	838	(21)
Lucro líquido do exercício		57.792	53.086	37.122
Lucro líquido por ação, básico e diluído (R\$)	17	10,51	9,65	6,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2009	29.699	2.823	62.852	-	-	95.374
Dividendos distribuídos (Nota 16.d)	-	-	(3.032)	-	-	(3.032)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.122	37.122
Destinação proposta:						
Reserva legal (Nota 16.b)	-	1.856	-	-	(1.856)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16.d)	-	-	-	-	(5.600)	(5.600)
Retenção de lucros	-	-	29.666	-	(29.666)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	29.699	4.679	89.486	-	-	123.864
Dividendos distribuídos (Nota 16.d)	-	-	(10.548)	-	-	(10.548)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	53.086	53.086
Destinação proposta:						
Reserva legal (Nota 16.b)	-	1.260	-	-	(1.260)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16.d)	-	-	-	-	(6.800)	(6.800)
Retenção de lucros	-	-	45.026	-	(45.026)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	29.699	5.939	123.964	-	-	159.602
Dividendos distribuídos (Nota 16.d)	-	-	(12.355)	-	-	(12.355)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	57.792	57.792
Destinação proposta:						
Juros sobre o capital próprio (Nota 16.d)	-	-	-	-	(9.300)	(9.300)
Dividendo adicional proposto (Nota 16.c)	-	-	(111.609)	160.101	(48.492)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	29.699	5.939	-	160.101	-	195.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	2011	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	57.792	53.086	37.122
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades:			
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.623)	(838)	21
Depreciações	6.853	5.505	4.756
Amortizações	213	219	330
Juros e variação cambial	70	161	266
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, cíveis	1.261	1.204	(307)
Provisão para obsolescência	3	639	166
Provisão para devedores duvidosos	2.448	1.415	67
Baixas do ativo imobilizado	324	75	42
	67.341	61.466	42.463
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	(26.862)	(23.580)	(13.100)
Estoques	1.583	(6.888)	3.499
Impostos a recuperar	(1.453)	455	(412)
Aplicações financeiras vinculadas	(33)	1.553	(825)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(5.087)	(4.816)	(6.417)
Ativos não circulantes mantidos para venda	(884)	(2.812)	(1.207)
Fornecedores	848	722	81
Adiantamento de clientes	2.365	648	5.303
Obrigações tributárias	(994)	5.738	1.364
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.005	689	764
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	37.829	33.175	31.513
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Em investimentos	(300)	-	(322)
Em imobilizado	(29.848)	(8.475)	(9.358)
Em intangível	(171)	(198)	(310)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(30.319)	(8.673)	(9.990)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados	4.741	1.765	7.044
Pagamentos de empréstimos	(2.606)	(9.708)	(5.585)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(5.780)	(3.234)	(5.308)
Dividendos pagos	(12.355)	(10.548)	(3.032)
Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	(16.000)	(21.725)	(6.881)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(8.490)	2.777	14.642
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	20.621	17.844	3.202
No final do exercício	12.131	20.621	17.844
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(8.490)	2.777	14.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	2009
Receita de vendas de produtos, líquido de devoluções e ajuste a valor presente	392.957	380.358	302.051
Outras receitas	6.496	5.071	3.937
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.448)	(1.415)	(67)
	397.005	384.014	305.921
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos, mercadorias vendidas	(184.766)	(196.556)	(162.580)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(40.845)	(40.219)	(36.081)
Outros	(5.587)	(6.874)	(5.651)
	(231.198)	(243.649)	(204.312)
Valor adicionado bruto	165.807	140.365	101.609
Depreciações	(6.853)	(5.505)	(4.756)
Amortizações	(213)	(219)	(330)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	158.741	134.641	96.523
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	10.643	9.765	10.096
	10.643	9.765	10.096
Valor adicionado total a distribuir	169.384	144.406	106.619
Pessoal			
Remuneração direta	(22.907)	(18.419)	(14.017)
Benefícios	(2.108)	(1.480)	(1.251)
FGTS	(1.891)	(1.483)	(1.353)
	(26.906)	(21.382)	(16.621)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	(57.548)	(46.727)	(33.434)
Estaduais	(24.412)	(21.549)	(17.432)
Municipais	(80)	(126)	(28)
	(82.040)	(68.402)	(50.894)
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	(305)	(690)	(786)
Outros	(2.341)	(846)	(1.196)
	(2.646)	(1.536)	(1.982)
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	(9.300)	(6.800)	(5.600)
Lucros retidos		(46.286)	(31.522)
Dividendos adicionais propostos	(48.492)	-	-
	(57.792)	(53.086)	(37.122)
Valor adicionado total distribuído	(169.384)	(144.406)	(106.619)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A., fundada no ano de 1985 tem como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial.

A Companhia está sediada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de revendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New” e “Telasul Madeira”.

Nosso moderno parque fabril conta com tecnologia de última geração, onde desenvolve, fabrica, distribui e comercializa os móveis e demais produtos, destinados a todos os tipos de ambientes residenciais e comerciais, atingindo todos os segmentos de consumo.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), bem como de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 27 de janeiro de 2012.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da administração da Companhia, sendo as mais relevantes aquelas divulgadas na nota 3.

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

A Companhia não adquiriu nenhuma empresa ou negócio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, tampouco possuía, nestas datas, operações descontinuadas.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.2 Reconhecimento de receita -- Continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados aos seus custos amortizados e ativos financeiros que rendem juros classificados como mantidos até o vencimento, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.5 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.18. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.3.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) **Matérias primas** - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.9 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10 Ativos intangíveis

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10.

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 não foram identificados fatores de risco e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros ativos ou passivos de curto prazo ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as transações a prazo a Companhia utiliza as variações da taxa Selic, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face de faturamento é considerada como receita financeira e será apropriada pelo método do custo amortizado.

2.13 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando:

- os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 17,00%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	5,00% a 10,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%

A receita de vendas é apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida destes tributos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Tributação -- Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, prejuízos fiscais ou bases negativas de imposto de renda e contribuição social.

2.15 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia, incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições a seguridade social, férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação no resultado, plano de saúde, auxílio escolar e assistência médica. Estes benefícios são registrados no resultado do período quando a Companhia tem com base em regime de competência à medida que são incorridos.

2.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

2.17 Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Demonstração do valor Adicionado (DVA) foi elaborada de acordo com o CPC 09 e está sendo apresentada como informação suplementar, uma vez que é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias de capital aberto.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.18 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos concedidos a clientes e aplicações financeiras vinculadas. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado; investimentos mantidos até o vencimento empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Estes instrumentos são avaliados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.18 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19 Informação por segmento

As operações da Companhia são o desenvolvimento, industrialização, comercialização e prestação de serviços de móveis modulados e planejados para o mercado interno e externo, sendo organizadas em um único segmento operacional. Embora os produtos sejam comercializados por canais de venda específicos, conforme sua categoria, a Companhia gerencia e controla seus produtos de forma integrada e os seus resultados operacionais são acompanhados, monitorados e avaliados também de forma integrada.

2.20 Arrendamento mercantil

A Companhia tem contratado leasing operacional (arrendamento mercantil) de uma aeronave, o qual é reconhecido como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a despesa com arrendamento totalizou R\$ 1.561 (R\$ 1.258 em 2010, R\$ 2.032 em 2009), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.21 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2012 ou 2013. A Administração da Companhia avaliou os requerimentos destes novos pronunciamentos e interpretações e concluiu que não haverá impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Segue abaixo um resumo destes novos procedimentos e interpretações:

Adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2012:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo de acordo com o IAS 40. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011) – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (revisado em 2011) – Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta normativa não é aplicável à Companhia.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.22 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas -- Continuação

- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta normativa não é aplicável à Companhia.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. - Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.

Adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013:

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração* - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas: Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, conseqüentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo controle sobre a atividade relevante). Esta norma não é aplicável à Companhia.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.22 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas -- Continuação

- IFRS 11 - Investimentos compartilhados ("joint arrangements"): descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para investimentos de controle compartilhados ("joint ventures"). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de "joint ventures" ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. Esta norma não se aplica a Companhia.
- IFRS 12 - divulgações de investimentos em outras entidades: introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos em subsidiárias, joint-ventures, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo: fornece novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

Não há outras interpretações ou normas em avaliação pelo IASB que possam vir a ter algum impacto nas demonstrações da Companhia.

A Companhia não adotou de forma antecipada nenhum destes novos pronunciamentos uma vez que os mesmos ainda não possuem normativa correspondente emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010	2009
Caixa e bancos	1.261	701	835
Aplicações financeiras			
Certificados de depósito bancário – CDBs	10.870	19.920	17.009
	12.131	20.621	17.844

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI (aproximadamente 101.5% do CDI).

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	2011	2010	2009
No mercado nacional			
de terceiros	109.254	84.189	64.149
de partes relacionadas (Nota 20)	99	466	454
No mercado externo			
de terceiros	2.219	2.549	1.461
Cheques a receber	7.915	2.940	1.423
	119.487	90.144	67.487
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.069)	(2.621)	(1.206)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(3.563)	(1.234)	(1.996)
	110.855	86.289	64.285
(-) Circulante	(77.833)	(86.289)	(64.285)
Não circulante	33.022	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 os prazos médios de recebimentos foram de 45, 34 e 39 dias respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2011	2010	2009
Saldo no início do período	(2.621)	(1.206)	(1.139)
Adições	(2.448)	(1.415)	(67)
Recuperações / realizações	-	-	-
Saldo no final do período	(5.069)	(2.621)	(1.206)

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2011	2010	2009
A vencer	107.773	39.573	34.075
Vencidos a:			
De 1 a 30 dias	4.473	7.262	9.102
De 31 a 60 dias	1.885	8.679	5.717
De 61 a 90 dias	1.101	3.284	2.366
De 91 a 180 dias	1.428	10.965	6.640
Acima de 181 dias	2.827	20.381	9.587
	119.487	90.144	67.487

Em 31 de dezembro de 2010, uma parcela substancial do saldo das contas a receber de clientes vencidos estava em processo de renegociação. Durante o exercício de 2011 estas renegociações foram concluídas. Os valores estão sendo liquidados pelos clientes de acordo com o cronograma estabelecido nas negociações.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	2011	2010	2009
Produtos prontos	15	82	60
Produtos em elaboração	3.514	4.571	3.912
Mercadorias para revenda	509	354	389
Matérias - primas	14.397	14.918	9.757
Materiais de embalagem	236	191	210
Materiais intermediários	2.979	2.905	2.316
Adiantamento a fornecedores	258	674	209
Materiais diversos	1.303	1.098	1.052
Provisão para obsolescência	(1.067)	(1.064)	(425)
	<u>22.144</u>	<u>23.729</u>	<u>17.480</u>

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	2011	2010	2009
Saldo no início do período	(1.064)	(425)	(259)
Adições	(3)	(639)	(166)
Recuperações / realizações	-	-	-
Saldo no final do período	<u>(1.067)</u>	<u>(1.064)</u>	<u>(425)</u>

7. Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$ 6.751 (2010: R\$ 5.867; em 2009: R\$3.055) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia possui acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acredita que no curto prazo poderá realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado.

8. Empréstimos concedidos

	2011	2010	2009
Ativo circulante	3.524	8.908	5.362
Ativo não circulante	8.102	1.871	2.698
Empréstimos concedidos	<u>11.626</u>	<u>10.779</u>	<u>8.060</u>

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 7,71% ao ano. Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

A Companhia concede aval financeiro aos financiamentos bancários obtidos pelos lojistas exclusivos. O saldo de garantia concedido em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$ 4.831 (R\$885 em 2010 e R\$1.843 em 2009).

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamento	Total
Saldo em 01/01/2009	1.159	8.662	1.043	963	40.071	41	844	3.434	7.702	2.135	66.054
Aquisições	219	51	1.677	3	293	30	727	348	4.099	1.911	9.358
Baixas	-	-	-	-	(283)	(27)	(1)	-	-	-	(311)
Transferências	-	6.136	401	-	2.493	-	-	-	(6.895)	(2.135)	-
Saldo em 31/12/2009	1.378	14.849	3.121	966	42.574	44	1.570	3.782	4.906	1.911	75.101
Aquisições	-	-	-	22	5.947	28	183	599	108	1.588	8.475
Baixas	-	-	-	-	(403)	-	(4)	(316)	-	-	(723)
Transferências	-	-	-	-	1.923	-	-	-	(12)	(1.911)	-
Saldo em 31/12/2010	1.378	14.849	3.121	988	50.041	72	1.749	4.065	5.002	1.588	82.853
Aquisições	-	34	179	1.877	25.646	-	385	367	1.608	1.645	31.741
Baixas	-	-	-	-	(1.129)	-	(26)	(554)	-	-	(1.709)
Transferências	-	-	-	873	1.681	-	-	-	(966)	(1.588)	-
Saldo em 31/12/2011	1.378	14.883	3.300	3.738	76.239	72	2.108	3.878	5.644	1.645	112.885

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamento	Total
Saldo em 01/01/2009	-	(2.702)	(154)	(136)	(16.111)	(21)	(444)	(2.511)	-	-	(22.079)
Depreciações	-	(453)	(77)	(39)	(3.680)	(2)	(97)	(408)	-	-	(4.756)
Baixas	-	-	-	-	267	1	1	-	-	-	269
Saldo em 31/12/2009	-	(3.155)	(231)	(175)	(19.524)	(22)	(540)	(2.919)	-	-	(26.566)
Depreciações	-	(545)	(125)	(39)	(4.284)	(9)	(149)	(354)	-	-	(5.505)
Baixas	-	-	-	-	344	-	4	300	-	-	648
Saldo em 31/12/2010	-	(3.700)	(356)	(214)	(23.464)	(31)	(685)	(2.973)	-	-	(31.423)
Depreciações	-	(546)	(130)	(85)	(5.519)	(11)	(167)	(395)	-	-	(6.853)
Baixas	-	-	-	-	817	-	19	549	-	-	1.385
Saldo em 31/12/2011	-	(4.246)	(486)	(299)	(28.166)	(42)	(833)	(2.819)	-	-	(36.891)

Valor contábil líquido											
Saldo em 01/01/2009	1.159	5.960	889	827	23.960	20	400	923	7.702	2.135	43.975
Saldo em 31/12/2009	1.378	11.694	2.890	791	23.050	22	1.030	863	4.906	1.911	48.535
Saldo em 31/12/2010	1.378	11.149	2.765	774	26.577	41	1.064	1.092	5.002	1.588	51.430
Saldo em 31/12/2011	1.378	10.637	2.814	3.439	48.073	30	1.275	1.059	5.644	1.645	75.994

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens estão descritas conforme abaixo:

	Média ponderada de vida útil	Taxa ponderada de depreciação
Edificações	25 anos	4%
Benfeitorias	25 anos	4%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Veículos	5 anos	20%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Equipamentos de Informática	5 anos	20%

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

Saldo líquido Intangível	Software	Marcas e patentes	Total
Saldo em 01/01/2009	605	108	713
Aquisições	282	28	310
Amortização	(314)	(16)	(330)
Saldo em 31/12/2009	573	120	693
Aquisições	193	5	198
Amortização	(202)	(17)	(219)
Saldo em 31/12/2010	564	108	672
Aquisições	139	32	171
Amortização	(195)	(18)	(213)
Saldo em 31/12/2011	508	122	630

A Companhia mantém o ativo intangível pelo custo de aquisição, usando as taxas de amortização demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de amortização
Software	20%
Marcas e patentes	10%

11. Outros ativos

	2011	2010	2009
Recuperação de despesas (a)	1.383	677	465
Outros	1.350	1.269	549
Total	2.733	1.946	1.014
Ativo circulante	(2.097)	(1.873)	(949)
Ativo não circulante	636	73	65

(a) Refere-se, principalmente, a gastos realizados pela Companhia para veiculação de campanhas de marketing, os quais serão reembolsados por lojistas.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa de juros	Vencimento final	2011	2010	2009
Capital de giro						
Banco Votorantim	TJLP	2,50% a.a	16/06/2014	2.788	4.461	12.404
Banco Santander - BNDES	-	9% a.a.	15/06/2013	4.015	-	-
				6.803	4.461	12.404
Total do passivo circulante				(1.115)	(557)	(7.386)
Total do passivo não circulante				5.688	3.904	5.018

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 as parcelas a pagar de longo prazo vencem como segue:

Vencimento no ano	2011	2010	2009
2011	-	-	1.434
2012	-	1.561	1.434
2013	5.130	1.561	1.434
2014	558	782	716
	5.688	3.904	5.018

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram concedidos avais dos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía R\$5.500 em linhas de crédito disponibilizadas e aprovadas por instituições financeiras, mas não utilizadas.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas ("covenants").

13. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 encontra-se resumida a seguir:

	2011	2010	2009
No mercado nacional			
Insumos	2.842	4.428	3.827
Materiais diversos	559	487	352
Serviços	3.131	769	783
Total mercado nacional	6.532	5.684	4.962
No mercado externo			
Imobilizado	1.893	-	-
Total mercado externo	1.893	-	-
Total mercado nacional e mercado externo	8.425	5.684	4.962

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

Valores lançados ao resultado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 encontra-se resumida a seguir:

	2011	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social correntes:			
Despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes	(25.207)	(23.337)	(14.960)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:			
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	1.623	838	(21)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(23.584)	(22.499)	(14.981)

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 está descrita a seguir:

	2011		2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	81.376	81.376	75.585	75.585	52.103	52.103
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(20.344)	(7.324)	(18.896)	(6.803)	(13.026)	(4.689)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva						
Juros sobre capital próprio	2.325	837	1.700	612	1.400	504
Exclusões/adições permanentes	132	(190)	104	(164)	20	(114)
Incentivos Fiscais de dedução IRPJ (PAT)	50	-				
Adicional de imposto de renda	24	-	24	-	24	-
Incentivos fiscais (inovação tecnológica)	666	240	679	245	662	238
Valor registrado no resultado	(17.147)	(6.437)	(16.389)	(6.110)	(10.920)	(4.061)
Total de imposto de renda e contribuição social	(23.584)		(22.499)		(14.981)	
Alíquota efetiva	21%	8%	22%	8%	21%	8%

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda diferido está descrita a seguir:

	Balancos Patrimoniais			Resultados		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Imposto de renda						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	1.046	514	163	532	351	(2)
Provisão ajuste estoques aos custos reais	-	-	29	-	(29)	(78)
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	267	266	106	1	160	41
Provisão para comissões	59	94	98	(35)	(4)	98
Provisão para perdas com investimento	31	31	31	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	847	532	280	315	252	(288)
Outras provisões temporárias	(3)	287	212	(290)	75	212
Ajuste a valor presente – AVP	981	309	499	672	(190)	1
Total	3.228	2.033	1.418	1.195	615	(16)
Contribuição social						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	376	185	59	191	126	-
Provisão ajuste estoques aos custos reais	-	-	10	-	(10)	(28)
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	96	96	38	-	58	15
Provisão para comissões	21	35	36	(14)	(1)	36
Provisão para perdas com investimento	50	50	50	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	305	208	100	97	108	(105)
Outras provisões temporárias	(1)	87	76	(88)	11	76
Ajuste a valor presente – AVP	353	111	180	242	(69)	1
Total	1.200	772	549	428	223	(5)
	4.428	2.805	1.967	1.623	838	(21)

* Parte do valor de provisão para devedores duvidosos, por atender aos critérios legais, já foi considerada dedutível, consequentemente a Companhia só registra imposto de renda e contribuição social diferido sobre a parcela que ainda não foi considerada como dedutível.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

I) Provisão

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 a provisão está assim composta:

	2011	2010	2009
Provisão para riscos trabalhistas (a)	1.190	1.582	361
Provisão para riscos tributários (b)	1.632	-	-
Provisão para riscos cíveis (c)	567	546	563
	3.389	2.128	924

- (a) Referente a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros. Nenhuma das ações se refere a valores individualmente significativos.
- (b) Os processos tributários envolvem discussão, principalmente, referente a IPI e INSS.
- (c) Relativo a processos envolvendo os lojistas e consumidores finais, nestes a Companhia é parte solidária. Nenhuma das ações se refere a valores individualmente significativos.

Em 31 de dezembro de 2011, os processos trabalhistas com perda possível totalizavam R\$ 1.268 e os processos cíveis R\$ 3.618. Não há um processo que individualmente represente parte significativa do saldo. A Companhia vem discutindo judicialmente uma notificação fiscal relativa a compensação de créditos de IPI no valor de R\$6.198, o qual, na avaliação de seus assessores jurídicos tem possibilidade de perda possível, conseqüentemente, não registrou provisão para este tema.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	2011	2010	2009
Saldo no início do exercício	2.128	924	1.231
Adições	1.261	1.204	-
Recuperações / realizações	-	-	(307)
Saldo no final do exercício	3.389	2.128	924

II) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2011	2010	2009
Depósitos judiciais trabalhistas	82	184	176
Depósitos judiciais tributários	695	-	-
Depósitos judiciais cíveis	642	414	-
	1.419	598	176

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, o capital social totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 29.699 e está representado por 5.499.900 ações ordinárias, no valor de R\$ 5,40 cada.

b) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$ 5.939 (R\$ 5.939 em 2010 e R\$ 4.679 em 2009).

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída para permitir a companhia futuros investimentos. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo desta reserva totalizava R\$ 123.964. Em 2011 os acionistas deliberaram pelo pagamento de R\$ 12.355 de dividendos, reduzindo o saldo da reserva para R\$ 111.609. A administração da Companhia proporá à Assembléia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a distribuição do saldo remanescente desta reserva, no valor de R\$ 111.609 e o valor de lucros não distribuídos de 2011, no valor de R\$ 48.492, a título de dividendos adicionais, perfazendo um total a pagar de R\$ 160.101.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei, sendo que a Companhia poderá imputar juros sobre o capital próprio à conta do dividendo mínimo obrigatório.

Na Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 29 de abril de 2011 foi aprovado um pagamento de dividendos complementares relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 655.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia pagou como antecipação de dividendos o valor de R\$ 11.700, os quais serão ratificados na Assembléia Geral Ordinária, que aprovará as demonstrações financeiras do exercício a findo em 31 de dezembro de 2011.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido – Continuação

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 9.300 (R\$ 6.800 em 2010 e R\$5.600 em 2009). O valor apurado foi contabilizado como despesa financeira e revertido em conta específica, não sendo apresentado, na demonstração de resultado, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

Demonstração dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos

O valor dos juros sobre capital próprio creditado aos acionistas foi deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$ 3.162 em 2011 (R\$ 2.312 em 2010 e R\$ 1.904 em 2009).

	2011	2010	2009
Base de cálculo			
Lucro líquido do exercício	57.792	53.086	37.122
Reserva legal	-	(1.260)	(1.856)
	57.792	51.826	35.266
 Total de juros sobre o capital próprio (bruto)	9.300	6.800	5.600
Total de juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte (15%)	7.905	5.780	4.760
Dividendos pagos	12.355	10.548	3.032
	20.260	16.328	7.792
 Percentual sobre a base de cálculo	35%	32%	22%
Total por ação em reais	3,68	2,97	1,42

17. Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito mediante a divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não tem ações preferenciais.

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações potenciais dilutivas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2011	2010	2009
• Lucro líquido do exercício	57.792	53.086	37.122
• Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	5.499	5.499	5.499
• Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	10,51	9,65	6,75

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

18. Outras receitas operacionais

	2011	2010	2009
Despesas operacionais			
Perda alienação do ativo imobilizado	(76)	(6)	(7)
	(76)	(6)	(7)
Receitas operacionais			
Ganho alienação do ativo imobilizado	92	10	9
Prêmio bancário*	4.625	2.556	2.356
Outras receitas operacionais	1.855	2.511	1.579
	6.572	5.077	3.944
Outras receitas operacionais, líquido	6.496	5.071	3.937

* Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia.

19. Resultado financeiro líquido

	2011	2010	2009
Despesas financeiras			
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(797)	(575)	(490)
Despesas de empréstimos e financiamentos	(305)	(633)	(786)
Ajuste a valor presente – AVP	(1.335)	-	-
Despesas com variação cambial	(162)	(96)	(415)
Outras despesas financeiras	(46)	(71)	(24)
	(2.645)	(1.375)	(1.715)
Receitas financeiras			
Juros recebidos	2.733	2.837	1.572
Descontos obtidos	325	119	146
Rendimentos de aplicações financeiras	1.996	1.858	1.040
Receitas com variação cambial	973	95	282
Ajuste a valor presente – AVP	3.989	4.226	6.626
Outras receitas financeiras	627	630	430
	10.643	9.765	10.096
Resultado financeiro líquido	7.998	8.390	8.381

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, a Companhia realizou as seguintes transações com as partes relacionadas:

	2011	2010	2009
Ativo circulante			
Contas a receber por vendas			
Telasul S.A.	99	466	454
Outras partes relacionadas (a)	952	1.138	402
Total do ativo	1.051	1.604	856
Passivo circulante			
Honorários a pagar a diretores (b)	-	146	117
Contas a pagar por compras Telasul S.A (c)	-	5	357
Total do passivo	-	151	474
Demonstração do resultado			
Vendas			
Telasul S.A.	622	1.007	1.439
Outras partes relacionadas (b)	-	34	194
	622	1.041	1.633
Compras			
Telasul S.A.	15.548	18.200	20.174
	15.548	18.200	20.174

(a) Outras partes relacionadas representado por operações com acionistas.

(b) Incluído no saldo de outras contas a pagar no passivo circulante.

(c) Incluído no saldo de fornecedores.

As operações envolvendo a Companhia e a parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também a Unicasa efetua vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) e sucatas de madeira. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio de compra e venda de sete dias.

Como mencionado na Nota 2.20 a companhia mantém leasing de uma aeronave. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a despesa com arrendamento com este leasing totalizou R\$ 1.561 (R\$ 1.258 em 2010, R\$ 2.032 em 2009), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma Companhia controlada pelos mesmos acionistas da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operação com terceiros. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações e saldos com partes relacionadas -- continuação

Remuneração da administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária), remuneração no valor total de R\$ 2.400 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.400 em 2010 e R\$ 2.327 em 2009).

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

21. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	2011	2010	2009
Receita bruta de vendas	402.355	392.223	313.394
IPI sobre vendas	(18.546)	(14.022)	(14.742)
Receita bruta de vendas (-) IPI sobre vendas	383.809	378.201	298.652
ICMS sobre vendas	(43.812)	(43.074)	(34.303)
Outros impostos sobre vendas	(35.922)	(34.917)	(28.048)
Devoluções de vendas	(4.057)	(8.401)	(4.712)
Ajuste a valor presente	(5.341)	(3.464)	(6.631)
	294.677	288.345	224.958

22. Despesas por natureza

	2011	2010	2009
Despesas por função			
Custo dos bens e serviços	(168.792)	(172.634)	(140.930)
Despesas com vendas	(42.223)	(40.220)	(33.658)
Despesas administrativas	(16.780)	(13.367)	(10.585)
	(227.795)	(226.221)	(185.173)
Despesas por natureza			
Despesas com pessoal	(33.755)	(25.008)	(20.836)
Despesas com materiais	(138.695)	(147.979)	(121.172)
Despesas com depreciação e amortização	(7.066)	(5.331)	(4.757)
Despesas com serviços de terceiros	(11.843)	(12.971)	(10.827)
Despesas com propaganda	(13.708)	(10.766)	(8.930)
Despesas com comissões	(2.498)	(3.458)	(2.869)
Outras despesas	(20.230)	(20.708)	(15.782)
	(227.795)	(226.221)	(185.173)

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Aplicações financeiras vinculadas** – as aplicações classificadas como “mantidas até o vencimento” são mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Contas a receber** de clientes – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais e sujeitas às atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e ajuste a valor presente.
- **Empréstimos concedidos** – referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com remuneração média de 7,71% ao ano.
- **Contas a pagar** - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitas a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
- **Empréstimos e financiamentos** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

a) Instrumentos financeiros -- Continuação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	Nota	2011			2010		
		Empréstimos e recebíveis	Mantidas até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Mantidas até o vencimento	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.131	-	12.131	20.621	-	20.621
Aplicação financeira vinculada		-	323	323	-	290	290
Contas a receber de clientes	5	110.855	-	110.855	86.289	-	86.289
Empréstimos concedidos	8	11.626	-	11.626	10.779	-	10.779
Passivos							
Fornecedores	13	(8.425)	-	(8.425)	(5.684)	-	(5.684)
Empréstimos e financiamentos	12	(6.803)	-	(6.803)	(4.461)	-	(4.461)
Total		119.384	323	119.707	107.544	290	107.834

	Nota	2009		
		Empréstimos e recebíveis	Mantidas até o vencimento	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.844	-	17.844
Aplicação financeira vinculada		-	1.843	1.843
Contas a receber de clientes	5	64.285	-	64.285
Empréstimos concedidos	8	8.060	-	8.060
Passivos				
Fornecedores	13	(4.962)	-	(4.962)
Empréstimos e financiamentos	12	(12.404)	-	(12.404)
Total		72.823	1.843	74.666

Abaixo apresentamos o valor contábil e o justo dos instrumentos financeiros:

	Valor contábil			Valor justo		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	12.131	20.621	17.844	12.131	20.621	17.844
Aplicação financeira vinculada	323	290	1.843	323	290	1.843
Contas a receber de clientes	110.855	86.289	64.285	110.855	86.289	64.285
Empréstimos concedidos	11.626	10.779	8.060	11.626	10.779	8.060
Passivos						
Fornecedores	(8.425)	(5.684)	(4.962)	(8.425)	(5.684)	(4.962)
Empréstimos e financiamentos	(6.803)	(4.461)	(12.404)	(6.803)	(4.461)	(12.404)

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

Os principais passivos financeiros da Companhia são compostos por contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos à clientes, que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras.

As despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetadas pelas variações nas taxas de juros (TJLP).

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro – Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes e desconsiderando o fluxo de pagamentos. Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 31 de dezembro de 2011, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Aplicações financeiras	R\$	1.196	897	598
Depreciação da Taxa em			25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		11,00%	8,25%	5,50%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Empréstimos e financiamentos	R\$	408	510	612
Apreciação da Taxa em			25,00%	50,00%
Referência para Passivos Financeiros		Provável	Possível	Remoto
TJLP		6,0%	7,5%	9,0%

Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia tem obtido sucesso em ajustar a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta o saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 1.230 mil e saldo de EUR 777 mil referente à compra de novos equipamentos para a fábrica.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro – Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

Riscos cambiais -- continuação

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira nos quais a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário, apresentamos mais dois cenários, com valorização de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)	Cenário A	Cenário B
Aumento da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	2.307	2.883	3.461
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(1.893)	(2.366)	(2.843)
Valorização da taxa em:			25%	50%
Referência para taxa de Câmbio:				
Dólar		1,88	2,35	2,82
Euro		2,43	3,04	3,65
Efeito no lucro antes da tributação	R\$	414	517	618

Risco de preço das commodities

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria-prima, chapas de MDF, a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro – Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contava com aproximadamente 11 clientes (31 de dezembro de 2010: 25 clientes e em 31 de dezembro de 2009: 18 clientes) responsáveis por aproximadamente 50,40% (31 de dezembro de 2010: 48,2% e em 31 de dezembro de 2009: 44,1%) de todos os recebíveis devidos. Esses clientes operam com cerca de 114 lojas no Brasil, incluindo um magazine. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro – Continuação

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	186	929	5.688	6.803
Fornecedores	6.532	1.893	-	8.425
	6.718	2.822	5.688	15.228

Vencimento do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados e juros projetados com base nos contratos:

Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	271	1.356	6.085	7.712
Fornecedores	6.532	1.893	-	8.425
	6.803	3.249	6.085	16.137

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro – Continuação

c) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	2011	2010	2009
Empréstimos e financiamentos	6.803	4.461	12.404
Fornecedores	8.425	5.684	4.962
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.131)	(20.621)	(17.844)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(323)	(290)	(1.843)
Dívida líquida	2.774	(10.766)	(2.321)
Patrimônio líquido	195.739	159.602	123.864
Patrimônio líquido e dívida líquida	198.513	148.836	121.543

24. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Período de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Incêndios, vendaval e danos elétricos:			
Máquinas e equipamentos	31/12/2011	31/12/2012	86.300
Estoque	31/12/2011	31/12/2012	28.800
Edificações	31/12/2011	31/12/2012	36.000
Lucros cessantes	31/12/2011	31/12/2012	20.412

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

25. Informação por segmento

Em função de produzir unicamente móveis (modulados e planejados), a Companhia está organizada e concentrada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único seguimento operacional.

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	Receita bruta de vendas		
	2011	2010	2009
Mercado interno	395.361	386.464	309.297
Mercado externo	6.994	5.759	4.097
	402.355	392.223	313.394

UNICASA

Indústria de Móveis S/A

2011

Relatório da Administração



Dell'Anno

favorita

new
móveis planejados

Telasul
— madeira —

UNICASA
CORPORATE

DIRETORIA

Frank Zietolie

Diretor Presidente

Alexandre Grendene Bartelle

Diretor Vice- Presidente

Juvenil Antônio Zietolie

Diretor

Ivanir Moro

Contador

CPF-504.559.740-04

CRC/RS - RS-053351/O-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Unicasa S.A.** apresenta-lhes, a seguir, o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras Individuais** preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da *Comissão de Valores Mobiliários* (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2011.

As Demonstrações Financeiras **Unicasa Indústria de Móveis S.A.** findas de 31 de dezembro de 2011, foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

1.MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2011 fomos reconhecidos como líderes em faturamento no setor de móveis planejados no Brasil, pela edição “Melhores & Maiores” de julho de 2011 da Revista Exame. Comercializamos móveis planejados em todos os Estados do Brasil, por meio de quatro marcas reconhecidas e complementares: “Dell Anno”, “Favorita”, “New” e “Telasul Planejados”, atingindo as classes A, B, C e D. Possuímos uma ampla rede de distribuição que conta, atualmente, com 886 revendas exclusivas com mais de 200.000 m² e mais de 8.000 funcionários, distribuídas em 315 cidades em todos os Estados brasileiros, e 1.776 lojas multimarcas e pontos de venda em magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”) no Brasil, bem como 17 pontos de venda no exterior, entre revendas exclusivas e lojas multimarcas. Em 31 de dezembro de 2011, vendemos 1,70 milhões de módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita operacional líquida de R\$294,68 milhões, um EBITDA de R\$80,44 milhões e um lucro líquido de R\$57,79 milhões. No período de 2009 a 2011, nossa receita líquida, nosso EBITDA, e nosso lucro líquido apresentaram taxas compostas de crescimento anual (“CAGR”) de 14,5%, 28,4% e 24,8%, respectivamente.

Em 2011 investimos um total de R\$ 25,64 milhões em Máquinas e Equipamentos que se encontram em fase de instalação, com previsão de funcionamento pleno em Junho de 2012, equipamentos esses de última geração, robotizados, fornecidos pela empresa IMA da Alemanha, que nos permitirão ter qualidade inigualável na fabricação de nossos produtos, entre outros benefícios destaca-se a eliminação de estoques intermediários, gerando uma maior eficiência operacional e aumento da nossa capacidade de produção.

Em 2011 criamos a Diretoria de Recursos Humanos que contribuiu muito para consolidar o processo de profissionalização da Unicasa, recrutando três novos diretores para completar a alta administração da empresa, para as áreas de Finanças, Comercial e Industrial. Estes diretores executivos profissionais trazem muita experiência e culturas diferentes que irão contribuir muito para as boas práticas de governança corporativa além de formar uma base de pessoas com liderança para dar continuidade no acelerado crescimento sustentável da Unicasa, tornando-a cada vez mais competitiva e lucrativa.

No campo de desenvolvimento e capacitação, treinamos em 2011 em torno de 9.000 profissionais através do programa da *Universidade Corporativa Unicasa (U.C.U.)*, cuja implantação e início das atividades ocorreu no ano de 2007. A UCU consolidou seu programa de treinamentos e atualmente oferece módulos de: (i) Gestão do Negócio; (ii) Técnicas de Venda; (iii) Consultor de Ambientes e Projetista; e (iv) Montagem de Móveis, disponibilizando treinamentos customizados e práticos que contemplam as melhores práticas da indústria e dos nossos mais de 27 anos de aprendizado neste segmento. A UCU se consolidou como um dos

grandes diferenciais competitivos da Unicasa na atração de novos empreendedores. Além disso, o programa de *trainees*, iniciado em 2007, já formou mais de 120 *trainees*. Atualmente 60% de nossa equipe comercial é composta por colaboradores que passaram pelo nosso programa de *trainees*.

O ano de 2012 se configura positivo, mas desafiador, e com algumas incertezas macroeconômicas mundiais, que diminuem o índice de acerto de previsões econômicas, como o desfecho da crise européia, a potencial desaceleração do crescimento da China e a ainda incipiente recuperação econômica nos Estados Unidos. Por outro lado, o atual cenário macroeconômico brasileiro caracterizado pelo fomento do consumo doméstico, expansão do crédito, fortalecimento do mercado de trabalho e níveis crescentes de investimentos, se traduzem em perspectivas muito positivas de taxas de crescimento do país.

Mesmo com as incertezas no horizonte, estamos posicionados de modo privilegiado para aproveitar o bom momento da economia brasileira e mantermos o foco em nossa estratégia de longo prazo, seguindo o nosso planejamento estratégico de crescimento.

Para 2012, contamos com o esforço e a dedicação de nosso quadro de funcionários com mais de 900 trabalhadores, além de aproximadamente nossos 900 revendedores autorizados exclusivos, e de seus mais de 8.000 colaboradores, para continuarmos neste ritmo, que combina de maneira sustentável um crescimento acelerado, e uma rentabilidade muito satisfatória para Unicasa e seus revendedores, e acima da média do setor moveleiro.

Finalmente, agradecemos em nome de toda a Administração, o apoio de todos os nossos trabalhadores, nossos revendedores e seus funcionários, clientes, fornecedores, e acionistas e da comunidade em geral, que fizeram parte do nosso time e contribuíram para o nosso sucesso.

2. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Acreditamos que a combinação de nosso portfólio de marcas altamente reconhecidas e com penetração nas classes A, B, C e D, nossa ampla rede de distribuição e nossa unidade fabril com escala de produção e tecnologia de ponta, permitiram-nos atingir um forte crescimento com elevados níveis de rentabilidade, atingindo um retorno sobre o capital investido de 31,2% no ano de 2011, bem como nos posicionar estrategicamente no segmento de móveis, cujo potencial de consumo em 2011 foi estimado em R\$41,7 bilhões, segundo a IPC Marketing.

Com mais de 27 anos de mercado, possuímos uma ampla linha de soluções customizadas de móveis planejados para ambientes residenciais e comerciais, que incluem cozinhas, dormitórios, *closets*, *home theaters*, lavanderias e banheiros, entre outros, além de soluções completas nos segmentos de escritório e infantil. Adicionalmente a esses segmentos, criamos em janeiro de 2010 a divisão de negócios denominada Unicasa Corporate, focada em parcerias com incorporadoras e empresas do segmento hoteleiro e da construção civil, acreditamos que estes fatores podem gerar expressivo crescimento do mercado imobiliário no Brasil e dos novos investimentos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Nossas marcas refletem posicionamento favorável e são percebidas pelos consumidores e pelo mercado de decoração como de alto valor qualitativo nos seus segmentos. Nossas marcas são:

- **Dell Anno**: representa a linha *premium*, voltada para os segmentos da população com renda mensal acima de R\$5.174,00 (classes A e B), oferecendo produtos de maior valor agregado, com *design* contemporâneo e conceitos minimalistas, apresentando como diferencial a identificação com o universo da moda;
- **Favorita**: posicionada como marca intermediária no que se refere a preço e público-alvo, é destinada aos segmentos da população com renda mensal entre R\$1.200,00 e R\$6.745,00 (classes B e C). Nossas ações de marketing buscam associar essa marca a soluções versáteis e completas, de modo a gerar uma excelente percepção de qualidade e preço;

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos 477 revendas exclusivas das marcas Dell Anno e Favorita com mais de 140.000 m² e mais de 5.500 funcionários, distribuídas em 231 cidades em todos os Estados do Brasil. As revendas exclusivas da marca Dell Anno têm, em média, 383 m² por loja, enquanto as revendas exclusivas da marca Favorita têm, em média, 226 m² por loja.

- **New**: destinada ao segmento da população com renda mensal entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00 (classe C), é a nossa marca voltada para o aproveitamento inteligente de espaços com praticidade, estilo e preços competitivos. Concebida em janeiro de 2009 para explorar a expansão do consumo no país, a New revelou-se um caso de sucesso

da Companhia, contando, em 31 de dezembro de 2011, com uma rede de distribuição de mais de 379 revendas exclusivas e 222 Pontos de Venda Multimarcas. As revendas exclusivas da marca New contavam, em 31 de dezembro de 2011, com mais de 65.000 m² e mais de 2.500 funcionários e estavam presentes em 234 cidades em todos os Estados do Brasil. As revendas exclusivas têm, em média, 175 m² por loja.

- **Telasul Planejados**: é a nossa “marca de entrada” focada no segmento da população com renda mensal entre R\$725,00 e R\$1.200,00 (classe D), com atuação tanto no setor de móveis padronizados, destinados aos Pontos de Venda Multimarcas, quanto no setor de móveis planejados, atingindo uma ampla base de consumidores. Em 31 de dezembro de 2011, a Telasul Planejados contava com 1.560 pontos de venda entre revendas exclusivas e Pontos de Venda Multimarcas.

A concepção de nossos produtos é feita por uma equipe própria de arquitetos, *designers* e engenheiros, divididos em núcleos de criação e pesquisa, individuais e independentes para cada marca. Esses profissionais são responsáveis por interpretar as tendências do mercado nacional e internacional de *design*, moda e arquitetura e aproveitá-las em nossas coleções anuais.

Nosso moderno parque fabril, com alta tecnologia e modelo de produção versátil, nos permite fabricar produtos mediante a realização de pedidos e entregá-los com agilidade, proporcionando a manutenção de baixos níveis de estoque de produtos acabados.

As lojas que comercializam nossos produtos recebem, por meio de um sistema informatizado de vendas, a atualização de todas as novidades existentes em nosso portfólio de produtos. Adicionalmente, cada revenda exclusiva é planejada seguindo um padrão de identidade visual específico, definido e gerenciado pelos nossos núcleos de arquitetura. Esta padronização inclui estudo de fachada, projeto arquitetônico, sinalização visual e disposição dos ambientes, de modo a potencializar a experiência de compra do consumidor. Para cada nova loja, avaliamos os critérios de viabilidade econômica e demográfica, bem como o perfil do lojista que nos representará.

Atendimento ao cliente e pós-venda são parte importante do nosso modelo de negócio. Por esse motivo, e com o objetivo de preparar nossos colaboradores, fornecemos à rede de lojas de todas as nossas marcas, por meio da Universidade Corporativa Unicasa, uma estrutura de suporte em treinamento, que compreende desde a orientação sobre produto e desenvolvimento de projetos até a montagem dos módulos de móveis, pós-venda, gestão de pessoas e administração do próprio negócio, tendo capacitado mais de 9.000 colaboradores e revendedores desde 2007. Adicionalmente, implantamos em 2007 o Programa de *Trainee* Unicasa, que se consolidou como um vitorioso modelo de ensino corporativo, sendo matéria frequente em publicações nacionais importantes, tais como as revistas Exame, Você S.A., IstoÉ Dinheiro e os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.

3. PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS (em IFRS)

(Em R\$ Mil)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Receita bruta de vendas	313.394	392.223	402.355	2,6%	13,3%
Mercado interno	309.297	386.464	395.361	2,3%	13,1%
Exportação	4.097	5.759	6.994	21,4%	30,7%
Receita líquida	224.958	288.345	294.677	2,2%	14,5%
Custo dos produtos vendidos	(140.930)	(172.634)	(168.792)	-2,2%	9,4%
Lucro bruto	84.028	115.711	125.885	8,8%	22,4%
Despesas Operacionais	(40.306)	(48.516)	(52.507)	8,2%	14,1%
EBIT	43.722	67.195	73.378	9,2%	29,5%
Depreciação	5.086	5.724	7.066	23,6%	17,9%
EBITDA	48.808	72.919	80.444	10,3%	28,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	43.722	67.195	73.378	9,2%	29,5%
Resultado financeiro líquido	8.381	8.390	7.998	-4,7%	-2,3%
Lucro líquido	37.122	53.086	57.792	8,9%	24,8%
Lucro por ação	6,75	9,65	10,51	8,9%	24,8%
Preço médio unitário	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Mercado interno (Em R\$)	207	222	245	10,4%	8,8%
Exportação (Em R\$)	114	95	77	-18,9%	-17,8%
Exportação (Em U\$)	57	54	46	-14,6%	-10,1%
*Volume de módulos vendidos (Em Unid. Mil)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Volume total	1.527	1.798	1.705	-5,2%	5,7%
Mercado interno	1.491	1.738	1.615	-7,1%	4,1%
Mercado externo	36	60	90	49,5%	58,7%
Margens (Em %)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Bruta	37,4%	40,1%	42,7%	6,5%	6,9%
EBIT	19,4%	23,3%	24,9%	6,9%	13,2%
EBITDA	21,7%	25,3%	27,3%	8,0%	12,2%
Líquida	16,5%	18,4%	19,6%	6,5%	9,0%

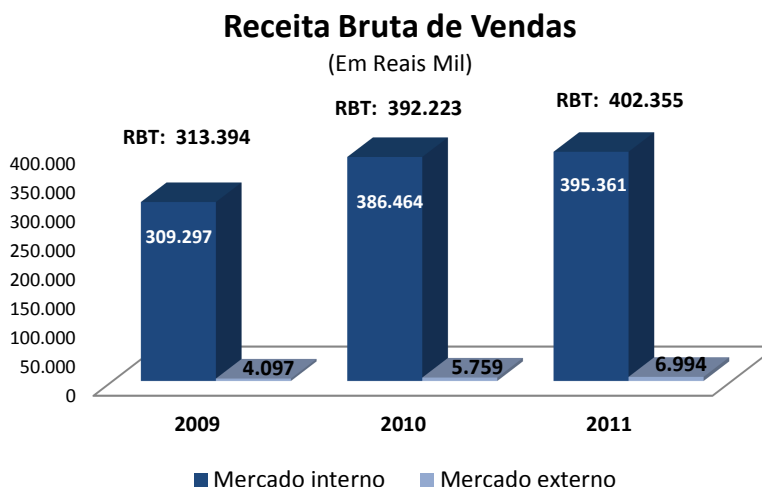
*Cada módulo é formado, em média, por 8 peças componíveis, tais como laterais, bases, prateleiras, tampas e ferragens

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1 RECEITA BRUTA DE VENDAS

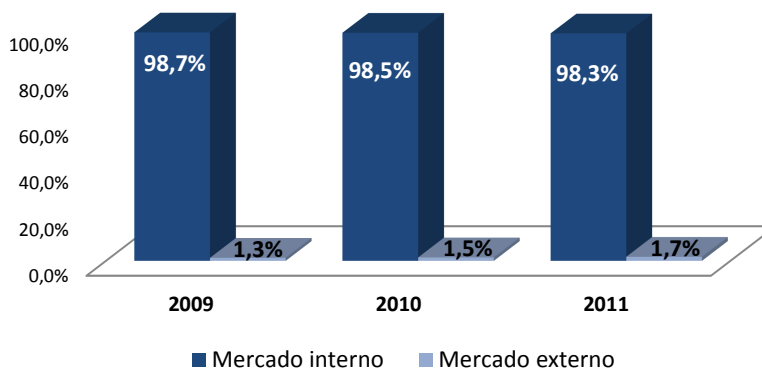
Nossa receita bruta de vendas, consiste em receitas decorrentes da venda dos nossos produtos e serviços para nossos clientes da rede de lojas de revendas exclusivas e da venda de produtos para lojas multimarcas. Nossos produtos são vendidos através das marcas Dell Anno, Favorita, New e Telasul Planejados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 nossa receita bruta de vendas foi de R\$402,36 milhões, representou um aumento de 2,6%, ou R\$10,13 milhões, comparados aos R\$392,22 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Em 2011 nossa receita bruta de vendas apresentou um crescimento anual médio (CAGR) de 13,3% no período de 2009 a 2011. O crescimento da receita bruta de vendas ocorreu devido ao aumento de 2,3% nas vendas no mercado interno, sendo que em 2011 vendemos 1,62 milhões de módulos de móveis contra 1,74 milhões em 2010, e de 21,4% no mercado externo, representados por 90,4 mil módulos vendidos em 2011, comparados aos 60,5 mil módulos vendidos em 2010. A receita bruta do mercado interno representou 98,3% e do mercado externo 1,7% do total da receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

(Em R\$ Mil)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Receita bruta de vendas	313.394	392.223	402.355	2,6%	13,3%
Mercado interno	309.297	386.464	395.361	2,3%	13,1%
Mercado externo	4.097	5.759	6.994	21,4%	30,7%



Participação % na Receita Bruta de Vendas

(%)



4.2 VOLUME DE MÓDULOS VENDIDOS

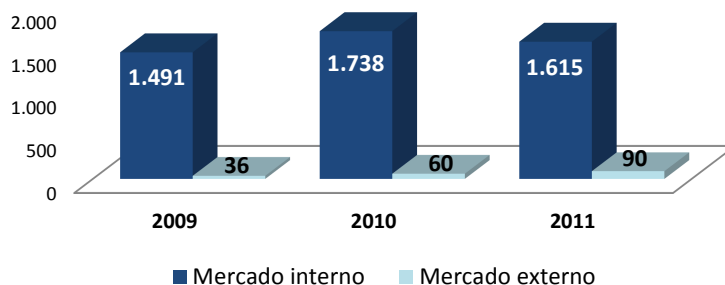
O volume de módulos vendidos em 2011 foi 5,2% inferior ao ano de 2010 em decorrência de alguns eventos que afetaram o desempenho de nossas vendas, tais como: (i) reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, com o fechamento de algumas lojas que estavam apresentando um desempenho abaixo dos nossos padrões e expectativas; (ii) reformas, (iii) realocização de pontos de vendas para locais mais estratégicos, (iv) mudança de investidor (lojista); (v) alteração no visual, *lay-out*, *show room*, fachada e outros itens que repercutiram numa queda do volume vendido. Além disso, no ano de 2011 foi marcado um desempenho abaixo do esperado no segundo semestre, em especial no quarto trimestre, em função da queda de consumo de bens duráveis além de uma piora no desempenho da economia brasileira e o agravamento da crise em outros países.

*Volume de módulos vendidos (Em Unid. Mil)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Volume total	1.527	1.798	1.705	-5,2%	5,7%
Mercado interno	1.491	1.738	1.615	-7,1%	4,1%
Mercado externo	36	60	90	49,5%	58,7%

*Cada módulo é formado, em média, por 8 peças componíveis, tais como laterais, bases, prateleiras, tampos e ferragens

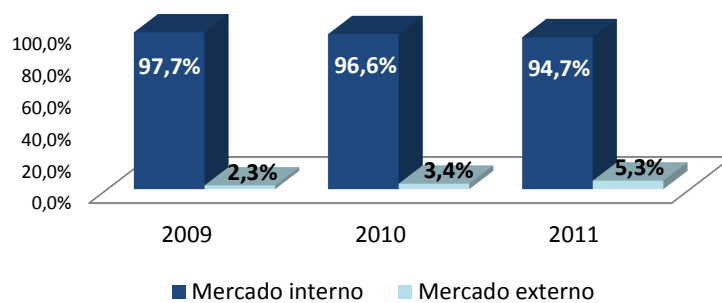
Volume de Módulos Vendidos

(Em Unidades Mil)



Participação % no Volume de Módulos Vendidos

(Em %)

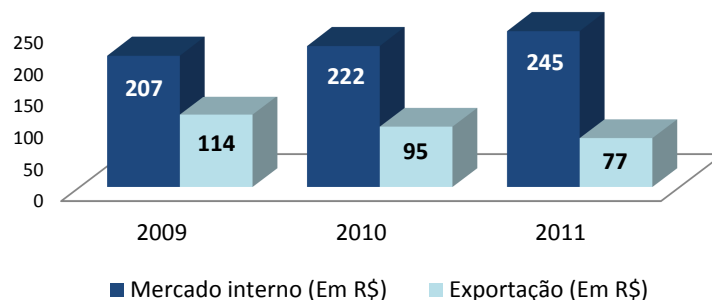


4.3 PREÇO MÉDIO

Em 2011 o preço médio de nossos produtos, comercializados no mercado interno apresentaram um aumento de 10,4% em relação ao ano de 2010, bem como uma taxa média anual de crescimento (CAGR) de 8,8% no período de 2009 a 2011. No mercado externo o preço médio de venda sofreu redução de 18,9%, num total de R\$1,23 milhões, influenciado principalmente pela queda do preço médio do dólar verificado em 2011, que foi de 4,9% em relação ao ano de 2010.

Preço médio unitário	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Mercado interno (Em R\$)	207	222	245	10,4%	8,8%
Exportação (Em R\$)	114	95	77	-18,9%	-17,8%

Preço Médio por Módulo
(Em R\$)



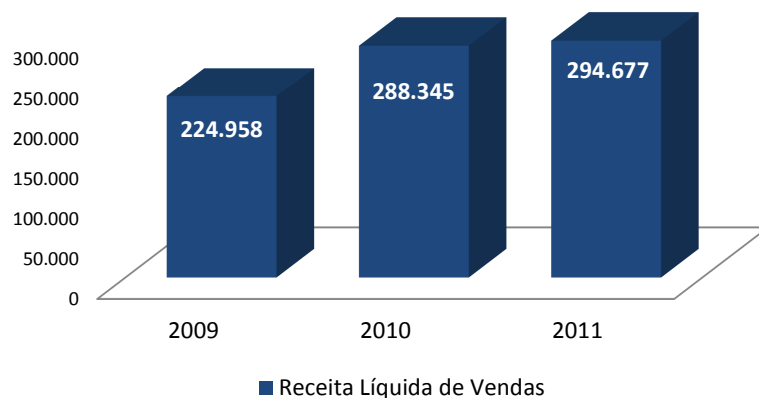
4.4 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas atingiu R\$294,67 milhões em 2011, o que representou um aumento de 2,2% ou R\$6,33 milhões, comparados aos R\$288,34 milhões em 2010. A taxa média anual de crescimento (CAGR) nos três últimos exercícios (2009 a 2011) foi de 14,5%.

(Em R\$ Mil)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Receita bruta de vendas	313.394	392.223	402.355	2,6%	13,3%
Mercado interno	309.297	386.464	395.361	2,3%	13,1%
Exportação	4.097	5.759	6.994	21,4%	30,7%
Deduções das vendas	(88.436)	(103.878)	(107.678)	3,7%	10,3%
IPI s/ vendas	(14.742)	(14.022)	(18.546)	32,3%	12,2%
ICMS s/vendas	(34.303)	(43.074)	(43.812)	1,7%	13,0%
Outros impostos s/ vendas	(28.048)	(34.917)	(35.922)	2,9%	13,2%
Devoluções de vendas	(4.712)	(8.401)	(4.057)	-51,7%	-7,2%
Ajuste a valor presente	(6.631)	(3.464)	(5.341)	54,2%	-10,3%
Receita líquida de vendas	224.958	288.345	294.677	2,2%	14,5%

Receita Líquida de Vendas

(Em R\$ Mil)



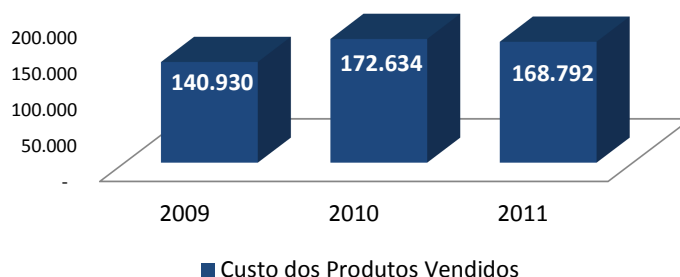
4.5 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Nosso Custo de Produtos Vendidos (CPV) atingiu R\$168,79 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 2,2% ou R\$3,84 milhões, comparado aos R\$172,63 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. O custo dos produtos vendidos em 2011 representou 57,2% sobre a receita líquida de vendas, comparado aos 59,9% do ano de 2010. A redução em números absolutos de R\$3,84 milhões do custo dos produtos vendidos em relação ao ano de 2010 se deve principalmente aos seguintes fatores (i) queda do volume de módulos produzidos em 2011, devido a redução de vendas de nossas marcas Dell Anno e Favorita num total de 93.058 módulos ou 5,2%; (ii) redução no consumo de matérias primas e insumos num valor de R\$9,45 milhões; (iii) aumento no custo da mão de obra num total de R\$3,90 milhões e (iv) aumento nos gastos gerais de fabricação (GGF) de R\$1,71 milhões. O Custo de Produtos Vendidos (CPV) por módulo vendido em 2011, foi de R\$98,98 ou 3,10% maior que o verificado em 2010, que foi de R\$96,00.

(Em R\$ Mil)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Custo dos Produtos Vendidos	140.930	172.634	168.792	-2,2%	9,4%
Custo dos Produtos Vendidos p/ Módulo	92,29	96,01	99,00	3,1%	3,6%

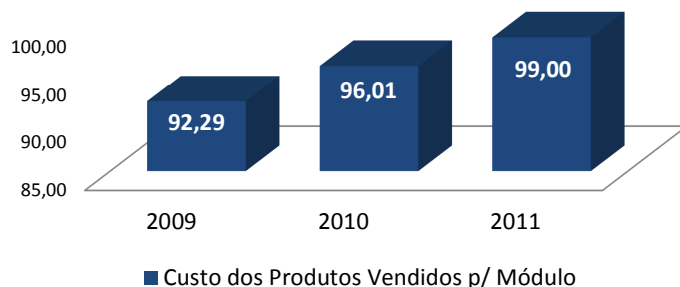
Custo dos Produtos Vendidos

(Em R\$ Mil)



Custo dos Produtos Vendidos por Módulo

(Em R\$)



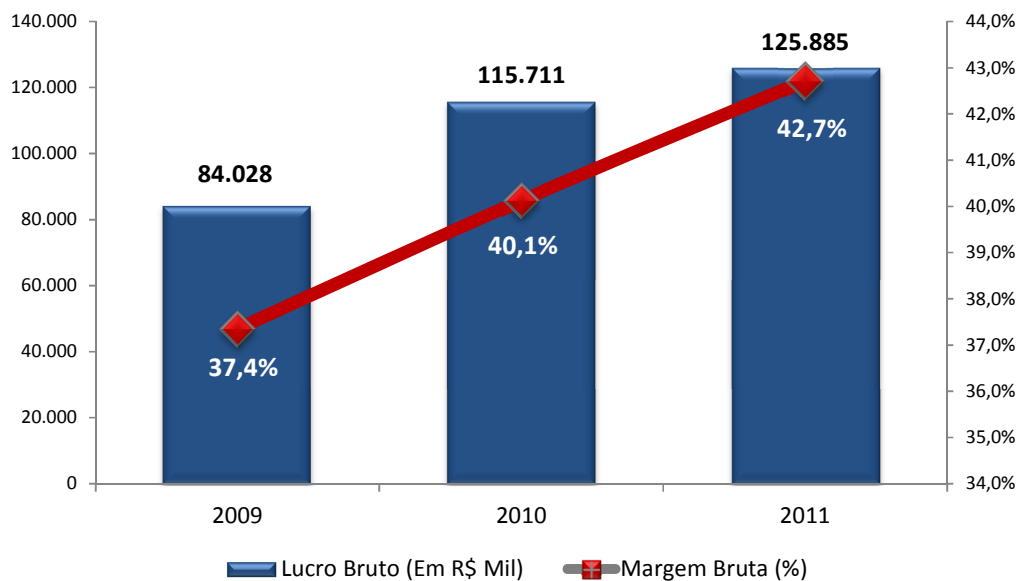
4.6 LUCRO BRUTO

O Lucro bruto foi de R\$125,88 milhões no exercício de 2011, e apresentou aumento de 8,8% ou R\$10,17 milhões, comparados aos R\$115,71 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, decorrente principalmente do aumento de nossa receita bruta que foi de 2,6% em relação a 2010 e a diminuição do custo dos produtos vendidos. Nossa margem bruta aumentou para 42,7% no exercício de 2011, comparado aos 40,1% no exercício de 2010. Este aumento do lucro bruto decorreu principalmente do incremento de R\$6,33 milhões na receita líquida de vendas, compensados com a queda de R\$3,84 milhões nos gastos com Custo dos Produtos Vendidos (em números absolutos).

	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Lucro Bruto (Em R\$ Mil)	84.028	115.711	125.885	8,8%	22,4%
Margem Bruta (%)	37,4%	40,1%	42,7%	6,5%	6,9%

Lucro Bruto e Margem Bruta

(Em R\$ Mil e %)



4.7 DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

Nossas despesas e receitas operacionais líquidas atingiram R\$52,51 milhões em 2011, representando um aumento de 8,2% ou R\$3,99 milhões, comparados aos R\$48,52 milhões em 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, à 17,8% e 16,8% da nossa receita líquida de vendas.

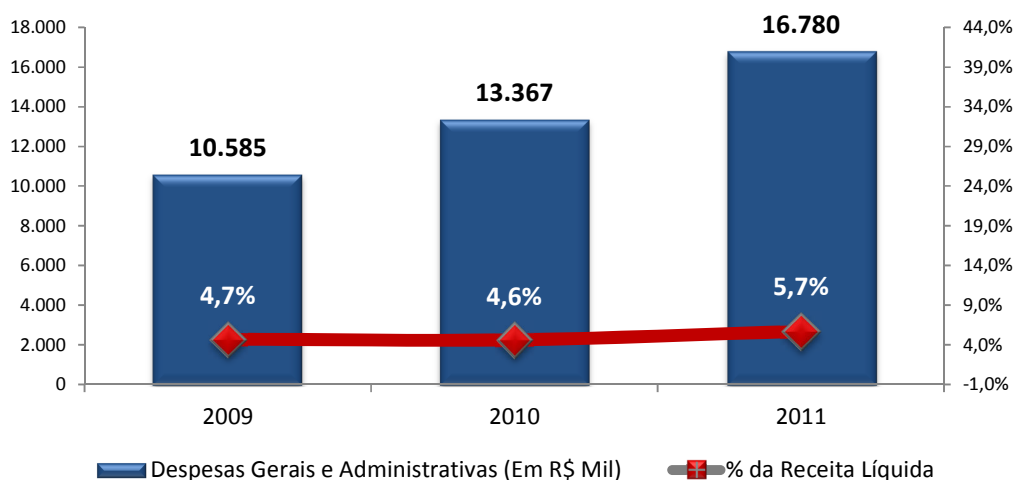
4.8 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas atingiram R\$16,78 milhões em 2011, representando um aumento de 25,5% ou R\$3,41 milhões, comparados aos R\$13,37 milhões em 2010. O aumento das despesas decorreu principalmente com: (i) aumento de gastos com salários e encargos, tendo em vista o aumento do número de funcionários no setor administrativo, no valor de R\$ 1,61 milhões, e (ii) aumento de gastos com serviços de terceiros de consultorias e assessorias, despesas tributárias, despesas de viagens do departamento administrativo, no valor de R\$1,80 milhões. Nossas despesas gerais e administrativas corresponderam, nos respectivos períodos indicados acima, a 5,7% e 4,6% da nossa receita líquida de vendas.

	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Despesas Administrativas (Em R\$ Mil)	10.585	13.367	16.780	25,5%	25,9%
Participação sobre a Receita Líquida (%)	4,7%	4,6%	5,7%	22,8%	10,0%

Despesas Administrativas

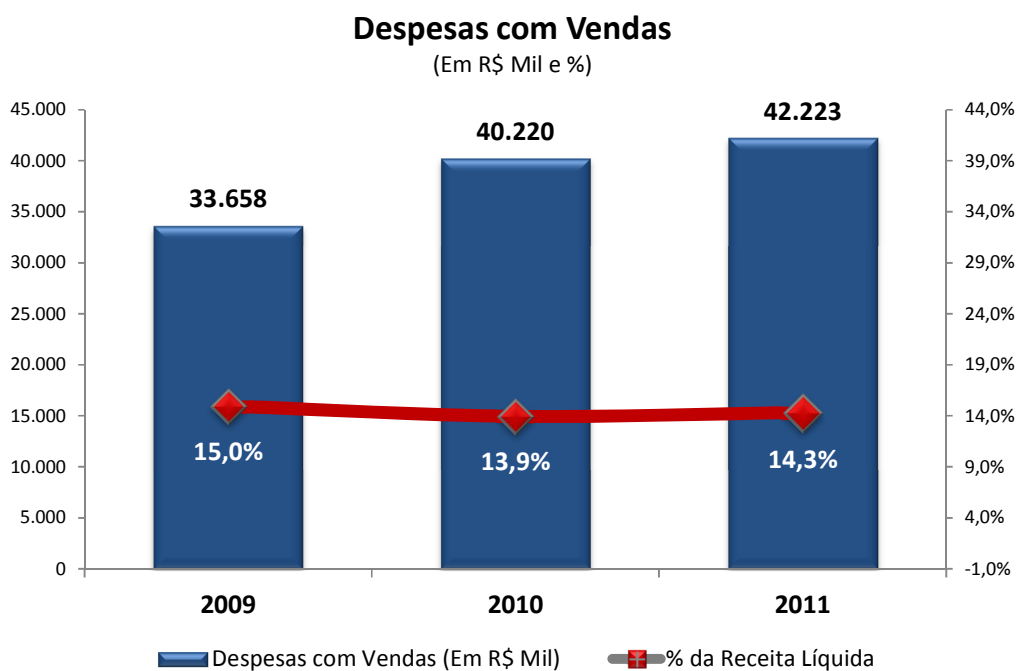
(Em R\$ Mil e %)



4.9 DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas atingiram R\$42,22 milhões em 2011, representando um aumento de 5,0% ou R\$2,00 milhões, comparados aos R\$40,22 milhões em 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a 14,3% e 13,9% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas ocorreu principalmente pelos seguintes fatores: (i) aumento dos investimentos em propaganda e *marketing* de 27,3% ou R\$2,95 milhões; (ii) aumento dos gastos com salários e encargos no valor de R\$3,24 milhões ou 57,6%, tendo em vista, a ampliação do quadro de funcionários da divisão de vendas com o objetivo de aumentar o faturamento e o número de revendas autorizadas; (iii) redução de despesas com serviços de terceiros, consultorias e outras despesas com vendas, no valor de R\$3,30 milhões, representando uma redução de 16,6%; e (iv) redução de despesas de comissões sobre vendas dos representantes comerciais, no valor de R\$0,96 milhão, ou 27,8%.

	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Despesas com Vendas (Em R\$ Mil)	33.658	40.220	42.223	5,0%	12,0%
Participação sobre a Receita Líquida (%)	15,0%	13,9%	14,3%	2,7%	-2,1%



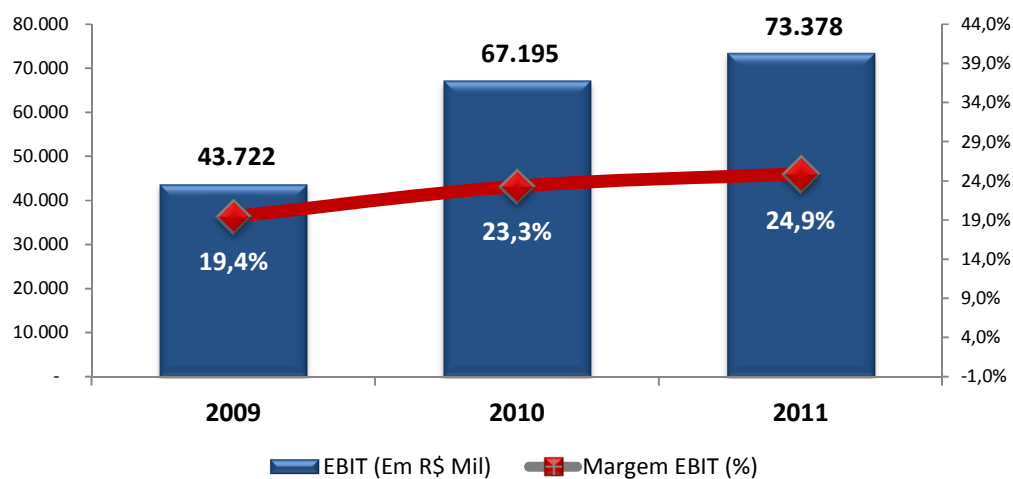
4.10 EBIT E EBITDA

O EBIT (earnings before interests and taxes – lucro operacional antes dos efeitos financeiros) no exercício social em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$73,38 milhões, comprado aos R\$67,19 milhões de 2010 e R\$43,72 milhões de 2009, a margem foi de 24,9% em 2011, 23,3% em 2010 e 19,4% em 2009 respectivamente, apresentando uma taxa de crescimento médio anual (CAGR) de 29,5%. O valor do EBITDA (earnings before interest, and taxes, depreciation and amortization) no exercício social em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$80,44 milhões, comprado aos R\$72,92 milhões de 2010 e R\$48,81 milhões de 2009, a margem foi de 27,3% em 2011, 25,3% em 2010 e 21,7% em 2009 respectivamente, representando uma taxa média anual de crescimento (CAGR) de 28,4%.

Margens (Em %)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Bruta	37,4%	40,1%	42,7%	6,5%	6,9%
EBIT	19,4%	23,3%	24,9%	6,9%	13,2%
EBITDA	21,7%	25,3%	27,3%	8,0%	12,2%
Líquida	16,5%	18,4%	19,6%	6,5%	9,0%

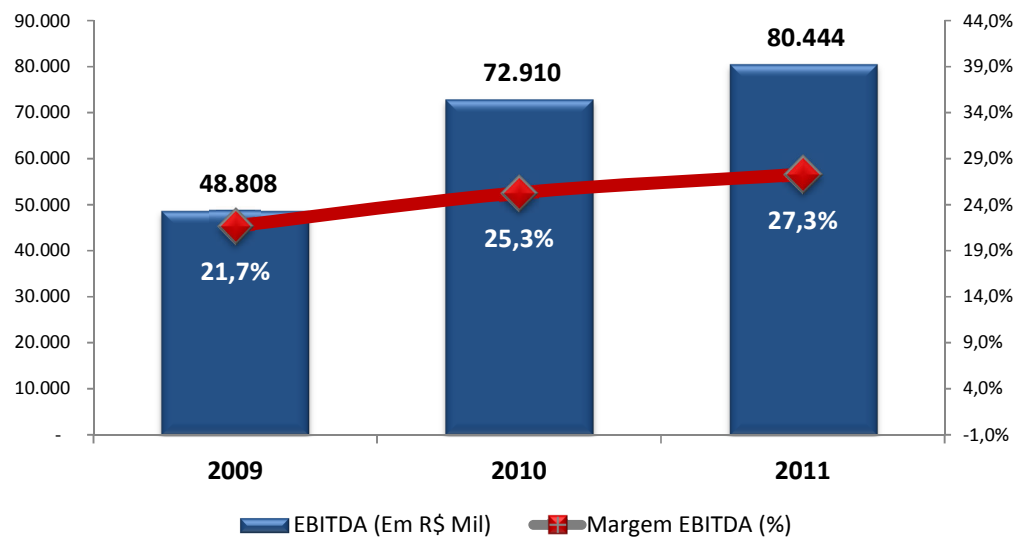
EBIT e Margem EBIT

(Em R\$ Mil e %)



EBITDA e Margem EBITA

(Em R\$ Mil e %)

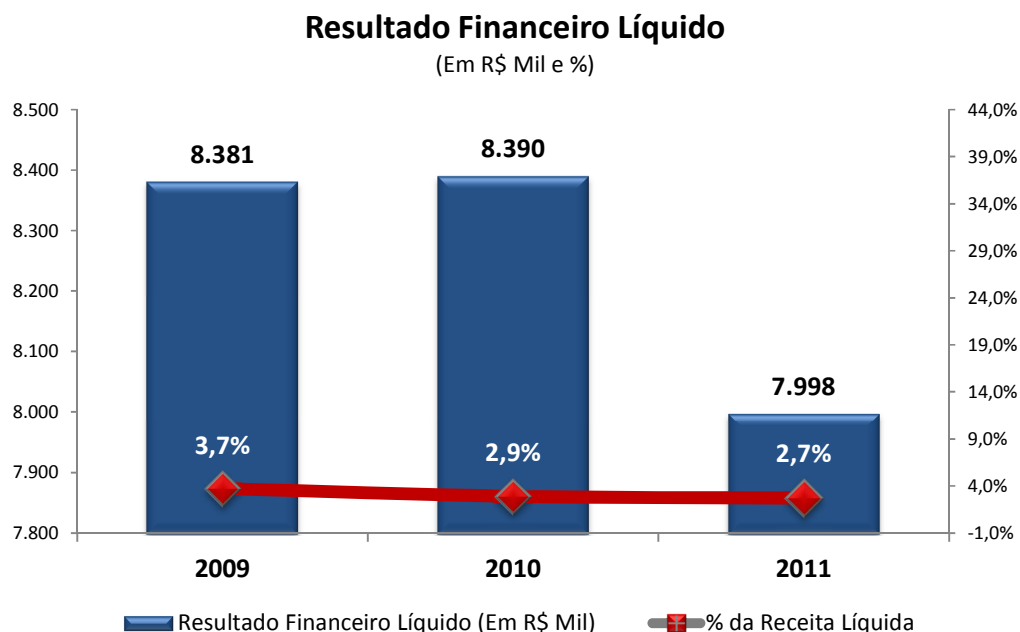


4.11 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro da companhia em 2011 foi de R\$7,99 milhões, 4,7% inferior ao ano de 2010, principalmente pelo aumento das despesas financeiras, superior a variação das receitas financeiras, a seguir detalhadas. A despesa financeira atingiu R\$2,64 milhões em 2011, representando um aumento de 92,4% ou R\$1,27 milhões comparados aos R\$1,37 milhões em 2010, decorrentes dos seguintes fatores: (i) aumento das despesas de ajuste a valor presente (AVP), no valor de R\$1,34 milhões; (ii) aumento de despesas com IOF, tarifas bancárias e variação cambial, no valor de R\$0,29 milhão, e (iii) redução das despesas com financiamentos bancários e outras despesas financeiras, no valor de R\$ 0,36 milhão. Nossas despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 corresponderam, respectivamente, a 0,9% e 0,5% da nossa receita líquida de vendas.

Nossas receitas financeiras atingiram R\$10,64 milhões em 2011, representando um aumento de 9,0% ou R\$0,88 milhão, comparado aos R\$9,76 milhões em 2010. Esta variação decorreu principalmente pelo aumento de receita com variação cambial de R\$0,87 milhão; aumento das receitas de aplicações financeiras e descontos obtidos no valor de R\$0,34 milhão e redução de juros recebidos de clientes e AVP no valor de R\$0,33 milhão. Nossas receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 corresponderam, respectivamente, a 3,6% e 3,4% da nossa receita líquida de vendas.

	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Resultado Financeiro Líquido (Em R\$ Mil)	8.381	8.390	7.998	-4,7%	-2,3%
Participação sobre a Receita Líquida (%)	3,7%	2,9%	2,7%	-6,7%	-14,6%

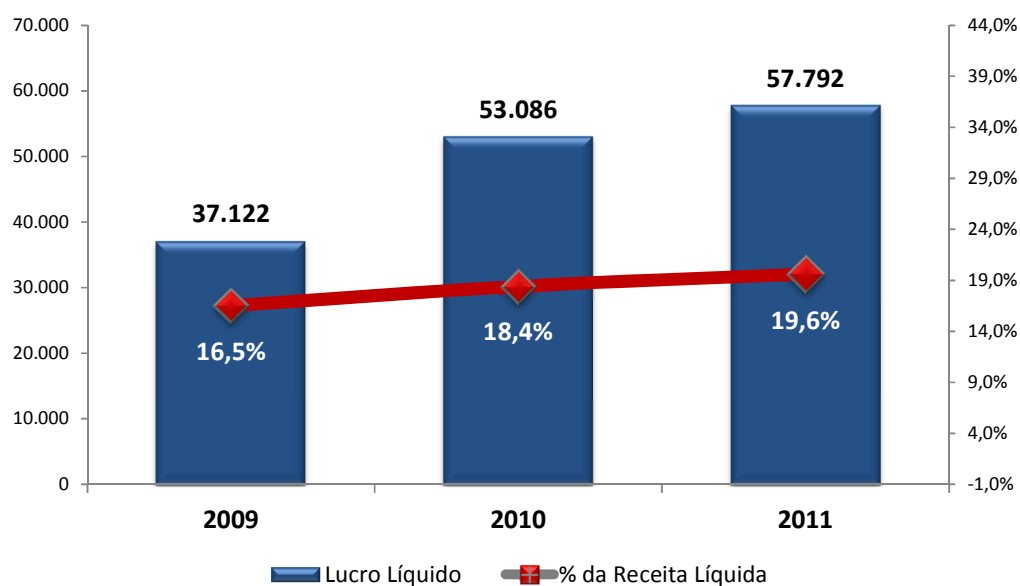


4.12 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido atingiu R\$57,79 milhões em 2011, o que representou um aumento de 8,9% ou R\$4,70 milhões, comparados aos R\$53,08 milhões realizados em 2010, correspondendo, nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 19,6% e 18,4% da nossa receita líquida de vendas.

	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Lucro Líquido	37.122	53.086	57.792	8,9%	24,8%
Margem Líquida (%)	16,5%	18,4%	19,6%	6,5%	9,0%

Lucro Líquido e Margem Líquida
(Em R\$ Mil e %)

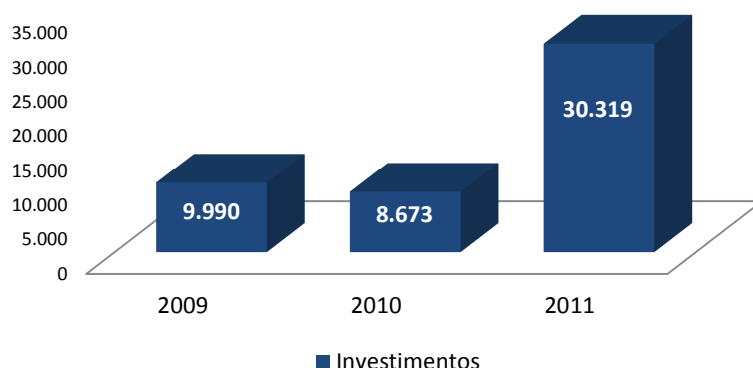


4.13 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados nos três últimos exercícios sociais compreendem principalmente melhoria de nosso parque fabril que possui tecnologia moderna, adquirida junto aos mais reconhecidos fornecedores mundiais da indústria de máquinas e equipamentos. Estamos concentrados permanentemente no atendimento ao mercado, com alta qualidade, compromisso com os prazos de entrega e baixos custos de produção. Os investimentos estão diretamente voltados à melhoria de qualidade dos produtos, à flexibilização da cadeia produtiva e reduções de custos (estoques de produtos prontos e em elaboração) e diminuição das perdas. Investimos nos três últimos exercícios sociais os montantes de R\$30,32 milhões em 2011, R\$8,67 milhões em 2010 e R\$9,99 milhões em 2009, a seguir demonstrados:

(Em R\$ Mil)	2009	2010	2011	Var. 10/11	CAGR 09-11
Capex/Investimentos	9.990	8.673	30.319	249,6%	74,2%
Imobilizado	9.358	8.475	29.848	252,2%	78,6%
Terrenos, Edificações, Benfeitorias, Instalações	6.049	130	3.698	2744,6%	-21,8%
Máquinas e Equipamentos	2.204	7.535	25.398	237,1%	239,5%
Veículos	30	28	-	-100,0%	-100,0%
Móveis e Utensílios	727	183	385	110,4%	-27,2%
Equipamentos de Informática e software	348	599	367	-38,7%	2,7%
Investimentos	322	-	300	N/A	-3,5%
Intangível	310	198	171	-13,6%	-25,7%

Investimentos
(Em R\$ Mil)



5. RECURSOS HUMANOS

A Unicasa reconhece e valoriza seus colaboradores focando no desenvolvimento e capacitação, principais fatores para o crescimento e implantação da estratégia de crescimento da Companhia. Através da Universidade Corporativa, um moderno método de ensino que oferece cursos voltados à gestão, venda e prestação de serviços à toda a sua rede de loja, também como possuímos o Programa Trainee UNICASA, que consiste na estratégia de gestão de pessoas baseada no recrutamento, contratação, desenvolvimento e retenção de talentos. Além disso, possuímos outras políticas de desenvolvimento de pessoas como o auxílio educação, que reembolsa 50% da mensalidade de cursos dos níveis médio, técnico, tecnológico e superior, alinhados aos interesses da empresa. A seguir elencamos outras práticas e benefícios oferecidos pela Companhia:

PPR – Plano de participação nos Lucros da Companhia

A companhia tem um programa de participação nos resultados para os colaboradores cujo benefício é analisado anualmente. Para calcular o valor do benefício, são levados em conta e mensurados diversos indicadores de performance e de produtividade, analisados anualmente e abrangendo o período de janeiro a dezembro de cada ano. Tais indicadores e pontos apurados são baseados nos seguintes itens: (i) absenteísmo; (ii) índice de rotatividade; (iii) perdas e refugo de materiais utilizados na produção; (iv) melhoria constante no sistema de produção evitando retrabalho; (v) assistência técnica; (vi) incremento no volume de produtos vendidos; (vii) 5S – limpeza, programa de organização e qualidade. O pagamento do PPR tem como base um salário contratual para funcionários com até um ano de empresa e dois salários para os que tem mais de um ano. O pagamento é efetuado através da folha de pagamento de forma semestral, ou seja, 50% em agosto e 50% em fevereiro de cada ano, baseado na apuração dos sete indicadores descritos acima. Para o pagamento da primeira parcela, a apuração dos pontos será a média apurada no período de janeiro a julho e a segunda parcela, a apuração será a apuração dos pontos de todo o período anual.

- Plano de Assistência Médica – atendimento interno

Para este tipo de benefício destinado aos funcionários, a companhia conta com um profissional especializado em Medicina do Trabalho e Clínica Geral atendendo diariamente de segundas às sextas-feiras, seis horas por dia, em consultório especialmente preparado, dentro da própria companhia, o que traz comodidade, conforto e rapidez no atendimento. Os principais tipos de atendimentos e serviços realizados são os seguintes: (i) consultas clínicas e diagnósticas; (ii) exames médicos admissionais; (iii) exames médicos demissionais; (iv) exames médicos periódicos.

- Plano de Saúde

A companhia mantém “convênios” com planos de saúde e de acidente de trabalho a seus funcionários e dependentes, o início do benefício é a partir da data de admissão. Tais planos são contratados através de duas empresas especializadas na área de saúde: (i) “Tacchimed” Associação Bartholomeu Tacchini de Bento Gonçalves, RS; (ii) “Unimed Nordeste/RS” – Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda de Caxias do Sul-RS. As principais coberturas dos planos de saúde são as seguintes: (i) consultas médicas em geral; (ii) exames em geral em laboratórios e centros de diagnósticos conveniados; (iii) internações hospitalares atendidos através de hospitais e plantões de atendimento (PA) credenciados com grande abrangência na região. O custo/mensalidade e forma de pagamento dos planos de saúde tem a seguinte forma de participação e funcionamento: (i) para os funcionários a empresa participa com 75% do valor das mensalidades e demais custos; (ii) para os dependentes o valor é pago integralmente pelo funcionário, no entanto por ser plano de saúde empresarial e conveniado com a empresa, as mensalidades tem um desconto de aproximadamente 20% em relação a outros planos de saúde do mercado; (iii) a companhia paga diretamente aos fornecedores dos planos de saúde e a parte que cabe aos funcionários são descontadas diretamente na folha de pagamento

- Assistência odontológica – atendimento interno

A empresa dispõe de um cirurgião-dentista para assistência médica-odontológica para todos os funcionários. Para estes serviços a companhia conta com um profissional da área, cujo atendimento é realizado dentro da própria empresa, com gabinete dentário devidamente equipado e linha completa de medicamentos e materiais necessários para atender adequadamente seus colaboradores. Os principais serviços realizados no atendimento aos funcionários são os seguintes: diagnóstico e consultas em geral, profilaxia (limpeza dentária), aplicação de flúor, restaurações dentárias, endodontia (tratamento de canal) em dentes anteriores, exodontia (extração) e orientação preventiva. O atendimento é efetuado de terças às sextas-feiras num total de quatro horas diárias ou em caso de urgência o atendimento é efetuado de acordo com a demanda.

- Seguro de vida em grupo

A companhia possui apólice de seguro de vida e acidentes pessoais que oferecem coberturas para morte ou invalidez decorrentes de acidente ou doença e inicia a partir da admissão do funcionário. Os valores segurados por morte natural ou invalidez permanente ficam entre R\$ 11.179,00 até R\$ 53.150,00 e o dobro por morte acidental. Os prêmios de seguro são custeados pela empresa no percentual de 50%, e os outros 50% por conta dos funcionários descontado em folha de pagamento.

- Auxílio Educação

Este benefício tem como objetivo incentivar e auxiliar os funcionários da companhia, com a participação no reembolso de 50% das mensalidades escolares, abrangendo todos os níveis de educação do ensino fundamental, médio e superior. Para o ensino fundamental e médio, o auxílio tem cobertura integral para todos os cursos que o funcionário está matriculado e em todas escolas credenciadas para tanto; para o ensino superior o benefício é destinado para os cursos relacionados a atividade desempenhada dentro da empresa ou conforme interesse da empresa se for o caso. Atualmente estão contemplados aproximadamente vinte cursos de várias especialidades. A vigência do auxílio educação inicia a partir do terceiro mês de admissão do funcionário. Tal benefício está condicionado se o mesmo for aprovado no curso ou disciplina que está estudando, mediante a apresentação do boletim de desempenho fornecido pela escola ou universidade.

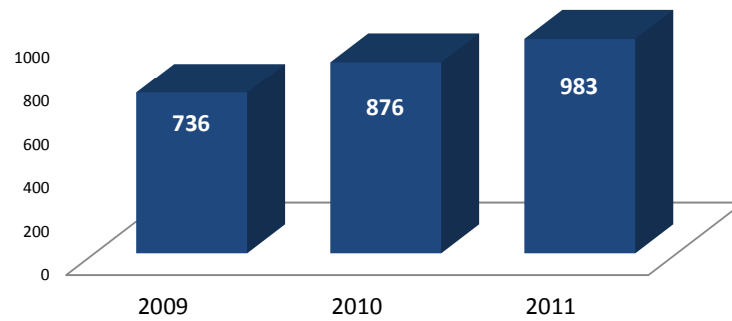
- P A T - Programa de Alimentação do Trabalhador

A companhia participa do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e estende este benefício para todo seu quadro de colaboradores. Atualmente servimos aproximadamente 830 refeições diárias entre almoços e jantas em refeitório localizado dentro da sede da companhia. O fornecimento das refeições é realizado pela empresa Prato Mil Refeições Coletivas Ltda de Bento Gonçalves, RS, cuja preparação é feita nas instalações do refeitório da empresa em cozinha especialmente equipada para tanto. A participação no custo das refeições é feita da seguinte maneira: Oitenta por cento é pago pela empresa e vinte por cento pelo funcionário, com desconto na folha de pagamento. Este benefício é opcional e visa facilitar e proporcionar comodidade e conforto ao quadro de funcionários.

A seguir nosso quadro de colaboradores nos três últimos exercícios sociais:

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	2009	2010	2011
Bento Gonçalves-RS	Área Fabril	554	641	710
Bento Gonçalves-RS	Área Comercial	71	66	97
Bento Gonçalves-RS	Área Administrativa	93	158	170
São Paulo-SP	Escritório de Vendas	16	11	6
Rio de Janeiro - RJ	Escritório de Vendas	2		-
Funcionários		736	876	983

Funcionários



6. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Lançamos anualmente entre os meses de fevereiro e maio, para cada uma de nossas marcas uma nova coleção de produtos. Adicionalmente, durante todo o ano são atualizadas as coleções de produtos existentes, aperfeiçoando o sistema funcional e incluindo novas cores, texturas e acessórios, dentre outros, com o objetivo de garantir aos revendedores de nossos produtos, aos lojistas e aos consumidores um portfólio atualizado com base nas tendências do mercado de móveis nacional e internacional.

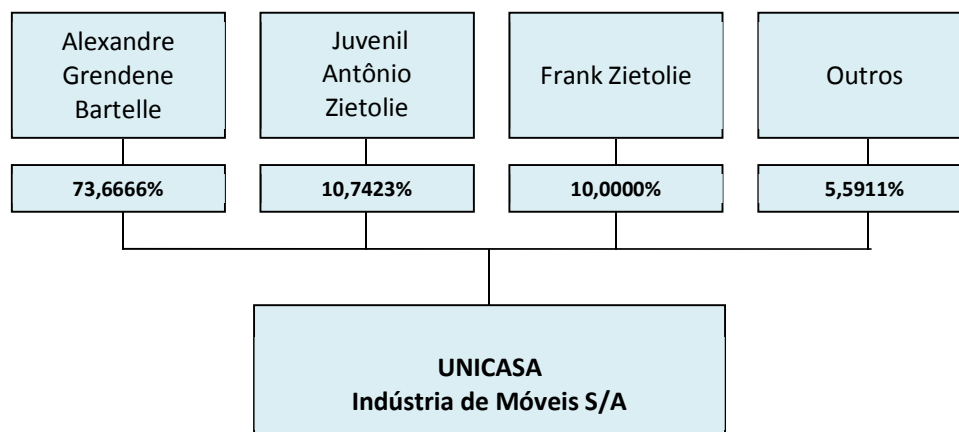
O processo de P&D é composto por uma série de etapas e atividades desenvolvidas por equipes multidisciplinares integradas, de forma a assegurar o lançamento de produtos de alta qualidade e proporcionar aos consumidores uma solução completa em móveis planejados. A concepção dos produtos é feita por uma equipe de arquitetos, *designers*, técnicos em movelaria e engenheiros, divididos funcionalmente em gerências independentes, mas em completa sinergia através da gestão por projetos, sendo alocados para cada uma das marcas. Esses profissionais são responsáveis por interpretar as tendências do mercado nacional e internacional de *design*, moda e arquitetura, traduzindo estes insights em novos produtos, melhorias das linhas existentes e nas novas coleções.

Os profissionais da área de P&D, especializados em *design*, *marketing*, comportamento do consumidor e desenvolvimento de produtos, se mantêm constantemente atualizados, buscando referências, realizando pesquisas e estudando as tendências do setor moveleiro. As principais fontes de pesquisa são: (i) participação em feiras e eventos nacionais e internacionais, onde são verificadas as principais tendências e novidades do setor moveleiro; (ii) pesquisa de novos materiais e acessórios junto aos fornecedores; (iii) monitoramento das mídias *on-line* e *off-line* especializadas e do mercado moveleiro, e (iv) consultoria de empresa europeia, sediada em Londres, especializada em tendências de consumo no universo *home-decor*.

De modo a complementar o processo de P&D, participam do desenvolvimento as seguintes departamentos: comercial, arquitetura, *marketing*, engenharia e produção, sendo essa integração parte fundamental do processo de lançamento de novos produtos para o mercado. Entendemos que a interatividade destas áreas tornam o processo de desenvolvimento mais ágil e produtivo, e, por consequência, mais direcionado ao seu objetivo que é proporcionar aos clientes e consumidores o acesso a produtos inovadores, de alta qualidade e forte apelo comercial.

Destacamos mais uma vez que o principal objetivo do processo de P&D é a concepção e escolha de produtos alinhados ao posicionamento de mercado e estratégia competitiva adotada para cada uma das marcas, focado no desenvolvimento de padrões, desenhos, cores, texturas, modulações, ferragens, acessórios, acabamentos e complementos.

7. ESTRUTURA SOCIETÁRIA



8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa é uma sociedade anônima de capital fechado e planeja futuramente fazer parte do mais alto nível de Governança Corporativa do mercado. Em 2011 a Administração da Companhia foi reestruturada com a contratação de novos executivos (Financeiro, Comercial e Industrial) com o objetivo estratégico de crescimento de sua receita bruta, aumento das margens e do lucro, ampliação da quantidade de revendas autorizadas, e profissionalização da gestão. A administração é formada por um Diretor Presidente, Vice-Presidente e Diretor sem designação, respondem diretamente a eles as Diretorias das áreas de Recursos Humanos, Financeira, Comercial, Marketing, P&D e Industrial.

9. AUDITORES INDEPENDENTES

A Ernst Young Terco Auditores Independentes S.S., prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante os exercícios de 2009, 2010 e 2011. A política da Empresa na contratação de eventuais serviços não-relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Nos termos da Instrução CVM Nº 480/09, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Bento Gonçalves, 31 de dezembro de 2011.